



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Mariana Vieira Galuch

**DO ASSENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO: UMA ETNOGRAFIA DAS
MIGRAÇÕES, POLÍTICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM APUÍ
(AMAZONAS)**

2019

MARIANA VIEIRA GALUCH

**DO ASSENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO: UMA ETNOGRAFIA DAS
MIGRAÇÕES, POLÍTICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM APUÍ (AMAZONAS)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia Social do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Cardoso Menezes

MANAUS - AMAZONAS

AGOSTO DE 2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G181d Galuch, Mariana Vieira
Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações,
políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas) / Mariana
Vieira Galuch. 2019
269 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal
do Amazonas.

1. Política de Colonização. 2. Assentamentos Rurais. 3. Migração.
4. Amazonas. 5. Agronegócio. I. Menezes, Thereza Cristina
Cardoso II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

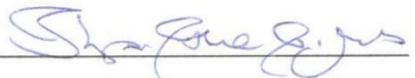
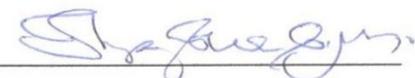
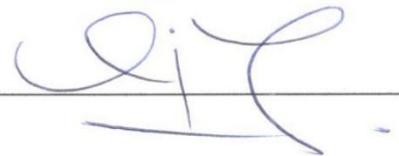
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DA ALUNA

MARIANA VIEIRA GALUCH

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 15h00min (quinze horas), no auditório do Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas - CAUA, ocorreu a sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado intitulada **Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas)**, apresentada pela aluna Mariana Vieira Galuch, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social, conforme estabelece o regimento interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ, PPGAS/UFAM), Orientadora e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelos seguintes membros: Profa. Dra. Maria Helena Ortolan (PPGAS/UFAM), Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno (INPA, PPGAS/UFAM), Prof. Dr. Cloves Farias Pereira (UFAM), examinador externo, e Profa. Dra. Katiane Silva (UFPA), examinadora externa. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a tese, passou à arguição pública da doutoranda. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Profa. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes
Parecer: (APROVADO) Assinatura: 
- Profa. Dra. Maria Helena Ortolan
Parecer: (APROVADA) Assinatura: 
- Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno
Parecer: (APROVADA) Assinatura: 
- Prof. Dr. Cloves Farias Pereira
Parecer: (APROVADA) Assinatura: 
- Profa. Dra. Katiane Silva
Parecer: (Aprovada) Assinatura: 

DEDICATÓRIA

**Aos meus pais, Daniel e Maria de Lourdes,
por dedicarem suas vidas pela minha;**

**Aos meus sobrinhos e minhas sobrinhas
Helena, Gabriel, Sofia, Luiza e Felipe! Por
garantirem a alegria e a leveza das crianças!**

**Ao meu esposo Marciel, por juntar sua vida
à minha.**

AMO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

O período de realização desta pesquisa está entrelaçado ao tempo em que estou em Manaus. Consequentemente, também ligado ao tempo de trabalho na UFAM. Com isso, os agradecimentos se estendem a todos esses acontecimentos na minha vida.

Agradeço, com todo carinho, à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Thereza Cristina Cardoso Menezes, que proporcionou condições para que eu realizasse essa pesquisa. Com seu conhecimento e expertise, provocou em mim o interesse em cruzar o Estado do Amazonas e investigar esse tema tão estimulante. Obrigada por me auxiliar a “cruzar este largo rio amazônico e segurar firme tantos banzeiros”.

Aos meus amigos do Núcleo de Pesquisa em Políticas Territoriais da Amazônia – NEPTA/UFAM, pelas conversas e reflexões sobre nossas pesquisas. Agradeço, especialmente, aos amigos Cloves Pereira e Auridia Costa; sem vocês, esta pesquisa não teria sido realizada. A formação da minha rede de pesquisa só foi possível com a contribuição de vocês! Ao Willas Dias, por compartilhar também de sua pesquisa e dos momentos de reflexão no NEPTA; às professoras Dr.^a Ana Carla Bruno e Dr.^a Maria Helena Ortolan, por todo apoio nas diversas etapas do doutorado, desde as disciplinas até as conversas sobre os procedimentos de pesquisa. Por meio do NEPTA, foi possível acessar recursos da FAPEAM, contribuindo para a realização do trabalho de campo.

Gostaria de Agradecer aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM, que contribuíram significativamente para minha formação na área de Antropologia: Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Calderipe, Prof.^a Dr.^a Fátima Weiss, Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Prof.^a Dr.^a Deise Lucy Montardo, Prof. Dr. Frantomé Bezerra Pacheco (*in memoriam*), Prof. Dr. Carlos Machado Dias Júnior, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodrigues, Prof. Dr. Sergio Ivan Gil Braga e Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski, do PPGCASA. Por meio do PPGAS, também foi possível acessar recursos para viabilizar o trabalho de campo. Agradeço, especialmente, a Sr.^a Franceane, secretária do PPGAS, por auxiliar durante toda essa jornada acadêmica, sempre de prontidão em receber nossas demandas e ajudar a resolvê-las.

Aos colegas da minha turma de doutorado, de 2014: Angélica Maia, Elieyd Menezes, Rodrigo Fadul, Josias Sales, Flavio Véras, Rosana Carvalho e Genoveva Amorim. Desde o início, seguimos juntos nas batalhas (judiciais) para conquistar nossa vaga e para finalizar nossas pesquisas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelos seis meses de concessão de bolsa. Esse período foi essencial para o início do doutorado.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFAM, pelos sete meses de afastamento, assumindo as minhas disciplinas e outras atividades. Esse tempo foi fundamental para o trabalho de campo de maior duração em Apuí. Além disso, contei com apoio em reflexões sobre pesquisas, empréstimo de material e apoio.

Há um coletivo lindo de pessoas que contribuiu com ajudas significativas para a realização desta pesquisa. Sr.^a Vanderlina de Lima, por me colocar em contato com famílias de Novo Aripuanã; À Magela Ranciaro, por me presentear com o livro *Frentes de expansão e estrutura agrária*; à Saara Magi, por me colocar em contato com pessoas da cidade de Marialva (PR); Tia Terezinha Bellanda Galuch, pela busca de pessoas em Francisco Beltrão; à prima Laura Galuch, pelo empréstimo de livros e parte da correção gramatical; à Marta, pela correção gramatical; à Suzy Pedroza, pela elaboração dos mapas; ao Davi Leal, pela contribuição com materiais; à EDUEM, por doar livros sobre os Brasiguaios; Ao Luiz Antonio, pelas conversas e reflexões sobre o PARJ.

Em Apuí, se não fosse por essas pessoas, eu não teria conseguido realizar essa pesquisa. Primeiramente, A Sr.^a Raimunda Nascimento, que não mediu esforços em me auxiliar para que eu pudesse ter as melhores condições de pesquisa. Ela me indicou pessoas, refletiu comigo e me proporcionou momentos de descontração. Ao Sr. Jaime Vicente, que me apresentou uma leitura do PARJ para além do que é visível aos olhos. Ao Sr. Domingos de Jesus Bonfim, que contribuiu significativamente para acessar pessoas em Apuí que não vieram do Sul, ou seja, aquelas que sempre estiveram no Amazonas. A todos os funcionários do Hotel Silverado, que fizeram com que eu pudesse me sentir em casa e segura. Em nome de sua proprietária, Rosane, muito obrigada!

Agradeço, especialmente, a todas as pessoas que entrevistei, conversei, acompanhei na cidade de Apuí. Foram muitas colaborações! E com cada uma aprendi, por meio de suas histórias e trajetórias, mais sobre o Paraná e o Amazonas! Cafés, bolos, requeijão, chimarrão, tererê, churrasco, almoço e jantar oferecidos em varandas e cozinhas! Esta tese também foi escrita por vocês!

Ao meu esposo Marciel, meu Mineiro, que também é companheiro de profissão e de UFAM; companheiro de vida; foi quem abriu os caminhos para chegar até Manaus. Durante essa escrita de tese, foi quem viveu comigo as grandes alegrias e as dores, cada uma com sua intensidade. Com seu apoio atento, questionador, suave, acolhedor, amoroso, foi possível chegar ao final dessa etapa com mais tranquilidade.

À minha família. Primeiramente, meus pais, Daniel e Maria de Lourdes, que sempre me mostraram que o conhecimento é o melhor caminho, independente do lugar que

se queira chegar. “Conhecimento ninguém te tira”, escutei muitas vezes, e percebi que este era um caminho que ninguém poderia fazer por mim, eu tinha que buscar. Com isso, concluí mais essa etapa, do doutorado, e agradeço com todo amor que sinto por eles. Esse foi o caminho mais longe e dificultoso que percorri, mas ao mesmo tempo, o mais gratificante e realizador. Obrigada pelo amor, apoio, força, torcida e todos seus esforços de uma vida para que eu pudesse conquistar mais essa etapa. Agradeço ao meu irmão Daniel (Juninho) e sua família: minha cunhada Fabiana e meus sobrinhos Gabriel e Sofia. Em uma mesma sintonia, agradeço pelos mapas, pelas contribuições e conversas ao longo da jornada nas Ciências Humanas, que nos toca profundamente nessa complexidade das relações sociais. Ao meu irmão André e sua família: minha cunhada Maryellen e meus sobrinhos Felipe, Luiza e Helena. André foi quem me recebeu em sua casa logo quando cheguei à Manaus. É meu apoio e parte da minha família nas terras do Norte. Agradeço, de coração, por tudo! Amo vocês!

Em fevereiro de 2019, faltando poucas semanas para concluir esta tese, fui diagnosticada com câncer de colo de útero. Um sentimento de dor, desespero e angústia tomaram conta de mim. Eu não acreditava no que estava acontecendo. Como, se todos os anos faço meus preventivos? E no meio desse turbilhão, minha sogra foi diagnosticada com um tumor dentro do coração. Fomos correndo para Uberaba (MG), no dia 08 de fevereiro, para acompanhar a cirurgia no dia seguinte. Mas era uma providência divina. Nesse mesmo dia, Deus colocou um médico em meu caminho, Dr. Cléber Sérgio da Silva, que me atendeu da forma mais rápida possível, também fizera minha cirurgia. E aqui, agradeço de coração, a esse médico e professor iluminado, que não mediu esforços para que eu me reestabelecesse de forma plena às minhas atividades. Agradeço a família do meu esposo, que também é minha: Sr^a. Alice, Sr. João e meu cunhado Márcio. Aos familiares Naves e Ferreira, que me ajudaram nos dias de repouso em Santa Juliana (MG); Às primas Mariza, Angêla, Marina e Nazira, de Uberaba, que deram todo o suporte na cidade; A minhas amigas de Maringá (PR): Lívia, Débora, Cellita, Katia, Larissa, Beatriz, Roberta, Camila, Danielle Regina, Danielly Santos, Daniele Blanco, Fernanda, Bianca, Maria Aparecida, Renata, Vânia que juntas, rezavam por mim; Ao colegiado do PPGAS, em nome do Professor Dr. Gilton Mendes, que permitiu que eu defendesse quando eu estivesse recuperada; À minha orientadora Thereza, por todo seu apoio nesse período; Aos professores da banca Ana Carla Bruno, Maria Helena Ortolan, Katiane Silva e Cloves Pereira, por se ajustarem às diversas mudanças de datas de defesa; as minhas famílias Vieira e Galuch, que tomadas pelo susto, enviavam as energias positivas em orações, novenas para a rápida recuperação. Ao meu Pai e minha Mãe, que foram correndo para Minas para me ajudar na recuperação, até que eu fosse liberada para ir pra casa. Sem minha mãe, eu não teria conseguido me recuperar de forma tão rápida. Aos meus irmãos, que também não acreditando no que estava acontecendo comigo, seguiam firmes, me auxiliando no que fosse preciso. Enfim, a todas as pessoas que rezaram e torceram por mim, foram muitas! Todas elas contribuíram para que hoje, recuperada, eu pudesse

finalizar esse trabalho. Assim como Cecília Meirelles “Aprendi com a primavera, a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”.

Eu não teria enfrentado todo esse percurso sem minha proteção Divina. Ao meu Deus, que é Pai criador, e seu Filho Jesus Cristo, fonte de espiritualidade. A Nossa Senhora, que é mãe, me coloquei em seu colo muitas vezes! São José, meu santo protetor! E a São Sebastião, este santo intercessor, presente em todos os momentos da minha vida! Era ele que também me acompanhava em Apuí, assim como Santa Terezinha do Menino Jesus!

GALUCH, Mariana Vieira. **Do assentamento ao agronegócio**: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas). 2019. 269 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar os fluxos migratórios impulsionados pela política de colonização, bem como seus efeitos sociais, a partir de um trabalho etnográfico realizado no município de Apuí, no Sul do Amazonas. A pesquisa tomou o Projeto de Assentamento Rio Juma, o maior em extensão do país, buscando reconstituir o processo que permitiu a que este assentamento fosse progressivamente incorporado ao mercado formal de terras. Para tal, operou-se com instrumentos teórico-metodológicos como: fronteira, políticas de colonização, movimentos migratórios e trajetórias de vida. O trabalho contou com o uso de pesquisa bibliográfica para situar historicamente a região pesquisada, ou seja, Tapajós-Madeira. A redação da tese contemplou: a economia da borracha e seus impactos sobre comunidades que habitavam a região; a abertura da BR 230, a Transamazônica e a política de colonização empreitada pelos governos militares e, finalmente, três processos migratórios distintos para o assentamento: os paranaenses do município de Francisco Beltrão que chegaram em 1983; as famílias que migraram provenientes de Rondônia, a partir de 1990; e as famílias brasiguaias, que cruzaram a fronteira internacional, a partir de 2000. A tese enfatizou a marcante presença atual do agronegócio no município de Apuí. A pesquisa, a partir das múltiplas configurações que o assentamento constituiu ao longo do tempo, permitiu elucidar a diversidade de movimentos de populações diante das tensões entre fronteira agrária e ambiental e transformações nos projetos territoriais voltados para a Amazônia nos últimos trinta anos. A história do PA Rio Juma expressa com clareza a diversidade de políticas e orientações distintas que permearam o desenvolvimento territorial amazônico.

Palavras-chave: Políticas de Colonização; Assentamentos Rurais; Migração; Amazonas; Agronegócio, Desmatamento.

GALUCH, Mariana Vieira. **From the settlement to agribusiness: an ethnography of migrations, policies and territorial dynamics in Apuí (Amazonas)**. 2019. 269 f. Doctorate Thesis (Pos-Graduation Program in Social Anthropology) – Federal University of Amazonas, Manaus, 2019.

ABSTRACT

This research investigated the migratory flows driven by colonization policy, as well as its social effects, based on an ethnographic approach carried out in the city of Apuí, southern Amazonas. The survey was performed at the Projeto de Assentamento Rio Juma, the largest in the country, seeking to reconstitute the process that allowed this settlement to be progressively incorporated into the formal land market. For this purpose, we worked with theoretical-methodological instruments such as frontier, colonization policies, migratory movements and life trajectories. The work relied on the use of bibliographical research to historically situate the region surveyed, that is, Tapajós-Madeira. The writing of the thesis contemplated: the rubber economy and its impacts on communities that inhabited the region; the opening of the BR 230 Brazilian road, the Transamazônica and the policy of colonization undertaken by the military governments and, finally, three distinct migratory processes for the settlement: the paranaenses of the municipality of Francisco Beltrão that arrived in 1983; the families that migrated from Rondônia, from 1990; and brasiguaias families (Brazilian migrants and their descendants living in Paraguay), who crossed the international frontier, starting in 2000. The thesis emphasized the current strong presence of agribusiness in the municipality of Apuí. The research, based on the multiple configurations that the settlement constituted over time, allowed elucidating the diversity of population movements in the face of tensions between the agrarian and environmental frontier and transformations in the territorial projects focused on the Amazon in the last thirty years. The history of the PA Rio Juma clearly expresses the diversity of policies and distinct orientations that permeated the Amazonian territorial development.

Keywords: Colonization policies; Rural settlements; Migration; Amazonas; Agribusiness; Deforestation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Povos indígenas no Estado do Amazonas, em 1982	74
Figura 02: Ilustração Seringal São Bento, Rio Madeira	87
Figura 03: Sr. Celso Messias e Fazenda Apuy	102
Figura 04: Aperto de mão entre José Lindoso e Mário Andreazza	106
Figura 05: Fazendas existentes antes da demarcação do PAD Rio Juma	108
Figura 06: Documento Comunicação Interna - INCRA	126
Figura 07: Tabela – Data de saída dos ônibus com destino ao PAD Rio Juma	127
Figura 08: Comboio estacionado – Fazenda Apuy	133
Figura 09: Família Benites	137
Figura 10: Barracos cobertos com lona azul	142
Figura 11: Folhetim Alerta – Homem da Terra	147
Figura 12: Escola do PAD Rio Juma, 1984	163
Figura 13: Imagem comemorativa Eucatur – 50 anos	173
Figura 14: Capa Revista Veja, 1982	174
Figura 15: Relação dos passageiros embarcados no navio da INASA	186
Figura 16: Distribuição de Brasiguaios no Brasil, 2000	195
Figura 17: Rebanho em pastagem	218
Figura 18: Arena de rodeio, Apuí	226
Figura 19: Gado Nelore em exposição na EXPOAP, Apuí	229
Figura 20: Ilustração: criação de gado na Amazônia	249

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do Município de Apuí - Amazonas	20
Mapa 02: Mosaico de Unidades de Conservação – Apuí	22
Mapa 03: Fluxos migratórios para o município de Apuí	42
Mapa 04: Delimitação histórica do município de Apuí	65
Mapa 05: Comunidades extrativistas citadas a partir da área de estudo na Década de 1960	81
Mapa 06: Municípios de Francisco Beltrão, Enéas Marques, Pranchita e Cascavel, Estado do Paraná	123
Mapa 07: Rodovias de acesso entre Rondônia e Apuí, Amazonas	180
Mapa 08: Localidades das residências de brasileiros no Paraguai	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ADAF - Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas
BEC – Batalhão de Engenharia e Construção
BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CANA - Colônia Nacional Agrícola do Amazonas
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEM - Campanha de Erradicação da Malária
CEV - Campanha de Erradicação da Varíola
CIAMA - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Limitada
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentação
COOPERJUMA - Cooperativa Extrativista Mineral Familiar do Juma
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CODERSAM - Cooperativa de Desenvolvimento do Sul do Amazonas
CR - Coordenadoria Regional do Extremo Norte
DENERU - Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense
GTA - Guia de Trânsito Animal
IBR - *Instituto Bienestar Rural*
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IERAM - Instituto de Educação Rural do Amazonas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITERAM - Instituto de Terras e Colonização do Amazonas
MASTERS – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPTA - Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia

NMSPP – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência Sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PARJ – Projeto de Assentamento Rio Juma

PIC – Programas Integrados de Colonização

PIN – Plano de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito da Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PTCD - Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento do Amazonas

SDS - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SINDSUL – Sindicato Rural do Sul do Amazonas

SINTRAFA – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Agricultores e Agricultoras Familiares de Apuí

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SR – Superintendência Regional

SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UC – Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A ELABORAÇÃO DA PESQUISA E AS ETAPAS A SEREM PERCORRIDAS ..	33
2.1 AS PRIMEIRAS INSERÇÕES EM CAMPO: OS PRIMEIROS OLHARES E A FORMAÇÃO DA REDE DE INTERLOCUTORES	34
2.2 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS, A BUSCA POR CONCEITOS E INSTRUMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45
2.2.1 A Amazônia como área de fronteira e a demarcação do PARJ.....	47
2.2.2 O PARJ e o processo de colonização: a busca pela terra	49
2.2.3 A passagem por Rondônia e a “conquista” da terra	54
2.2.4 A chegada dos Brasiguaios e a especulação da terra.....	56
2.2.5 Percepções mais atentas ao PARJ	60
3 ENTRE A FRONTEIRA E O TRAÇADO – O AMAZONAS E A ABERTURA DA TRANSAMAZÔNICA	64
3.1 A TRANSAMAZÔNICA E O RECORTE EM ÁREAS INDÍGENAS.....	70
3.1.1 Os indígenas em Apuí	75
3.2 A TRANSAMAZÔNICA E OS TRABALHADORES DO PERÍODO DA BORRACHA.....	78
3.2.1 As margens do rio Aripuanã e suas narrativas	82
3.2.2 O Rio Sucunduri e o contexto da economia da borracha	87
3.3 A ABERTURA DA TRANSAMAZÔNICA E AS AÇÕES DOS GOVERNOS MILITARES	90
3.4 AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS MIGRANTES QUE OCUPARAM A BR 230 A PARTIR DE SUA ABERTURA	99
3.5 CELSO MESSIAS E A PROMESSA DE CONSTRUIR UMA CIDADE	101
3.6 A CHEGADA DOS AGENTES DO ESTADO: A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E DEMARCAÇÃO DO PARJ.....	105
3.6.1 O Batalhão de Engenharia e Construção e a delimitação do espaço.....	106
3.6.2 O ordenamento das pessoas – o INCRA.....	109

4 A POSSIBILIDADE DE “GANHAR” TERRA E AS FAMÍLIAS QUE VIERAM DO SUL	113
4.1 A ABERTURA E O FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÁRIA NO SUL DO PAÍS.....	114
4.2 MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA E A DISPONIBILIDADE DE TERRAS NO AMAZONAS.....	119
4.3 A SAÍDA DOS ÔNIBUS E A VIAGEM PARA O AMAZONAS.....	124
4.4 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARANAENSES	129
4.5 AS FAMÍLIAS DO RIO GRANDE DO SUL E A VIAGEM PARA O PARJ.....	135
5 UM ASSENTAMENTO CRIADO PARA ABRIR FAZENDA: FORMAÇÃO SOCIAL DE APUÍ E PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DAS TERRAS DO PARJ	139
5.1 DE COLONOS A PARCELEIROS.....	140
5.2 “MUITA GENTE VOLTOU” E AS ÁREAS ABERTAS PARA TRANSFORMAR FLORESTA EM TERRA.....	144
5.2.1 As áreas abertas e a valorização da terra	152
5.3 AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DO RIO JUMA – O PRIMEIRO PASSO PARA A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APUÍ.....	154
5.3.1 As instituições estatais e a formação do núcleo urbano: EMATER, SUCAM, CEAM e COBAL	155
5.3.2 As primeiras organizações dos parceleiros	157
5.3.3 Os vínculos sociais e as redes de sociabilidade entre as famílias.....	159
5.4 OS INVESTIMENTOS DO ESTADO PARA FORMAÇÃO DE UM PERFIL EMPRESARIAL AGROPECUÁRIO	164
5.5 A MIGRAÇÃO E A EXPANSÃO VIA RONDONIA.....	168
5.6 APUÍ: O TERCEIRO CICLO E A CONQUISTA DA TERRA	177
5.7 A SAGA DE UMA COMUNIDADE VINDA DO NORDESTE	182
6 A MIGRAÇÃO DOS BRASIGUAIOS E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO PARJ	188
6.1 BRASILEIROS EM TERRAS PARAGUAIAS	189
6.1.1 Trajetória dos brasileiros no Paraguai a partir dos entrevistados	194
6.2 APUÍ: UM LUGAR A SER CONHECIDO	202

6.3 APUÍ: MAIS UMA PROMESSA NÃO CUMPRIDA NA REGIÃO	204
6.4 OS BRASIGUAIOS E SUAS RELAÇÕES EM APUÍ.....	213
7 DO ASSENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO – A TERRA DA PECUÁRIA	217
7.1 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O ENTRAVE QUE PERSISTE.....	218
7.2 AGRONEGÓCIO E A PECUÁRIA EM APUÍ	220
7.2.1 A vitrine do agronegócio - o rodeio.....	222
7.2.2 A representação do Agronegócio: O SINDISUL	231
7.3 A FEBRE DO OURO: O GARIMPO DO JUMA.....	237
7.3.1 Relatos do Garimpo do Juma	239
7.4 O LUGAR DA LUTA.....	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257

1 INTRODUÇÃO

Existe uma bibliografia vasta sobre o desmatamento da floresta amazônica consequente dos projetos desenvolvimentistas conduzidos pelo Estado, principalmente nos estados do Pará, do Mato Grosso e de Rondônia. Livros como *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, de Otavio Velho, *Matuchos – exclusão e luta*, de José Vicente dos Santos, tratam da Amazônia e das suas frentes, sejam de expansão ou de migração. Fui desafiada pela minha banca de qualificação a responder qual é a importância do meu trabalho e qual é a problemática antropológica da minha pesquisa, uma vez que esse tema extrapola o que já se fala há muitos anos, algo sem solução. Afinal, sobre o que nós das Ciências Humanas falamos e encontramos soluções? Tratando-se de uma abordagem antropológica, “ao formular problemas através da etnografia, dá lugar a renovadas possibilidades de presente” (ALMEIDA, 2013, p. 11).

Cheguei a Manaus em fevereiro de 2014 para residir na cidade e para cursar o doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Saí do Paraná por escolha; deixei-me levar pelo necessário deslocamento, pela força da migração. Como em um movimento de quem sai do Norte do país e vai para o Sul, entoadado pelo repertório de Belchior “eu me lembro muito bem do dia que eu cheguei/ jovem que desce do Norte pra cidade grande”¹, eu me encontrava “subindo”, rumo à outra direção.

Passei a integrar a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia (Nepta). A convite da professora Thereza Menezes, que se tornou a minha orientadora, recebi a proposta e o desafio de realizar a minha pesquisa no município de Apuí (Sul do Amazonas, Microrregião do rio Madeira). A localidade fica a 457quilômetros de Manaus em linha reta e a 1.098 quilômetros pela estrada, percorrendo a BR-319 e a BR-230, a Transamazônica (Mapa 1).

Na ocasião, minha orientadora relatou o fato de o Projeto de Assentamento Rio Juma – PARJ – ter originado o município; esse assentamento recebe o *status* de “maior assentamento da América Latina”, destacando-se pela forte presença de

¹ Fotografia 3X4 - Belchior

MAPA 01: Localização do município de Apuí - Amazonas



Paranaenses na região, bem como pela recente e crescente chegada de brasiguaios. Eram os brasileiros que estavam no Paraguai e, sem grandes conquistas econômicas ou dificuldades de permanecerem no país vizinho, retornaram a partir da organização do MST no Paraná, se organizando em forma de acampamentos. Com isso, no primeiro momento, os brasiguaios foram aqueles brasileiros considerados pobres, que voltaram para o seu país de origem.

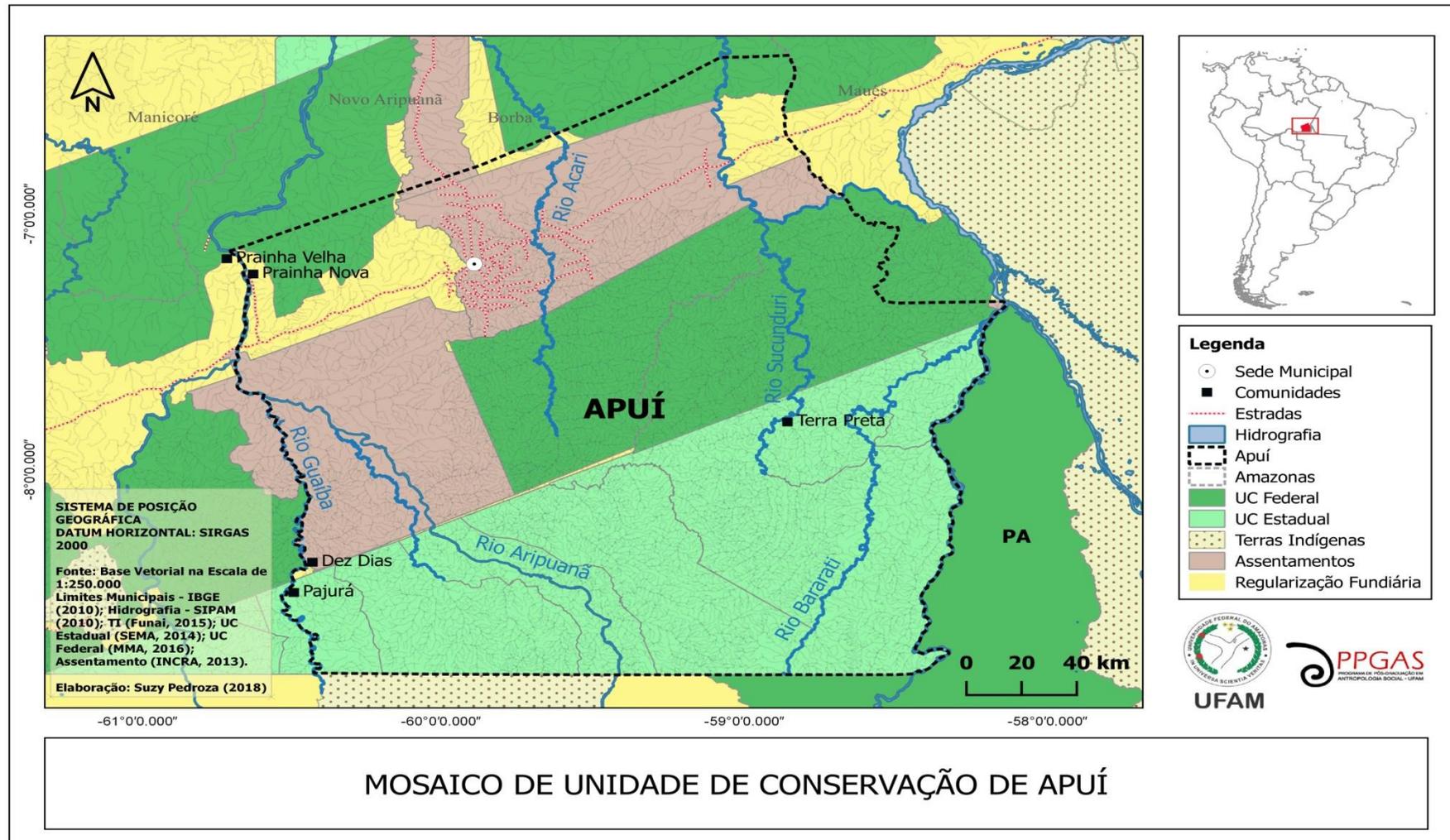
Essa informação me intrigou, já que desconhecia esse episódio da história do meu próprio estado. Sabia sobre várias famílias paranaenses que foram para Mato Grosso e para Rondônia, mas desconhecia a migração para o Amazonas. Diante de fatos, até então, novos ao meu olhar e relevantes para a história do universo rural brasileiro, os quais me permitiam vincular as histórias do Norte e do Sul, aceitei o desafio e busquei construir o meu objeto de pesquisa.

Meus poucos conhecimentos ainda não tornavam claras as especificidades dos assentamentos amazônicos, demarcados no período da ditadura militar. A experiência prévia no Sul do país me fazia pensar em atores clássicos da reforma agrária no Paraná (minha região de origem), bem como na presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – em sua condição de ocupação, de acampamento e de assentamento, cujo conceito foi sendo desconstruído à medida que compreendia uma realidade muito distinta daquela que conhecia.

No entanto, não era só isso. Com pouco mais de 20.000 habitantes, Apuí possuía 80% da sua economia destinada à pecuária de gado de corte e de leite, sendo o terceiro maior produtor do estado (IBGE, 2018). Em 2005, porém, em meio a mobilizações dos movimentos sociais foi criado um território voltado à conservação ambiental chamado de Mosaico Apuí, com 2,46 milhões de hectares (AMAZONAS, 2010), o qual constitui um conjunto de nove Unidades de Conservação (UC) cuja finalidade é impedir a ocupação ilegal de terras e o desmatamento ilegal em uma região com expressiva presença da pecuária extensiva. Essa configuração me chamou atenção. O território do município de Apuí é caracterizado por uma pluralidade de territórios, marcado por políticas territoriais, constituído por diversos movimentos (Mapa 02).

Após mais de uma década da criação do mosaico, a região tem caracterizando-se fortemente como uma das áreas mais promissoras do agronegócio, com índices de desmatamento que destacaram, nacionalmente, o

MAPA 02: Mosaico de Unidades de Conservação - Apuí



município quando comparado a outros de relevante destaque na Amazônia Legal no período 2014-2016². Compreender esse universo em mudança galopante exigiu algumas idas ao local.

A primeira vez que fui a Apuí foi no dia 24 de fevereiro de 2015 para realizar um *survey*, a fim de melhor delimitar a pesquisa e de mapear a dinâmica de transformações que fundamentariam a realização deste estudo. Era o meu primeiro trabalho de campo no Amazonas e também a minha primeira proposta de investigação antropológica, na qual estava sozinha, com poucos conhecimentos prévios. A minha referência era a senhora Joana³, que soube da minha ida por meio do contato de Cloves Pereira, meu então colega de núcleo de pesquisa e atual professor da Ufam.

Eu havia pesquisado, brevemente, sobre a história de Apuí. O PARJ foi demarcado e constituído em 1982, próximo ao Rio Juma, na região Sul do estado do Amazonas, às margens da Rodovia Transamazônica (BR-230). No território próximo ao Rio Juma, existiam algumas comunidades como Sucunduri, na beira do rio Sucunduri, e a comunidade de Prainha, na beira do rio Aripuanã, ambas constituídas por moradores que trabalhavam com extrativismo. Com a abertura da BR, formou-se, a partir de 1972, a Vila Juma, localizada bem ao centro, entre os rios Sucunduri e Aripuanã. A vila foi constituída por trabalhadores da empresa Camargo Correia, responsável pela obra da rodovia, e por famílias que vinham demarcando terras com a abertura da BR-230 e que já possuíam conhecimento do processo de abertura de rodovias no Norte do país. Para possibilitar o processo de ocupação, foi constituído o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD)⁴ Rio Juma, em uma área de 689.000ha, com capacidade para 7.500 famílias (LEAL, 2009).

² Segundo dados do Imazon/ SAD, referentes ao desmatamento entre agosto de 2014 e junho de 2016 na Amazônia Legal, o PARJ apareceu como o assentamento mais desmatado no período de realização do estudo. Disponível em: <<http://imazon.org.br/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-de-2016-sad/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

³ Para preservar o anonimato dos entrevistados e interlocutores, os nomes nesta tese foram alterados para pseudônimos.

⁴ De acordo com o INCRA, os Projetos de Assentamentos Dirigidos foram criados a partir da década de 1970, com o objetivo de cumprir com as determinações do Estatuto da Terra, com público alvo de pequenos e médios agricultores, sendo criados e titulados pela União. Essa modalidade deixou de ser criada a partir da década de 1990, quando entrou em desuso. Com isso, a área passou a ser chamada de Projeto de Assentamento Rio Juma, consolidada com a Instrução Normativa Nº 15, de 30 de março de 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em janeiro de 2019.

Diante desse contexto, o Estado Nacional, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), possibilitou que o processo de ocupação ocorresse de forma mais acelerada. A Superintendência Regional, SR 15, representando o estado do Amazonas, e a SR 09, no estado do Paraná, articularam esse processo. Entre julho e agosto de 1983, aproximadamente, 2.000 famílias deixaram o Paraná na expectativa de conquistar a posse da terra amazonense. Essas pessoas eram da região Sudoeste do Paraná, principalmente dos municípios de Francisco Beltrão e de Cascavel. Nesse contexto, o Incra, por meio de suas agências regionais, atuou como facilitador desse processo, ao disponibilizar os lotes (LEAL, 2009). Anos depois, em 1987, as pessoas que ali estavam, tendo em face as distâncias e a grande falta de assistência no âmbito estatal, impulsionaram a emancipação do município de Apuí.

Em campo, durante as primeiras conversas com Joana, expliquei que meu objetivo era investigar o processo de ocupação do PARJ a partir de sua demarcação, bem como compreender a dinâmica do episódio da migração de várias famílias do Sudoeste do Paraná e os seus desdobramentos no tempo. Na ocasião, ela reforçava que Apuí, em sua grande parte, tinha-se constituído por pessoas que vieram do Sul do país. Foi possível identificar uma intensa presença dos chamados “sulistas” na cidade, além de pessoas que vieram de outras regiões do país. Esse cenário reforçou o questionamento e a necessidade de compreender as razões do deslocamento de famílias para o estado do Amazonas.

Quando cheguei a Apuí, não percebi muitas diferenças paisagísticas em relação à minha região de origem, o Paraná; realmente, o pasto era o cenário presente. Por outro lado, eu não tinha visitado muitos lugares no Amazonas para mensurar o descompasso das paisagens locais originais e como a floresta densa havia transformado-se em grandes fazendas.

A partir dessa “história da região”, focada inicialmente na migração, na Amazônia como área de avanço recente da fronteira agropecuária, na colonização e no projeto de assentamento, esta pesquisa foi ganhando forma, alicerçando-se conceitualmente. Não poderia esquivar-me da vasta discussão sobre o contexto histórico da criação do assentamento: era período dos governos militares e os agentes do Estado se faziam presente por meio do Incra; como, porém, lançar um

inovador olhar antropológico para um tema com certo acúmulo de produção e de debate?

E, além disso, o que tem a dizer alguém que sai do Sul do País para ir ao Norte e ainda se propõe a pesquisar sobre a Amazônia? Escrever sobre qualquer tema relacionado à Amazônia não é uma tarefa simples, particularmente para o intelectual iniciante, recém-chegado e que costuma ter o seu direito de fala questionado por ser um *outsider*. Quando ingressei no doutorado, ainda era obscuro o meu objeto de pesquisa. Nesse contexto de escolhas, eis que me deparo com o processo migratório de pessoas que saem de outras regiões para estabelecerem suas vidas no Amazonas, processo social pelo qual eu mesma passava.

Ingressei no Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Ufam (PPGAS/Ufam) tendo como projeto a questão de jovens rurais. Essa temática vinha ocupando lugar central no debate político e também no acadêmico da sociologia e da antropologia rurais, tendo em vista as condições sociais de reprodução da reforma agrária. Eu estava pesquisando assentamentos rurais no Paraná, buscando pensar a questão de permanência ou de saída da zona rural, a preocupação dos pais em relação à continuidade das atividades rurais dos seus estabelecimentos. Entre novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, percorri mais de 15 projetos de assentamentos situados nas regiões Sudoeste e Norte do Paraná; essa temática se fazia pulsante. Os locais visitados tinham um histórico em comum: a luta pela conquista da terra. A maioria teve o processo de ocupação organizado pelo MST, o qual começou constituindo acampamento e, posteriormente, assentamento.

Mariza Peirano, em seu livro *A favor da etnografia* (1995), destaca que “Na antropologia a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia local da pesquisa” (PEIRANO, 1995, p. 42). Sendo assim, o *ethos* do pesquisador se revela como fator de influência, já se apresentando nas escolhas de programa de pós-graduação, de orientação, de grupos de pesquisa, no financiamento pelas agências de fomento, nas disciplinas que são obrigatórias ou optativas. Esses direcionamentos são relevantes para a ida a campo, para a

articulação estabelecida, para os pares com quem se dialoga, bem como na busca por certos interlocutores e por informações relevantes.

A questão da terra se faz presente na minha jornada acadêmica desde o meu primeiro trabalho como graduada. No início de 2006, tive a oportunidade de trabalhar como técnica da Incubadora da Unitrabalho⁵ por um ano, no *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM) localizado no município de Umuarama/PR. Naquele momento, a principal atividade era apoiar empreendimentos cooperativos rurais no fortalecimento de suas atividades frente o avanço da cultura da cana, que, na região, expandia-se de forma acelerada por meio do arrendamento de terras.

Dois anos depois, eu ingressava no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL); o meu objeto de estudo era uma das cooperativas constituídas a partir do trabalho de extensão realizado na Incubadora da Unitrabalho. A cooperativa foi formalizada por pequenos produtores de leite, residentes em seus sítios, que buscavam enfrentar as dificuldades impostas por um grande laticínio da região.

Outros trabalhos foram realizados posteriormente, com mulheres em assentamentos rurais e um trabalho de consultoria, solicitado pela Incra, para investigar a viabilidade de titulação definitiva para 28 projetos de assentamento no Paraná, nas regiões Norte e Sudoeste. Foram vários dias de viagens, de visitas e de conversas com os assentados, conhecendo suas histórias e seu processo de ocupação, vinculados ao MST. A partir daquele momento, minha opção pelos estudos sobre os assentamentos foi ganhando forma.

Por mais que os assuntos agrários na sua natureza acadêmica chegaram a mim após a época da graduação, o “rural” se fazia presente na história da minha família. Meus pais nasceram no “sítio”, nome pelo qual é conhecido o modelo de propriedade rural familiar. Nesse caso, há um aspecto curioso: geralmente no Sul, as áreas cultivadas são chamadas de colônias, que se referem aos migrantes de origem alemã, no Rio Grande do Sul; em contrapartida, o sítio está relacionado a uma tradição portuguesa associada à pecuária no Nordeste (WOORTMANN, 1995). Na história da colonização do Norte paranaense, porém, não são os sulistas os

⁵ A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Fundação Unitrabalho, criada em 1992, é uma rede acadêmica nacional responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, consultorias, debates, publicações e programas de formação profissional relacionados ao mundo do trabalhador e do trabalho.

protagonistas, mas os assalariados das fazendas de café do estado de São Paulo que encontram, na região, possibilidades de compra, migrando para o Paraná, onde não existia uma identidade étnica específica, mas sim o caipira, retratado no livro *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido.

Meus avós, sem exceção, são filhos de camponeses que migraram de países como antiga Iugoslávia, Itália, Polônia e Portugal para o Brasil em busca de melhores condições de vida e de acesso à terra fértil e cultivável o ano inteiro. Naquele contexto de pós Primeira Guerra Mundial, a situação era precária, principalmente para os camponeses mais pobres. No entanto, informações sobre a possibilidade de adquirir terra eram divulgadas no formato de propaganda pelas companhias de navegação. Com isso, os meus familiares vindos de Portugal, da Itália e da antiga Iugoslávia chegaram ao Brasil pelo porto localizado no Rio de Janeiro, deslocando-se para o interior do estado de São Paulo para trabalharem como empregados nas fazendas de café. Os que vieram da Polônia chegaram ao Brasil pelo porto de Paranaguá e foram para colônias no Sul do Paraná.

A partir das décadas de 1940 e de 1950, na região Norte do estado do Paraná, houve um aumento significativo da produção cafeeira. Além disso, o processo de demarcação de terras em pequenos lotes facilitou o processo de compra. Essa região foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, uma colonizadora inglesa de iniciativa privada, cujo fundador foi Lord Lovat, um escocês especialista em agricultura, em reflorestamento e em colonização que, a pedido do governo brasileiro em 1924, estudou a viabilidade de desenvolvimento econômico em diversas regiões do país. Com isso, o objetivo da companhia era intermediar a compra de terras, possibilitar a exploração e recrutar colonos (KOHLHEPP, 2014).

Na década de 1950, em meio a esse contexto, meus avós chegaram ao Norte do Paraná, motivados pelas condições viáveis de compra de terra, de lotes com dez hectares, e para trabalhar com a cafeicultura. Cresci ouvindo meus avós comentarem que a principal ferramenta de trabalho é a enxada e que a atividade que não “transpira” não é trabalho.

As famílias de meus pais eram típicas de camponeses, com trabalho familiar e com muitos filhos: minha mãe pertence a uma família de doze filhos e meu pai, de sete. Na adolescência, ajudavam seus pais nas atividades de casa e de “roça” na

região Norte do Paraná. Como eram muitos, o pouco espaço de terra não garantia a herança para todos; com isso, mudar para a cidade era a opção. O êxodo de meus familiares aconteceu na década de 1970.

Em 1969, a economia cafeeira do Paraná sofreu as consequências da geada que atingiu aproximadamente 97% dos cafeeiros no Norte do Paraná, os quais estavam em uma fase de consolidação da cultura. Essa situação provocou o desemprego de mais de 10.000 trabalhadores e o êxodo da população rural. Mais tarde, em 1975, aconteceu o episódio da “geada negra”: uma forte geada que queimou a produção cafeeira, ocasionando o declínio de tal atividade. Um episódio simbólico, porque, mais uma vez, apenas o desastre natural foi considerado a causa central do declínio de um modelo de economia rural. Assim como a seca auxilia na construção da narrativa do rompimento com velhas regionalizações, no caso do nordeste (RIBEIRO, 2002), ou da intensa pobreza na Índia (DAVIS, 2002), a geada no Norte paranaense provocou o processo de apropriação de pequenas áreas para a formação de latifúndios.

Diante dessa situação, meus familiares deixaram de trabalhar com café e suas propriedades de, aproximadamente, 15 hectares foram destinadas ao arrendamento ou à venda. Após esse período, converge, no Norte do Paraná, o forte êxodo rural, com o fluxo rural-urbano, e o intenso fluxo migratório de famílias paranaenses para Mato Grosso e para Rondônia. Eis que me encontro nesta situação: uma migrante paranaense que percorreu alguns estados para pesquisar outros sulistas que estão no mesmo estado que eu, mas que possuem trajetórias diferentes.

E assim segui essa investigação no Estado do Amazonas, buscando compreender o processo de migração considerando a Amazônia como área de fronteira e colonização, a partir da migração do campesinato e suas trajetórias de vida. Esses elementos foram essenciais para que pudesse entender as representações sociais de seus lugares de origem e as estratégias que resultaram na organização social do município de Apuí. Era necessário compreender como esse processo social que se iniciou com investimento estatal voltado para a destinação de terras da União à colonização e à reforma agrária se tornou um importante mercado formal de terras disponíveis para o avanço do agronegócio amazônico. Esse empreendimento estava em andamento. Busquei compreender

esse processo por meio do trabalho etnográfico e do meu papel constante de observar e de registrar aquilo que eu identificava como dado. A problemática estava exposta.

Dessa forma, esta pesquisa se aproxima de outras etnografias que, em um esforço coletivo, vêm buscando compreender, por meio de um olhar antropológico, as transformações socioterritoriais em curso na porção Sul e Sudeste do estado do Amazonas. Apuí, Lábrea e Manicoré são os municípios que fazem parte dos recortes espaciais da equipe de pesquisadores do Nepta, do qual eu faço parte.

Esta é uma pesquisa construída a partir das memórias de muitas pessoas que disponibilizaram seu tempo e partilharam suas histórias e de suas famílias as quais partiram de sua terra natal para chegarem em uma terra de promessas cuja efetivação ainda se espera. “As memórias também fazem história”. Foi isso que eu disse a um dos meus interlocutores quando eles explicavam suas trajetórias. Quando estava no processo de transcrição, eu escutei e aquilo foi tomando forma; afinal, fazer uma etnografia a partir das memórias é um tanto quanto complexo, pois a minha interpretação passa pela confiança que atribuo à memória dos meus interlocutores. Não estava como Malinowski em terras distantes, meio à cultura distinta dos seus, mas estava em uma cidade que mais se parecia com uma cidade de interior do Paraná do que com uma cidade do interior do Amazonas.

Foram locais de trabalho e muitas, muitas varandas ocupadas que serviram de cenário para reviver um passado quase distante, mas que estava presente nos sotaques e nos chimarrões oferecidos. Muitos netos se fizeram presentes; os quais, assim como eu, também se surpreendiam com as histórias dos mais velhos que percorreram muitos quilômetros e muitos anos para estarem ali. Meus entrevistados também me questionavam sobre como eu havia chego ali; inclusive, participei da gravação do documentário *Braços Fortes*, de Drance Jésus (2017), sendo entrevistada com o objetivo de explicar a minha pesquisa e como ela se relaciona com a história de Apuí.

Eu percorria o município de bicicleta, a maneira mais barata e rápida para se deslocar; eu conseguia chegar, em poucos minutos, aos lugares de que eu precisava. No total, foram 85 interlocutores, entre migrantes e pessoas ligadas às instituições – Sintrafa, Sindisul, Câmara Municipal, Idesam, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf), Incra, Prefeitura Municipl,

Igreja Católica, Igreja Congregacional, Secretaria de Meio Ambiente do Município, Secretaria de Educação, IDAM. “E descobri que na prática, a partir do momento em que resolvi seguir o caminho mais humilde de “perguntar ao maior número de pessoas que pudesse”, quase cheguei a dobrar o número de informações que obtivera previamente” (RICHARDS, 1938 *apud* MITCHELL, 1987, p. 77). Essa atitude quase foi um tiro no pé, afinal, com tantas informações, corre-se o risco da dificuldade de atribuir qualquer tipo de recorte, dada as informações em abundância que tinha em mãos. Mas elas foram essenciais para um maior conhecimento sobre o PARJ. Oriente ao leitor uma atenção aos nomes, eles são muitos.

Transcrevi 55 horas de entrevistas, que foram analisadas e tabuladas de acordo com os referenciais apropriados, a partir de três trabalhos de campo. Realizei observações diretas, cujos acontecimentos foram anotados constantemente no meu caderno de campo. Além disso, registrava as conversas informais cotidianas, nas quais havia muitas informações que eram ditas justamente porque não existiam as preocupações que envolvem uma entrevista.

Nas entrevistas, eu fazia questionamentos sobre o local de origem, o trabalho que o entrevistado exercia com a família, como ficou sabendo de Apuí e as razões pelas quais se deslocou para a Amazônia. Eu buscava ter uma posição em campo a fim de compreender, de entender as razões, já que eu também estava na mesma condição deles: eu também era uma paranaense que tinha migrado para a Amazônia. Nas entrevistas, eu buscava constantemente dirimir quaisquer atitudes de dissimetria social, de violência simbólica, proporcionando aos meus entrevistados que estávamos em uma mesma condição de migrante, na escuta ativa e metódica (BOURDIEU, 2012).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas gravadas ou transcritas simultaneamente, de relatos, de análise de situações sociais precisas (eventos, reuniões, encontros, conversas informais com famílias, com sindicatos e com associações, no canteiro central da Avenida Mário Andreazza), de análise documental, como as fichas sobre as famílias que migraram. Com este material organizado, o texto busca compor o seu caráter etnográfico.

No segundo capítulo, descrevo as minhas primeiras atividades de trabalho de campo, de pesquisa *survey*, a formação da minha rede de interlocutores e a construção do meu projeto de pesquisa. Apresento a minha problemática de

pesquisa, a partir dos dados coletados, os objetivos, bem como meus instrumentos teórico-metodológicos como: Amazônia como área de fronteira; políticas de colonização; movimentos migratórios e trajetórias de vida.

No terceiro capítulo, por meio de estruturas históricas, investigo o contexto histórico e social do Sudeste do Amazonas, considerando os povos indígenas e a economia da borracha. Posteriormente, descrevo o processo de abertura da Transamazônica, a demarcação do PARJ e as políticas desenvolvimentistas a partir dos governos militares. Além disso, apresento as comunidades que já existiam na região e a forma que se relacionaram com a chegada das primeiras famílias na década de 1970. Essa investigação foi possível a partir do emprego de várias fontes – pesquisas bibliográficas, entrevistas, observação e conversas informais.

No quarto capítulo, discorro sobre o processo de migração das famílias para o Amazonas, em 1983. Para tanto, resgato elementos históricos do Sudoeste do Paraná e disponibilização dos ônibus, pelo INCRA, para o deslocamento das famílias. Investigo também o processo de chegada delas no PARJ, bem como a organização em seus lotes. Para resgatar esse período, busquei famílias que viajaram com os ônibus e, a partir delas, as razões da migração para o Estado do Amazonas.

No quinto capítulo, investigo a formação social do município de Apuí e a migração de famílias vindas de Rondônia. Dessa forma, foi necessário compreender o contexto local e histórico deste Estado, que também recebeu muitas famílias sulistas, por meio de projetos de assentamentos dirigidos. O recorte temporal se situa entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, que coincide com o período em que muitas famílias deixaram o PA Rio Juma, devido as dificuldades encontradas para permanecer nos lotes. Neste capítulo, busquei informações com pessoas que trabalhavam nos órgãos dos governos federais e estaduais, além de famílias que migraram via Rondônia.

No quinto capítulo, o principal objetivo foi investigar a corrente migratória dos brasiguaios, potencializada no fim da década de 1990. Entender esse processo é como fazer uma releitura das dinâmicas de transformações em uma temporalidade de quase vinte anos e buscar compreender as novas razões pelas quais esse espaço se torna foco de atração de um grupo muito diverso de famílias migrantes. Vale destacar que boa parte das famílias brasiguaias residiu cerca de quinze anos

ou mais no Paraguai antes do deslocamento para o Amazonas. Para este capítulo, entrevistei famílias brasiguaias e instituições ligadas a esse grupo.

No sexto capítulo, investigo as características atuais de Apuí, a partir da realidade do agronegócio; dessa forma, pesquisei o desenvolvimento da pecuária nos últimos anos, a organização do sindicato dos grandes pecuaristas e as lutas travadas pelos movimentos sociais, por meio de suas mobilizações. Para essas informações, a observação atenta foi fundamental para compreender a conexão da atividade pecuária com o município, além de participar do rodeio, o show do agronegócio.

O caso investigado é uma janela para compreendermos a diversidade, as interfaces, as tensões entre fronteira agrária e fronteira ambiental e as transformações nos projetos territoriais voltados para a Amazônia nos últimos trinta anos. A história do PA Juma expressa políticas diversas e orientadas, em períodos distintos, para a colonização, para a reforma agrária e para a descaracterização fundiária associada à regularização fundiária para a promoção do agronegócio. O assentamento manifestou, ainda, um processo de transposição de elementos externos – modos de trabalho, tipo de exploração rural, elementos culturais, comportamentos sociais – que divergem das características regionais.

2. A ELABORAÇÃO DA PESQUISA E AS ETAPAS A SEREM PERCORRIDAS

Foi quase começar do zero. Minhas leituras sobre Amazônia e seus assentamentos começaram com o processo de seleção para o doutorado. Não era o meu objeto de pesquisa desde a graduação ou mestrado. Sim, era preciso traçar um caminho, um projeto, uma rota e seguir. Esse capítulo tem essa finalidade, apresentar, de forma descritiva, como desenvolvi o meu projeto, a partir das minhas primeiras inserções em campo e a proposta teórico-metodológica escolhida a partir das observações e dos primeiros dados coletados.

Minha rede de pesquisa iniciou-se ainda em Manaus, a partir do contato com os colegas pesquisadores do Sul do Amazonas reunidos no NEPTA-Ufam, particularmente, Cloves Pereira e Auriédia Costa, os quais conheciam pessoas que moravam em Apuí. Cloves, que trabalhou durante anos no escritório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-AM), alguns dias antes da minha viagem, entrou em contato com a Sr.^a Joana, na época, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Agricultores e Agriculturas Familiares de Apuí (Sintrafa), que, gentilmente, foi solícita em reservar hotel para a minha hospedagem e me buscar no aeroporto. Cloves disse que ela poderia auxiliar-me na pesquisa, principalmente na indicação de pessoas que vieram do Paraná, nesse primeiro momento. Auriédia que, por cerca de uma década, dedicou-se à atuação no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT-AM) conhecia Sr. Bento, Plínio e Lázaro, este ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Por meio do diálogo com os pares da pesquisa, antropólogos que já foram a campo e coletaram informações, foram disponibilizados dados que auxiliaram no processo da negociação e no estreitamento do vínculo com os interlocutores. A indicação para o diálogo e, até mesmo, uma recomendação sobre com quem “não” se pretendia dialogar tornaram-se elemento fundamental para a pesquisa. Dependendo do objeto e do território a serem explorados, como regiões em conflitos, casos de violências, exploração sexual, qualquer equívoco na escolha de informante pode levar a problemas de ordem profissional e de ordem pessoal (PEIRANO, 1995).

As contribuições bibliográficas sobre o processo de ocupação no PARJ foram essenciais para um cenário mais ampliado e concreto do campo, como ponto de

partida para a compreensão dos fenômenos a investigar. 'Estar em campo' foi essencial para que eu chegasse a formular as questões da pesquisa com segurança. Como toda proposta de trabalho etnográfico, os estudos bibliográficos sobre o tema, a negociação, a ida ao campo, a observação participante, a entrevista etc., remetem ao 'estar lá'. O levantamento bibliográfico prévio ao campo não deixou de ser importante, já que possibilitou o conhecimento fundamental para que eu pudesse situar-me na região pesquisada.

O projeto foi elaborado a partir de dados coletados com a realização de dois trabalhos de campo em fevereiro de 2015 e maio de 2016. O tempo de retorno, devido ao meu trabalho, gerou algumas dificuldades na nova inserção no município, porém tinha mais autonomia e algumas pessoas já me conheciam. A organização dos dados empíricos foi fundamental para formular as questões de pesquisa, bem como para delimitar o seu objeto.

2.1 AS PRIMEIRAS INSERÇÕES EM CAMPO: OS PRIMEIROS OLHARES E A FORMAÇÃO DA REDE DE INTERLOCUTORES

Chegar por via aérea permitiu uma visão ampla do território rural do Assentamento Rio Juma. Como o aeroporto está localizado na área do assentamento, pude visualizar várias fazendas de gado, bem como inúmeras serrarias próximas ao município. Isso já indicava o eixo da economia do município, corroborando os dados da região, os quais indicam que 80% de sua economia são baseados na pecuária bovina (PEREIRA, 2017). Além disso, vi várias áreas abertas na floresta, o que indica a marcha rápida do processo de desmatamento.

Para a realização da pesquisa, foram disponibilizados recursos oriundos de projeto, os quais foram captados pelo Nepta e coordenados pela professora Thereza Menezes; os projetos foram financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (Casadinho-Procad) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e pelo Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – (Pronem), o que permitiu o deslocamento de avião até Apuí.

O outro meio mais rápido é tomar uma lancha rápida até Novo Aripuanã e depois viajar mais 300 quilômetros em estrada de terra. Vale lembrar que, na época

da pesquisa, era período de chuva, o que aumentaria significativamente o tempo de viagem. Estudar a (e na) Amazônia é um desafio que nos leva a refletir sobre nossas possibilidades e limites de pesquisa, ainda mais quando não se é completamente habituado ao lugar.

Assim, começaria a construir meu objeto e minha relação de pesquisa. Ainda me lembro bem, pois foi minha primeira experiência em um bimotor e meu primeiro trabalho de campo na Amazônia. A pergunta que me acompanhou durante a viagem, de forma simplista, foi a seguinte: quais razões levariam esses paranaenses a se deslocarem para a Amazônia? Mal percebia que essa questão poderia ser dirigida a mim: paranaense e também migrante na Amazônia. De fato, ser paranaense talvez tenha sido um dos fatores preponderantes para a escolha do objeto: ou pela trajetória semelhante ou por desconhecer esse processo que faz parte da história do meu próprio estado.

Quando cheguei a Apuí, fui recepcionada pela Sr.^a Joana, que me buscou no aeroporto e me levou ao hotel. Ali foi o meu primeiro contato com o universo da cidade e, pela primeira vez, estava fora de Manaus, no estado do Amazonas.

Apuí é um município do estado do Amazonas cujas características amazonenses são poucas se comparadas ao conjunto dos outros municípios do estado. Uma característica que o diferencia dos demais: não ser banhado por rio navegável. Além disso, o traçado das ruas é planejado, a culinária é marcada por muitos elementos sulistas e, frequentemente, há pessoas tomando chimarrão em frente às casas. É notória a presença de veículos 4X4, caminhonetes e utilitários circulando pela cidade, bem como numerosas casas de produtos agropecuários, o que indica a forte presença de atividades relacionadas à agropecuária na área rural. 'Paraná' era o nome do comércio que avistei ao entrar no perímetro urbano.

Aos poucos, percebia que a minha percepção do espaço em campo não se relacionava com o "exótico", de quem sai do Sul para realizar trabalho de campo na Amazônia; aquele espaço recordava uma cidade pequena, do interior do Paraná, iguais as da minha infância, como Mandaguaçu e São Jorge do Ivaí. Os olhares condiziam com um lugar familiar, marcada em um movimento de espaço e de corpo, assim como acontecera com Guattari. Ao atravessar uma ponte na cidade de São Paulo, sua experiência pessoal revelou sensações de sua infância, de quando ele atravessava a ponte Cardinet, em Paris (GUATTARI, 1992).

A inserção no campo veio com a possibilidade de permanecer, em parte do meu dia, no Sintrafa, a primeira organização coletiva na década de 1980 em Apuí. Lá, conversava com Joana sobre a realidade do município e ela me indicava algumas pessoas que eu deveria contatar. Na procura por famílias “antigas”, independente da década e da localidade de origem, Joana foi logo me indicando possíveis contatos. No entanto, essa relação se estabelecia a partir de um processo de negociação e de troca.

Com isso, eu buscava explorar, inicialmente, a vinda dos paranaenses pelo filtro da Sr.^a Joana, que é amazonense e se mudou para Apuí em 1994, junto ao seu esposo na época, que era paranaense. Joana recordou que, quando chegou, sofreu muito preconceito, pois era uma das poucas amazonenses em Apuí, recendo, inclusive, apelidos pejorativos.

Naquela ocasião, eu já tinha tornado-me professora da Ufam e, em momentos anteriores, já tinha trabalhado com associações e com cooperativas rurais, mas a minha ida a Apuí se dava pela minha condição de estudante de doutorado pelo PPGAS/Ufam. No Sintrafa, a minha permanência também se dava pelo apoio que eu poderia dar em atividades relacionadas ao sindicato. Por exemplo, apoiei a organização do dia da mulher em 08 de março, chegando a pedir brindes no comércio a fim de sorteá-los no dia.

A partir desse momento, eu estabelecia a minha primeira rede de relações para o processo de inserção no campo. No Sintrafa, circulavam muitas famílias que moravam no assentamento e também na cidade; ali, buscavam benefícios quanto à previdência, ao auxílio doença e à licença maternidade. Lá, foi possível escutar uma conversa de uma família que havia chegado há poucos dias em Apuí, vinda do Paraguai, e estava comprando uma fazenda. O sotaque castelhano identificava que era mais uma família brasiguiaia que buscava oportunidades. Era um ambiente propício para encontrar interlocutores que orientavam parte da pesquisa. Lá, realizei a minha primeira entrevista, com o Sr. Raul, que morou em Rondônia e, que de início, sintetizou um panorama da região.

Na oportunidade, Sr. Raul expressou a sua indignação com o trabalho do Programa Terra Legal⁶, responsável pela regularização fundiária que estava em

⁶ Processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, criado em 2009.

curso naquele momento. Para ele, o programa só ficava na promessa e não avançava na titulação dos lotes. Ele era um assentado, mas ainda não tinha o título da sua área. As famílias que não possuem título são impedidas de buscarem alguns tipos de financiamento ou outros benefícios. Eu percebia, sumariamente, que a regularização fundiária era um entrave na região.

A secretária do sindicato era a Ana, que morava bem em frente à sede. Ela também me ajudava a pensar nomes para a pesquisa, pois sua família chegou à cidade antes da demarcação do assentamento. Além disso, ela me emprestou uma bicicleta, que contribuiu, significativamente, para o meu deslocamento no município.

A minha presença no sindicato provocava curiosidade nas pessoas que ali chegavam; aos poucos, fui estendendo-me nos diálogos. Na maioria das vezes, percebiam que eu era de fora e perguntavam o que estava fazendo. Na ocasião, explicava sobre a minha pesquisa e sobre conhecer a história do processo de ocupação do assentamento. De forma tímida, ali mesmo, as pessoas começavam a conversar sobre o assunto. Em muitas ocasiões, dizer “eu também sou paranaense” se tornou uma chave para que eu pudesse aprofundar-me mais nas conversas com as pessoas que recorriam ao sindicato. Além disso, estabelecia um vínculo para que eu pudesse marcar entrevistas com elas, que, nesse sentido, foram solícitas em relatar como foi o processo de migração. Desse modo, foram diversificadas as histórias, bem como as famílias que vieram de outras regiões do país.

“Ser paranaense” propiciou que eu estabelecesse vínculos mais estreitos com quem eu conversava, afinal, compartilhávamos o sentimento de estar longe de nossos lugares de origem. Eu também tinha migrado para o Amazonas. Tal situação remete o conceito de “intimidade cultural” de Herzfeld (1987, *apud* GOLDMAN, 1998), já que as pessoas me deram acesso ao compartilhar valores “que os indivíduos e grupos consideram como seus” (GOLDMAN, 1998, p. 150).

Além disso, minha orientação religiosa também contribuiu para compartilhar valores e para a “intimidade cultural”. Duas vezes por semana, aos domingos e em outro dia possível, eu participava de missas na Paróquia São Sebastião, a matriz da cidade. Com isso, encontrava alguns entrevistados na igreja, o que estreitava a relação de confiança; assim, muitos demonstravam interesse em contribuir com a pesquisa. Cheguei a marcar entrevistas com pessoas que frequentavam as missas e que foram indicadas por outras.

Logo no meu primeiro dia na cidade, a Joana precisava ir ao Incra; prontamente me convidou para acompanhá-la a fim de que conhecesse a sua sede. Lá, conheci Luciano (amigo de Cloves) e Alexandre, a quem logo fui explicando minha pesquisa; ambos começaram a pensar em pessoas que poderiam contribuir com o meu trabalho. A explicação da minha pesquisa consistia, principalmente, na investigação das famílias que chegaram no PARJ nos ônibus vindos do Paraná.

Luciano realizava um trabalho terceirizado para o Incra para georreferenciar as áreas do assentamento. Além disso, ele era filho do Sr. Lázaro, sobre o qual Auriedia havia comentado. Já Alexandre era professor no município e sua família estava em Apuí desde 1982, antes da chegada dos ônibus com os sulistas; ele estava no Incra para resolver algumas situações pessoais. Tanto Luciano quanto Alexandre se colocaram à disposição para auxiliar na pesquisa, como na indicação de famílias ou, até mesmo, no acompanhamento das atividades no assentamento. Naquele momento, eu aumentava a minha rede de contatos e, conseqüentemente, a minha teia de relações.

No dia seguinte, Luciano precisou visitar um lote – do Sr. Onofre – na área rural de Apuí para tratar de assuntos que envolviam Alexandre. Com isso, convidaram-me para acompanhá-los a fim de que eu pudesse entrar em contato com a área rural do município; logo, eu aceitei o convite. Eu sabia que, na área, existia um conflito entre esses dois senhores, no entanto, pelo pouco tempo, eu desconhecia, de forma aprofundada, o teor dos fatos. Cheguei a conversar com o Sr. Onofre, que era natural do Estado do Mato Grosso e que, antes de chegar em Apuí, morou em Rondônia.

Devo destacar que minha pesquisa aconteceu, em sua maioria, no perímetro urbano do município. Eu dependia de carona para ter acesso à zona rural do município, ou seja, aos lotes do assentamento. Não havia um sistema de transporte público, o que limitou a minha circulação nos lotes.

Esse relato mais detalhado se explica porque, nessa ocasião, consegui ter contato com uma família que viera nos ônibus em julho de 1983, sendo a primeira com quem eu conversara. Era a família de Sr. Levi e D. Clarete, vizinhos do seu Onofre, os quais vieram da cidade de Francisco Beltrão. A partir dela, consegui mais elementos para investigar esse assunto. Naquele dia, estava apenas o Sr. Levi, que aceitou receber-me, desde que a conversa fosse rápida.

A partir dessa conversa, foi possível encontrar elementos fundamentais para pesquisar processos referentes à década de 1980 no Paraná, como o nome do Prefeito de Francisco Beltrão na época, o Sr. Guiomar Lopes⁷. Além disso, foi possível encontrar pesquisas que trataram desse momento, no entanto, descrevendo o processo com o foco no Paraná. Era preciso compreender essas trajetórias com as famílias que migraram a fim de obter subsídios para interpretar a Apuí atual.

A minha rede de interlocutores foi aumentando quando Joana me apresentou o Sr. Fernando, diretor, em Apuí, do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam). Em uma conversa, Fernando, que estava em Apuí desde 1989, esclareceu que existiam dois modelos de assentamento: o dos assentados e o dos “grandes”. Naquela ocasião, relatou que muitas famílias estavam chegando de Ji-Paraná, de Cacoal e de Ariquemes, pois, com R\$150.000,00, era possível comprar lote de 70 hectares. Em relação ao preço da terra no estado de Rondônia, era um valor barato; no entanto, as relações de compra e de venda no interior do assentamento aconteciam por meio da ‘benfeitoria’, uma vez que terras em assentamentos não podiam ser vendidas. A benfeitoria consiste no trabalho que a família realizou em relação à derrubada da floresta, à correção de solo, à construção de casas, de cercas etc.

Além disso, Fernando apontou a crescente presença de brasiguaios, que começaram a chegar no fim da década de 1990, comprando as terras em Apuí também por meio do preço das benfeitorias. Esse fato implicou uma especulação imobiliária que muito aqueceu o mercado imobiliário de Apuí, inclusive as terras de assentamento. Vale lembrar que dos 7.500 lotes do PA menos de 20% de terras eram tituladas e, conseqüentemente, regularizadas. Isso aponta para as condições de ocupação ilegal nas áreas de assentamento, bem como para as formas de transações imobiliárias.

Sr. Fernando demonstrou estar disposto a contribuir com a minha pesquisa, principalmente quanto à ida para o assentamento, ou seja, para áreas rurais, em suas atividades de campo. Contribuiu para que eu conhecesse o assentamento, junto às atividades de extensão das equipes. Uma vez apresentada a proposta da

⁷ Esse nome não foi alterado, devido a sua condição de pessoa pública e histórica para o município de Francisco Beltrão.

minha temática – “histórico da colonização do Rio Juma” –, era solicitada permissão para que as pessoas pudessem contribuir com a pesquisa; no Idesam não foi diferente.

Particpei de uma reunião na qual foi discutida a possibilidade de eu me deslocar, sem custo, com suas equipes. Para o grupo, em relação à temática, conversar com o Sr. Gregório Berbick era fundamental, pois foi um dos primeiros a chegar em Apuí. Com isso, veio a oportunidade de acompanhar um extensionista pela vicinal Coruja, estrada de moradia do Sr. Berbick. Foi a oportunidade de me inserir e de circular no espaço rural do PA Rio Juma, mais uma vez. Sendo assim, consegui acessar a residência do Sr. Gregório, porém, só foi possível conversar com sua esposa, Sr.^a Solange, pois tinha disponibilidade no momento. Com ela, foi possível obter mais informações sobre o processo de deslocamento dos ônibus.

No Idesam também foi possível estabelecer meu primeiro contato com os brasiguaios. Em conversas informais com a secretária Isabel, questionava se havia muitos brasiguaios na região; ela confirmava que sim. Para contribuir, ela prontamente passou o contato do Sr. Nelson Conti⁸, um brasiguai presidente do Sindicato Rural do Sul do Amazonas (Sindisul). Isabel confirmou, tranquilamente, que eu poderia deslocar-me até a residência dele que eu seria recebida. Assim aconteceu. A partir dos pontos de referência que ela havia indicado-me, fui procurar a residência do Sr. Nelson. Este era um grande desafio: chegar à casa de uma pessoa que eu nunca tinha visto, sem nunca ser vista por ela também, e perguntar se ela poderia conversar comigo para que me contasse como chegou em Apuí.

Desse modo, minha rede de relações e de articulações se formava em Apuí. Parti de quatro “pessoas-chave” – Joana, Luciano, Alexandre e Fernando –, as quais foram fundamentais para que eu prosseguisse, com mais autonomia, a minha pesquisa, que, naquele momento, formatava a ideia do processo de colonização e de migração para Apuí. As indicações de famílias e os acompanhamentos em atividades no PA Rio Juma possibilitaram o aumento da minha rede de

⁸ Sr. Nelson Conti faleceu no dia 16 de dezembro de 2016. Ainda não se sabe exatamente a causa. Nas notícias veiculadas na época, consta que foi assassinado. Disponível em: <<https://acriticadehumaita.com.br/presidente-do-sindsul-e-assassinado-com-tiros-de-espingarda-em-apui/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

interlocutores. Além das pessoas, elas ocupavam lugares de fala de e em suas agências, como o Sintrafa, o Idesam e o Sindsul.

Por outro lado, organizei um levantamento no Sintrafa por meio de fichas de cadastro, com aproximadamente 450 trabalhadores rurais sindicalizados, sendo possível mapear suas origens e o último município de moradia anterior a Apuí. Identifiquei que a maioria era natural do estado do Paraná e, conseqüentemente, da região Sul do país; ali, entretanto, já existiam pessoas de vários outros estados, como os da região Sudeste. Além disso, nas fichas que identificavam o último lugar como espaço de residência, Rondônia era o estado mais citado, principalmente por aqueles que migravam da região Sul e da Sudeste.

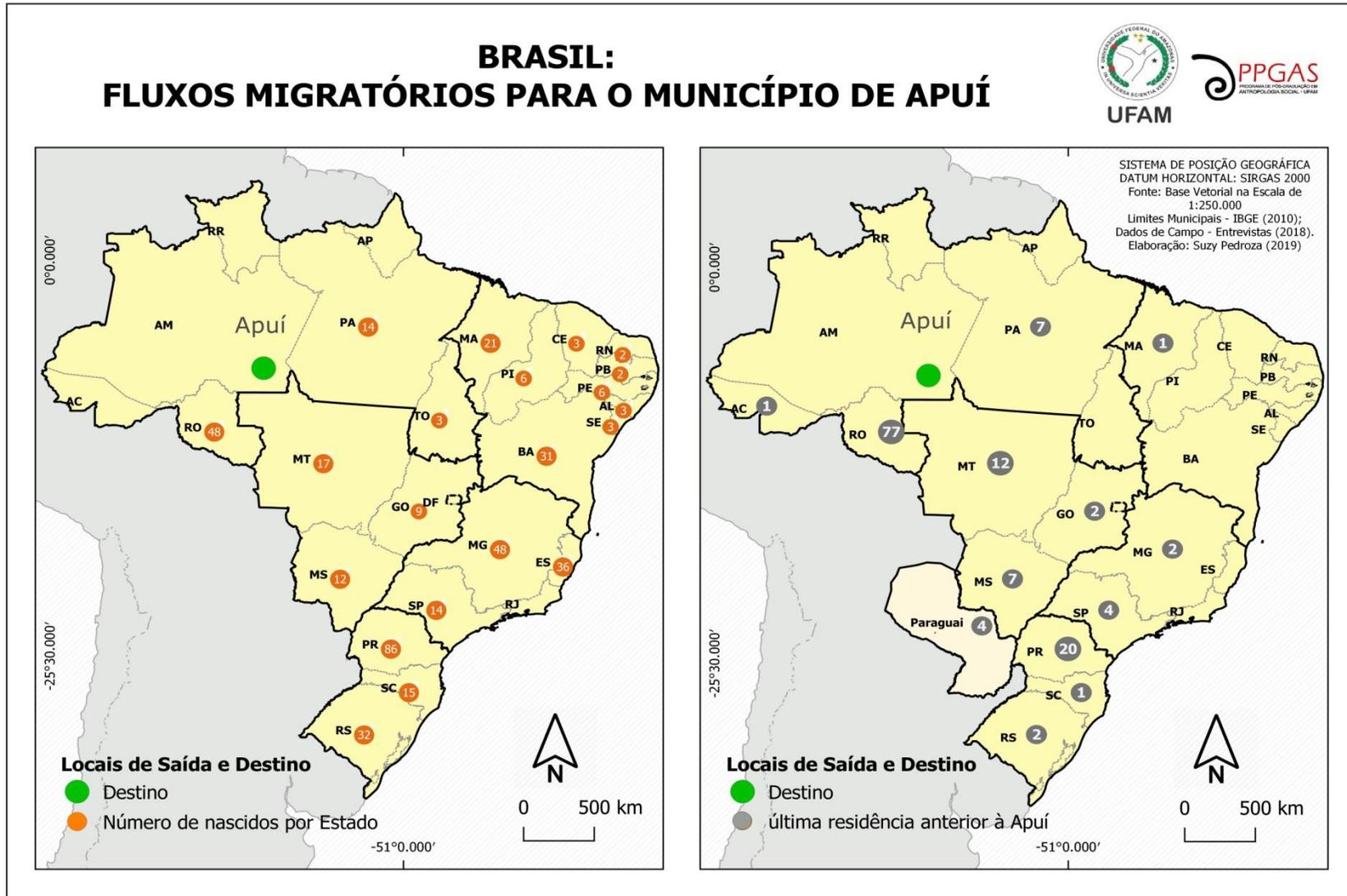
“Apesar de ser um método importante para a coleta de dados, a quantificação deve constituir-se em um instrumento auxiliar, e não no objetivo do trabalho de campo” (MITCHELL, 1987, p. 83). A partir de um *survey* com, aproximadamente, 450 fichas de sindicalizados no Sintrafa, pude verificar o local de nascimento das pessoas. São fontes secundárias que foram disponibilizadas para que eu pudesse verificar as origens das famílias que estavam em Apuí (Mapa 03).

Busquei sistematizar os dados coletados das fichas a partir do mapa do Brasil a partir de dois segmentos: locais de nascimento e última moradia anterior a Apuí. Considerando o número de nascidos, o Estado do Paraná lidera com 86 registros, seguido de Minas Gerais e Rondônia, com 48 registros em cada estado. Em relação a última moradia anterior a Apuí, o Estado de Rondônia foi a principal permanência, com 77 registros, seguido do Estado do Paraná, com 22 registros.

Os principais movimentos e fluxos articulando esses mapas, a partir da análise com as fichas, revelam que Rondônia recebeu maior fluxo, principalmente, dos Estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. O Estado do Paraná, por sua vez, recebeu famílias do Estado do Rio Grande do Sul. Os Estados do Nordeste também merecem atenção. Os migrantes nascidos nos Estados ao Sul e Leste da Região apresentam um fluxo que, antes de chegar à Apuí, passam por estados do Sudeste e Rondônia; Os nascidos nos Estados como Piauí e Maranhão atravessam a fronteira das regiões pelos estados do Norte, principalmente Pará.

Além disso, vale destacar o dado da passagem pela fronteira internacional quando sulistas migram para o Paraguai e retornam para o Brasil, mas não para

Mapa 03: Fluxos migratórios para o município de Apuí



seus locais de origem e sim para o Amazonas. Com isso, despertava meu interesse em investigar o processo de colonização do assentamento, a partir das famílias do Sul do Brasil; as famílias que migraram a partir de Rondônia, que incorporava fluxos das Regiões do Brasil; e investigar sobre a vinda dos brasiguaios.

O segundo trabalho de campo aconteceu em maio de 2016. Voltar a Apuí após mais de um ano exigiu um novo processo de reinserção. Antes de ir, conversara com Auriédia, que reforçou que eu procurasse o Sr. Lázaro, o Plínio e o Sr. Bento, os quais eu não havia encontrado no primeiro trabalho de campo. Esses senhores moravam em áreas rurais, o que dificultava o encontro. Joana continuava como a minha principal referência e informante, no entanto, eu já tinha mais autonomia no município e algumas pessoas já me conheciam. Logo de início, tomei emprestada a bicicleta novamente com Ana, que era fundamental para o meu processo de deslocamento na cidade.

Em várias pesquisas realizadas sobre Apuí, encontrei uma comunidade na rede social *Facebook* que se chama *Apuí ontem e hoje*. A página era gerenciada pela Sr.^a Márcia e contava a história de Apuí por meio de fotos e de relatos de famílias que chegaram na década de 1970. Com isso, entrei em contato para uma conversa; rapidamente, recebi uma resposta positiva.

O objetivo dessa página era resgatar a história de Apuí desde os primeiros moradores, contando como chegaram e como enfrentaram as dificuldades para sobreviverem em meio à mata. Na ocasião, Márcia foi contando sobre a página, sobre as fotos que conseguiu com as famílias, além disso, mostrou-me as fichas com a relação dos passageiros dos ônibus, todas digitalizadas. Perguntei se poderia ter uma cópia. No primeiro momento ela hesitou; depois, por ser uma informação pública, passou uma cópia para mim. Além disso, eu consultava a comunidade na rede social, que tinha várias fotos do assentamento na época da colonização, bem como anterior ao processo de demarcação.

Famílias que vieram do Sul do país, de Rondônia e as brasiguaias eram as principais buscas para a minha pesquisa. As famílias paranaenses eram mais fáceis de contatar, pois estavam em Apuí desde o início do assentamento e eram conhecidas pela comunidade. No entanto, era necessário explicar que a pesquisa era feita para descrever a história do meu estado de origem. No segundo trabalho de

campo, foi possível estabelecer uma nova rede, como com a dona do hotel em que fiquei hospedada, cuja família veio nos ônibus em 1983; assim, ela também me indicava algumas famílias. Na ocasião, recomendou que eu conversasse com a Sr.^a Helena, que foi uma das responsáveis pela educação no município.

Com isso, procurei a Sr.^a Helena, que, gentilmente, aceitou conversar comigo. A partir dela, formaria outra rede de interlocutores, a qual me possibilitou encontrar Sr.^a Otilia, a primeira funcionária do Incra e, além disso, chegou em Apuí antes da demarcação do assentamento. Conversar com ela abriu meus horizontes para a investigação da região antes da demarcação do assentamento, onde já existia a Vila Juma. E por meio da Sr.^a Helena, também conheci o Sr. Benedito, que veio da cidade de Planalto, no Rio Grande do Sul, com ônibus cedido pelo Incra. Essa também era uma nova informação pois, até então, eu conhecia apenas a história dos ônibus que vieram do Paraná.

Entrevistar famílias brasiguaias era um dos objetivos na minha segunda atividade de campo. Porém, eu encontrei algumas dificuldades de acessá-las pelas poucas pessoas de referências que eu tinha. Mesmo assim, com endereços em mãos, eu batia a porta de algumas famílias, como foi o caso da Sr.^a Rogéria que, brevemente, contou como foi a sua vinda para Apuí.

Além disso, foi possível o encontro com o Sr. Lázaro, que só aconteceu por meio da intermediação da minha colega Auriédia. Ele residia no assentamento e se deslocava para a cidade com pouca frequência. Sendo assim, foi possível agendar uma conversa. Nos dias em que eu estava em campo, Sr. Lázaro foi até o hotel e começamos a conversar na recepção. No entanto, nos primeiros dez minutos de conversa, algumas pessoas começaram a circular na recepção do hotel e, repentinamente, percebi que era preciso mudar o rumo do assunto. Perguntei ao Sr. Lázaro se ele gostaria de ir para outro lugar. Ele sugeriu uma cachoeira na zona rural; então eu disse a ele:

– *“Só estou conversando com o Sr. porque tive a indicação de uma pessoa que eu confio muito”.*

– *“E eu só estou aqui com você, porque essa pessoa da minha confiança pediu”⁹*, ele respondeu.

⁹ As transcrições estão mantidas em sua forma original, sem alterações ou correções.

Logo, fui com ele até uma cachoeira na zona rural. Meu estado de alerta se fez presente durante todo o tempo de nossa conversa.

Ao dialogar com o Sr. Lázaro, foi possível perceber uma face de Apuí que, até então, não me era evidente: os problemas sociais internos ao assentamento. Há um entendimento no município da importância da pecuária, que gera riqueza, que faz circular capital, que traz investimentos, mas as famílias que não participam desse mercado não conseguem desenvolver as suas atividades rurais. Para o Sr. Lázaro, o maior problema são famílias que, por força da política local, são forçadas a abandonarem suas terras.

Com isso, eu tinha em mãos uma série de dados como entrevistas, documentos, observações, fotos e rede de relações que permitiram elencar as etapas a serem desenvolvidas nesta tese. A investigação para entender o processo social de como terras destinadas para a reforma agrária estavam sendo disponíveis para o mercado de terras ganhava formato. A migração foi o conceito a ser interpretado.

2.2 A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS, A BUSCA POR CONCEITOS E INSTRUMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Com os dados do primeiro e do segundo campos, eu tinha um cenário de pessoas que nasceram no Nordeste, no Sudeste, no Centro-Oeste e no Sul do Brasil. As famílias sulistas, em sua grande maioria, migraram diretamente para Apuí em função dos ônibus fretados pelas prefeituras locais dos municípios do Paraná, em 1983. Por outro lado, as famílias das demais regiões passaram por Rondônia antes de chegarem à Apuí. Essas informações se tornaram ponto de partida para explorar a questão do processo de migração.

Entender de onde se fala e o local de fala de cada informante contribuiu para o estabelecimento dos critérios da pesquisa. Aos poucos, eu vislumbrava um cenário das relações existentes em Apuí a partir da migração. Tornou-se claro que o recorte espacial do PARJ foi sendo ocupado, majoritariamente, por pessoas que vieram de fora do estado do Amazonas, tornando o município uma região com fortes traços migratórios.

Em seus estudos sobre os argelianos radicados na França, Sayad (1998), para além do termo imigração, refere-se ao espaço dos deslocamentos não como um espaço físico somente, mas “também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD, 1998, p. 15). É importante destacar que o processo de migrar consiste em dois movimentos: 1) emigração, que consiste em deixar o local de origem; 2) imigração, o ato de adentrar ao território diverso.

Estudar as migrações é desafio que implica balizar os dados coletados. As entrevistas concedidas, que se estabelecem por meio da confiança entre pesquisador e pesquisado, estão situadas em uma dimensão diacrônica e o que se busca compreender são as estruturas presentes em uma sociedade. São ferramentas para entender os desdobramentos desse processo e a relação dos migrantes com o lugar a partir de suas perspectivas históricas. E o conceito de migração permite entender como as famílias se estabeleceram em Apuí há mais de 20 anos, diferente do conceito de deslocamento, que sugere retornos sucessivos aos seus locais de origem (MARTINS, 2012).

A preocupação central da análise deste trabalho consiste no sujeito que migra, ou seja, o migrante, na sua capacidade de circular, de construir e de se apropriar de espaços, produzindo, dessa maneira, territórios e identidades sociais. Essa condição é apresentada por Menezes (2012) em consonância aos estudos da pesquisadora mexicana Sara Flores, que se interessa em dar conta “de La organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a otro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de apropiarse de ellos “produciendo territorios¹⁰” (FLORES, 2010, p. 7).

A decisão de migrar pode estar relacionada ao caráter individual, a partir das condições oferecidas pelo local de partida ou pelo de chegada. Por outro lado, fenômenos decorrentes de fatores histórico-estruturais, como situações políticas, econômicas ou sociais, podem influenciar o deslocamento (AQUINO, 2014). O caso da pesquisa retrata esses segmentos, considerando os fatores históricos no Sudoeste do Paraná e os incentivos políticos para o processo de colonização dirigida.

¹⁰ A organização de grupos que não só se movem de um lugar (origem) para outro (destino), mas são capazes de circular, explorar espaços e apropriar-se deles “produzindo territórios”.

A noção de trajetória fundamentada por Bourdieu foi o procedimento teórico-metodológico que auxiliou na compreensão sobre as migrações e os seus fluxos, a partir dos fenômenos sociais nos planos subjetivo e objetivo dos sujeitos que migram. Sendo assim, o autor explica a ideia de trajetória

Como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. [...] Não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 189-190)

Nesse caso, a migração e as trajetórias são objetos que estão afastados diretamente do campo, relacionando-se à crítica de Augé (1992), refletida a partir de Suely Kofes. Assim como Kofes (2001, p 19), “Nesta pesquisa antropológica, com observação direta do campo e com documentos escritos, falo de interconexão de temporalidades em um ‘agora’ e, também, com a interconexão de lugares em um ‘aqui’”. As entrevistas constituem narrativas dos sujeitos com temporalidades distintas, nas quais a linguagem, na relação entre entrevistador e entrevistado, é o acesso para a interpretação das trajetórias.

A cada questionamento, os meus interlocutores se colocavam em um processo de rememoração; eram esforços para relembrem acontecimentos, pessoas situadas no tempo e lugares que estavam associados aos desdobramentos que os levaram a Apuí. Na perspectiva da trajetória, eu buscava entender as estruturas históricas dos lugares de origem por meio de bibliografias e de documentos; o Sudoeste do Paraná, o Paraguai e Rondônia são localidades que foram exploradas por inúmeras pesquisas, principalmente aquelas que tratam sobre políticas de colonização. A complexidade das escolhas, as razões de vinda eram heterogêneas, mas o contexto no Estado do Amazonas era pautado pela homogeneidade dos acontecimentos.

2.2.1 A Amazônia como área de fronteira e a demarcação do PARJ

Conversar com D. Otília foi essencial para o questionamento antes da demarcação do PARJ. Afinal, o que existia ali antes da abertura do projeto? Quem eram as pessoas que ali viviam? Eu não podia me esquivar da abordagem indígena da região. Mas nos primeiros trabalhos de campos, isso não foi possível acessar pessoas que pudessem contribuir com esse aspecto. Conversei com ela na varanda de sua casa. Suas informações me possibilitaram compreender as relações anteriores à vinda das famílias do Paraná.

Ela era catarinense e, com poucos anos de idade, mudou-se para o Paraná com sua família. Chegou a Apuí em 1980 com o marido e com o filho de um ano. Na época, no Sul, circulavam informações acerca da existência de terras devolutas na Amazônia; no Paraná, o tamanho de um alqueire era muito pouco para o trabalho familiar rural. Segundo o relato dela, a região era só floresta densa. Mas chegavam famílias de diversos lugares do Brasil.

Os lugares de chegada são a Amazônia. Esse território foi concebido como área de fronteira no contexto dos governos militares (VELHO, 1976; IANNI, 1979; BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1998); um processo de apropriação que depende da forma de ocupação de terras livres, da construção das relações sociais, dos tipos de interesse dos agentes sociais envolvidos, que resultam na constituição de projetos políticos diversos. Considerando as características endógenas da Amazônia, os seus recursos, até então, inexplorados, a sua terra e a potencialidade de ocupação, o lugar foi entendido como uma fronteira promissora.

Durante o diálogo, D. Otília citou o nome do Sr. Albino Fonseca, que chegou a ser chefe do Incra e também responsável pela colonização de Altamira. Essa informação permitiu acessar a dados históricos do INCRA, como o período de demarcação dos assentamentos na Amazônia. Recordou que, em 1982, o Incra de Humaitá e o 5.º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) do Exército demarcaram as terras para a constituição do assentamento.

Não era, porém, uma área aleatória da Amazônia; era um território específico, escolhido, demarcado e recortado. Nesse primeiro momento, a delimitação a partir do projeto de assentamento projetava o espaço em um território. Como sugere Elden (2016, p. 52), “Território é mais do que meramente terra, e vai além de

terreno, sendo interpretado como um conceito emergente de 'espaço' como categoria política: é propriedade, distribuído, mapeado, calculado, delimitado e controlado”.

O Estado, por meio do exército e do Incra, foi responsável pela delimitação e pelo controle, a partir da elaboração do mapa do assentamento, do recrutamento de pessoas e da organização delas no território. Nesse caso, é oportuno investigar suas ações, ou seja, compreender as relações de poder que se inserem em um conjunto de forças (BOURDIEU, 2010; 2014).

O Incra, a partir dos seus agentes, foi a esfera estatal no controle do deslocamento que descrevemos e as suas ações influenciaram e ainda influenciam dinâmicas populacionais e territoriais na região pesquisada, criando fronteiras. Nesse aspecto, as relações de poder, que se configuram nas relações humanas, atuaram no controle das pessoas, no momento de suas chegadas.

Pode-se muito bem destacar os mecanismos disciplinares dos locais em que se tenta pô-los em prática, como as prisões, as fábricas, o exército. Não é por acaso que o Estado é finalmente o responsável em última instância por sua aplicação geral e local? (FOUCAULT, 2008, p. 160).

Logo após a abertura do projeto, D. Otília contou que muita gente começou a ir para Apuí a fim de conhecer, de comprar ou de pegar terra devoluta. Inclusive relatou que cozinhou para um grupo de três homens, vindos de Francisco Beltrão, que permaneceu dez dias na Vila Juma para tirar área de terra, sendo eles, os Srs. Guiomar Lopes, Tadeu Brito e Alfredo Turck. Esse dado me chamou atenção, pois em minhas pesquisas, Guiomar Lopes era o prefeito da cidade de Francisco Beltrão no período da vinda dos ônibus. Além disso, Sr. Tadeu era o atual prefeito de Apuí, no período desta pesquisa. Existiam relações a serem investigadas.

2.2.2 O PARJ e o processo de colonização: a busca pela terra

A oportunidade de conversar com o Sr. Levi, já relatado anteriormente, auxiliou na busca de dados históricos sobre a década de 1980 no Paraná. Além

disso, consegui alguns detalhes sobre como aconteceu a viagem em 1983. Voltando à minha pergunta inicial, como viera para Apuí, disse que foi em consequência das enchentes do rio Marrecas; segundo ele, o prefeito de Francisco Beltrão na época, Sr. Guiomar Lopes, foi o grande incentivador da migração das famílias. Sr. Levi lembrou que o auxílio do Incra era um salário mínimo durante seis meses, tábua de madeira e lona para a “construção” de um barraco. Para isso, porém, era preciso demarcar o lote, abrir a mata e, somente depois, erguer o barraco.

Até esse processo acontecer, as famílias ficavam todas juntas em um grande barracão, no qual ele e seus familiares permaneceram acampados por 19 dias. Para ele, o início foi sofrido, porque a assistência e as condições de permanência eram bastante precárias. A malária atacava fortemente e a dificuldade de sair de lote impedia a busca por tratamento. Ele plantou milho e feijão, os quais não deram certo; a lavoura que conseguiu avançar foi a de arroz. Para ele, o resultado da sua ida a Apuí “deu certo” com a conquista da terra e com a obtenção de sua titulação, poucos anos depois.

Conversar com D. Solange foi possível quando acompanhei um funcionário do Idesam, em uma atividade de extensão no PARJ. A ideia inicial era conversar com o Sr. Gregório, mas ele estava ocupado com as atividades do café e precisava adiantar as suas entregas. Sendo assim, conversei com sua esposa D. Solange. O pessoal do Idesam que os indicou, pois sabia que a família era uma das pioneiras em Apuí.

No primeiro momento, ela hesitou; depois, porém, ficou à vontade para conversar. Para o diálogo, sentamo-nos na área de sua casa. Durante a conversa, mencionou que seu marido e ela chegaram a participar do MST juntamente com o cunhado, o Sr. Valmor Berbick, que falou sobre a possibilidade de virem para a Amazônia. D. Solange disse que o MST sabia em qual local o Incra abria assentamentos, como em Apuí e em Machadinho (RO). O grande desejo era possuir o próprio pedaço de terra. Vieram em 1983, saindo de São Miguel do Iguaçu. Lembra que saíram 29 famílias de cidades como Cascavel, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu. Foram seis dias de viagem pela empresa União Cascavel.

Quando chegaram no assentamento, o 5.º BEC estava construindo estradas. Além disso, na Vicinal Coruja tinha um barracão que alojava as famílias que vinham nos ônibus. Ali ficaram durante 30 dias até se deslocarem ao lote escolhido. Assim

foi feito: na picada, seu Gregório escolheu o lote e seguiram até ele; foram para lá sem qualquer estrutura, com a filha de dois meses. Contou que o alimento que tinham era aquele encontrado na mata. No início, tiveram um auxílio de 12 meses de salário do Incra, como se fosse uma ajuda de custo. Além disso, tinha um polo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no qual conseguiam alimentos.

A partir dos relatos desses interlocutores, tenho como ponto de partida para pensar o migrante as teorias sobre a migração do campesinato, que lançam luz aos elementos condicionantes e às razões pelas quais as famílias saíram do seu lugar de origem e buscaram a conquista da terra (WOORTMANN, 1990; MARTINS, 1995; SILVA; MENEZES 2007; 2002; SEYFERTH, 1993, HÉBETTE, 2004). Anterior à condição de migrantes, eram trabalhadores rurais, pequenos proprietários, meeiros, agricultores e buscavam melhores condições de vida, representadas pela continuidade do trabalho com a terra e pela preocupação com os filhos. Nas minhas entrevistas, pude perceber a existência de uma preocupação por parte dos pais: possibilitar aos seus filhos o acesso à terra por meio da herança ou pela divisão do lote. Segundo a análise de Woortmann (2009, p. 217),

a migração do camponês não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

Como boa parte dos meus entrevistados era dos estados do Sul do país, existia uma relação com a descendência de países europeus, porque já tinha, em seus antepassados, a marca da migração. Foram várias as vezes que escutei as palavras 'colono' ou 'colônia' como referência a essa condição. A configuração da colônia no Sul do país está associada ao modelo do Império Austro-Húngaro, sendo um conjunto de famílias produtoras de alimentos nas quais os homens também exerciam habilidades militares, habitando áreas estratégicas de fronteira perto das cidades. No início do século XIX, o Rio Grande do Sul foi considerado uma área de fronteira; recebeu, portanto, muitas famílias que migravam da Europa (WOORTMANN, 1995). No caso da minha pesquisa, entendo a migração como um processo social (SILVA; MENEZES, 2007).

Os meus interlocutores também migraram. Na condição de migração interna do colono, saíram do Rio Grande do Sul em busca de outras terras. Em um primeiro momento, migraram para o Paraná; em um segundo, buscaram terras no Norte do país. Como descrito em uma das entrevistas coletadas por Woortmann (1995, p. 125), “o pequeno agricultor do Sul do Brasil nunca parou no mesmo lugar. Continua derrubando a mata virgem, empurrando a fronteira para a frente.” Nesse sentido, a ocupação da fronteira segue a busca pela continuidade do trabalho com a terra.

[...] obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição camponesa e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma reprodução 'camponesa'. Essa condição provoca impasses, e os movimentos migratórios são uma resposta a tais impasses, associados à pressão demográfica, mas também aos modelos de organização familiar (WOORTMANN, 1995, p. 115).

Vale ressaltar que essa migração é estimulada por uma política de colonização, que, na sua condição de conceito, permite uma polissemia de significados, refletindo uma diversidade de situações históricas (HENRIQUES, 2014). De forma geral, refere-se ao processo de ocupação territorial recentemente ocorrido em uma determinada área, associado às explorações de áreas por países europeus em outros continentes. Países como França e Grã-Bretanha impuseram uma estrutura de dominação cultural que se estendeu para continentes como a África e a Ásia. Esse processo de expansão por meio de colônias foi um dos maiores da história da humanidade, provocando desigualdades e conflitos entre colonizadores e colonizados. (SAID, 2007, 2011).

A questão “colonial” concentra diversos autores cujos trabalhos se debruçaram sobre a temática. Said (2007, 2011) e Fanon (1968) teceram críticas em relação à forma de colonização imposta em colônias europeias, pautadas pelo imperialismo, à relação desigual entre colonizadores e colonizados e aos seus impactos. Mbeme (2001), do lugar de fala do africano, revelou as consequências sentidas no chamado pós-colonialismo, retratando a barbárie nos países que passaram pelo processo de colonização. Isso elucida que esse processo tem suas consequências, independentemente do formato da relação, seja em fronteiras externas, seja em fronteiras internas.

Nações que se constituíram por meio de rupturas políticas com suas antigas metrópoles também induziram processos internos de colonização. A parte Oeste dos Estados Unidos, entendida como a natureza virgem, no anseio pela busca de riquezas, configurou uma fronteira sempre em movimento, descrita por Frederick Jackson Turner (OLIVEIRA, 2010). Nesse caso da pesquisa, a Amazônia também era vista com sua natureza intacta, colocada a produzir riquezas.

Isso posto, qual é o formato da colonização que se insere no meu campo? Carregam os mesmos sintomas da colonização imperial? De início, há uma divergência quanto à gênese, pois a política de colonização é implementada pelo Estado brasileiro em resposta ao movimento camponês que reivindica o acesso à terra; revelou-se, entretanto, como uma falsa solução: abriu caminho para a modernização conservadora da agricultura via crédito agrícola, incentivos fiscais, estimulando a ocupação da Amazônia (SANTOS, 1985). Os impactos para a região seriam diferentes daqueles dos países colonizados que sofreram com as regras do imperialismo? Talvez, reforçando a condição de não afirmar, seja isso que busco entender.

Além de colonos, os migrantes que moravam em colônias no Sul do país também eram os “colonizadores”, pois ocupavam um território demarcado. Outrora, a região era área de perambulações entre ribeirinhos e indígenas, na qual o início do núcleo urbano se desenvolve com a abertura da BR-230. No começo, não houve uma relação de exploração com as pessoas que já estavam ali. Com eles, porém, foram trazidas suas consciências de superioridade, estigmatizando as populações locais. Segundo Henriques (2014, p. 48),

Podemos dizer que qualquer um destes termos colônia, colonização, colonial, colonialismo, em qualquer lugar ou em qualquer tempo, remete para as formas relacionais que os homens constroem entre si, procurando cumprir projetos, criando formas de organização inéditas, fabricando ideologias e estruturando imaginários que legitimam ações e perduram no tempo.

O processo de colonização implica em dois movimentos pontuais: a desigualdade da relação entre quem domina e quem é submetido a essa dominação; a interrupção territorial, cultural e econômica entre dois grupos (HENRIQUES, 2014). O caso da minha pesquisa está intimamente ligada aos efeitos

sociais da política de colonização empreitada pelo Incra em relação aos paranaenses da região Sudoeste do estado, em um primeiro momento. Compreender essas trajetórias possibilita conhecer as ações do Incra mediante as primeiras famílias, no processo de saída do lugar de origem, na viagem, na chegada e na permanência no assentamento em seus momentos iniciais. Vale lembrar que essas famílias foram praticamente proibidas de trazerem qualquer outro tipo de pertences que não fossem pessoais. Conhecer a gênese do processo de ocupação possibilita entender quais foram as formas de sobrevivência buscadas por essas famílias. Desejamos compreender esse processo a partir de relatos e de dados etnográficos de famílias que migraram e que permanecem em Apuí.

2.2.3 A passagem por Rondônia e a “conquista” da terra

Sr. Raul, a minha primeira entrevista em Apuí, era uma das pessoas que frequentava o Sintrafa, local da nossa conversa. Para iniciar a entrevista, minha primeira pergunta se relacionava à vinda para Apuí. Naquele momento, eu sabia muito pouco sobre o município e algumas informações ainda não faziam sentido. Na ocasião, Sr. Raul disse que era do Espírito Santo, mas que, antes, morava em Rondônia, chegando a Apuí em 1996. As famílias que trabalhavam em fazendas em Rondônia, no formato diária ou peão, sabiam da informação que existia um assentamento aberto em Apuí. No caso do Sr. Raul, ele relatou que a notícia que se espalhava era sobre a quantidade de dinheiro que circulava em Apuí. Nas palavras dele: *“quando nós chegamos aqui, a gente viu tanto dinheiro desperdiçado, sem estrutura, a maioria das pessoas pegou dinheiro e foi embora; [...] era o dinheiro que vinha da reforma agrária, assentamento, fomento.”*. Esse dinheiro era destinado aos benefícios das famílias assentadas em forma de financiamento ou de garantia de manutenção delas.

Para o Sr. Raul, um dos grandes problemas estava relacionado, diretamente, ao trabalho, ou seja, à produção rural. Na época, não tinha assistência do Incra nem dos órgãos de extensão em relação ao processo técnico do trabalho rural; não havia assistência técnica alguma no processo produtivo. No início, ele plantou café, mas o grande entrave foi o processo de escoamento da produção; não existia apoio de

técnicos nem de instituições nessa parte, o que o fez perder boa parte da sua produção. Com isso, Sr. Raul comentou que, no início, foi muito difícil, muito sofrida a vida em Apuí. Hoje, a realidade é diferente: *“depois de cinco anos pra cá, foi chegando mais gente de fora, que viu que não era terra de agricultura, é terra de pecuária, aí mudaram o esquema pra pecuária. Mas isso depois que já tinha matado o povo no cansaço”*.

Sr. Onofre, já apresentado, natural de Mato Grosso do Sul, migrou para Rondônia em busca de terra, pois não queria mais trabalhar como empregado em fazendas; além disso, no seu estado de origem já era difícil comprar terra, em função do alto valor. Em 1985, começou a “entrar” em Rondônia. Naquele período, existia a possibilidade de compra em função do baixo valor das terras.

Em um estudo sobre migração para Rondônia, Sydenstricker e Torres (1991) apontam que sair da condição de ‘empregado’ se relaciona à busca de autonomia do campesinato, rompendo com a tendência à proletarização, sendo uma estratégia de reprodução social. Em Rondônia, Sr. Onofre conseguiu uma área com 75 alqueires para criar gado, enfatizando a condição de compra.

Em 2004, junto com o genro e com o patrão do genro, migrou para Apuí para conseguir área maior para pecuária, para “abrir fazenda”. “Abrir fazenda” significava entrar na mata e com facão ou com motosserra derrubar árvores. Esse fato indicava que, na área rural de Apuí, existia a possibilidade de ocupação da terra, de produção de pasto e de constituição de fazendas.

Nesse caso, percebe-se que é “um campesinato que quer entrar na terra” (MARTINS, 1995, p. 16). Com situações de indisponibilidade de terra, de expropriação, nota-se a compra por parte dos grandes proprietários, que ainda buscam o retorno à terra com frequência, mesmo em terras distantes de seus lugares de origem. Como sugere Menezes (1993, p. 452), “As trajetórias migratórias ao propiciar aos camponeses-migrantes diversas experiências de vida e trabalho, contribui para a reformulação de suas representações sobre as relações de trabalho e de sociabilidade”.

Nesse caso a migração camponesa (de longa distância) para a fronteira é interpretada como um movimento avesso à tendência geral de proletarização, já que

Os 'camponeses' buscam na fronteira a chamada 'terra de trabalho', visando reproduzir ou alcançar as unidades de subsistência nas regiões de origem. Assim, a migração para a fronteira se constitui numa estratégia de reprodução social" (SYDENSTRICKER; TORRES, 1991, p. 45).

A expressão "terra de trabalho" é explorada por Afrânio Raul Garcia Junior (1983); ela aparece no título de seu livro *Terra de Trabalho – trabalho familiar de pequenos produtores*, cuja pesquisa foi realizada na Zona da Mata de Pernambuco. O autor estuda os camponeses e as suas diversas fontes alternativas de trabalho e de atividades; por exemplo, o próprio roçado, o trabalho arrendado, o trabalho sazonal da cana. Essa situação configurou formas de dominação dispersas pelas diferentes situações de trabalho. Na fronteira, o camponês busca a sua própria terra.

2.2.4 A chegada dos Brasiguaios e a especulação da terra

Sr. Nelson conheceu Apuí ao trazer mudanças de brasiguaios que estavam deixando suas terras no Paraguai em função da onda de violência que teve início no fim da década de 1990. Em 2002, começou a investir comprando terras, na forma de benfeitoria; em 2006, mudou-se com a família devido às dificuldades de permanência no Paraguai, além da seca que prejudicou sua lavoura de soja. Logo no início da nossa conversa, Sr. Nelson fez questão de deixar clara a opinião de que aquele assentamento não tinha dado certo, que fora uma propaganda enganosa que atraiu as famílias para Apuí. Além disso, segundo ele, os brasiguaios fizeram a diferença no município:

Os brasiguaios, quando a gente começou a vir pra cá, os terreninhos eram baratos e o povo vinha com dinheiro né, e pegava né, e aí começou assim, não inflacionar, mas sim dar valor às coisas né. Resumindo, inflacionou sim, mas favorecendo. Os brasiguaios fizeram a diferença. [...]Teve três levas que vieram pra Amazônia, pra Apuí. A primeira leva que o Incra trouxe e ficou. A segunda leva que o Incra trouxe, pegou uma ajuda de custo e voltou. E a terceira leva que fez a diferença no município de Apuí foi o nosso povo né, que vieram por conta própria, com dinheiro próprio e não pediram ajuda de ninguém e vieram e fizeram a diferença. Deu um empurrão na cidade, no município.

Sr. Nelson expressava a opinião dos brasiguaios em relação aos moradores de Apuí. O fato de chegarem com mais capital resultou na potencialização da conversão da terra em mercadoria e, conseqüentemente, um processo inflacionário. Para ele, os brasiguaios constituíam um grupo que se diferenciava da população local devido ao sotaque diferente e aos elementos culturais. No entanto, o fato de “não pedirem ajuda” se relacionava por não serem beneficiários da reforma agrária nem do programa Bolsa Família. Por outro lado, os brasiguaios chegaram a Apuí em condições diferentes das primeiras famílias que vieram nos ônibus, já com uma estrutura urbana com comércio, com prestação de serviço, com serviços de educação e de saúde.

Foi reportado haver 58 famílias de migrantes do Paraguai vivendo em Apuí. Atraídos pelo baixo preço da terra, os denominados localmente de ‘brasiguaios’ executavam a agricultura de milho, arroz e trigo, geralmente mecanizada e com subsídios, e retornaram ao Brasil motivados por dificuldades de renovar a permanência legal no Paraguai e por pressão política de movimentos de agricultores sem-terra. A chegada dos brasiguaios foi um motivo que inflacionou o valor da terra em Apuí a partir de 1999. (CARRERO, 2009, p. 23).

Qual é a verdade que está por trás dessa narrativa? Essa ideia de que os Brasiguaios vierem com dinheiro e fizeram a diferença não era um argumento trivial. O que era efetivamente dito, aparentemente, era aceito pela população. No entanto, eles saíram do Paraguai na condição de “retirantes”, que, em algum momento, não conseguiram estabelecer-se de forma sólida, portanto precisaram sair. Por que, entretanto, não retornaram aos seus lugares de origem? Como ficaram sabendo de Apuí? Por quais razões percorreram mais de 3.500 quilômetros?

Até o ano 2000, o município ainda não se apresentava, como precursor na pecuária bovina. Era preciso entender a genealogia dessa afirmativa, na direção do conceito de Foucault (2017), buscando a constituição dessa história, a partir de um segmento descritivo, antropológico. Era preciso “explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes” (MACHADO, 2017, p. 11). Para tanto, exige a minúcia nas buscas, nos desdobramentos para se estabelecer tal verdade. Nesse contexto, interessam os jogos de verdade que os grupos acionam para legitimar sua condição (FOUCAULT, 2004).

O conceito de verdade é geralmente vinculado à noção de perenidade, àquilo que permanece inalterável a quaisquer contingências. No entanto, na perspectiva foucaultiana, a concepção de verdade é bem distinta: ela é produzida num tempo e num espaço específicos (IBRAHIM; VILHENA, 2014, p. 122).

E não era só isso. Naquela época Sr. Nelson era presidente do Sindisul, cargo de destaque nas decisões políticas e econômicas do município, e estava sujeito ao enfrentamento de posições e jogos de forças ao conduzir o pedido de desmembramento do assentamento. Era o desejo de muitos pecuaristas, para eles, terminaria o entrave burocrático quanto à regularização dos lotes.

Hoje, nós fomos os protagonistas da pedida do desmembramento desse assentamento, porque pra quê ter um assentamento se ele não tá cumprindo com as exigências de um assentamento. Diz que tem assentamento e muito tem emprego lá no Incra, mas o que estão fazendo pra nós aqui? Então, nós pedimos o desmembramento, porque não tem mais característica de assentamento e isso pela força de vontade de trabalho da população, porque aqui, nós lutamos pra chegar onde estamos, mas com muito pouco apoio do governo.

Naquele momento, a informação sobre o pedido de descaracterização do assentamento era nova para mim; existia uma pressão de grupos econômicos e políticos, principalmente daqueles ligados à pecuária, para que as áreas do Rio Juma não tivessem limites de tamanho, regularizando, dessa forma, aqueles que compraram as chamadas “benfeitorias”, legalizando a ocupação. Além disso, a fala do Sr. Nelson expressa o contraditório, quando, no primeiro momento, aponta que conseguiram sem a ajuda do Estado, porém revela, na sequência, que faltou o apoio do governo. O apoio seria a possibilidade de regularizar as terras do Juma. Com isso, pude compreender essas relações que pautavam a ideia de descaracterização.

De acordo com essa constatação, Apuí e, particularmente, o PARJ foram escolhidos pelas famílias como um lugar propício para dar continuidade a suas atividades agrícolas, já que o consideravam como uma área, ainda aberta, de fronteira agropecuária. Além disso, a ideia de “baixo preço da terra” indica uma irregularidade, já que se trata de área de assentamento, com condições ilegais na questão de venda. Diante desse fato, o questionamento é direcionado a essa

migração espontânea, a partir de ausência ou de omissão da agência do Estado, o Incra.

Vale pontuar que a grande maioria dos brasiguaios é natural das regiões Sul do país (ALBUQUERQUE, 2009). Após passarem por um movimento migratório impulsionado por uma fronteira internacional, essas famílias retornam ao país para diversas regiões. Ao chegarem a Apuí, mudam suas atividades econômicas para a pecuária. Há diferenças na percepção em relação aos brasiguaios no Sul do país; brasiguaios que voltaram para suas cidades de origem são enxergados como aqueles que não conseguiram prosperar em suas atividades, diferentemente daqueles que conseguiram e que permanecem até hoje. Em Apuí, essa concepção é diferente, ou seja, são vistos como grupos com potencial econômico, com prestígio social, já que chegaram com capital.

Porém, essa informação que chegaram com capital me intrigava, mas a conversa com D. Rogéria foi determinante. Foi por meio da secretária do Sintrafa, a Ana, que sabia quem eram os brasiguaios e que moravam perto do sindicato. A partir da orientação da Lucia, consegui encontrar D. Rogéria em sua casa, quem, de início, hesitou em conversar comigo. Aos poucos, porém, fui estabelecendo uma relação de confiança com ela.

Ela relatou que nasceu no Rio grande do Sul, mas, com 14 anos, mudou-se para o Paraná. Em 1982, com nove anos de casada, foi morar no Paraguai, onde ficou por 18 anos. Sua família enfrentou situações de cunho pessoal, conseqüentemente, passaram a refletir sobre a possibilidade de saírem do Paraguai. Quando eu perguntei a ela sobre como ficaram sabendo de Apuí, contou que apareceram umas pessoas fazendo propaganda do município, que tinha um alemão envolvido, o qual era pastor da Igreja Congregacional no Paraguai.

Naquele momento, D. Rogéria não deu continuidade à informação sobre esse pastor. No entanto, fui buscar mais sobre o assunto e descobri que ele chegou a ser pastor da Igreja Congregacional em Apuí e que já tinha ido embora para o Sul do país; seu nome era Fritz Wolf. Diante de D. Rogéria, eu tinha um “não dito”, que omitia as reais condições e razões pelas quais teria vindo para Apuí. Parecia uma memória escondida, aproximando-se da fronteira entre o dizível e o indizível (POLLAK, 1989). Mas eu tinha um nome, e com ele, algumas informações apareceram.

2.2.5 Percepções mais atentas ao PARJ

Tive a oportunidade de “pegar carona” em uma atividade de extensão do Idesam, no PARJ. Na possibilidade de me auxiliar, a ideia era conversar com o Sr. Gregório Berbick, considerado um dos mais velhos vindos com os ônibus em 1983. Ele morava na Vicinal Coruja, a 17 quilômetros da sede do município. No entanto, quando chegamos à propriedade do Sr. Berbick, ele estava no município de Apuí. Nesse caso, Cleber, quem eu acompanhava, levou-me até a propriedade do Sr. Saulo e continuou sua atividade de extensão em outras propriedades. Aproveitei a oportunidade e passamos a conversar.

Sr. Saulo era o presidente da Associação dos Produtores Familiares Ouro Verde e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Apuí; ele expressou uma avaliação diferente em relação à pecuária. Afirmava que a pecuária era a base principal da economia de Apuí, sinalizando preocupação. Sr. Saulo tinha receio de a pouca quantidade de lavouras existentes no Rio Juma, como mandioca, café, arroz, ser sufocada completamente pela pecuária em um prazo de 10 anos. O seu receio era a tendência de as famílias não conseguirem permanecer nos lotes, por conta das dificuldades de financiamento e de regularização e a de suas terras virarem fazendas nas mãos de poucos proprietários. Para ele, o PARJ tem condições de produção, mas entraves como o programa Terra Legal e a sua morosidade na titulação, que impedem a regularização das famílias que estão lá há muito tempo. Esse é o caso do próprio Sr. Saulo: nascido no Espírito Santo, veio de Rondônia em 1999 mediante a possibilidade de ter terra, comprando o que eles chamam de “benfeitoria”.

Sr. Saulo apontava uma situação diferente da evidenciada por Sr. Nelson, em função de sua atuação junto à associação e ao conselho, que buscavam valorizar o trabalho da agricultura familiar no interior do assentamento. Sua leitura de Apuí divergia do consenso dos “grandes”. Para ele, o pequeno agricultor que busca um trabalho mais sustentável no interior dos lotes, no sentido de preservação, vem sendo prejudicado pelos grandes que derrubam e desmatam sem responsabilidade, que colocam fogo que se alastra e atinge propriedades vizinhas. Para ele, o pequeno fica marginalizado, engessado pela inviabilidade de regularização de suas terras.

Esse cenário vai ao encontro da preocupação do Sr. Lázaro, com quem conversei de forma reservada na área rural de Apuí. Para ele, a estratégia utilizada é o abandono mediante a estrada AM-174, que dá acesso a Novo Aripuanã, sendo uma via de escoamento para os produtores. Dessa forma, os pequenos produtores não conseguem transportar a sua produção em tempo hábil, implicando na perda da produção. Além disso, o entrevistado utilizou o termo “guerra das crianças” para caracterizar o transporte escolar na zona rural. Com as condições das estradas, as crianças precisam sair muito cedo de casa e retornam quase à noite, fazendo que permaneçam muito tempo fora de suas residências. Dessa forma, as famílias decidem mudar para a cidade, deixando suas terras, proporcionando espaço “desocupado” no assentamento. Com isso, muitos pais de família que antes trabalhavam em sua terra, passaram a trabalhar de diária nas fazendas.

Para seu Lázaro, os que denunciam essa realidade são, muitas vezes, perseguidos ou ameaçados, como denota o caso de pessoas que são protegidas pela Polícia Federal em Apuí; o Sr. Bento é um deles. Conhecido como “dedo-duro”, faz denúncias na polícia, no Incra, na Secretaria de Meio Ambiente contra pecuaristas que avançam sobre unidades de conservação ou que utilizam agrotóxicos em excesso. Já entrou para a lista de ameaçados da CPT e, periodicamente, está presente na delegacia da cidade.

Diante dessas informações, o senhor apresentou um cenário que costuma ser silenciado. Isso se evidenciou um dia antes do meu retorno a Manaus, em 12 de maio de 2016, quando a Presidenta Dilma assinou o decreto que criou o Parque Nacional Acari (situado no Sul do Amazonas, próximo à sede municipal de Apuí, na bacia do Rio Madeira), uma de suas últimas ações antes de ser afastada da Presidência. Nesse dia, muitas pessoas descontentes com a medida se revoltaram com a “perda de terra” e com a redução do espaço para a criação de gado e para outras atividades rurais. Eu estava prestes a ir embora da minha atividade de campo e, diante desse aspecto, resolvi retornar à capital via AM-174.

Durante o retorno, pude constatar algumas informações do Sr. Lázaro. Realmente, a estrada era péssima, ainda mais em período de chuva. Sem pavimentação, um trajeto de 300 quilômetros foi executado em 9 horas. O tráfego de automóveis era baixíssimo, pois carro pequeno não trafegava, apenas caminhonetes tracionadas. No entanto, o transporte de gado era perceptível até a altura da entrada

do porto da Prainha, igarapé que dá acesso ao Rio Aripuanã, por onde os animais são transportados até Manaus.

Diante dessas informações, eu busquei identificar quem eram as pessoas que faziam parte desse círculo, identificados como os “grandes”, atraídos pela expansão da agricultura capitalizada. Nesse caso, constituem um grupo denominado “empresários rurais”, que se mantém o discurso em defesa da “grande propriedade produtiva” e se consideram vetores “responsáveis pelo desenvolvimento do país” (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010). Eles eram vistos dessa forma, os que contribuem com o desenvolvimento econômico de Apuí, a partir das atividades agropecuárias.

Desse modo, busquei entender os motivos das famílias que partiram de suas terras de origem, as influências da época, os fatores que possibilitaram o processo de deslocamento e como se organizaram em sua moradia local e atual, em meio a um espaço da floresta amazônica que, atualmente, avança a largos passos em direção do domínio do desmatamento e do agronegócio. As narrativas coletadas são fundamentais para o entendimento dessa situação social, pois o rompimento com o seu território provoca lembranças e revivências e fortes referências socioculturais, bem como dificuldades de adaptação e necessária elaboração de estratégias de sobrevivência. Tratamos aqui os “acontecimentos biográficos”, por meio dos quais é possível compreender uma trajetória a partir da prévia construção dos campos em que ela se desenrola, articulando-a ao conjunto de relações objetivas de outros agentes envolvidos no mesmo campo, dialogando com os mesmos espaços possíveis (BOURDIEU, 1996).

Eu tinha as memórias deles como dado, sendo uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9). Para tanto, “o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989, p. 10).

Devo destacar que realizei minha terceira atividade de campo orientada pelas questões formuladas com dados dos dois primeiros trabalhos de campo que realizei. Como foi o campo de maior duração, tive percepções e encontrei outras pessoas que foram fundamentais para investigar a região a partir da economia da borracha e povos indígenas. Enquanto eu realizava a minha pesquisa, conheci um estudante de

graduação da UEA, morador de Apuí, que estava elaborando um documentário sobre a história do município. Ele e seu pai, o Secretário de Meio Ambiente na época, contribuíram significativamente para adentrar ao espaço para além da vinda dos sulistas. E isso, só foi possível na minha terceira atividade de campo.

3. ENTRE A FRONTEIRA E O TRAÇADO – A AMAZÔNIA E A ABERTURA DA TRANSAMAZÔNICA

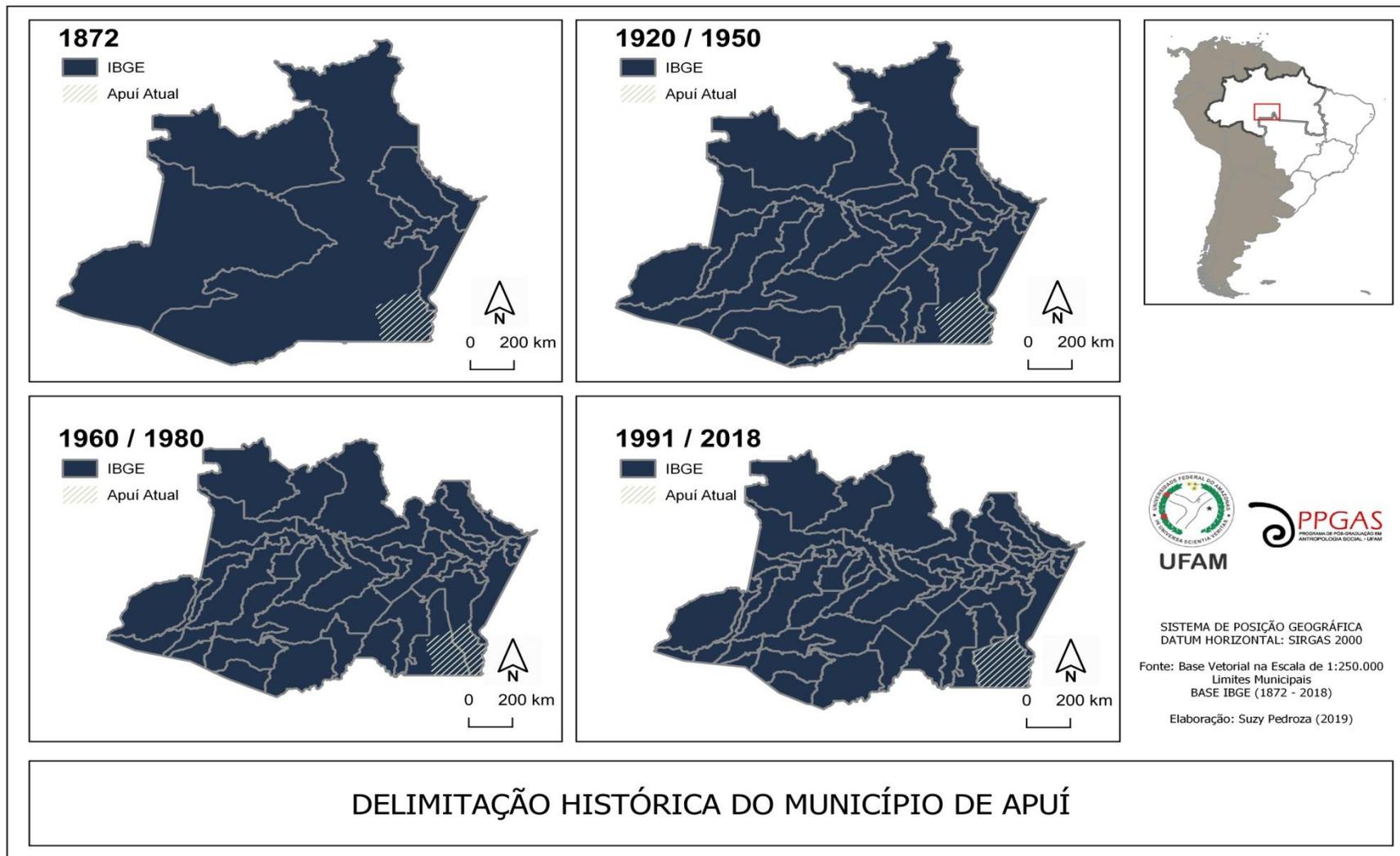
A estrada, assim como tantas outras formas de percurso, possibilita o acesso para quem decide deixar um lugar e se direcionar a outro. Não só pra isso, mas para tantos outros motivos. A abertura da Transamazônica é o eixo explicativo para o desenvolvimento deste capítulo. A partir do avanço da BR-230 no Estado do Amazonas, busco caracterizar a região Tapajós-Madeira, as populações indígenas que ocupavam a área, a economia da borracha na região, a abertura efetiva da Transamazônica e as primeiras famílias que chegaram à Vila Juma, que, atualmente, é o município de Apuí. Os dados deste capítulo foram organizados a partir de fontes bibliográficas e de entrevistas com moradores de Apuí.

Em uma rápida pesquisa a partir da cartografia oficial, Apuí é um município que pertence à microrregião do Madeira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e à mesorregião Sul Amazonense. A partir dessas limitações geográficas, passei a reconstituir as características da localidade de Apuí antes da sua constituição. Considerando os seus limites atuais, toda a região já pertenceu ao município de Borba. Em 1955, com a emancipação do município de Novo Aripuanã, uma parte passou a pertencer ao município emancipado e a outra ainda permanecia como município de Borba, por exemplo, as proximidades do Rio Sucunduri. Em 1987, com a emancipação do município, constituiu-se Apuí. O próximo mapa ilustra essas modificações territoriais (Mapa 04)

Foi na minha primeira ida a campo que percorri, pela primeira vez, um trecho da BR-230. A famosa Transamazônica, até então, era um imaginário muito distante dos meus circuitos de ir e de vir. Ao percorrer o pequeno trecho asfaltado, ao sair do pequeno aeroporto, observava atentamente a paisagem, formada de pasto e de áreas de floresta, principalmente de babaçu e de buriti. Foi possível avistar uma placa indicando a próxima cidade, que fica a 280quilômetros, Jacareacanga (PA).

Realmente, eu estava em área de fronteira. A fronteira subjetiva da minha condição de pesquisadora no limiar de alguém que despojava da rigidez etnográfica, em não anotar tudo o que via, mas, sim, visualizar e experimentar sensações de um lugar nunca estado antes. Eu também estava na fronteira física do estado do Amazonas, afinal, Apuí faz limite com os estados de Mato Grosso, de Rondônia e do

Mapa 04: Delimitação histórica do município de Apuí



Pará. Sobretudo, eu estava na área de fronteira agrícola, despindo da carga teórica sob o ponto de vista de área a ser ocupada, mas considerando os instrumentos estatais burocráticos no favorecimento ao mercado de terras.

Esse cenário alicerçou a grande especulação literária, científica e tecnológica da Amazônia. Vários pesquisadores, viajantes, literários, aventureiros, religiosos elaboraram narrativas desde a sua descrição por Orellana. A partir do século XIX, muitos autores compilaram informações que subsidiaram imagens estereotipadas e ideias preconcebidas de suas narrativas sobre a Amazônia. As descrições vão desde o harmonioso funcionamento da natureza, o mundo da floresta, das águas, do paraíso perdido antes do aparecimento do homem (OLIVEIRA, 2010).

Que gigantesca região natural, maior do que toda a Europa e parte da Eurásia? Metade da Colômbia! Três quintas partes do Brasil! [...] Possui uma quinta parte de água disponível no mundo! Tem uma terça parte dos bosques latifoliados do mundo! (CAMPUZANO, 1979, p. 21).

A ideia de fronteira tem tangenciado parte das historiografias tradicionais que descrevem as primeiras penetrações da civilização na Amazônia. Esse conceito direciona o entendimento a respeito das formas de ocupação e de expansão econômica. Oliveira (1979) afirma que a Amazônia só começa a ser pensada como fronteira, em termos históricos e sociais, a partir das doutrinas do liberalismo econômico de Tavares Bastos, no contexto da liberdade de comércio com a imigração europeia.

Uma história da Amazônia escrita a partir da fronteira precisaria necessariamente dar conta dos tempos e ritmos diferenciais pelos quais as áreas que a compõem se desenvolvem, pois é da comparação desses ritmos e da apreensão de vantagens comparativas por parte de um conjunto de agentes sociais que irá surgir o movimento para a fronteira (OLIVEIRA, 1979, p. 106).

Junto a esse autor, busco entender o recorte geográfico da minha pesquisa em condições de estabelecer um modelo teórico pautado na fronteira, que

supõe uma totalidade composta por partes heterogêneas e com diferentes ritmos de funcionamento. A fronteira é então o estabelecimento de um *mecanismo que correlacione de forma regular e complementar diferentes partes de uma totalidade* (OLIVEIRA, 1979, p. 111, grifo do autor).

Afinal, qual é o significado do conceito de fronteira, considerando o território amazônico na segunda metade do século XX? Esse questionamento se faz necessário, pois é quando o Brasil se insere “no sistema capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro, com a mediação do Estado” (BECKER, 1990, p. 16).

Na introdução de seu livro datado de 1972, *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*, Otávio Velho conceituou aquilo que chama de “frente de expansão” como “vastas áreas compreendidas dentro de nossas fronteiras políticas, devido à inexistência prática de atrativos econômicos de qualquer espécie” (VELHO, 2013, p. 27). Essa ideia se aproxima daquela pensada pelos governantes para a Amazônia ao impulsionarem vários projetos de assentamento voltados para ocupar e para produzir. No momento da sua pesquisa, Velho (2013) destacou alguns estados com incremento demográfico de mais de 60% devido à frente de expansão, como Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Mato Grosso, todos em área da Amazônia Legal. Na década seguinte, o estado do Amazonas se somaria a esse cenário em função da criação do PARJ, em uma região considerada de fronteira.

Sete anos depois, em seu livro *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, Velho problematiza e chama a atenção para o conceito de “fronteira na Amazônia”. Os discursos exagerados diante das condições naturais e do tamanho do território projetaram uma imagem que Wagley, em 1957, descreveu a partir de seus recursos (considerados) inexplorados e de potencialidades de ocupação. A ideia favorecia a exploração do ponto de vista econômico, desconsiderando as condições locais da região (VELHO, 1979).

A ênfase no movimento de *fronteira* como um meio de preencher os espaços vazios entre as ‘ilhas econômicas’ que formavam o Brasil, também parece ser um esforço do tema autoritarista clássico da ‘unidade nacional’, da ‘integração’ e de uma perspectiva nacional em oposição às visões regionais particularistas. Era também consistente com a ideia popular de que o Brasil era rico em recursos não

aproveitados cuja experiência lhe garantia ser 'o país do futuro' (VELHO, 1979, p. 148).

No entanto, aqui, o significado de área de fronteira se articula à efetivação das políticas de colonização, considerando a área a ser ocupada. Monitorar e ordenar o fluxo migratório para regiões com baixa densidade demográfica foram instrumentos utilizados pelos governos militares para impulsionar o deslocamento de populações para a Amazônia, que “sempre foi vista e tomada como um vazio, às vezes de homens, às vezes de ideias” (SCHWEICKARDT, 2001, p. 23).

No século XIX, a partir da década de 1940, as políticas de colonização se intensificaram no governo de Getúlio Vargas com a criação de colônias agrícolas. O objetivo era “receber e fixar como proprietários rurais cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelam aptidão para os trabalhos agrícolas” (HÉBETTE; MARIN, 2004, p. 52). Nesse contexto, houve a intervenção do poder público nas distribuições de terras devolutas, em lotes e em módulos, cujo objetivo era fixar o homem à terra, o que criaria uma colonização dirigida.

Em um documento interno, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), na década de 1960, indicava que as características ecológicas da Amazônia não eram suficientes para atrair contingentes migratórios com perfil para a prática da agricultura tradicional ou da familiar. Era preciso que a política de colonização absorvesse formas cooperativas e empresariais no meio rural (HÉBETTE; MARIN, 2004).

Sendo assim, no início da década de 1970, a política de colonização oficial dirigida começou a ser efetivada às margens da rodovia Transamazônica, bem como em colônias oficiais instaladas em alguns estados da região Norte. Além do objetivo de colonizar, para melhor proveito econômico das terras distribuídas, era necessário que os colonos ou os parceiros que as ocupavam se organizassem em cooperativas. O Estado tinha como preocupação o povoamento para a segurança nacional e o uso racional da terra. O Plano de Integração Nacional (PIN) definiria a política a ser colocada em prática, como o deslocamento da fronteira agrícola para a Amazônia, a criação de condições para a economia de mercado e de reorientação do fluxo migratório do Nordeste, em contraponto ao eixo Centro-Sul. Essa política impactou a instalação das famílias em terras indígenas ou em áreas devolutas,

produzindo conflitos sociais. Preocupados com as tensões em áreas com alta densidade demográfica, as “terras virgens” tornaram-se a saída para esse conflito (IANNI, 1979).

Ao entrar em Apuí, AM, a Transamazônica passa a ser a avenida Mario Andreazza, a principal da cidade, a qual corta o município no sentido Leste-Oeste. O político que empresta o nome a esta e a outras rodovias e a cidades da Amazônia, em 1967, foi convidado pelo presidente Costa e Silva para ocupar o cargo de ministro dos Transportes, permanecendo nele também no governo do presidente Garrastazu Médici, de 1969 até março de 1974. Em 1979, a convite do presidente Figueiredo, Andreazza voltou ao governo como ministro do Interior.

A abertura da Transamazônica está intimamente ligada ao projeto dos governos militares para a ocupação e a exploração racional da região amazônica. Isso porque, até 1960, essas terras pertenciam, principalmente, à União e aos estados que a integravam.

Do total de terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, sendo muitas delas seculares, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terra eram igualmente antigos. Essas poucas fazendas eram como que ‘ilhas’ de criação de gado nos campos naturais (abundantes na região) e não em pastos formados em cima de mata derrubada ou queimada como hoje. A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77).

Perante essa realidade, para os governos militares, a Amazônia se encontrava em um quadro de ‘atraso econômico’, principalmente pela “insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de por em marcha novos investimentos” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 77). Para viabilizar a capacidade de investimento e transformar o território amazônico em um potencial de racionalidade, era preciso garantir acesso a novos projetos pensados para a Amazônia.

Nesse cenário, os seguintes questionamentos se colocam: quais eram os projetos para essa região e seus povos? Que interesses deveriam vigorar nesse território e quais estavam em curso há várias décadas? Para respondê-lo, é

necessário compreender o cenário da região Sul do Amazonas antes da abertura da Transamazônica. Para desvelar as características locais dessa região, foram realizadas entrevistas para a coleta de informações. .

3.1 A TRANSAMAZÔNICA E O RECORTE EM ÁREAS INDÍGENAS

A demarcação da Transamazônica ocorreu, em sua maior parte, em áreas da Amazônia Legal, avançando em territórios ocupados por indígenas. No estado do Amazonas, essa rodovia rasgou territórios destes municípios: Maués, Borba, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama e Lábrea, grande parte pertencente à região Sul do estado.

Estudiosos afirmam que a história de ocupação da Amazônia teria se iniciado quando grupos de imigrantes asiáticos chegaram ao vale do Amazonas há mais de 14 mil anos. Essas populações desenvolveram a agricultura e algumas se sedentarizaram. Sociedades indígenas diversas ocuparam a região e viveram na Amazônia cerca de dois mil anos antes da chegada dos europeus, manejando a floresta de forma adaptada e dela obtendo os recursos necessários para a sua existência. No século 16, os europeus atingiram o rio Amazonas, encontraram a floresta habitada por diversos povos indígenas e populações numerosas. Essas populações foram drasticamente reduzidas durante a conquista e a colonização portuguesa desse território, particularmente por doenças trazidas pelos europeus.¹¹

Considerando-se o município de Apuí, os estudos que auxiliam na caracterização da região a partir da ocupação indígena estão no recorte que alguns autores, por exemplo, Ribeiro (2009) e Menéndez (1989), atribuíram como região Tapajós-Madeira. A cordialidade não foi requisito entre os responsáveis pelas obras na invasão de territórios previamente ocupados, já que várias etnias indígenas

¹¹ Segundo dados do Instituto Socioambiental “Em 1984, o antropólogo Eugenio Wenzel, que viveu mais de 15 anos com os índios Apiaká, informou que havia notícias sobre a existência de um grupo de Apiaká que, depois de viver em contato com a sociedade regional e sofrer massacres no período da borracha no início do século 20, fugiu, afastando-se das margens dos rios maiores. O grupo localiza-se na região dos rios Ximari e Matrinxã, entre os rios Teles Pires e Juruena, no município de Apicás/MT e Apuí/AM”. A situação jurídica da área denominada Terra indígena Apiaká do Pontal foi aprovada e identificada pela Funai e apresenta-se como sujeita a contestação. A área é habitada é por Apiakás, Apiakás Isolados e Mundurukus.
https://pib.socioambiental.org/pt/Onde_estão_os_isolados%3F

tangenciavam a abertura da estrada, cujo território era circuito de perambulação e de deslocamento desses grupos.

A área entre a margem esquerda do Rio Tapajós e a margem direita do Rio Madeira foi descrita da seguinte forma por Menéndez (1989, p. 7): “encontra-se habitada por uma série de povos indígenas associados à Família Linguística Tupi-Guarani, os quais, nos últimos duzentos anos entraram, paulatinamente, em contato com o branco”. Menéndez os caracterizou como Tupi centrais, englobando os Kawahiwa, os Apiaká e os Kayabi. Em 1989, esse espaço já havia sido demarcado pelo PARJ.

A área Tapajós-Madeira foi efetivamente ocupada pelos brancos já na segunda metade do século XX. Desde o século XVII, entretanto, eram realizadas expedições e viagens para reconhecimento do território e para ocupações esporádicas (MENÉNDEZ, 1992). O levantamento realizado pelo autor destaca que essa região era marcada pela alta densidade demográfica, principalmente pela presença dos muitos etnônimos registrados ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, principalmente os Tupinambás e os Tapajós.

O material elaborado pelo padre missionário Betendorf, em 1690, sugere que as etnias Irurizes, Paraparixanas, Aripuanas, Onicores e Orerizes habitavam regiões próximas ao Rio Madeira. O cronista atribuiu o nome de “nação do Irurizes” àqueles que moravam nas ilhas do Madeira, habitando a margem direita do rio, e ocupavam o curso dos rios Aripuanã e Manicoré. De acordo com Menéndez (1998, p. 282),

Tudo indica que, até meados do século XVII, a região sofreu um processo de expansão dos Tapajós e Tupinambá, tendo como consequência o contato, vassalagem, escravidão e movimentação dos grupos localizados na área em questão. Entretanto, registra-se uma rápida retração desses dois grupos como resultado do intenso contato com o branco. Em 1690, trinta anos depois de iniciada a catequese na região, pouco restava da populosa aldeia situada na foz do Tapajós, e nesse tempo já não se fala mais dos Tupinambá como etnia.

Em seus estudos sobre os indígenas no Brasil, Ribeiro (2009) destaca que as lutas e os ataques existentes no Rio Madeira a partir dos Torá, já no século XVIII, levou-os ao enfraquecimento, cedendo espaço para outras tribos, como a dos Mura.

De início, estes habitavam as terras da margem direita do Médio Madeira e, depois, expandiram-se, ocupando o longo território do curso do rio até a sua foz, alcançando o Amazonas e o Purus. A expansão ocorreu devido aos enfrentamentos contra os invasores, principalmente os brancos; por isso, os Mura foram reconhecidos como uma tribo de grande resistência indígena.

Até o início do século XIX, os Munduruku, os Apiaká, os Mawé e os Kawahiva se estenderam, de forma predominante, na região Tapajós-Madeira, sendo responsáveis pela caracterização da região a partir de seus elementos culturais. Os Apiaká habitavam próximos ao rio Juruena. Menéndez (1998) relata sobre as povoações fundadas pelos brancos juntamente com os índios na região intermediária em questão, desde o fim do século XVIII; os números indicam que havia, aproximadamente, 5000 ocupantes entre índios e brancos. Podem ser destacadas as seguintes povoações: “Vila Nova da Rainha, com índios Sapupé e Mawé; a Missão do Mahué, com índios dessa tribo; e a Missão do Canumá (Munduruku)” (MENÉNDEZ, 1998, p. 285).

Nesse mesmo estudo, Menéndez (1998) referencia o Rio Sucunduri cujo nome é dado a uma comunidade pertencente a Apuí. Em 1820, o rio fazia parte do curso superior do Canumá e, na época, era conhecido até a Cachoeira do Airi, local chamado de Porto dos Munduruku. Essa cachoeira, localizada na margem direita do Rio Sucunduri, ainda é referenciada atualmente. A principal motivação da exploração da região era encontrar uma via mais rápida entre Manaus e Cuiabá.

Já na segunda metade do século XIX, as fontes históricas indicam que o Rio Madeira era, predominantemente, habitado pelos Mura, pelos Parintintins, pelos Munduruku, pelos Arara e pelos Tora, com intensa hostilidade entre si e com os brancos. Vale destacar que na foz do Rio Aripuanã, em 1857, foi registrada a presença dos Arara, dos Matanau, dos Ariê, dos Canga-piranga e dos Jauarite (MENÉNDEZ, 1998).

Os Parintintim (Kawahiwa), de acordo com os estudos de Ribeiro (2009), apresentam-se no século XIX como uma tribo guerreira, capaz de atacar outros territórios indígenas, bem como os brancos. A partir de um relato de Nimuendajú, em 1948, Menéndez descreve que, na segunda metade do século XVIII, os Parintintim teriam sido expulsos pelos Munduruku da bacia do rio Cururu, afluente da margem

direita do Alto Tapajós. Com isso, foram obrigados a se dividirem em seis grupos independentes na região entre o Rio Madeira e o Rio Teles Pires.

O século XX foi o ápice de domínio dos Parintintim, principalmente no período da borracha; eles cobravam um alto preço pela borracha extraída nos principais afluentes do Médio Madeira. Entre eles estavam os Tenharim, que pertencem ao grupo dos Kawashiwa; no início do século XX, foi registrado no posto de Pacificação do Maici, por Nimuendajú. Segundo Menéndez (1989, p. 84), “No início dos anos trinta, um comerciante de Humaitá, Delfim Bento da Silva, passou a ter relações estreitas com os Kawahiwa do rio dos Marmelos e, provavelmente, se deve a ele a designação Tenharim”. O comerciante tinha um barracão e foi considerado “patrão” diante dos indígenas que trabalhavam coletando sorva, copaíba e castanha do Pará. Ele estabeleceu uma relação de intermediário entre os Tenharim e a população regional, comercializando a produção indígena.

Esse mesmo sr. foi responsável pelo contato entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e os Tenharim do Rio Marmelo. No começo dos anos de 1970, foi iniciado o levantamento aéreo para o traçado da Transamazônica, sendo aberto um campo de pouso próximo à aldeia chamada Nhande'uhu, localizada às margens do Rio Marmelo. Com isso, em 1972, a abertura da Transamazônica alcançou a região do Rio Marmelo, na qual a construtora 'Paranapanema' foi responsável pela abertura do trecho entre o Rio Aripuanã e o Humaitá. A construtora já estava presente na região por meio de sua subsidiária Taboca S. A., que extraía cassiterita no Rio Aripuanã e no Igarapé Preto, território de outro grupo Kawahiwa (MENÉNDEZ, 1989).

Com isso, o Sr. Delfim atuou junto à Funai para que os Tenharim deixassem a aldeia Nhande'uhu e se deslocassem para uma região um pouco mais abaixo, na qual se constituiu a atual aldeia dos Marmelos, localizada próxima às obras da estrada. Os Tenharim passaram a ter contato diário com os trabalhadores da obra, inclusive três deles chegaram a trabalhar para a empresa. Desse modo,

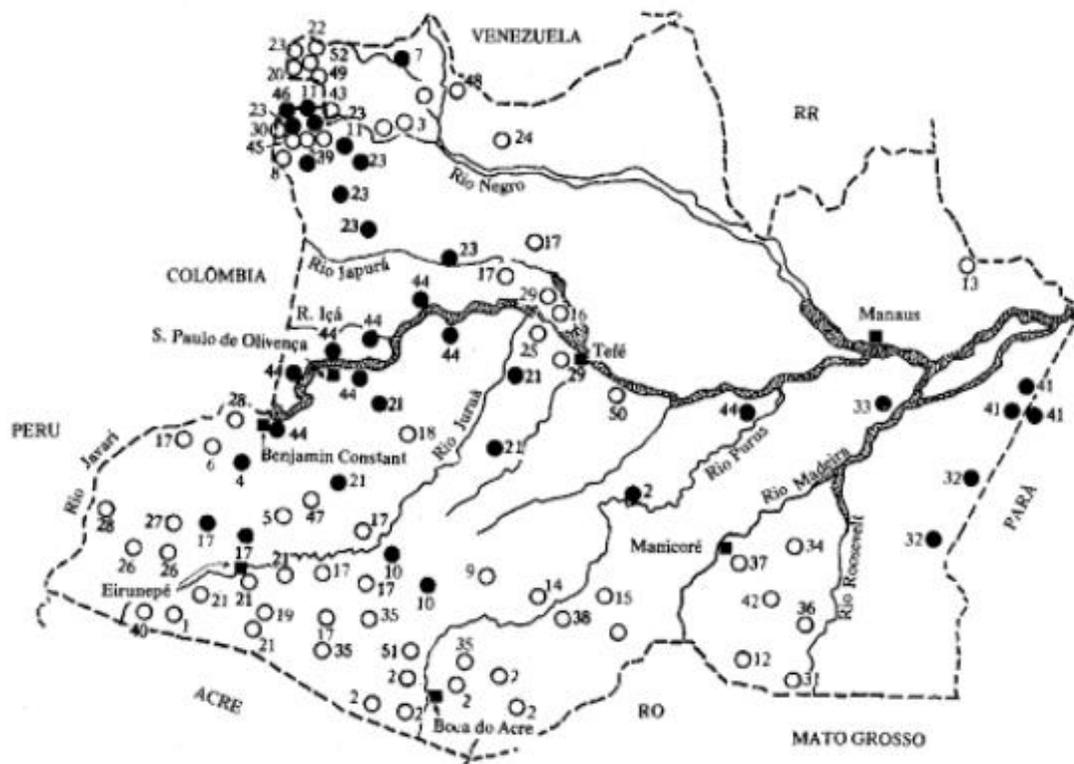
A estrada facilitou a penetração da frente agro-pastoril que, proveniente do Sul do país, passou a localizar-se ao longo da Transamazônica; provocando, do ponto de vista cultural, uma 'sulinização' da região. Os Tenharim passaram, assim, a ter relações permanentes com os colonos que foram instalados nas proximidades

de suas terras e com a população de Humaitá (MENÉNDEZ, 1989, p. 86).

Menéndez (1989) descreveu que, em 1972, um funcionário da Paranapanema, de comum acordo com um dos filhos de Delfim, vendeu terras Tenharim nos quilômetros 146 e 149 da Transamazônica, próximas ao igarapé Mafuy, um afluente do Rio Marmelos. Nessa localidade, Arlindo Marmentini abriu uma serraria que foi ilegalmente liberada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Arlindo Marmentini, posteriormente, deslocou-se para a região do Rio Juma, na qual demarcou terras para abrir fazenda; seu filho seria o primeiro prefeito eleito após a emancipação do município de Apuí.

Em 1980, começou a ser publicada a série *Povos Indígenas do Brasil* pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). A publicação de 1983, considerando o estado do Amazonas, tinha esta configuração, a partir das etnias indígenas:

Figura 01: Povos indígenas no estado do Amazonas, em 1982.



Fonte: Cedi, 1983

A área entre a fronteira do Pará com o Rio Madeira, nas proximidades com o Rio Roosevelt, atualmente, pertence ao município de Apuí. A área em questão tangenciava os seguintes grupos: 12: Diahoi; 31: Morerebi; 34: Mirá-pirahã, 36: Numbiai; 37: Parintintim; 42: Tenharim; 32: Munduruku.

Nessa mesma publicação, foi noticiada a portaria que definia a Reserva Munduruku nos municípios de Borba (AM), recebendo o nome de Coatá-Laranjal, com aproximadamente 732.000ha; de Itaituba (PA), em que foi denominada Área Indígena Munduruku, com aproximadamente 948.641ha. Com a emancipação do município de Apuí, parte da área de Coatá-Laranjal está próxima ao município.

Vale destacar, com base em estudos mais detalhados, como os de Darcy Ribeiro, que a América do Sul não andina, que contava com 450 mil indígenas até a primeira metade do século XX, teria, *a priori*, uma população de 9 a 11 milhões de habitantes. Considerando esse dado, é possível acusar que a Amazônia brasileira teria, em média, de 1 a 1,5 milhões de habitantes no século XVI, contrariando a ideia de vazio demográfico (SCHWEICKARDT, 2001).

Além disso, as populações indígenas da Amazônia eram vistas como “*índios bravos*, isto é, como primitivos habitantes das fronteiras internas da nação, exteriores aos circuitos econômicos e sociais” (OLIVEIRA, 2010, p. 33); eram marginalizadas e entendidas como incapazes de se adaptarem ao processo de racionalização da economia amazônica, colocada em pauta pelos governos militares.

3.1.1. Os indígenas em Apuí

Apenas no terceiro trabalho de campo que tive a oportunidade de conversar com duas pessoas que se autoidentificavam indígenas e que moravam na região. O município de Apuí organiza, todo ano, o desfile em comemoração ao dia sete de setembro, cuja celebração tem um caráter significativo para as famílias que vieram nos ‘ônibus’. Em setembro de 1984, foi realizado o primeiro desfile na Vila Juma com o objetivo de auxiliar as crianças migrantes a relembrem suas terras de origem. No evento, desfilavam com trajes e com objetos de seus estados correspondentes, fazendo memória ao lugar que moravam. A partir de então, o desfile, durante muitos

anos, sempre foi pensado com essa proposta; atualmente, o seu caráter é mais diversificado.

Tive a oportunidade de assistir a um desfile de Sete de Setembro em Apuí. O evento envolve todos os alunos das escolas e, conseqüentemente, as suas famílias. Além disso, é montado um palanque para os representantes do município e para as pessoas ligadas à área da educação. A fanfarra, o folclore brasileiro, as lendas amazônicas, o trabalhador rural eram representados no desfile, pelas escolas que passavam. Uma escola do distrito de Sucunduri se aproximava com o tema “Convivendo e Respeitando a Diversidade Cultural”; entre os estudantes, havia um grupo indígena com, aproximadamente, 20 pessoas as quais, ao fim do desfile, realizaram uma pequena apresentação de uma dança, cantando em sua própria língua. Observei o rito juntamente com os demais presentes, com os olhares bem atentos. Na ocasião, cheguei a ouvir *“não bate palma não, vai que eles estão falando mal da gente”*.

Consegui aproximar-me do representante do grupo, Sr. Roberto. Naquele momento, não era possível conversar com ele, o qual me informou que, no outro dia, estaria no distrito de Sucunduri. Até então, considerando meus trabalhos de campo, ninguém havia informado sobre a presença indígena no distrito. Para o dia seguinte, eu já havia conseguido uma carona com um vereador representante da comunidade e do secretário de meio ambiente; assim, eu poderia encontrar-me com o Sr. Roberto.

Como combinado, segui para Sucunduri no outro dia. Chegando à localidade, as pessoas que viviam ali sabiam informar a casa do grupo e, assim, conseguimos direcionar até lá. Quem nos recebeu, de forma rápida, foi o Sr. Roberto, que se identificava da etnia Munduruku. Eles estavam organizando-se para se deslocarem em uma área que consideravam ser de seus antepassados, a área de terra preta, subindo o Rio Sucunduri. Essa localidade está no interior da Floresta Jatuarana, perto do Rio Juruema.

Sr. Roberto e seus familiares estavam em Sucunduri desde outubro de 2016 e migraram da cidade de Jacareacanga (PA), que fica próxima ao Rio Tapajós, onde moravam em uma aldeia. Contou que tinha perdido três filhos e não sabia exatamente os motivos; não sabia se era feitiçaria ou, macumba. Relatou também que, em um dos sonhos de sua filha, aparecia uma pessoa com a mensagem de que

o último a ser morto seria o pai. Com isso, Sr. Roberto contou que pediu muito para a sua divindade, pela qual foi orientado a sair daquele lugar, pois lá não teriam sossego. Por fim, decidiram sair da região.

Sr. Roberto relatou a invasão de garimpeiros e de madeireiros próxima a sua aldeia e que a maioria estava fazendo isso. Reclamou que os garimpeiros retiravam ouro das terras indígenas e retornavam com mixaria para os índios. Destacou que existiam diferenças entre a sua etnia e a etnia Tenharim, alegando que eram trabalhadores, plantavam macaxeira, banana e produziam farinha. Afirmou que não invadiam terras como outros grupos indígenas e que a prioridade de seu povo é a preservação da floresta. Naquele momento, a postura de Sr. Roberto era de desabafo e de denúncia; denunciava o que haviam feito com suas terras e com sua gente.

Posteriormente, descobri que o Sr. Roberto era o Sr. Roberto Crixí; ele foi vice-prefeito de Jacareacanga por dois mandatos, de 2008 a 2012, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Encontrei, na internet, as notícias sobre o desaparecimento e a morte de seus filhos.

Além do Sr. Roberto, também conheci a Sr.^a Alice, que foi apresentada a mim pelo dono do modesto hotel Vitória, situado ao lado da rodoviária do município de Apuí. Sr.^a Alice é uma senhora indígena Arara, com cerca de 90 anos. A sua terra natal está situada na cabeceira do Rio Guariba, no estado do Mato Grosso, território pertencente, na época, ao município de Aripuanã (MT). A senhora me contou que grande parte da cabeceira do Rio Guariba pertencia ao seu avô, o Sr. Manoel Caetano Arara, e que centenas de famílias habitavam a região. Plantavam mandioca e trabalhavam com seringa, com castanha, com copaíba, com sorva e também com a pesca. A partir da fundação do município de Colniza, no Mato Grosso, e da abertura da estrada que liga até o Rio Guariba, começou a invasão de aventureiros. Além disso, foi criado um projeto do Incra próximo à área que era de seu avô. Sr.^a Alice relata a forma como saiu de sua terra natal:

nós saímos de lá porque teve invasão de gente né, negócio de fazendeiro entrou lá dentro né e tomou conta do nosso lugar. Aí já botou pra querer matar nós lá... quer saber, a terra fica e eu vou para debaixo dela... aí então vou deixar. Deixamos e por isso viemos pra

cá [...] deixei tudo pra trás, deixamos por causa disso, se não fosse isso, nós estávamos lá.

Foi descendo o Rio Guariba que D. Alice, acompanhada de um filho, chegou à comunidade de Matá-Matá na década de 1990; lá trabalharam com copaíba, com castanha, com roça e com pesca.

Os Arara do Rio Branco, ou Aripuanã, também são identificados como Arara do Beiradão. Parte de sua história e de modo de vida estão relacionados ao contexto de exploração da borracha na Amazônia. Os Cinta-Larga perseguiam e ameaçavam os Arara, sendo rivais; com isso, restou a submissão ao sistema de exploração da borracha. De acordo com Leal (2013), os Arara conviveram, historicamente, no Rio Aripuanã. “Independente de estarem também em afluentes como o Rio Guariba, Roosevelt ou o Rio Branco, os Arara, na maioria das fontes do século XIX, aparecem ocupando territórios às margens do Rio Aripuanã” (LEAL, 2013, p. 144).

D. Alice era companheira do Sr. Bosco, o qual nasceu em Serra Talhada (PE) e saiu de sua terra natal aos 11 anos de idade, acompanhado de uma família, para Corumbá (MS). Depois, passou por Cuiabá e, posteriormente, trabalhou cortando seringa na beira do Rio Juruena. Com a abertura da BR-364 até o Acre, Sr. Bosco se estabeleceu na região que, atualmente, é Cacoal para tirar seringa. Posteriormente, trabalhou como garimpeiro, percorrendo vários garimpos da região, inclusive próximo ao do distrito de Sucunduri na década de 1970. Chegou à comunidade de Matá-Matá na década de 1990, onde conheceu D. Alice; eles se tornaram companheiros em 2006.

3.2 A TRANSAMAZÔNICA E OS TRABALHADORES DO PERÍODO DA BORRACHA

“O pessoal aqui, os gaúchos, falam que naquele tempo não tinha gente. Existia gente sim... aqui existia gente.”

Foi preciso se esquivar da história consolidada do município de Apuí para escrever este tópico. A narrativa que privilegiava a trajetória contada de quem vinha de fora, de quem superou os desafios diante da floresta marginalizava a história

local a partir das características endógenas da região do Rio Madeira, da seringa e da castanha. E para encontrar os possíveis interlocutores, também era preciso escapar das instituições oficiais, como a administração pública e a educação; afinal, a maioria das pessoas que ocupa os cargos nessas instituições era migrante de outras regiões do país. Nas entrevistas, foi comum ouvir “aqui não tinha nada”, principalmente pelas famílias vindas do Sul do país. Mas o que significa o nada?

As respostas causavam inquietação pelo descompasso da percepção do que significa “nada”. As narrativas lembraram o artigo “clima caluniado”, que Euclides da Cunha escreveu e foi publicado no livro *Paraíso Perdido*. Enfatizava o clima e descrevia o homem que adentrava a floresta e seu enfrentamento perante as condições que encontrava. A floresta se apresentava com atributos rudes, que provocava empecilhos na lida pela sobrevivência. Com isso, enxergava na floresta as dificuldades e acentuava: “A inteligência humana não suportaria de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la” (CUNHA, 2009, p.336). Para o autor, a Amazônia se assemelhava a um lugar, do ponto de vista dele, ainda virgem, inclusive da presença humana, pois poucas vezes analisava a presença indígena ou os seringueiros. Seu posicionamento era de quem vinha “de fora”, paralelo ao argumento das famílias sulistas que também “vinham de fora”.

Mas, afinal, o que diziam as pessoas que eram da região? Quem eram elas? Como caracterizavam a região a partir do próprio ponto de vista? A percepção do nada se relacionava com a ideia da floresta conservada, necessária para a economia extrativista, o que era predominante na época. A partir do entendimento do nada, era preciso descrever o que era a região antes da demarcação do assentamento e, para além disso, antes da chegada da Transamazônica.

Foi na minha terceira ida a campo e na pracinha do canteiro central da avenida Mario Andreazza, ou BR-230, que tive contato com pessoas que nasceram na região antes da criação do município de Apuí. Nesse canteiro, havia uma pequena feira local dos produtores da região, e eu passava por ali para comprar frutas no intuito de conversar com os vendedores. Mas, antes, o Secretário de Meio Ambiente do município havia me informado que ali eu poderia encontrar possíveis interlocutores. E considerando as características geográficas do Estado, era a partir da beira dos rios Sucunduri, Aripuanã e Juma que se construiu essa história.

Antes da chegada da Transamazônica, a região do Rio Madeira já era trafegável pelos rios que serpenteiam a região. Esses rios eram margeados pela principal atividade econômica amazonense na primeira metade do século XX: a borracha e seus seringais. Entre os rios Sucunduri e Aripuanã, a grande extensão de área de terra firme foi demarcada e foi constituído o assentamento, espaço territorial em que está o município de Apuí.

Para essa atividade, milhares de brasileiros pobres, flagelados pela seca do Nordeste, foram recrutados como linha de frente e suporte básico na extração. O látex era considerado o “ouro negro”, o que levou os seringalistas a adentrar o interior das florestas, ocorrendo conflitos com as populações indígenas que preservavam suas formas próprias de vida (OLIVEIRA, 2010).

O apogeu da borracha foi no período de 1890 a 1912, no entanto, mesmo após o seu declínio, a atividade extrativista continuou funcionando como uma espinha dorsal da Amazônia. Por exemplo, em 1942, o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A., com a meta de aumentar a produção do látex em função da exigência da II Guerra Mundial, entrando em uma verdadeira “batalha da borracha”. No entanto, com a produtividade crescente da borracha no Sudoeste da Ásia, a borracha natural da Amazônia é desvalorizada, ao final da II Guerra Mundial.

Na década de 1950, o Banco de Crédito da Borracha se transformou em Banco de Crédito da Amazônia e, em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Isso porque era preciso “promover o desenvolvimento da produção agrícola; fomentar a produção animal, estabelecer uma política demográfica, realizar um plano de viação; incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional” (IANNI, 1986, p. 60).

Foi nesse contexto que os entrevistados da época da borracha, residentes no município de Apuí, trabalharam. Eles trabalharam, principalmente, na segunda metade do século XX, quando a economia da borracha seguia para a decadência final e o Estado sinalizava incentivo para outras atividades econômicas. Com eles e elas, a calha do Rio Madeira ainda resistia aos seus anos áureos no início do século XX, mas, por outro lado, era invisibilizada por outras atividades econômicas que foram incentivadas.

Mapa 05: Comunidades extrativistas citadas a partir da área de estudo na Década de 1960.



3.2.1. As margens do rio Aripuanã e suas narrativas

Encontrei com o Sr. Mizael em um dia de semana, pela manhã. Ele me foi indicado pelo Secretário de Meio Ambiente para que eu pudesse conversar com alguém que fosse considerado antigo na cidade, ou na localidade, anterior à construção da BR. Com a indicação do endereço, fui até a avenida central procurá-lo, pois ele residia em uma área central. Ao procurá-lo apenas pelo seu primeiro nome, foi recorrente o fato de as pessoas indicarem um outro Mizael, que é um grande pecuarista na cidade, considerado antigo, porém posterior à construção da BR. O Sr. Mizael, anterior à BR-230, quase ninguém conhecia.

Ao encontrar o Sr. Mizael, ele me recebeu gentilmente, já com seus 80 anos. Morava em uma casa modesta e também alugava quartos aos fundos de sua construção em madeira. Ele me recepcionou em sua sala, defronte para a rua. Expliquei sobre minha pesquisa e as razões de entrevistá-lo. Logo, foi firme em dizer que ali existia gente, sim, antes da chegada dos sulistas. Foi a partir de sua entrevista e da indicação de outras pessoas, que foi possível reconstituir esse período anterior à construção da BR.

Sr. Mizael é natural de Borba, amazonense e, como ele relatou, “*sempre nós fomos da beira do Madeira, nasci e me criei na beira do Madeira*”. No entanto, trabalhou com seringa no rio Aripuanã, tendo conhecido a localidade a partir da festa de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Novo Aripuanã.

Aí eu vim conhecer esse Aripuanã porque sempre tem a festa na cidade né, em dezembro, Nossa Senhora, aí a gente vinha lá de Borba passar né, sabe como é, amazonense gosta de andar em festa (...) que vem gente de todo lado, dá muita gente, aí a gente vinha passar a festa aí na boca e voltava. Aí no tempo da borracha o meu pai, cunhado, irmão, vieram para esse rio Aripuanã e eu fiquei lá. Aí eles me chamaram e eu vim pra cá.

O Rio Aripuanã, citado pelo Sr. Mizael, revela a influência relevante nas abrangências de sua bacia. Ele está localizado à margem direita do Rio Madeira e percorre os estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Seus principais afluentes são os rios Guariba e Roosevelt, ambos situados na margem esquerda e

foram grandes produtores de borracha. Além disso, na porção ao norte, encontra-se com as bacias do rio Acarí e Sucunduri.

A calha do Rio Madeira já foi muito utilizada no escoamento da borracha na metade do século XIX e no início do XX, o que atraiu a vinda de muitas famílias nordestinas para trabalhar na atividade econômica em questão. Suas áreas eram ricas em borracha natural e castanhais, sendo um canal de evasão dessas culturas (LEAL, 2013). A razão do conhecimento do Rio Aripuanã por parte do Sr. Mizael estava relacionada com os festivais religiosos. Leal (2013) destaca a centralidade religiosa no cotidiano dos seringais do Rio Madeira no século XIX, sendo Borba e Humaitá onde aconteciam as festas mais populosas.

Sr. Mizael contou que trabalhou dezoito anos com seringa na beira do Rio Aripuanã. Cortava seringa à noite com poronga e relembrou a dificuldade de carregar a escada no ombro para cortar na parte de cima da árvore. Lembrou que a colocação se chamava São Raimundo e que o patrão era o Sr. Gabriel Buzaglo, juntamente com seus irmãos Samuel, Daniel e Rafael, moradores do município de Novo Aripuanã.

Os irmãos Buzaglos eram filhos de Guilherme Buzaglo e herdeiros de Abraham Lázaro Buzaglo, que tinha posse de seringais já em 1926, no Rio Madeira, em uma região que, naquela época, pertencia ao município de Borba, de acordo com o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940* (HÉNAULT, 1926). Em sua tese de doutorado, “*Razão ambiental do direito à terra na Amazônia: dilemas da ordenação fundiária na ALAP BR 319*”, Samia Miguez (2015) pesquisou os registros de cartório da RDS Rio Madeira. No quadro sistematizado apresentado pela pesquisadora, os nomes de Guilherme Buzaglo e de seus filhos aparecem como donos de áreas, nos anos de 1924 e 1936, da área Boa Esperança e atuais proprietários da área Nazareth.

Sr. Mizael contou que chegou à região do Rio Juma pelo convite de seu compadre Toninho Curri, para trabalhar como cozinheiro para a empresa Camargo Correia, no porto da Prainha Nova, onde foi instalado o acampamento da empresa. Na época, a seringa já não fornecia uma renda necessária para o sustento, motivando a procurar outras atividades.

A localidade da Prainha Nova foi organizada para atender as demandas do acampamento levantado pela Camargo Correia, com a instalação de maquinário para a abertura da BR-230 da localidade de Matá-Mata até o município de Itaituba. Isso porque já existia a localidade chamada Prainha, que passou a se chamar Prainha Velha. A localidade de Prainha já aparecia como um povoado do município de Borba, na década de 1920, de acordo com o Almanaque Laemmert, na beira do Rio Aripuanã.

De acordo com o Sr. Mizael, a Prainha Velha era muito movimentada, pois era onde os regatões, que percorriam o rio Aripuanã, paravam para vender suas mercadorias. Os regatões chegavam a passar de oito a dez dias na Prainha para atender as demandas dos seringais da região. Na ocasião, Sr. Mizael relatou que já se recordava do Sr. Darci ainda menino, na beira do Rio Aripuanã.

Eu já tinha escutado o Sr. Darci. Era uma pessoa que o Secretário de Meio Ambiente sugeriu para que eu conversasse, para compreender as características locais da região. Ele vendia peixe na feira do canteiro central e foi até lá que consegui localizá-lo. Com isso, marcamos em sua casa para conversar.

Sr. Darci me recebeu em sua casa e era uma pessoa que conhecia muito da região e gostava muito de falar sobre a localidade, sobre as características da região. Ele também relatou a sua atividade no seringal juntamente com seus irmãos. Disse que nasceu na beira do Rio Aripuanã e que, em 1972, com a chegada da Camargo Correia, na Prainha Nova, resolveram instalar um boteco. E foi ali que conheceram os rios Roosevelt e Guariba e, conseqüentemente, os seringais. E, na ocasião, relatou o trabalho que realizavam.

na verdade, o patrão era nós, eu com os meus irmão. Mas assim, nós éramos o marreteiro, pegava mercadoria com o Davi Gatenha, que era o seringalista na época, mas nós subimos para os seringais naquela época... nós tinha três barcos. Um barco era só carregado com estiva, que seria açúcar, café, arroz feijão, essas coisas assim, óleo. E o outro barco era carregado só com cachaça; e outro era carregado só de farinha.

Sr. Darci relatou sobre os seringais e as colocações que existiam na época, para as localidades que forneciam os aviamentos, que eram Pajurá, Bela Vista e

Santa Maria dos Dez Dias, no rio Guariba, e Sumaúma, no Rio Aripuanã. A Prainha Velha, como chamavam, também era registrada como seringal (Mapa 05).

Na dissertação de Mônica Lage, “Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)”, de 2010, a autora já apresentava a existência do Seringal Pajurá no Rio Guariba, que teria sido propriedade do Sr. Coronel Francisco Bayma do Lago. Este Sr., no Almanak Laemmert, é classificado por três atuações, considerando o município de Borba: intendente do Conselho Municipal, regatão e dono de seringal no Rio Aripuanã.

Sr. Darci destacou que os rios Guariba e Roosevelt produziam muita seringa, da barra à cabeceira, no entanto os seringais já não existem mais. Segundo ele, derrubaram a maior parte dos seringais e castanhais para abrir pasto.

Em uma entrevista¹² concedida à TV Apuí, filiada à Rede Globo, o Sr. José Colares Saraiva relembrou o período em que trabalhou com a seringa. Herdou a atividade do pai, Sr. Abel Campos Saraiva, e, desde 1954, residia na cachoeira da Paca, no Rio Juma. Sr. José conta que trabalhavam com tudo que envolvia a goma elástica: copaíba, sorva, balata, seringa, castanha; além disso, trabalhavam com pele de caça e lavoura para autossustento.

Relatou que trabalhava para os patrões e que fazia financiamento, além de tirar a matéria-prima e ter o compromisso de entregar para os comerciantes. Lembrou que, na época, o patrão, no Rio Juma, era Francisco Moreira de Souza e, posteriormente, o sobrinho Flavio Moreira. Eles tinham seringais, castanhais, “*que tinha propriedade na época do arrendamento*”.

Sr. Colares enfatizou que, antes da entrada da família no Rio Juma, todos os rios da região eram habitados, mas eram os patrões que tinham posse da terra. Lembrou que, do Rio Aripuanã sentido Rio Juma, o patrão responsável pela Prainha era José Negreiro, Bayma do Lago, e as comunidades pertencentes a ele eram São João, Nova Olinda, Açaituba e Salva Terra. Lembrou-se da propriedade pertencente a D. Josefa Holanda e que o dono do Matá-Matá era o Sr. Sebastião Pereira. Além disso, conheceu os trabalhadores do seringal Três Casas, no rio Madeira, próximo a Humaitá.

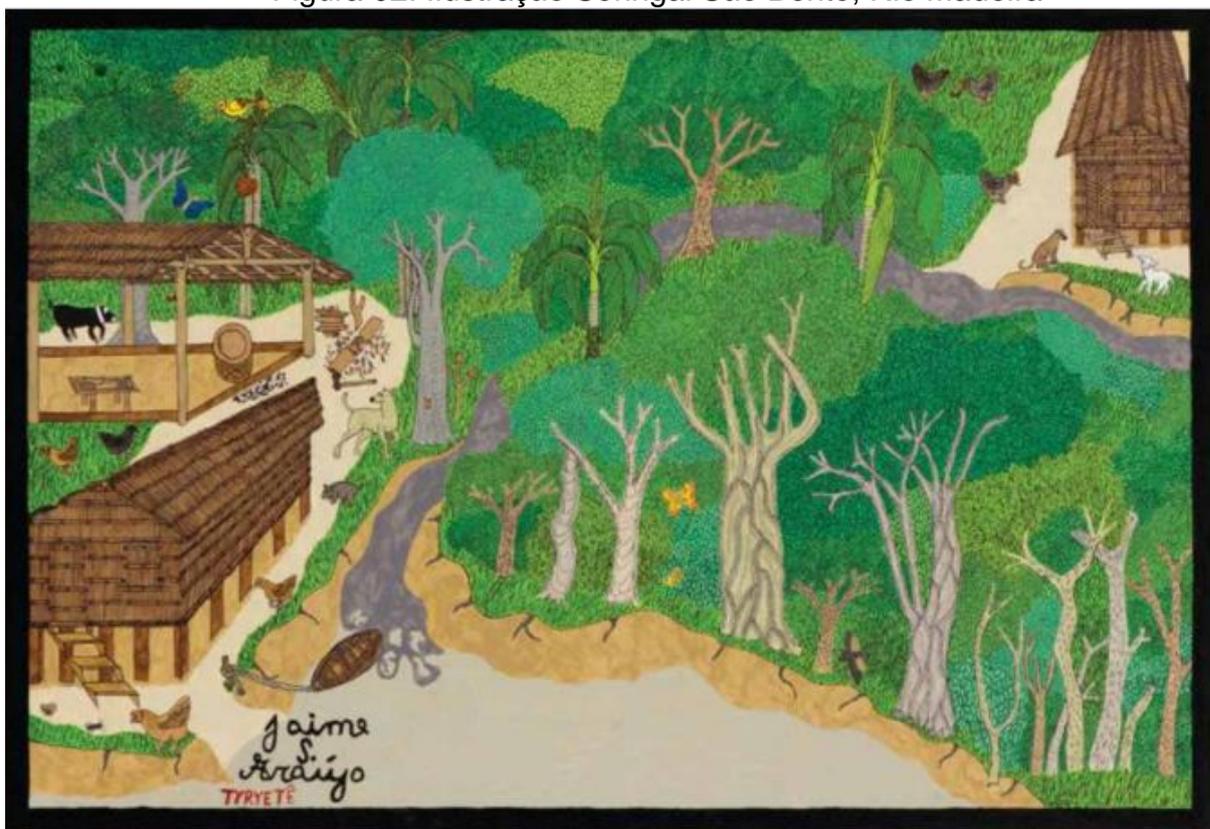
¹² Esse material só foi possível acessar por meio de Drance Jézuz (2017), morador de Apuí que também estava finalizando seu trabalho monográfico sobre Apuí. Gentilmente, ele cedeu algumas entrevistas para colaborar com a minha pesquisa.

naquele tempo não existia democracia, nós vivíamos aqui quase como os escravos né, bem dizer escravizado. Porque traziam pra cá... aqui nós não tinha hospital, nós não tinha colégio, nós não tinha recurso pra nada. Se adoecesse e morresse aqui, era enterrado aqui mesmo, dentro da colocação onde trabalhava.

Sr. José recordou que o cemitério era na boca do Rio Branco e quem morria era enterrado nessa localidade, que era onde havia uma assistência do patrão. As pessoas que passavam mal eram levadas para lá, e se alguém morria, já era enterrado ali. Além disso, lembrou-se de vários nomes que trabalharam com o pai: João Miguel, Manoel de Sá, Benoá, Lico de Sá, Zeca dos Santos, Vigário dos Santos, Durval Tujica, João, Zé Ribeiro, João Ribeiro, Chico Colares, Manoel Colares. Contou que, quando abriram a estrada, foi possível encontrar a fornalha e o defumador do Sr. Eugenio, mas que, na época, já morava na cachoeira do Sucuruji. Atualmente, o que restou desse período foi apenas o nome em uma vicinal no projeto de assentamento que se chama Soldado da Borracha.

Jaime da Silva Araújo, também conhecido como Tyryetê Kaxinawá, foi um personagem importante na defesa da floresta se revelando em várias atuações como seringueiro, ativista político, escritor, poeta e artista, decidindo realizar a tarefa de ilustrar seu primeiro livro. As ilustrações são apresentadas no catálogo *Amazônia Viva*, publicadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Esse catálogo reúne a percepção de Jaime sobre a floresta, seus povos, suas riquezas e seus dramas. A figura abaixo ilustra a percepção de Jaime sobre o Seringal São Bento no Rio Madeira, município de Novo Aripuanã. Este era um local de muitos encontros de organização dos seringueiros do Vale do Madeira-Aripuanã.

Figura 02: Ilustração Seringal São Bento, Rio Madeira



Fonte: MAE, 2013, p. 47

Jaime ilustrou o Rio Tapajós, Igarapé São Pedro, animais, indígenas, as castanheiras, as sumaúmas, o seringueiro cortando o látex, barracões, Chico Mendes, com suas cores vibrantes, retratando também suas angústias com aquilo que se denominou a chegada do “progresso”. Para ele, as novas economias pensadas para a Amazônia estavam provocando o desmatamento, a destruição de suas riquezas.

3.2.2 O Rio Sucunduri e o contexto da economia da borracha

Consegui conhecer o rio Sucunduri por meio da carona com o secretário de meio ambiente do município e com um vereador, eleito a partir dos votos da comunidade de Sucunduri. O filho do Secretário de Meio Ambiente estava em fase final do seu trabalho de TCC, que também buscava resgatar a história e a memória dos mais velhos de Apuí, por meio de documentário. A ida se dava para encontrar a Sr.^a Leocádia, irmã do Sr. Romoaldo, considerado o “patrão” da região décadas anteriores. A ideia era entrevistar Dona Leocádia, afinal, era considerada uma das

moradoras mais antigas da localidade. Porém, D. Leocádia estava em Apuí para tratar de sua saúde, de modo que só foi possível encontrá-la num outro dia.

A ocupação do distrito de Sucunduri está intimamente ligada com trabalhadores que exploravam o látex nos seringais no Rio Madeira e subiram o Rio Sucunduri à procura de seringais mais produtivos. Além da seringa, a sorva, a balata, a copaíba e a madeira de pau-rosa também eram extraídas pela população local. De acordo com os dados do trabalho de Pedro Leal (2009), cada produto desse era vendido para um comerciante, que vinha até a localidade de barco. A seringa era comprada pelo Sr. Romoaldo.

Quando tive a oportunidade de conhecer D. Leocádia, contou-me que chegou ainda criança com o pai e seus irmãos pelo rio Bararati, vindo da Beira do Tapajós, em uma localidade que ela denominou São Gaspar. Chegou na década de 1950 e foi para uma localidade que se chamava Mucajá, subindo o rio Sucunduri. D. Leocádia também contou que seu esposo tinha barco e trabalhava no rio como patrão. Ela morou muitos anos em Manaus, mas depois retornou para Sucunduri.

Sr. Tobias, o vereador com quem peguei carona, recordou as relações do patrão e dos seringueiros.

O patrão na época era o Romoaldo. Ele fornecia para os seringueiros pelo ano todinho. Aí os seringueiros tinham a obrigação de entregar toda produção para ele, não podia entregar para outra pessoa.

Sr.^a Conceição, moradora do município de Apuí, foi indicada pelo Sr. Tobias. Ele me levou até a casa de D. Conceição para que pudéssemos conversar. Segundo Sr.^a Conceição, “*nasci amazonense do pé redondo*” em Borba, disse que chegou à região da vila de Sucunduri em 1956, quando tinha 13 anos. Seu pai desejava cortar seringa e ele sabia que, naquela região, havia seringais, por meio de fornecedores que subiam o rio para vender suas mercadorias e levar a borracha para Manaus.

Sr.^a Conceição confirmou que Sr. Romoaldo era o patrão da região, a pessoa que tinha barco. Relatou que as comunidades, ou as colocações, da região eram Terra preta, Urucum, Monte Cristo. Segundo D. Conceição, a colocação em que ela morava se chamava São Pedro, pois havia chegado à localidade no dia do Santo. D.

Conceição relata brevemente a vida no seringal, as dificuldades e as relações com o patrão.

nem pensa como era tão difícil e era só aquele (patrão). Não vinha outro porque era muito difícil, principalmente no verão. No inverno não, os motores, barcos, encostava lá na comunidade, mas no verão passava era meses viajando para chegar por causa das cachoeiras, da sequeidão. Deus me livre! e às vezes acabavam rancho, acabava açúcar, café, ficava com o quê? Até ele chegar... a se eu for contar tudo era escravo completamente. Era... estou lhe falando.

Dona Conceição contou que, na região em que viveu, em localidade rio a montante, moravam índios Munduruku. Em duas colocações, havia fornos de cobre e de ferro, bem ariados, e grandes extensões de capoeiras roçadas, o que indicava a presença indígena na região.

Durante a entrevista, D. Conceição e Sr. Mizaél lamentaram por não serem aposentados como soldado da Borracha. Ambos mantinham seus talões que comprovavam a venda da seringa, porém a dificuldade de acesso até um grande centro impediu esse tipo de aposentadoria. O soldado da Borracha era aquele seringueiro que tinha trabalhado durante a segunda guerra mundial na região amazônica, sendo ele migrante ou natural do estado do Amazonas. Além disso, quando confirmado o estado de carência, pode receber até dois salários mínimos como pensão vitalícia. (LIMA, 2013).

A partir desses relatos, é possível perceber outra história que se faz presente, mas é marginalizada pela comunidade de Apuí. Isso se revela a partir da busca por interlocutores, na dificuldade de circular em espaços onde essa narrativa se faz presente. A história das famílias que vieram nos ônibus encobria outras relações sociais existentes na localidade. Os interlocutores desses relatos se distanciavam daqueles que estabeleci nos dois primeiros trabalhos de campo.

Ser indígena ou extrativista parece ter-se transformado num instrumento de exclusão social por parte das maiorias dominantes. Enquanto eu estava em campo, eles se fizeram presentes em desfile de sete de setembro, para se fazer memória da história local. Talvez, uma tradição desencaixada da realidade real. Parece alguém

colocado em uma posição bem afastada do centro dominante, como na leitura de um “selvagem” por Hannerz (1997, p. 23).

Para que eu pudesse acessar esses grupos, foi necessário me distanciar das narrativas dominantes. Mesmo porque os sulistas tinham um discurso muito enfático dos povos locais, reproduzindo aquilo que Said (2003) criticou sobre a representação do “colonizado”: “o status de povo colonizado foi fixado em zonas de dependência e periferia, estigmatizado”. Franz Fanon, em *Os condenados da terra*, se aproxima desse posicionamento ao retratar essa relação.

A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. (FANON, 1968, p. 28)

Investigar a região antes da demarcação do assentamento foi possível identificar a preocupação das pessoas em relação ao desmatamento na região. Era perceptível a recordação nostálgica sobre as florestas, os seringas, as grandes árvores da floresta ainda preservada. O pasto era sinal da chegada de um presente que encerrava o passado de vez.

3.3 A ABERTURA DA TRANSAMAZÔNICA E AS AÇÕES DOS GOVERNOS MILITARES

Existem diferenças históricas no que diz respeito a modalidades de colonização e de densidade demográfica na Amazônia. Mas as significativas transformações a partir dos governos militares, para atender as demandas da reprodução do capital quanto à chamada modernização da agricultura, foram intensas. A política de terras públicas, como um eixo da política de modernização, teve, prioritariamente, um impacto em áreas da Amazônia Legal. Foram incorporados pela União e pelo INCRA, aproximadamente, 126 milhões de hectares entre 1970 e 1985 e foram transferidos sob a forma de propriedades rurais

particulares 32 milhões de hectares (PALMEIRA, 1989), principalmente para grandes propriedades.

De acordo com Sorj (2008, p. 54), com a chegada dos militares ao poder, um rearranjo de políticas foi engendrado a fim de estabelecer um “modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente, centrado na expansão de grandes empresas de capital estrangeiro, nacional e estatal”, com o objetivo de potencializar a acumulação de capital.

E foi a partir de 1966 que as iniciativas para a Amazônia foram colocadas com afinco na pauta do governo militar. Em outubro de 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPVEA, com o objetivo de diversificar a economia amazonense. No mesmo ano, o Banco de Crédito da Amazônia foi reformulado, passando a se chamar Banco da Amazônia S. A. ou BASA. Essas iniciativas foram o primeiro passo para diversificar os empreendimentos públicos e privados na região (IANNI, 1986). Além disso, o regime militar já havia elaborado um novo estatuto da terra em 1964, um novo Código Florestal em 1965, um código de Mineração em 1967 e a criação da Fundação Nacional do Índio em 1968, para substituir o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em consonância com o discurso, no ato da abertura da Transamazônica, para facilitar a frente agrária e mineral (SCHMINK, WOOD, 2012)

Mas foi ao final do ano de 1966 que o movimento “Operação Amazônia” (1966/1967) tomou forma, a bordo no navio “Rosa da Fonseca”, sendo realizado o 1.º Encontro de Investidores da Amazônia - RIDA, com a presença do Presidente Castelo Branco. A viagem de navio percorreu o Rio Amazonas entre Manaus e Belém, com o intuito estratégico de desenvolvimento econômico para a região (LOUREIRO, 1992). Como explica Schmink e Wood (2012, p. 103), “o objetivo das novas políticas era tornar atrativo, aos empreendedores de outras partes do Brasil, o reinvestimento de partes de vencimentos de seus impostos de renda na Amazônia”.

A ideia de integração com outras áreas do território brasileiro foi o discurso construído em torno da operação; no entanto, as estratégias de atrair capital, os incentivos fiscais, o acesso à terra e recursos naturais entregues a corporações multinacionais foram as verdadeiras metas para tal (LOUREIRO, 1992; OLIVEIRA, 1988). O documento elaborado para a divulgação dos projetos tinha como título “1.ª

RIDA – Projetos em elaboração. É fácil investir na Amazônia”, com 48 projetos elencados, em sua grande parte voltados para a indústria (LOUREIRO, 1992).

O lema de Rondon, “integrar para não entregar”, serviu de lema para a operação, mas como lembrou Oliveira (1988, p.31), “na lógica da ideologia da Escola Superior de Guerra estava inscrita a passagem dos tempos das “fronteiras geográficas” para os das “fronteiras ideológicas”, era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas”. Estavam sendo quebrados os grilhões para a exploração dos recursos naturais por meio dos grandes monopólios multinacionais.

Mas foi por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) que a abertura da BR-230 foi colocada em prática. Afinal, eram várias vertentes sendo instituídas para a efetivação da transformação da Amazônia, desde as condições facilitadas para a ocupação do território e o acesso as terras. Era preciso uma “veia aberta” na Amazônia para facilitar a integração com as outras regiões do país. Era preciso assentar as populações estáveis para ocupar as fronteiras. Em termos gerais, o projeto inicial para a Transamazônica alcançaria a fronteira com o Peru, tendo início no Nordeste do Brasil, percorrendo 4.960 quilômetros (CAMPUZANO, 1979).

Parte da história conta que, em junho de 1970, o general Emílio Garrastazu Médici visitou, juntamente com sua comitiva, regiões do Nordeste atingidas pela seca. Seu discurso, na cidade de Recife - PE, enfatizava a situação precária dos nordestinos atingidos pela estiagem da década de 1970. “A visão de milhares de refugiados famintos procurando trabalho e comida ao longo da estrada forneceu o cenário apropriado para o anúncio politicamente astuto de Médici” (SCHMINK, WOOD, 2012, p. 117). Sendo assim, foi instituído o Decreto-Lei n.º 1106, de 16 de junho de 1970, que criou o Programa de Integração Nacional.

A construção da rodovia entre o trecho de Estreito - MA até Humaitá - AM, com 2.322 quilômetros de extensão, foi subdividida em oito partes e entregues a seis empreiteiras (WALKER *et al*, 1997). O início formal da rodovia aconteceu em 09 de outubro de 1970. Em 27 de setembro de 1972, em Altamira - PA, foi realizada a cerimônia de inauguração do primeiro trecho, entre Estreito - MA e Itaituba - PA, com 1.254 quilômetros. A cerimônia contou com a presença de Mario Andreazza e o general Médici. O trecho a seguir narra o vídeo da construção da BR Transamazônica.

*A transamazônica é um passo imenso no sentido da ocupação racional de uma área que se caracteriza por um vazio demográfico só comparada as desoladas regiões polares. (...) O coração da Amazônia é o cenário de que se diga ao povo de que a revolução e este governo são essencialmente nacionalista entendido o nacionalismo como a confirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil. (...) Um deles: **O homem sem terra do nordeste e a terra sem homem da Amazônia**. O atraso da Amazônia e do nordeste repercute negativamente para o resto do Brasil. (...) A Transamazônica será uma vereda aberta aos nordestinos para a colonização de uma região rica em vales férteis e promissora de jazidas minerais.*

O trecho acima retrata o discurso utilizado pelos governantes e as hipérboles que adjetivavam a Amazônia como um território longínquo e pouco habitado. A narrativa dos primeiros viajantes que publicaram seus relatos sobre a Amazônia, a partir de quem fala de fora, acompanhou muitas narrativas para reforçar a necessidade de ocupar o território. A “ocupação racional”, a “selva”, o “vazio demográfico” são expressões que denotam a necessidade de ocupação do território.

A situação colocada retrata a ideia de “comissão real” de Bourdieu quanto à ideia de composição de pessoas para a realização de missão socialmente reconhecida para tratar de um problema público. A seca do Nordeste, ainda hoje, é um problema público construído socialmente e que, simbolicamente, há encenações para resolver um problema a fim de alcançar outro objetivo (BOURDIEU, 2014). Afinal, não houve propostas de alterações nas estruturas fundiárias do Nordeste, muito menos na dominação política enraizada.

Mas foi em 1974 que o último trecho da rodovia a ser aberto foi entregue, entre as cidades de Itaituba - PA e Humaitá - AM, com 1.070 quilômetros. Com isso, toda a extensão da rodovia foi entregue, simbolizando uma obra faraônica realizada pelo governo militar, atribuindo a ela a proposta nacionalista do governo e a possibilidade de integração e de ocupação definitiva da Amazônia. O trecho de Jacareacanga até a Prainha, com 406 quilômetros de extensão, foi entregue a Camargo Correia para a realização da obra e o da Prainha até Humaitá, com 350 quilômetros de extensão, foi entregue à construtora Paranapanema (WALKER *et al*, 1997). Sr. Darci recordou quando os primeiros acampamentos foram estabelecidos.

na década de 70, quando foi para começar a BR Transamazônica, essa era uma mata que não tinha nem como o povo ribeirinho que morava na beira do rio andar por aqui. Na época, era muito longe né. Inclusive quando a Camargo Correia começou a entrar com os primeiros maquinários para cá... um tempo atrasado que a gente não conhecia né, tem pessoas que até se assustou com isso né aquelas balsas com aquelas máquinas em cima que ninguém sabia o que era aquilo né. Depois o povo foi procurando saber, começou a vir no acampamento né, que era prainha Prainha Nova né. Porque aqui existem duas Prainhas. Existe a Prainha Velha que era a saída para o seringal e depois da Transamazônica criaram a Prainha Nova, onde foi instalado o acampamento da Camargo Correia. (...) acho foi no mês de julho de 71 que começou a BR aí... Aí vieram abrindo essas estradas, inclusive aí pegaram muita gente para trabalhar. Naquele tempo não existia motosserra, não existia nada. Essa BR aí foi aberta no machado, era muito complicado, inclusive morreu o filho de um conhecido nosso aí na abertura.

A estrada também invadiu terras indígenas. Áreas como Juruna, Arara, Parakana, Asurini e Karao tiveram seus territórios rasgados por esse traçado, provocando inúmeros conflitos (CAMPUZANO, 1979). E muitos indígenas tiveram suas vidas ceifadas diante dessa construção, como aponta o *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica*¹³.

Mas para incentivar famílias a ocuparem o território amazônico, foi preciso uma política de colonização¹⁴. “Na primeira lei agrária do regime militar, o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), a colonização já aparecia como uma técnica social associada à expansão da fronteira agrícola e à difusão da propriedade familiar” (SANTOS, 1985, p. 128). Para impulsionar esse quadro, as várias instituições responsáveis pela questão da terra que existiram no Brasil, como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), convergiram para a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970.

Até então, a questão agrária na Amazônia não demandava políticas estratégicas. A partir de 1970, esse cenário tornou-se expressivo para a região. O

¹³ [file:///D:/Documentos/Downloads/relatoriofinal%20\(1\).pdf](file:///D:/Documentos/Downloads/relatoriofinal%20(1).pdf)

¹⁴ Para compreender melhor as políticas de colonização na Amazônia antes do recorte temporal da pesquisa, consultar o texto O Caboclo e o Brabo – Notas Sobre Duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX.

INCRA exerceu o papel de facilitar a vinda de famílias para a região; afinal, seus objetivos eram “promover e executar a reforma agrária, e promover, coordenar, controlar e executar a colonização, além de promover o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural” (IANNI, 1979, p.34).

Propagandas sobre a Transamazônica eram veiculadas também na cidade de São Paulo via outdoors, anúncios de ônibus, camisetas etc., na tentativa de recrutar interessados. De acordo com Fearnside (1989, p. 10), “A maré de migrantes do Nordeste para São Paulo era tida, pelo público, como a fonte de todos os males urbanos, tornando-se popular uma alternativa altamente visível”. A propaganda em São Paulo buscava estimular nordestinos, reforçando a intenção de poupar os grandes latifundiários do Nordeste.

Uma das ações do INCRA para com a Transamazônica apontava o seguinte: “Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do PIN, se executar a ocupação da terra e a adequada e produtiva exploração econômica” (IANNI, 1979, p. 48). Desse modo, as margens das rodovias foram destinadas ao processo de assentamento a partir de demarcações do próprio Governo Federal. A população amazônica não se encaixava na necessidade de integração nem de ocupação desejável aos militares.

O programa de colonização foi de grande alcance, sendo as referidas áreas reservadas para pequenos produtores. Entre 1971 e 1974, 30% de todos os incentivos fiscais deveriam ser transferidos para o PIN, para financiar as atividades propostas. Os objetivos eram assentar cem mil famílias no mesmo período e dar apoio suficiente para os colonos formarem uma “classe média rural”, em vez de caírem na agricultura de subsistência (SCHMILK; WOOD, 2012, p. 118).

Nesse contexto, foram criados os Programas Integrados de Colonização (PIC) ao longo da Transamazônica, a BR-230, que foi dividida em três áreas administrativas: Marabá, Altamira e Itaituba, municípios do Pará. Ao abrirem a estrada no meio da floresta amazônica, revelava-se o interesse dos governantes em estruturar condições de acesso para “povoar” a Amazônia. Dessa forma, vários fatores impulsionaram a configuração atual do espaço rural, incentivados pelo Estado Nacional (IANNI, 1979; BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1988; VELHO, 1972). Esses projetos reconfiguraram as relações territoriais na Amazônia, e o crescimento

demográfico foi um dos impactos desse processo. Além dos PICs, o INCRA também criou o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD).

Os programas de colonização foram projetados para acomodar até 100.000 famílias, por meio da “filosofia de urbanismo rural”. Esse urbanismo foi desenhado com três formatos: a “agrovila”, uma pequena vila destinada à casa dos trabalhadores rurais e a sua integração social, com escolas e centros ecumênicos; a “agrópolis”, pensada como um pequeno centro urbano industrial com influência socioeconômica, cultural e administrativa, ou seja, uma cidade para atender até 22 agrovilas; e a “rurópolis”, uma cidade para comportar 20.000 habitantes, considerada um pequeno polo de desenvolvimento, constituída por agrovilas e agrópolis (FEARNSIDE, 1989; REGO, 2016).

Esse esquema de planejamento foi idealizado pelo urbanista carioca José Geraldo da Cunha Camargo, que pretendia organizar uma rede urbana e “dar ao campo os benefícios da cidade” (REGO, 2016, p. 42). Mas esse empreendimento se tornou um fracasso, pelo não cumprimento do projeto inicial.

As rodovias abertas possibilitaram o confisco federal de grandes áreas públicas, anteriormente controladas pelos estados. Em 1971, o Decreto Lei n.º 1164 ampliou a autoridade do INCRA, centralizando o controle nas mãos dos tecnocratas do Governo Federal, o que interferiu nos estados amazônicos e atribuiu aos militares liberdade total para agirem como quisessem na maior parte da Amazônia (SCHMILK, WOOD, 2012, p. 119).

A colonização rural foi uma das estratégias. Os discursos dos governantes da época foram motivados por questões, tais como: o imenso vazio demográfico da região; a grande área de fronteira; o extrativismo vegetal para a atividade econômica; a execução do programa do Governo Federal com o objetivo de proteger a segurança interna, a defesa nacional, a integração da Amazônia, a minimização dos conflitos rurais entre trabalhadores nas demais regiões do país, principalmente no Nordeste (OLIVEIRA, 1988). Contudo, os argumentos distinguem-se em relação aos estímulos e favores fiscais para políticos e econômicos, com o intuito de constituir latifúndios, fazendas ou empresas agropecuárias, que ocorreram de fato.

Para facilitar as estratégias estabelecidas de ocupação, em 1971 foi instituído o “Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e

Nordeste – PROTERRA”, com o “objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão-de-obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE” (OLIVEIRA, 1988, p. 81). O PROTERRA foi um exemplo claro da contrarreforma, na qual latifundiários que tinham terras improdutivas foram indenizados para que suas terras fossem vendidas a pequenos produtores, principalmente no Nordeste. Representou, simbolicamente, “a reforma agrária sem violência e sem a contrariedade dos latifundiários nordestinos” (OLIVEIRA, 1988, p. 83).

Mas foi com o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1974, que os governos militares intensificaram a acumulação de capital em território amazônico. A ideia era “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais, em áreas prioritárias da Amazônia” (OLIVEIRA, 1988, p. 91), entre elas: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã, Marajó. No documento publicado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), indicava-se: “É chegado, efetivamente, o momento de tirar proveito, principalmente para efeito de significativa contribuição ao aumento do PIB, do potencial representado pela Amazônia” (CDE, 1974, p. 1). Era preciso que 3/5 do território brasileiro ocupado apenas por 8% da população do país fosse racionalizado e ocupado.

Esse projeto foi possível, também, por meio de financiamento internacional e de assistência técnica, como o Banco Mundial, que realizou empréstimo de 400 milhões de dólares ao organismo oficial na época, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER. Corporações multinacionais, como a *Earth Satellite Corporation*, a *Littons Industries* e a *Westinghouse Corporation*, doaram juntas sete milhões de dólares para o projeto Radar da Amazônia - RADAM, com subsídios para estudos aerofotograméticos (CAMPUZANO, 1979). Este projeto foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com o objetivo de mapear o território brasileiro a partir de imagens, captadas por avião.

Além de pensar as potencialidades, as estratégias de ocupação integravam os programas de colonos e de pequenos produtores por meio de empresas agrícolas e de empresas de colonização. Muitas empresas das regiões sul e sudeste se

estabeleceram em terras da Amazônia Legal, como no estado de Mato Grosso, e demarcaram terras para venda, acumulando capital em terras da União (IANNI, 1986). Para fomentar essa ocupação por meio de empresas agropecuárias, o INCRA vendia áreas atrás das faixas de ocupação dos colonos. Fazendas com 3.000 ha eram vendidas próximas a Altamira, Marabá e no Estado de Rondônia (FEARNSIDE, 1989).

Diante desses incentivos, indígenas, sitiantes, posseiros, ribeirinhos, latifundiários e fazendeiros foram incorporados ao mercado industrial incipiente em território amazônico. A expansão das empresas privadas por meio do poder estatal reconfigurou as relações predominantes e existentes na região.

Em poucos anos, os indígenas viram as suas terras invadidas e o seu modo de vida prejudicado, revolucionado ou definitivamente alterado (...). Outras vezes, os índios, os caboclos amazonenses ou posseiros eram pressionados e expulsos de suas terras pelos grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, que chegavam com a proteção econômica e política do poder estatal. (...). A terra dada, farta, do-sem-fim, tribal, ocupada ou devoluta, pouco a pouco ou de repente, transformou-se em mercadoria (IANNI, 1986, p. 78).

Em diferentes gradações, as reconfigurações espaciais do território de Apuí se revelam uma apropriação de terras devolutas com os agentes do Estado a partir do INCRA. As medidas engendradas pelos governos militares estremeceram a organização social da região amazônica, principalmente na área rural. Os conflitos provocaram a violência na área de fronteira na luta pela terra, quando as mudanças políticas priorizavam o setor privado em detrimento dos pequenos produtores (SCHMINK; WOOD; 2012). Na localidade de Apuí, esse problema foi trazido de fora, reconfigurando um problema de outras regiões a partir da organização de fazendas e o trabalho nelas.

As questões agrárias no Estado do Amazonas permeiam o período de consolidação do processo de institucionalização da colonização do país, entre 1930 e 1954. O PIC Bela Vista e a Colônia Nacional Agrícola do Amazonas (CANA) representam a atuação mais alicerçada do Governo Federal no que diz respeito à política agrária. Mas os trabalhos mais sistemáticos no estado começaram em 1974, com a criação da Coordenadoria Regional do Extremo Norte – CR (15), com sede

em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima. Era o início dos “Trabalhos de discriminação de terras, criação de Projetos Fundiários e demais ações para o desenvolvimento da área fundiária no Estado do Amazonas” (SCHWEICKARDT, 2001, p. 42).

3.4 AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS MIGRANTES QUE OCUPARAM A BR 230 A PARTIR DE SUA ABERTURA

“O pessoal da firma ia abrindo a estrada e o pessoal de fora vinha marcando terra”.

Quando a BR foi aberta, juntamente vinha o acesso. Desde a sua abertura, já era possível percorrer os trechos que recortavam o território amazônico. Alguns moradores de Apuí chegaram à região pelo trabalho na Camargo Correia, como é o caso do Sr. Mizael, que, em 1973, trabalhou como ajudante de cozinheiro no acampamento da empresa por três meses. Sr. Mizael conta que veio para a região a convite de um compadre, que também era seringueiro, e que estava buscando outras formas de trabalho. E foi nessa ocasião que passou a trabalhar por um tempo na empresa. Quando as obras terminaram, o DNER passou a ser responsável pela estrada.

Quando finalizaram as obras pela empreiteira, os funcionários da Camargo Correia retornaram para seus locais de origem, mas aqueles contratados por um período de tempo permaneceram na região. É o caso do Sr. Mizael, que continuou na região trabalhando com produtos extrativistas, como quebrar castanha e tirar óleo de copaíba.

O Sr. Luiz Sulino, já falecido, também trabalhou na empresa Camargo Correia. Sua carteira foi registrada pela empresa em março de 1972, quando era residente do município de Novo Aripuanã. Ele pregava placa na cabeceira das pontes e, logo quando terminou o trabalho, continuou na região do Juma. Logo que foram chegando outras famílias, abriu um pequeno comércio na localidade. Sr. Sulino é lembrado pelas famílias que chegaram posteriormente, inclusive tem o nome de uma vicinal do Assentamento.

No entanto, existe uma narrativa que foi registrada no documentário “Braços Fortes”, de Drance Jézuz (2017), e que também conheci por meio da entrevista com Sr. Oséias, sobre os primeiros que abriram áreas na região. Eram seis homens que buscavam terra na Amazônia e que chegaram à região que hoje é o município de Apuí. Sr. Sebastião, mais conhecido como Pernambuquinho (pai do Sr. Oséias), Sr. Caetano e seu filho Edmilson, Sr. Miguel e Chico Bruno eram conhecidos da cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, e buscavam terras na oportunidade de adquirir propriedade.

Sr. Oséias contou que o pai, decidido a buscar outras terras, resolveu ir para Roraima para buscar novas oportunidades, ele e mais os companheiros. Em um pernoite na cidade de Humaitá, na pensão do Sr. Barbosa, conheceu o chefe do DNER na época, que comentou sobre terras produtivas a 400 quilômetros dali próximas ao Rio Juma. Além disso, o Sr. Barbosa já havia demarcado uma terra na BR-230 próxima ao Rio Juma, confirmando a existência de terras produtivas na região. Diante dessa informação, o pai e os companheiros resolveram mudar a rota e se deslocaram sentido Jacareacanga pela BR-230. Foi quando encontraram as terras consideradas boas e logo já marcaram os lotes. Logo voltaram para Ji-Paraná e buscaram as famílias.

Quando retornaram para Ji-Paraná, circulava a informação sobre terras produtivas na localidade, incentivando outras famílias a se deslocarem para a localidade, como o Sr. Zé Branco, Sr. Anísio, Sr. Otaviano e Zé Nunes. Considerando esse fato, é possível sinalizar que as primeiras famílias que migraram para a região a partir da informação de disponibilidade de terras, antes da demarcação do assentamento, eram residentes de Ji-Paraná. Posteriormente, foram chegando outras famílias de diversas localidades e foi se caracterizando uma pequena vila, que se chamou Juma. As famílias trabalhavam com lavoura, principalmente arroz, mandioca, abacaxi, entre outros.

Sr. Tobias, já apresentado, chegou à região em agosto de 1976 pela Transamazônica. Maranhense nascido na cidade de Catanhede, mudou-se com a família para o município de Coroatá (MA). A família trabalhava com agricultura, com plantios de arroz, milho e mandioca. Mais tarde se mudou para Santa Luzia do Tide (MA), onde se casou e construiu família. Com as dificuldades da agricultura no Maranhão, decidiram migrar para o Amazonas, motivados por um amigo que era

garimpeiro e, segundo ele, naquela época, tinha muito garimpo na região. Com isso, a família do Sr. Tobias e mais seis migraram para Jacareacanga pela Transamazônica, mas se estabeleceram no distrito de Sucunduri.

A trajetória do Sr. Tobias é o caso de famílias que chegam à região do Rio Juma pela Transamazônica, oriundas da região nordeste, sendo de menor expressão. Além disso, o garimpo é o motivo revelado, em consonância com outras regiões do Pará que possibilitaram essa condição de trabalho. Após 30 anos, Apuí se tornava famosa com a grota do garimpo do Juma.

3.5 CELSO MESSIAS E A PROMESSA DE CONSTRUIR UMA CIDADE

Nas entrevistas com os moradores considerados mais antigos, um dos nomes mais lembrados era o do Sr. Celso Messias¹⁵, como era chamado. Ele não foi um dos primeiros de fora a chegar à região, mas veio com certa estrutura, como avião, maquinário e veículo, o que trouxe benfeitorias para o pequeno núcleo de famílias que ali residiam. Sr. Mizael recordou que, quando o Celso Messias chegou à região, foi ajudá-lo a abrir picada e estrada. Demarcaram lotes que variavam entre 300 e 600 metros quadrados.

D. Salete e Sr. Bernardo, pais da Ana, secretária do SINTRAFPA, lembraram que chegaram a Apuí por meio de D. Rosária, irmã de Sr. Bernardo. D. Salete e Sr. Bernardo residiam na cidade de Palotina, região oeste do Paraná. O marido de D. Rosária trabalhava para o Sr. Celso Messias.

O marido dela trabalhava na balsa de Palotina atravessando o rio de balseiro para o Seu Celso. Aí o Seu Celso o pegou e trouxe ele pra cá (...) Seu Celso descobriu aqui e veio e trouxe todos os peões dele que trabalhava com ele pra cá.

Sr. Celso, quando criança, cresceu na cidade de Marialva, região norte do Paraná, e seu pai, Joaquim Messias da Silva, trabalhava como corretor de imóveis no município. Quando Celso se casou com a Sr.^a Laura, foram morar no distrito de

¹⁵ Esse nome não foi alterado por se tratar de uma pessoa pública e importante para a formação do município de Apuí.

Oroité, pertencente ao município de Iporã, região noroeste do Paraná. Lá ele era responsável pela balsa que fazia a travessia do Rio Piquiri, ligando a cidade de Palotina e Iporã. Anos depois, foi construída uma ponte, quando seu Celso deixou a região.

De acordo com o Rômulo, chefe atual do INCRA em Apuí, o Sr. Celso agia como um especulador, espécie de corretor. Era a pessoa que vendia a imagem de Apuí para fora, atraindo investidores, e que demarcava áreas para lotear e vender. Dizia para as pessoas que o objetivo era construir uma cidade.

Em uma pesquisa mais detalhada sobre o município, Sr.^a Márcia, Secretária de Meio Ambiente da época, lembrou que a prefeitura do município de Apuí havia recebido uma doação de área urbana e que a origem do título era do Sr. Celso Messias. Ele tinha uma fazenda com o nome de Apuy e as primeiras pessoas que nasceram em 1975, 1976, 1977 eram registradas em Novo Aripuanã, mas na localidade chamada Fazenda Apuy. Apuí significa “braços fortes”.

Figura 03: Sr. Celso Messias e Fazenda Apuy



Fonte: Prefeitura de Apuí

Sr. Celso Messias é lembrado como uma pessoa que ajudou muita gente, pois ele tinha uma estrutura que possibilitava o apoio. Ele foi responsável pelo início da abertura da picada da estrada que, atualmente, liga Apuí a Novo Aripuanã e também pela construção de várias casas. É possível afirmar que tinha um estilo próprio de arquitetura, pois existem hoje, em Apuí, pelo menos cinco casas com estilos semelhantes construídas por ele. Em uma entrevista concedida à TV Apuí e registrada no documentário “Braços Fortes” (JÉZUS, 2017), Sr. Celso Messias explica como chegou à região:

A gente foi convidado por uns caras do Banco do Brasil que conhecia essa região. Era selva, Transamazônica, mas ele disse que tinha terra boa, que produzia, que era agricultável e como a gente é do Paraná, a gente procurava terra para plantar, para produzir. E aí a gente veio para o Rio Juma, ele falava Rio Juma, não existia Apuí (...) Aí comecei, vim, gostei da região, descobri terra boa, aí convidei alguns amigos, inclusive pessoas do sul que foram vindo, Ivani, e outros. E já existia aí na área um pessoal do sul, Zé Branco, o Anísio, que já estava trabalhando, colonizando (...). Na época estava terminando de construir a Transamazônica, aí o Dr. Mario Andreazza, que era Ministro dos Transportes, passava e ficava ali em casa. (...) Era o único ponto de apoio que tinha na Transamazônica (...) Aí ele disse: o INCRA tinha que montar um projeto aqui... Aí eu disse pra ele: Doutor, ajuda nós lá, fala lá. Amanhã eu vou pra Brasília e falo com o Presidente do INCRA, que era o Paulo Yokota. Aí ele falou com o Paulo Yokota, aí o Paulo Yokota imediatamente se comunicou com Humaitá e mandou alguém de Humaitá, os executores do INCRA e Humaitá, vir aí. Aí começou o projeto.”

Independentemente do teor de veracidade desse fato, em 1982 começou a demarcação do Projeto de Assentamento Rio Juma. Posteriormente, várias pessoas passaram pela BR-230 em busca de oportunidades para adquirir terras. Uma delas foi o Sr. Arlindo Marmentini, que era do Paraná e migrou para Humaitá na década de 1970, o mesmo que abriu uma serraria liberada, ilegalmente, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (MENÉNDEZ, 1989). O sobrinho de Arlindo, que reside em Apuí, descreveu para mim, em uma entrevista, um pouco como seus familiares chegaram a Apuí:

“meu tio era muito assim de andar, de conhecer e tal. Aí passou e por acaso conheceu o seu Celso Messias na época que também já

estava por aqui. E meu tio teve o prazer, sei lá, prazer enfim, conheceu ele e falou que aqui era o melhor lugar do mundo, com terras ótimas e meu pai e meu tio procurando por terra, quando falaram isso, já foram ver terra, entendeu, e daí eles não foram nem mais para frente pararam por aqui. Começaram a andar, a olhar, descer rio para conhecer de fato as terras e na outra semana começaram a vir para cá”

Com uma certa estrutura, Arlindo e seu irmão se deslocaram para Apuí e lá demarcaram a fazenda, que o sobrinho relatou ter sido a primeira fazenda da localidade. Com isso, a família Marmentini estreitou os laços de amizade com o Sr. Celso Messias. Em um depoimento dado ao documentário “Braços Fortes”, Vitor, filho de Arlindo, relata que o pai era semelhante ao Indiana Jones, porém, mal dosado e que gostava muito de aventura. Nascido em Santa Catarina, foi criado no Paraná e tinha o sonho de ter grandes fazendas, quando se deslocou para Humaitá, em 1973. Anos depois, ficou sabendo que a 400 quilômetros de Humaitá, na Transamazônica, havia um lugar de terras boas. Ele se deslocou e encontrou o lugar que hoje é Apuí, lugar que tinha uns moradores na beira da estrada. Ao adentrar a mata, encontrou o lugar ideal para formar a fazenda que ele tanto desejava, que hoje é a fazenda Morena. Mas em um acidente com tronco de árvore, em 1981, Sr. Arlindo veio a falecer.

A abertura da Transamazônica já era conhecida em outras regiões do país, o que indicava a possibilidade de adquirir terras devolutas da União. Com a abertura da estrada, seus efeitos logo tomavam forma de ocupação e reorganização do espaço. A família da Sr.^a Otília, já apresentada, chegou em agosto de 1980. Da região sudoeste do Paraná, contou que o pedaço de terra que tinham, de um alqueire, não era o suficiente para o sustento da família. A informação de que, na Amazônia, havia terra devoluta com a possibilidade de ocupação despertou o interesse em conhecer essas áreas. Com isso, venderam o que tinham, compraram um ônibus e vieram trazendo fogão, colchão, cadeira, entre outras coisas. A família Ramos também acompanhou a trajetória de mudança.

Um fato interessante que D. Otília relatou foi o período de dez dias em que ela cozinhou para os senhores Guiomar Lopes, Tadeu Brito e Alfredo Turck. Amigos da cidade de Francisco Beltrão, decidiram conhecer a Transamazônica em 1980. E foi nessa viagem que conheceram D. Otília e solicitaram a ela que cozinhasse para

eles enquanto estavam na região. Segundo ela, eles estavam ali para “tirar matéria, área de terra”, como outras pessoas faziam.

O curioso desse relato é que, em 1983, Guiomar Lopes assumiu o cargo de prefeito em Francisco Beltrão, incentivando as famílias a virem para o Amazonas. Além disso, ele demarcou terras para abrir fazenda e, até hoje, seu filho passa períodos em Apuí para cuidar dos assuntos da fazenda. Tadeu Brito, que chegou à vila Juma em 1981, também demarcou terras e abriu uma serraria. Atualmente, é o prefeito de Apuí em seu terceiro mandato. Além disso, é pecuarista. E o Sr. Alfredo Turck é empresário em Francisco Beltrão e possui fazenda na cidade de Apuí. A abertura de terra por esses senhores possibilitou ocuparem grandes extensões de terra. Quando o INCRA chegou para demarcar o PARJ, as áreas já ocupadas não foram incluídas.

3.6 A CHEGADA DOS AGENTES DO ESTADO: A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E DEMARCAÇÃO DO PARJ

O relato do Sr. Celso Messias é significativo para a compreensão do processo de demarcação, a partir das pessoas citadas, considerando o Sr. Mario Andreazza, ministro dos Transportes e, posteriormente, dos Interiores no período militar, e Paulo Yokota, presidente do INCRA. Além disso, na entrevista com D. Otília, foi lembrado o nome do Sr. Albino Fonseca, superintendente do INCRA no Estado do Amazonas na época, que tinha colonizado Altamira, no Pará.

Em relação ao Estado do Amazonas, O Sr. José Lindoso foi o governador de 1979 a 1983. O Jornal “O Estado do Amazonas”, de fevereiro de 1982, publicou uma foto do governador e do ministro Mario Andreazza e comentou as proximidades nas relações. É possível identificar uma afinidade sobre as demandas nacionais e estaduais. De acordo com Villarroel e Toni (2012), com o retorno das eleições diretas para Governo do Estado, em 1982, o Amazonas manteve uma dinâmica política regional orientada pelo Governo Federal. “Isso se deve a forte presença do Governo Federal no estado, por causa das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e a ocupação do estado” (VILLARROEL, TONI, 2012, p. 99).

Figura 04: Aperto de mão entre José Lindoso e Mário Andreazza



Fonte: Jornal do Amazonas, Fevereiro de 1982.

A ideia de desenvolvimento econômico impactava uma política de assentamento pautada pelo INCRA. No Amazonas, os modelos se baseavam no preservacionismo ativo e no fortalecimento da agricultura familiar. O PARJ se baseou no segundo modelo, que previa pecuária de pequeno, médio e grande porte, como geradora de ocupação e renda. Esse modelo foi implantado nas regiões sudeste, sul e sudoeste do Amazonas (CAVALCANTE, 2013).

Em geral, esse conjunto de ações era pautado pelas estratégias do governo militar em facilitar o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região, com fundamentos no discurso de uma política integracionista e de segurança nacional. A malha rodoviária já havia sido ampliada para estimular a imigração de nordestinos e de colonos do Sul para os projetos agropecuários de colonização e fundiários no Amazonas (SCHWEICKARDT, 2001).

3.6.1 O Batalhão de Engenharia e Construção e a delimitação do espaço

Naquela época, o exército foi o responsável pela demarcação do assentamento, que tinha como finalidade abrir vicinais e construir pontes. Era o 5.º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC) o responsável por esse trabalho no PARJ, localizado na cidade de Porto Velho. Naquele momento, o PARJ começava, de fato, a ser demarcado, como relembra o Sr. Juventino, que trabalhou no exército.

Eu vim para Apuí com o exército, construir estradas, pontes, que era o maior assentamento da América Latina (...) e já tinha o projeto, só mapa, em 1981. Fizemos todos os levantamentos só em mapa, existia um mapa do governo federal, e demarcamos toda a estrada, a BR Transamazônica e a gente foi embora. Aí em 1982 a gente veio para abrir as vicinais e começamos a abrir as vicinais em 1982, 1983.

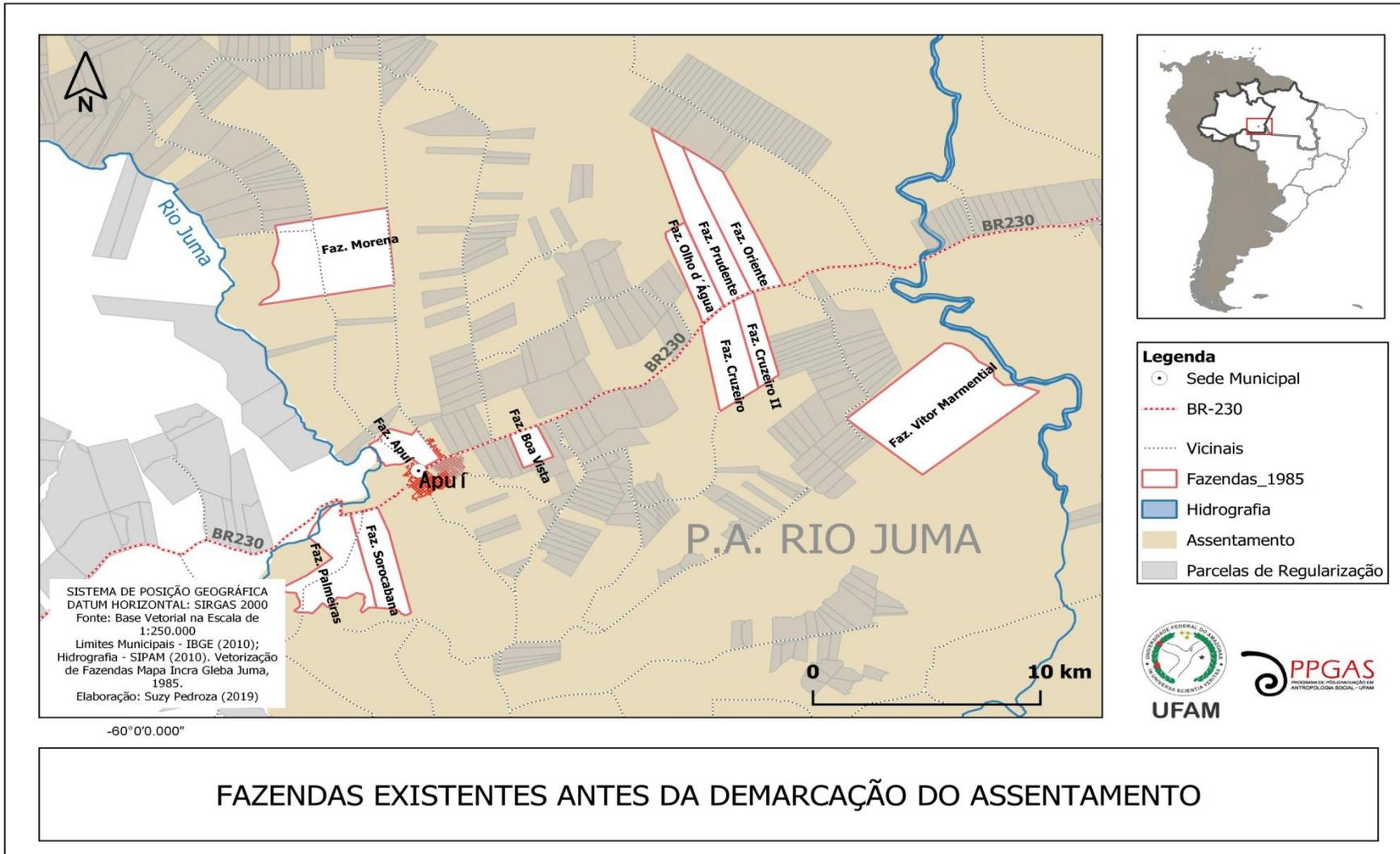
Percebe-se que já existia o projeto demarcado, como os 7.500 lotes, mas sem um trabalho de campo executado por funcionários. Aparentemente, o projeto foi demarcado por avião, pela presença de lotes em áreas inclinadas, como é o caso da topografia do PARJ. A partir desse mapa, os funcionários do exército eram responsáveis por abrir as estradas.

Na primeira etapa de efetivação, considerando o PARJ, o Exército, enquanto Estado, realizava seu papel de ordenamento territorial para receber famílias que seriam assentadas. A condição de “disciplinar o espaço” (BOURDIEU, SAYAD, 2006) configurava toda uma área de floresta densa, com espécies extrativistas, em lotes destinados para uma proposta de agricultura familiar. Além disso, Sorocabana, Palmeiras, Morena, Boa Vista, Cruzeiro, Olho D’água, Prudente, Oriente, Vitor Marmantini e Apuy eram nomes de algumas fazendas que foram sinalizadas no projeto, sem alteração e demarcação de seus territórios, como pode ser visto na figura abaixo (Figura 05). Era mais um ordenamento territorial diverso da região, com extensos castanhais, mas favorável à agricultura ou pecuária.

Terras da União, terras devolutas e reserva florestal também foram áreas demarcadas quanto à organização territorial em relação à área de assentamento. Diferentemente de outros projetos de assentamento, como Marabá, não existia um núcleo urbano consolidado. O PARJ foi demarcado em meio à floresta densa, apropriada para a economia local do extrativismo.

Quando o estado demarca áreas para fins diversos, há uma imbricação de seus interesses. Nesse caso, a organização em lotes em áreas de floresta reconstrói o território e, para isso, segundo Elden (2016, p. 45), no artigo Terra, terreno, território, estes “requerem um esforço constante para serem estabelecidos e mantidos”; e como um corolário da definição anterior, eles são “os resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações”.

Figura 05: Fazendas existentes antes da demarcação do PAD Rio Juma



Nesse caso, entende-se por território o que Foucault apontou: “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é, antes de tudo, uma noção jurídico-política: é a área controlada por certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 176 *apud* ELDEN, 2016, p. 50).

O formato da demarcação em lotes e a não demarcação nas fazendas podem revelar a gênese das estratégias relacionadas a esse território. A permanência das fazendas, nesse local, buscava cumprir a função social da produção. Era o cartão de visita das famílias que chegariam, a fim de demonstrar a capacidade produtiva daquelas terras que, por outro lado, implicava a função socioambiental. Manteria as condições ideais de preservação? Tais estratégias “em termos de mapeamento, ordenamento, mediação e demarcação, e a forma como é normalizado, pela permissão de circular e a sua regulamentação interna – são objeto de cálculo.” (ELDEN, 2016, p. 52). Entender o PARJ como território significa investigar o que está em jogo na forma de seu processo de criação, a partir de seus contextos históricos e geográficos.

3.6.2 O ordenamento das pessoas – o INCRA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 1.110 de 9 de julho de 1970 pelo general Emílio Médici, para executar as competências dos antigos órgãos: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que foram extintos (PRANCUTI, 2006).

Ao ler o livro *Memórias INCRA – 35 anos*, publicado em 2006, me deparei com inúmeras histórias de servidores que atuaram na região amazônica, a partir das localidades na beira da Transamazônica. As narrativas eram consonantes com as histórias dos primeiros funcionários do INCRA do posto avançado Rio Juma, dignas de um capítulo no livro.

Sr.^a Otília recorda que os funcionários do INCRA chegaram à localidade em 1982 para alugar um espaço que seria destinado às demandas do PARJ. Foram os funcionários do posto avançado de Humaitá os responsáveis pela execução das

atividades. Sr.^a Regina e Sr. Silvio eram as pessoas que iniciaram os trabalhos na Vila Juma, que a contrataram como zeladora da unidade em setembro de 1982. Recorda que, em 1983, Cesar passou a ser o chefe da unidade.

Na época, o Sr. Albino Fonseca era o coordenador regional do INCRA, no Amazonas. D. Otilia recorda que o Sr. Albino entrou em contato com as coordenadorias regionais do Sul do país para que pudessem trazer famílias para ocupar o assentamento. Para ele, o povo sulista era “trabalhador”, pois ele havia trabalhado em Altamira, cidade que recebeu famílias do Sul. Sr. Albino trabalhou na Transamazônica, onde acompanhava a construção de agrovilas e os serviços feitos pelo INCRA em toda a sua extensão, principalmente com o processo de colonização (NMSPP, 2015).

Para efetivar a política de obtenção de terras e a criação do projeto de assentamentos, o INCRA era orientado por 12 programas, sendo eles: 1) Distribuição de terras; 2) Organização Territorial; 3) Administração do Projeto; 4) Assentamento das famílias; 5) Estabelecimento das Unidades Agrícolas; 6) Implantação de Infraestrutura Física; 7) Educação; 8) Saúde e Previdência Social; 9) Habitação Rural; 10) Empresa Cooperativa; 11) Crédito; 12) Comercialização (SCHWEICKARDT, 2001).

Sr. Josimar, natural da cidade de Humaitá, é funcionário do INCRA e chegou em 1983, pouco antes das famílias paranaenses que vieram com os ônibus cedidos pelo INCRA. Foi responsável pela orientação das famílias e pelo direcionamento aos lotes. Essa tarefa tinha que ser cumprida o mais rápido possível, pois semanalmente chegavam ônibus com mais famílias, sendo necessário desocupar os barracões do INCRA, construídos para recepcionar as famílias.

Era o trabalho do controle. Era preciso dispersar as famílias dos barracões e encaminhá-las para os lotes. Era preciso começar a empreitada da “reforma agrária” prometida pelos governos militares. Era preciso solucionar as possíveis tensões sociais em outras áreas do país. Segundo Santos (1985, p. 132), “O Estado é o administrador de todas as iniciativas, desde o processo de trabalho até a rede de sociabilidade, com a ajuda de um sistema suficientemente rígido para que ele possa conseguir a submissão de novos colonos”.

O Estado foi responsável nessa organização do espaço e dos indivíduos. A formação desse tecido coloca em relevo a disciplina como técnica de distribuição dos colonos (FOUCAULT, 2017), que foram classificados e inseridos nos lotes com o objetivo de abrir a floresta, racionalizando suas atividades do ponto de vista econômico.

Mas não havia um planejamento urbano previsto. A disposição do que existia para recepcionar as famílias eram lotes demarcados em meio à picada. Não havia asfalto, não havia rua, saneamento, comércio; tudo ainda estava por ser construído. A disciplina, pela ótica de Foucault (2008), estaria sendo forjada num espaço vazio, artificial, que seria inteiramente construído?

Esse novo território demarcado estava em jogo. Como enfatiza Said (2011, p. 39), “Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em *ter* mais territórios”. O Estado havia preparado o espaço, como uma nova demarcação da floresta, que depositava a expectativa num novo formato de sobreposição. Aguardavam novas histórias para serem entrelaçadas. Nesse caso, entender a demarcação do PARJ como território significa investigar o que está em jogo no seu processo de criação, a partir de seus contextos históricos e políticos.

Elden (2016), com base nos estudos de Foucault, argumenta que este se preocupava em destacar que, das técnicas utilizadas pelo Estado, emerge um suporte para a governança da população junto aos seus territórios. O ordenamento da demarcação e o órgão de disciplina da população caracterizam essa concepção. As técnicas foram colocadas em prática.

A ideia da disciplina não se restringia apenas ao PARJ. Estende-se também à população que se deslocava, deixando seus espaços de origem. Isso porque eram agricultores que estavam na iminência da formação de movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra. Retirar parte desse contingente demonstrava uma forma de estratégia. A esquiva dos governos perante as regiões de conflitos rurais no Brasil se revelava na opção de proporcionar terras em territórios distantes do Sul e do Nordeste, no caso, na Amazônia.

O território estava demarcado. Os agentes do INCRA foram direcionados para o PARJ para aguardar as primeiras famílias que viriam do Paraná. Era o primeiro

passo a ser dado, a partir da proposta dos governos militares no Estado do Amazonas, em direção à racionalização da terra. Descrevo esse processo social no próximo capítulo.

4. A POSSIBILIDADE DE “GANHAR” TERRA E AS FAMÍLIAS QUE VIERAM DO SUL

A história de que vários ônibus saíram do Sudoeste do Paraná trazendo famílias para ocupar o PARJ foi um dos episódios em que mais despendi tempo e energia para pesquisar e escrever. Existia ali uma relação entre o Paraná, meu estado de origem, e o Amazonas, meu estado atual. Além disso, eu desconhecia esse acontecimento, e mergulhei em uma pesquisa intensa para compreender esse processo. A relação entre o Amazonas e o Paraná estava além do fato de os dois estados terem se emancipado em 1850.

Para ter conhecimento de um movimento migratório e conhecer suas razões, é preciso compreender a realidade e o contexto social, político e econômico da época em questão. Até aqui, foi possível entender qual era a realidade da localidade e as questões que envolviam a Amazônia. Mas por que o Paraná foi o Estado que participou desse processo de ocupação? Qual era o contexto do Sudoeste do Paraná e suas possíveis condições? Foi necessário recorrer à história, geografia, economia e a outras fontes de conhecimento para compreender a região. Para a construção deste capítulo, recorri a fontes bibliográficas e à pesquisa de campo. Diante de uma discussão sobre a fronteira agrária no Sul, esta pesquisa se debruçou mais sobre a região sudoeste do Paraná, devido ao fato de grande número de pessoas dessa região ter se deslocado para o Sul do Amazonas.

Em alguns casos, recorria à biblioteca do município de Apuí, na expectativa de encontrar pistas da história inicial e livros que fossem fontes de pesquisa pelos estudantes, considerando o que pudesse caracterizar “o que se conta” oficialmente. O livro que me foi sugerido pelo responsável da biblioteca sobre o assunto foi *Semeando Sustentabilidade em Apuí*, publicado pelo IDESAM. Nas linhas iniciais, afirma-se que “A ocupação humana recente na região sul e sudeste do Amazonas se iniciou com a exploração da borracha no final do Século XIX” (IDESAM, 2012, p. 14), considerando a história do Amazonas na região a partir da borracha, sem considerar a presença indígena nas áreas abrangentes.

No entanto, nesse material, o relato da ocupação da região a partir do assentamento continha a narrativa de pessoas que migraram da região sudoeste do

Paraná, principalmente do município de Francisco Beltrão. Entre julho e setembro de 1983, mais de 2.000 famílias partiram de cidades vizinhas e de Francisco Beltrão em direção ao PARJ, por meio de custeio do INCRA.

4.1 A ABERTURA E O FECHAMENTO DA FRONTEIRA AGRÁRIA NO SUL DO PAÍS

A região sudoeste do Paraná é um território que, há muito tempo, é objeto de pesquisa acadêmica em diversas áreas, sendo a área do Contestado resultado da política brasileira de concessões de grandes lotes para empresas estrangeiras pelos trabalhos realizados na construção de rodovias (COLNAGHI, 1984). Em um passado mais recente, a Revolta dos Posseiros, de 1957, no município de Francisco Beltrão, foi também muito explorada. No artigo “Revolta dos Posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações”, Éverly Pegoraro (2008) realizou um levantamento de várias pesquisas feitas na região sobre o episódio, apontando mais de 14 trabalhos sobre o tema.

Dentre esses trabalhos, a dissertação “Transformações na vida camponesa: o Sudoeste Paranaense”, de Ricardo Abramovay (1981), é uma pesquisa que procurou demonstrar como a região realizou uma transformação da base técnica da economia camponesa. Isso porque o pequeno agricultor converteu-se em consumidor de insumos e máquinas, dando início à modernização da agricultura naquela região. Por outro lado, camponeses que não conseguiram participar dessas transformações foram marginalizados, buscando reivindicações pela reforma agrária por meio de movimentos sociais. Essa pesquisa foi finalizada em 1981 e resgata todo o histórico da região em questão. Desse modo, a região diverge em suas características, formando um cenário considerado “fronteira” e onde, posteriormente, houve o deslocamento de famílias.

A dissertação de Maria Cristina Colnaghi (1984), “Colonos e Poder – a luta pela terra no Sudoeste do Paraná”, também buscou descrever, a partir da História Social, o processo social que culminou no movimento camponês do Sudoeste do Paraná, em 1957. Em sua dissertação, a pesquisadora caracterizou como um movimento regional que reuniu milhares de camponeses subverteu a ordem estabelecida e

destituiu, temporariamente, autoridades públicas. Esse cenário atribuiu a região uma característica de luta, organizada pelos agricultores.

A partir de 1940, as características demográficas da região passaram por uma modificação, em função da chegada de famílias do Rio Grande de Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes europeus. Por outro lado, a economia cabocla acabou sendo retraída por outras formas de organização, devido a corrente migratória sulista. Os gaúchos se direcionaram à região, em função de um esgotamento de terras livres, provocado pela subdivisão dos lotes familiares, pelo crescimento demográfico ou pela absorção pelo minifúndio, no sul do Brasil. Abramovay sintetiza uma realidade do campesinato brasileiro naquele período:

Num país de terras livres, o processo de expropriação do campesinato não conduz necessariamente à proletarização: o pequeno agricultor pode tentar a sua reprodução social seja através da ocupação de terras disponíveis (o que significa quase sempre a luta contra o latifúndio que também cobiça estas mesmas terras), seja através de sua compra, de sua sujeição ao latifúndio (ABRAMOVAY, 1981, p. 48)

A grande manifestação do processo de migrar do campesinato consiste na possibilidade de reprodução da sua condição social, do trabalho com a terra, de garantir continuidade geracional de suas famílias, contrariando o processo de proletarização. Nesse contexto, a região sudoeste do Paraná representou o território propício para a continuidade das atividades rurais das famílias, porém sem levar em consideração os caboclos¹⁶ que ali viviam. Uma economia que não gera acumulação, sob o ponto de vista econômico, significava o entendimento de “terras livres” ou área de fronteira.

Nesse mesmo período, no início da década de 1940, no então governo Getúlio Vargas, iniciou-se o Projeto “Marcha para o Oeste¹⁷”, com o objetivo de colonizar terras consideradas distantes e desocupadas, por meio de um sistema de

¹⁶ De acordo com Mondardo (2008), os caboclos do Sudoeste Paranaense eram de origem *luso-brasileira*, criados no meio da floresta. Eram constituídos pela miscigenação de índios, brancos e negros e o modo de vida como a extração de erva-mate, criação de animais para venda de couro, coleta de pinhão e caça de animais silvestres, como porco do mato, os caracterizavam particularmente à região em questão.

¹⁷ Otavio Velho entende essa expressão como o mito da origem do autoritarismo, no qual a ideia de *fronteira* embutida leva ao desenvolvimento do autoritarismo brasileiro (VELHO, 1976).

pequenas propriedades. O Decreto n.º 2.009 de 1940 declarava que o Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais. Os lotes variavam de 10 a 50 hectares e eram vendidos mediante pagamento, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, que administrava, de acordo com o decreto (VELHO, 1976).

Nesse contexto, foi instituída a Colônia Agrícola Nacional General Osório, ou a CANGO, em 1943, via decreto, sendo considerada uma política oficial de colonização dirigida. Vale lembrar que várias colônias agrícolas foram criadas no Brasil nesse período. A ideia era constituir territórios considerados “livres” sob o entendimento de “fronteira”, para que os latifúndios já estáveis não sofressem pressões por parte de trabalhadores rurais. A colônia foi criada em uma área de, aproximadamente, 350 mil hectares na região atual de Capanema, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Francisco Beltrão, em uma faixa de 60 quilômetros próxima à fronteira com a Argentina. A população de RS e de SC foi a maior beneficiária dessa colônia, tendo migrado para os lotes para colonização e fixar moradia. De acordo com o IBGE (2013), em 1947, residiam ali 467 famílias, tendo um crescimento demográfico de 2.725 famílias em 1956.

A colônia deixou uma visão positiva por parte da população do Sudoeste; isso porque foram dadas terras gratuitas para as famílias. Além disso, recebiam casas, ferramentas, sementes, assistências médicas e dentárias. A colônia também se responsabilizou pela infraestrutura, abrindo picadas e estradas, construindo pontes, garantindo o escoamento da produção. Diante dessas características, a CANGO se diferenciou de outras colônias, pois o acesso à terra só era garantido via compra, de acordo com o Decreto-Lei n.º 2.009, de 1940.

Diante desse cenário, fica evidente que a região sudoeste do Paraná foi entendida como área de fronteira pelo projeto de criação de colônia agrícola, impulsionando uma corrente migratória para aquela região. Com isso, a economia cabocla foi sufocada, abrindo espaço para a ocupação de famílias sulistas, constituindo ali outra organização social e outros modos de trabalho.

Por outro lado, a área da CANGO foi delimitada em uma área pertencente ao Estado do Paraná, mesmo sem chegar num acordo sobre as jurisdições. O então interventor do Paraná, Mário Tourinho, em 1931, havia assinado um decreto, retornando ao Estado as áreas concedidas para empresas estrangeiras. Essa

situação desencadeou um descompasso entre União e Estado do Paraná, abrindo uma brecha para a entrada de grupos econômicos na região, no período do governo Dutra (WACHOWICZ, 2016).

A Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA), ligada ao Partido Social Democrático (PSD) e a Pinho e Terras, ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) se instalaram na região sudoeste do Paraná e, com a desorganização dos últimos dias do governo Dutra, realizaram negócios na região, como a compra de áreas. Coadjuvante desse processo, o governo Lupion do Paraná facilitou com a criação de um cartório para o registro e a escritura das terras, principalmente da CITLA (WACHOWICZ, 2016). Vale pontuar que a CITLA foi criada como sucessora da Companhia Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO, cujas terras cedidas para a construção de rodovias voltaram ao estado do Paraná, fazendo o papel da defesa do direito à propriedade.

Diante desse cenário, a região sudoeste do Paraná tinha a ocupação judicial dividida: de um lado, pela União, pelo Estado e pela CITLA, principalmente; e, de outro lado, havia a ocupação direta pelos titulados e pelos posseiros, estimulados pela CANGO. Sendo assim, os agentes históricos envolvidos eram as colonizadoras, os proprietários, grileiros e posseiros (COLNAGHI, 1984).

Com o governo do Paraná a favor da CITLA, restava aos posseiros a condição de regularizar as terras que ocupavam, comprando lotes que já haviam sido ocupados via CANGO. Além disso, era preciso vender e cobrar as terras dos colonos que chegavam do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Chegavam de 20 a 30 famílias à região, principalmente ao município de Francisco Beltrão.

Com isso, as companhias começaram a exigir a assinatura em contratos e possíveis regularizações por parte dos posseiros e dos colonos. Muitos colonos assinaram contratos, por outro lado, outros se negaram a fazê-lo. O grupo político de oposição do governo Lupion percorria a região, pedindo para que colonos e posseiros não assinassem nenhum tipo de contrato. Mas aqueles que não assinavam eram ameaçados de morte (WACHOWICZ, 2016).

Sendo assim, em abril de 1957, os colonos e os posseiros começaram a se organizar, juntamente com a oposição política do governo do Paraná; além disso, houve a contratação de pistoleiros na iniciante reação armada das companhias. Em

10 de outubro de 1957, aconteceu o “levante” na cidade de Francisco Beltrão, no qual os colonos passaram a ocupar as repartições públicas, afastar as autoridades e saquear os escritórios das companhias (WACHOWICZ, 2016). Vale destacar que o exército nacional, orientado pelo então Presidente Juscelino, havia concentrado suas tropas para intervir no Sudoeste. De acordo com Colnaghi (1984, p. 2), “Pela primeira vez no Brasil um movimento camponês extrapola a comunidade e torna-se regional (...) contando com a garantia do Exército”. Sendo assim, houve a Revolta dos Posseiros, em 1957.

Pode ser definida como uma resposta dos agricultores à ação das imobiliárias, que pretendiam expulsar colonos de terras que lhes pertenciam legitimamente, em razão da posse legal ou mesmo da compra de títulos de propriedade (BRANDENBURG, 1999, p.81).

Posteriormente à Revolta dos Posseiros, em 1961, o governo de Janio Quadros deu continuidade à CANGO a partir do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP). Até 1972, o grupo expediu mais de 30 mil títulos no setor rural, buscando assegurar o direito à propriedade das famílias. Essa premissa foi problematizada sobre a Revolta dos Posseiros:

O movimento migratório em direção ao Sudoeste Paranaense não se fazia a margem ou contra as leis, mas respeitava a lei máxima da sociedade burguesa, o direito à propriedade. Os agricultores não vinham invadir um latifúndio improdutivo, cultivar em terras abandonadas, na tentativa de criar pela ocupação direta uma situação de fato. Eles só podiam recriar o mundo da pequena propriedade que se despedaçava no Rio Grande do Sul porque no sudoeste Paranaense esse mundo não existia. A terra já tinha sido, ao menos em parte, desmatada e cultivada pelo caboclo. Mas em matéria de propriedade, era indispensável que ela fosse virgem (ABRAMOVAY, 1981, p. 65)

Dessa forma, a partir de 1970, a forma de ocupação do solo e do trabalho passa para um sistema baseado na unidade policultura-criação, possibilitando, para as famílias, condições econômicas provavelmente mais rentáveis. Além disso, os recursos técnicos da revolução verde disponível na localidade permitiam ver um comércio em ascensão e possibilitaram o aumento da área cultivada na região. O número de estabelecimentos agropecuários aumentou, contrariando o fenômeno

que ocorrera em outras regiões do país. Não aconteceu uma proletarização intensa, mas sim uma absorção de recursos técnicos via famílias camponesas.

O Jornal de Beltrão, que teve sua circulação iniciada em 1988, relembra a data de comemoração da Revolta dos Posseiros no mês de outubro, veiculando reportagens sobre tal acontecimento histórico. Em 2011, o jornalista Ivo Pegoraro, do Jornal de Beltrão¹⁸, entrevistou o Sr. João Garibaldi Fernandes, gaúcho, que migrou para Santa Catarina com a família e lá foi atraído pela propaganda da CANGO, no início da década de 1950. Sr. João relatou que cortou mato em Francisco Beltrão, o que possibilitou ganhar um sítio de 30 alqueires. As ferramentas e as sementes só foram entregues para quem chegou no início da colônia, não recebendo quando chegou à localidade. Sr. João também ajudou no contingente de colonos que organizaram o levante em 1957 em Francisco Beltrão, saindo da localidade de Manfrinópolis.

Também foi atraído, de alguma forma, seu filho, Bento, que passou pela mesma experiência, migrando para o Amazonas. Sr. Bento era uma das pessoas sugeridas pela Auriédia para que eu pudesse me informar mais sobre o assentamento. Morando na propriedade do pai, Sr. Bento ouviu na rádio de Francisco Beltrão que o INCRA estava fazendo cadastro de pessoas que tivessem famílias interessadas em se deslocar para o Amazonas. Eis que a história se repete.

4.2 MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA E A DISPONIBILIDADE DE TERRAS NO AMAZONAS

O sistema de crédito facilitado pelo Estado na década de 1970, na representação do Banco do Brasil, permitiu, em partes, o processo de modernização, impulsionando a formação de médios e grandes proprietários. O financiamento bancário representou a obediência e a expectativa da rentabilidade, assegurando o uso de maquinário, fertilizantes e sementes selecionadas. Diante disso, o Sudoeste do Paraná se transformou em uma região considerada moderna, principalmente com a formação de complexo agroindustrial, via capital bancário. (ABRAMOVAY, 1981).

¹⁸ <http://jornaldebetrão.com.br/noticia/65499/historias-da-cango-e-da-revolta-de-57>

Naquele momento, os trabalhadores rurais se fragmentavam em dois grupos: aqueles que conseguiram participar do processo de modernização via financiamento bancário; e aqueles que sofreram o impacto desse processo, principalmente pela expropriação de suas terras. Com isso, germinava o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste, o MASTERS. Enquanto isso, na região oeste do Paraná, surgia o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste, o MASTRO, com os agricultores que foram atingidos pela hidrelétrica de Itaipu.

A articulação de movimentos, como o MASTRO e o MASTERS, tinha como objetivo fazer reivindicações de reforma agrária, organizando reuniões e assembleias, pressionando o INCRA da região. Em uma assembleia que aconteceu no mês de janeiro de 1983, em Medianeira no Paraná, naquela ocasião, o INCRA ofereceu terras em um assentamento que estava sendo aberto na Amazônia, mais especificamente no Sudeste do Estado do Amazonas. Tratava-se do Projeto de Assentamento Rio Juma, para quem desejasse se deslocar. O Sr. Valmor Berbick era secretário dos movimentos e redigia as atas das assembleias. Ele foi meu informante desse processo. Entrei em contato via rede social *Facebook* e ele se disponibilizou a colaborar com minha pesquisa. Atualmente, ele reside no Assentamento Pontal do Tigre, no município de Querência do Norte, no Noroeste do Paraná. Sr. Valmor é irmão do Sr. Gregório, que reside em Apuí.

Sr. Valmor me relatou que durante uma assembleia, alguns representantes dos movimentos decidiram visitar o assentamento, juntamente com agentes do INCRA. Em junho de 1983, um grupo de cinco pessoas, incluindo Sr. Valmor, chegou até a localidade do Assentamento Rio Juma. Ficaram ali por volta de três dias, mesmo porque o projeto ainda estava em sua fase de abertura, eram poucas vicinais abertas. A pequena vila da localidade tinha poucos moradores e o comércio praticamente não existia. Além disso, a floresta era bastante densa e fechada, diferente da região sudoeste do Paraná, com terras mecanizadas, prontas para lavouras. Para eles, esse cenário se confundia com a ideia de que “não tinha nada”, um descompasso com a economia do Paraná e do Amazonas.

Dessa forma, ao retornar ao Paraná, o INCRA orientou sobre a explicação da localidade, pois as famílias que tinham interesse iriam encontrar muitas dificuldades, já que a cidade mais próxima era Humaitá, que ficava a 420 quilômetros de distância, sendo o acesso via estrada de terra. Para isso, os representantes que

visitaram o assentamento organizaram uma assembleia para apontar as condições que encontraram e possíveis situações que as famílias encontrariam, caso resolvessem partir para o Amazonas. De acordo com Sr. Valmor, não havia muita aceitação por parte dos sindicatos e dos movimentos para que as famílias migrassem para o Norte, em função da diferença territorial entre as duas localidades e das condições precárias.

Diante desses fatos, o INCRA, a partir dos principais escritórios regionais das regiões oeste e sudoeste do Paraná, como Francisco Beltrão, Cascavel e Medianeira, de forma acelerada, começou a receber cadastro das famílias que tinham interesse em se deslocar para o Norte. Em um primeiro momento, a ideia foi realizar uma triagem rigorosa, pensando na grande demanda de interessados. No entanto, não foi isso o que aconteceu. A realização do cadastro foi de baixa procura e, nesse momento, para atrair famílias, foram veiculadas propagandas em rádio, televisão e jornais sobre a disponibilidade de terras na região Norte. De acordo com uma das interlocutoras da pesquisa, que reside no município de Apuí, lembrou

É... passou assim no rádio Nacional, que o INCRA ia fazer um assentamento no Amazonas e que iria trazer a população do Paraná e do Rio Grande do Sul né, que quem quisesse podia se inscrever, aí o pessoal foi no INCRA, deram os nomes.

O INCRA e algumas colonizadoras particulares fomentaram o discurso em toda a região.

Também as colonizadoras particulares e cooperativas, entre as quais a Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (Cotriguaçu), sediada no município de Cascavel, através da propaganda no rádio, televisão, jornais e projeções de filmes no interior dos municípios, ofereciam vantagens (...). O Discurso produzido articulava uma eficácia simbólica através do amálgama de duas representações: uma representação da natureza (“*terras vazias*”, “*terras livres*”, “*terras férteis*”) e uma representação do tipo humano que deveria ocupar essas terras: os “*colonos modelos*”, “*colonos de boa conduta*”, “*os agricultores afeitos ao trabalho*”. (SCHREINER, 2009, p. 97).

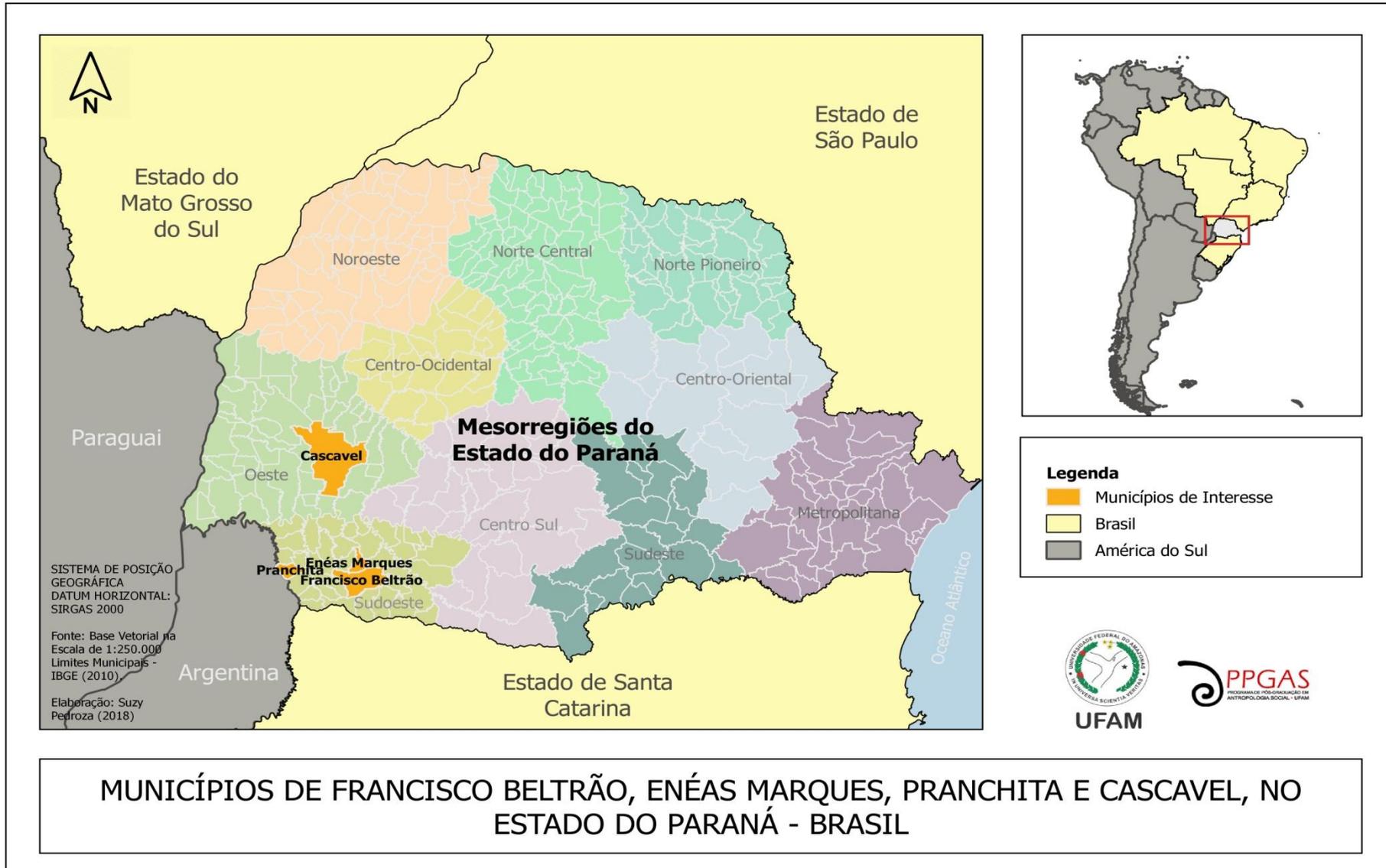
Diante do pouco interesse, o fato é que praticamente qualquer pessoa ou família que tivesse interesse, independentemente da atividade laboral, poderia se cadastrar. Sr. Valmor presenciou famílias que não tinham origem de agricultores realizando cadastro, mas tinham interesse.

A região sudoeste do Paraná (Mapa 06) foi “escolhida” como alvo dessa política, com o intuito de atrair famílias na ocupação dos lotes no Sul do Amazonas. Isso porque a indisponibilidade de terras na região foi um discurso criado pelos governantes locais, quando o Projeto Fundiário Pioneiro do INCRA no Paraná, a partir da representação do seu executor, em consonância com os governos militares, pensou a Amazônia como a saída “adequada e possível”, para minimizar os entraves territoriais. O discurso reproduzia duas representações da Amazônia: da natureza, com terras devolutas livres para serem ocupadas; e do tipo humano, considerando o ideal de camponês, colonos modelos e de boa conduta (SCHREINER, 2009).

Dessa forma, as articulações entre os Governos Federal e Estadual, na representação do INCRA, e com o Governo Municipal foram estabelecidas, principalmente para a veiculação de propagandas na televisão, no rádio e em jornais. O que se “vendia” era a ideia da aquisição de terras fáceis, a informação de que o solo amazônico era ótimo, solo onde “tudo o que planta dá”, enaltecendo características consideradas positivas, com a possibilidade de o agricultor enriquecer em pouco tempo (MONTARDO, 2012). A prioridade era convencer o trabalhador rural, principalmente para demonstrar a possibilidade do trabalho na agricultura. Além do imaginário, foram veiculadas promessas mais reais. Os lotes seriam distribuídos para as famílias com área de 60 a 100 hectares, bem como haveria o custeio do transporte até o PA Rio Juma, barracas para instalações iniciais, financiamentos. Teriam infraestrutura básica, como estradas, escolas, ambulatórios e até um auxílio financeiro de um salário mínimo por um ano.

A informação sobre o Rio Marrecas e o nome do prefeito na época possibilitou compreender outro agravante da região de Francisco Beltrão, além da questão do discurso do esgotamento de terras. O Rio Marrecas atravessa a cidade de Francisco Beltrão e as enchentes são frequentes até os dias atuais. Em 1983, aconteceram duas grandes enchentes, o que provocou transtornos para a administração local quanto ao deslocamento das famílias das margens. As enchentes prejudicavam as

Mapa 06: Municípios de Francisco Beltrão, Enéas Marques, Pranchita e Cascavel, Estado do Paraná.



residências, o que ocasionava a perda de todos os móveis, repetindo-se todo ano essa situação. Segundo o Jornal de Beltrão¹⁹, em 1983, o prefeito Guiomar Lopes criou uma vila para assentar famílias atingidas pelas enchentes. Nesse caso, explica-se o apoio do prefeito quanto à saída das famílias que residiam próximas ao rio, com destino ao Rio Juma em uma relação urbano-rural, sendo um dos financiadores dos ônibus na época.

Diante desses fatos, percebe-se a presença do Estado, tanto pela articulação em uma área territorial como pela disponibilidade de locomoção. Esse fomento está implicado na tentativa de retirar um contingente populacional dessa região. O Sudoeste do Paraná é, historicamente, marcado por conflitos territoriais, principalmente pela Revolta de 1957, quando os latifundiários se organizaram e contestaram se as famílias camponesas tinham direito à terra, tentando expulsá-las ou obrigá-las a comprar terras que já ocupavam, intensificando a modernização da agricultura. Vale lembrar que a região já foi considerada área de fronteira com “terras livres”. Naquele período, Abramovay (1981, p. 49) já sinalizava: “A Amazônia Legal reedita o Paraná nos anos de 1950”.

4.3 A SAÍDA DOS ÔNIBUS E A VIAGEM PARA O AMAZONAS

Até hoje, no INCRA do município de Apuí, encontra-se um documento que identifica as famílias que se deslocaram do Paraná, de cidades como Francisco Beltrão, Eneias Marques, Pranchita, Cascavel, São Miguel do Iguçu e Medianeira, em direção ao PAD Rio Juma. Naquela situação, chefes de famílias, predominantemente homens, eram considerados parceiros que, de acordo com o Estatuto da Terra de 1964, é aquele que adquiria lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada (SANTOS, 1985). Além disso, os parceiros deveriam “possuir conhecimento agrícola dirigido para exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário” (OLIVEIRA, 1989 *apud* LEAL, 2009, pg. 168), além de “demonstrar capacidade empresarial para gerência do lote na forma planejada” (LEAL, 2009, pg. 168).

¹⁹ <http://www.jornaldebeltroa.com.br/noticia/66278/retirada-de-familias-vem-desde-1983>

As fichas representam a articulação do processo de deslocamento das famílias a partir de uma influência do Estado brasileiro por meio da sua agência do INCRA. As comunicações internas eram articuladas pela Superintendência Regional 09, referente ao Estado do Paraná, e pela Superintendência Regional 15, do Estado do Amazonas. Na época, trabalhavam com o nome de coordenadoria regional.

As fichas registram as comunicações internas (figura 06) estabelecidas pelas coordenações da época. Seus dados se destinam aos encaminhamentos, considerando a relação nominal dos parceiros transferidos de seu local de origem com destino ao PAD Rio Juma. Na ocasião, ao receber as fichas pela SR 09, a SR 15 apontou as falhas encontradas no preenchimento na identificação dos classificados, mas que ultrapassaram os necessários 500 pontos. As informações contidas se referiam às famílias que foram transferidas, principalmente dos municípios de Cascavel e de Francisco Beltrão. Famílias que não poderiam ser beneficiárias de reforma agrária, principalmente pela idade, não atingiam os 500 pontos necessários. Junto a capa das comunicações internas, seguem as relações dos passageiros. Estes eram nominados como parceiros, colonos, candidatos, passageiros.

A primeira viagem é datada de 22 de julho de 1983, saindo de Francisco Beltrão um comboio com sete ônibus, transportando 49 famílias; no total, foram 269 pessoas, sendo 16 crianças até dois anos. Essas famílias se direcionavam ao PAD Rio Juma e percorreram quase 3.000 quilômetros em estradas com condições precárias, principalmente no Estado do Amazonas. A estrada que ligava Humaitá ao PAD Rio Juma ainda permanece sem asfalto, mas, na época, as condições eram bem piores, levando até cinco dias de viagem. Além da primeira viagem, outras viagens foram identificadas.

A segunda viagem aconteceu no dia 27 de julho de 1983, saindo do município de Francisco Beltrão. Naquela data, viajaram 65 famílias, totalizando 260 pessoas e mais 16 crianças de até dois anos. A distinção de crianças de até dois anos estava relacionada com o fato de ocupar ou não um acento no ônibus. Diante desse aspecto, percebe-se que as famílias eram jovens, deslocando-se com filhos pequenos para um lugar considerado sem estrutura, em comparação ao seu local de origem.

Figura 06: Documento Comunicação Interna – INCRA

TEXTO-

Encaminhamos, nesta oportunidade IC's e relação nominal dos parcelheiros transferidos do município de Cascavel para o PAD Rio Juma, no dia 10/08/83.

CR-15/T
em 22/08/83

[Assinatura]
Eng.º **OSMINDA PEREIRA BARBOSA**
Coordenador Substituto (15)
Folha 02/83

INCRA SAG-4	kmm	OP	DATA	ASSINATURA	OSMINDA PEREIRA CHEFE SUBSTITUTO CR(09)P
CONFECCIONADA	VERIFICADA	RECEBIDA	EMISSOR		

CI COMUNICAÇÃO INTERNA

CR(09)P	CR(15)	95/83
ORIGEM	DESTINO	NÚMERO

RESUMO DO ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO (FAZ) DATA: 04/08/83

TEXTO

Encaminhamos, nesta oportunidade IC's e relação nominal dos parcelheiros transferidos do município de Francisco Beltrão para o PAD Rio Juma, nos dias 22 e 27/07/83.

CR-15/T
em 09/08/83

[Assinatura]
Eng.º **OSMINDA PEREIRA BARBOSA**
Coordenador Substituto (15)
Folha 02/83

INCRA SAG-2	man	OP	DATA	ASSINATURA	OSMINDA PEREIRA CHEFE SUBSTITUTO EMISSOR
CONFECCIONADA	VERIFICADA	RECEBIDA	EMISSOR		

Fonte: INCRA Apuí

A tabela abaixo aponta as datas com as indicações feitas pelas fichas que tive condições de acessar. Vale destacar que o número de famílias que se deslocaram é maior que o total discriminado na tabela abaixo.

Figura 07: Tabela - Data de saída dos ônibus com destino ao PAD Rio Juma

Data	Município de saída	Nº de ônibus	Nº de famílias	Nº de pessoas	Crianças de colo
22/07/1983	Francisco Beltrão	07	49	269	16
27/07/1983	Francisco Beltrão	07	65	260	16
04/08/1983	Francisco Beltrão	N/C	51	-	-
10/08/1983	Cascavel	03	23	105	08
12/08/1983	Francisco Beltrão	11	99	424	35
17/08/1983	Cascavel	4	29	125	8
17/08/1983	Eneas Marques	4	27	148	-
19/08/1983	Cascavel	3	28	106	12
24/08/1983	Cascavel	7	61	292	17
24/08/1983	Pranchita	3	19	71	5
26/08/1983	Francisco Beltrão	2	19	71	5
TOTAL		51	477	1.890	122

Fonte: INCRA/Apuí

Os deslocamentos das famílias da região sudoeste do Paraná para o PARJ se estenderam por volta de dois meses, praticamente com comboios partindo toda semana. O Jornal Folha de Londrina, no dia 05 de agosto de 1983, publicou a matéria “Sem-terra vão para a Amazônia”. Parte da matéria tinha a seguinte passagem:

Em meio às sacolas de comida e outros pertences, os migrantes levaram um violão, para animar um pouco a longa viagem de seis dias até a cidade de Apuí, a uma distância de 4.200 Km de Francisco Beltrão. Cada família recebeu certa quantia de alimentos básicos para serem consumidos durante a viagem. (SCHREINER, 2009, p. 94).

O mesmo jornal, por meio de seu jornalista Paulo Pegoraro, divulgou no dia 18 de agosto de 1983, a matéria “A grande fuga dos sem terra”. Segue alguns trechos da reportagem:

Aos sem-terra paranaenses, ao que parece, são estas as opções: invadir fazendas ou migrar para a região amazônica. Os que optam pela primeira sofrem os rigores da lei que protege a propriedade – e, às vezes, injustamente, os latifúndios improdutivos – e sofrem ou perdem a vida nas mãos de vigilantes, capatazes ou jagunços, armados pelos fazendeiros. A todos, os que optam pela primeira ou pela segunda opção, move o desejo de ser proprietário de um pedaço de terra, de trabalhar para comer, mesmo arriscando a vida ao invadir uma fazenda, aqui, ou submeter-se às dificuldades naturais de regiões em desenvolvimento, como a Amazônia. Só que, no último caso, é possível o sonho da terra própria, sem o risco da vida. (SCHREINER, 2009, p. 95).

Nos últimos dias, mais de 40 famílias da região de Cascavel foram para as terras amazônicas. Um contingente de mais de 250 pessoas; de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado, seguiram outras 400; nos próximos dias, seguirão mais de 150 de Cascavel e outras 500 de Francisco Beltrão, 300 de Enéas Marques e 300 de Pranchita – também do Sudoeste do Paraná. Todo este pessoal está indo para o Projeto Juma, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Estado de Amazonas. (SCHREINER, 2009, p. 96-97).

A reportagem retratou os anseios das famílias e o cenário no Paraná nas décadas de 1970 e 1980. O jornal publicou uma série de artigos que tratavam dos conflitos de terra, da reforma agrária e da colonização dirigida por parte do Governo Federal em articulação com o Governo do Estado. O resultado foi a migração de várias famílias agricultoras sem-terra para o Norte e o Centro-Oeste do país. (SCHENIRDER, 2009).

Segundo Mondardo (2012), que investigou os processos migratórios na cidade de Francisco Beltrão, a migração em direção ao município de Apuí contou a participação do Poder Público:

O prefeito de Francisco Beltrão foi o maior informante do lugar de destino dessa migração. Esse estava à frente da *mobilização* dos pequenos agricultores (alguns, ainda, donos de Terra e/ou em face do processo de expropriação, outros já expropriados e morando nas cidades, desempregados e/ou sofrendo com o processo de proletarianização) através de um *discurso* que *representava* a Amazônia

como a possibilidade “perfeita” e “real” para o acesso a terra e para a reprodução de sua atividade: a agricultura (...) Através de um *discurso* específico os sujeitos foram *mobilizados* para a Amazônia em função da falta de terras em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense e, sobretudo, em face à perversa e arrasadora “modernização da agricultura” que acarretou o desenraizamento/migração. (MONDARDO, 2012, P. 355).

“Essa migração foi na época do Prefeito Guiomar, que foi na década de [19]80; o... Guiomar já foi para uma região mais inóspita, que foi a Amazônia. Haviam ônibus fretado pra ir pra Amazônia, fretado pela Prefeitura, para estimular o pessoal ir pra lá. Eram terras requeridas pelo INCRA lá em Apuí na Amazônia. (...) O prefeito Guiomar, foi o colonizador daquela área lá. (...) Era uma área do governo federal lá na Amazônia que o INCRA queria colonizar e daí o INCRA entrou em contato com o prefeito aqui da época” (...) (Jahyr de Freitas Junior *apud* MONDARDO, 2012, p. 355)

O trecho em questão se torna emblemático quanto ao incentivo para o processo de migração fomentado pelo Poder Público, representado pela esfera municipal. O prefeito Guiomar foi um dos grandes incentivadores. Esse prefeito conhecia a região de Apuí desde 1980, quando viajou com mais dois colegas pela Transamazônica. Um desses colegas é hoje o prefeito de Apuí. Em uma conversa com ele, eu questionei se ele tinha conhecimento sobre como Sr. Guiomar articulou a vinda das famílias. Ele me explicou que o INCRA havia criado o PARJ e o divulgou em todo o país. E, com isso, os prefeitos da região tentaram afastar pessoas que “moravam debaixo da ponte”, em “favelas”, por meio de propagandas sensacionalistas, segundo as quais, na Amazônia, o INCRA daria terra, salário, casa. “*Os prefeitos meio que limpavam um bocado de gente que não fazia nada lá, de diversos municípios*”. Para ele, o prefeito de Francisco Beltrão aumentou muito mais a propaganda, influenciando a vinda de várias famílias. Sr. Guiomar já havia comprado uma área de terra próxima ao PARJ, já influenciando a vinda de famílias.

4.4 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARANAENSES

“Levem uma lona.” Ninguém imaginou essa lona para que era... era para cobrir o barraco pra gente morar”.

Entre julho e agosto de 1983 tem-se um período simbólico para alguns moradores de Apuí. Até mesmo aqueles que não vieram nos ônibus têm a data como o início do processo de ocupação mais intensa da localidade. Já existiam algumas pessoas que moravam na localidade, como aquelas que vieram junto com a abertura da Transamazônica, via empresa responsável pela obra.

Conversar com os moradores sobre esse momento era uma forma de a lembrança ser traduzida em linguagem. Cada entrevista coletada sobre o processo da vinda fazia os interlocutores voltarem a um passado marcado por deixar seu território e se aventurar em um novo, completamente desconhecido. Trazia em suas bagagens as angústias, os medos, as expectativas e uma nova vida. Com base no pensamento de Rosenthal (2014), a interpretação conjunta dos materiais empíricos possibilita reconstituir os fatores que impulsionaram o desejo de vinda e os desejos de conquistas. Ao entrar em contato com as famílias e suas histórias, percebia mundos de vidas bastante diversos, mas os sonhos eram semelhantes: conquistar um pedaço de terra para a reprodução social do trabalho na terra com a família.

Um dos primeiros interlocutores que entrevistei e que estava no ônibus foi o Sr. Levi, já apresentado. Entre várias perguntas que fiz, ele descreveu um pouco como foi a viagem de ida para o PARJ:

Naquela época, tipo, naquele ano, foi as enchentes que deu em Francisco Beltrão, enchente do Rio Marrecas. E a gente veio procurar terra assim, porque lá, é difícil pra gente. Daí a gente veio pelo INCRA né. Na época foram 12 dias de viagem (...). Veio muita gente. Na época que eu vim, vieram sete ônibus. A cada 15 dias vinham sete, oito ônibus (...). A vinda foi sofrida, porque era aquele bolo de gente. Uma semana todinha dentro do ônibus. Ele parava pra limpeza, manutenção do ônibus. Aquela vez saiu dia... só sei que foi uma semana certinho, nós saímos numa sexta e chegamos na outra sexta. Hoje não vai todo esse tempo pra chegar aqui. Mas deu tudo certo, a gente veio...

Com as fichas, foi possível encontrar a relação de sua família: eles vieram no dia 12 de agosto de 1983, saindo de Francisco Beltrão, juntamente com a esposa e duas crianças, uma de nove e outra de dois anos. Ele não se lembrava exatamente da data de partida, mas se lembrava do período de duração da viagem. O motivo de

sua vinda estava relacionado com as enchentes do Rio Marrecas, que todo ano inundava sua residência. Para ele, o prefeito Guiomar Lopes foi o responsável pela vinda das famílias.

Seu Levi era um homem de poucas palavras, o silêncio se fez presente na nossa conversa. Fazer voltar ao tempo parecia lembrar uma época de sofrimento. Assim, “o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas” (POLLAK, 1989, p. 6). E nesse caso, não existia críticas ao INCRA ou alguém que havia incentivado para a viagem. Além disso, a narrativa que tinha dado certo compensava todas as dificuldades superadas, a garantia de possuir a própria terra.

Mas sair do Paraná e migrar para o Amazonas não era uma tarefa simples. E assim eu precisava entender as razões das famílias para deixarem o Paraná. Um dos filhos da família Vilela afirmou que os filhos foram as razões de os pais terem decidido sair de Francisco Beltrão.

Porque nós éramos em treze, era sete homens e o resto mulher. E o pai queria que cada um de nós pegasse um sítio. Ele pensou em nós. E vir pra cá... era muita terra.

Sr. Guerino também relembra das intenções em migrar para o PARJ

A gente morava em Pranchita, mas a gente não tinha terra lá. A gente trabalhava na terra de outros e aí então, como sempre foi essa a atividade da roça, então a ideia era procurar um lugar que tivesse terra para a gente trabalhar (...) Meu pai tinha um pedaço de 3.000 metros na beira da estrada e tinha uma bodega. A gente tava ali, mas teve essa oportunidade. A gente veio embora.

As explicações de meus interlocutores se aproximam do que Woortmann (1995) chamou de fatores macroestruturais da emigração. No caso da pesquisa, percebe-se que as explicações dos entrevistados são individualizadas. Por outro lado, “o processo migratório corresponde à desagregação de um sistema camponês, por efeito de paradoxos internos a ele: muitos filhos garantem a força de trabalho na

produção, mas implicam herdeiros demais que inviabilizarão a reprodução do campesinato no tempo” (WOORTMANN, 1995, p. 116).

Os estudos realizados por Mondardo (2012) sobre migrantes do município de Francisco Beltrão apresentaram que as tensões rurais nos estados do Sul do país e a modernização da agricultura que alcançou o Sudoeste do Paraná configuraram o que o autor chamou de desterritorialização de pequenos produtores rurais. E, num compasso entre trajetórias socioespaciais e as estratégias migratórias, deslocaram-se para a Amazônia, em novos projetos de colonização.

D. Idalina, moradora da zona rural, assentada pelo INCRA, veio ainda criança, mas se lembrava de alguns detalhes:

Ah, uns nove pra dez anos. Era criança ainda. (...) viemos de ônibus, que eles traziam num ônibus. Eu lembro até hoje da cor dos ônibus, eles eram amarelos com uma listra verde assim, de fora a fora, parecia aquelas lagartas de listra verde. (...) Saiu de Francisco Beltrão. Lembro o ano não, faz muitos anos.

Essas lembranças estão situadas num marco temporal muito claro, que compreende os meses de julho e agosto de 1983. Para ela, o período inicial foi muito difícil, principalmente em relação à dificuldade de acesso e, segundo ela, a estrada continua ruim até os dias atuais. A família saiu do Paraná porque não tinha terra, sendo que o pai trabalhava de diária para outros. A descrição dos ônibus, no imaginário de D. Idalina, pode ser identificada na foto abaixo. A foto retrata um comboio estacionado próximo à placa com o nome do lugar Apuy. Esse nome se referia à fazenda do Sr. Celso Messias.

Figura 08: Comboio estacionado na Fazenda Apuy



Fonte: João Raimundo Martins

Além disso, o marco espacial está no trajeto de deslocamento entre o Sudoeste do Paraná e o Sudeste do Amazonas, mais precisamente entre o município de Francisco Beltrão e o Projeto de Assentamento Dirigido Rio Juma, atualmente Apuí.

D. Helena, que foi responsável pela escola rural no início, também se lembrou de alguns detalhes da viagem:

Nós viemos com um grupo de Francisco Beltrão. Não, de Cascavel. Na época, nós viemos assim, na mesma comitiva, estávamos em sete ônibus naquela caravana. Nós levamos sete dias e seis noites pra chegar aqui. Estradas perigosas, não tinha ponte, era só uns paus que os ônibus passavam por cima.(...) ... E veio muito ônibus, cada sete dias chegava uma caravana. Era pra vir 7.000 famílias. Nós chegamos dia 30 de agosto, dia 07 de setembro chegou outra caravana, até o irmão dela veio, e veio de Cascavel também. Era de sete, oito dias as diferenças de caravanas de outras caravanas. Vinham seis, sete, oito cada caravana. E daí era pra preencher o assentamento com 7000 famílias, é o maior assentamento do mundo.(...) A vinda foi assim: O ônibus vinha parando, o INCRA deu alimentação, uma cesta básica pra cada família, conforme a família. Daí a gente parava na beira do rio, fazia comida, tomava banho, cada um vinha com fogareiro, uma botijinha de gás, ou fazia no meio de umas pedras lá. Quem não tinha botijinha daí fazia no meio das

pedras, arrumava uns paus pra fazer fogo. Foi um piquenique (risos) E daí a gente já começou a fazer conhecimento já dentro do ônibus, com mais famílias né,(...) ... A gente dormia dentro do ônibus, se alimentava assim: não parava em restaurante, em lugar nenhum. Só parava pra gente fazer comida, tomar banho na beira do rio, na beira a gente tomava banho.

De acordo com D. Helena, o próprio ônibus já era o local de socialização das famílias. Além disso, os ônibus não viajavam sozinhos, era em comboios, e nas paradas para alimentação, banho, também fortalecia as relações entre as famílias. Assim como D. Helena se recordou da viagem, D. Cleuza também contribuiu com suas lembranças:

viemos nos ônibus. Nós gastamos 13, 14 dias, quase 15 dias. Na época, ali em Mato Grosso não tinha asfalto não, era areia, por isso que demorava demais. Aí a gente chegou aqui, se apresentou no INCRA e tal, aí chegamos aqui dia 31 de agosto. E nós fomos a última, porque vieram 13 etapas de lá. 13 ônibus. Em três meses puxaram... a primeira vez não sei se foram cinco, seis ônibus. Nós viemos em menos ônibus, só eram dois, três ônibus. Teve gente que veio assim, com vários ônibus. (...) nós chegamos em Ji-Paraná, em Rondônia, pra fazer comida né, lavar roupa. Tinha um pessoal ..., ele é morto, aí os filhos dele, também entraram no Rio Machado pra tomar banho e o peixe elétrico matou ele (...) Tava junto com nós, na mesma época, no mesmo ônibus. Até extraviou o almoço, porque a gente foi fazer o almoço e ninguém mais comeu (...) ele devia ter 12, 13 anos... 18 anos. Um dos mais velhos... Acho que uns 18 anos... Nós ficamos até umas quatro horas da tarde e não acharam ele. Mas depois acharam. Aí a Prefeitura de Ji-Paraná se encarregou de fazer um enterro e um lugar pra família também. (...) Ai deixaram ele lá e nós viemos embora. (a família ficou?) Não, a família veio, não tinha como. Era uma família de muitos filhos, e a mãe dele era assim, já de idade e tinha um bebezinho recém nascido. Eles eram uns, não sei, mas acho que 8, 10 irmãos. Era muita gente.

A família de D. Cleuza também pode ser identificada na relação. Eles viajaram nos últimos comboios, como apontou na fala, saindo de Francisco Beltrão no dia 26 de agosto de 1983. O fato referente à família Vilela é conhecido por vários na cidade, retratando as condições em que vieram.

Depois de dias dentro dos ônibus, as famílias começaram a chegar. O encontro da expectativa com a realidade foi um choque à primeira vista; afinal de contas, não encontraram o que havia sido prometido. D. Idalina se lembra da primeira impressão ao chegar.

Chegamos aqui não era nada, nada, nada do que eles falavam. Falou pra mãe que não era pra trazer nem panela, que aqui tinha tudo. Que ia receber a casa com tudo dentro e não encontramos nada disso.

D. Helena também relembrou:

Daí a gente chegou. Chegamos, não tinha água pra tomar, não tinha água pra lavar o rosto, não tinha nada, eu mesma deitei no chão assim. Peguei uma colcha e esparramei assim, em cima do cascalho, logo em seguida comecei a sentir dor por todo o corpo, que as pedrinhas pegavam né, depois não vi mais nada não, dormi. (Grávida) de sete meses... mais duas crianças dormindo comigo. Aí quando clareou o dia, quando foi clareando o dia, nós chegamos umas quatro da manhã, daí o povo começou a se movimentar e tal, eu acordei. Eu juntei umas pedras ali, esquentei uma água e fui tomar chimarrão (...). Era umas onze horas da manhã quando o INCRA despachou a nossa turma, daquela caravana que veio, daí mandaram a gente voltar pra dentro dos ônibus. Aí voltamos, lá no Rio Juma, lá na ponte, lá embaixo. Lá tinha umas estruturas de pau, ficava assim, tipo umas armaduras, no meio um mato que eles tinham queimado, cheio de ponte, cheio de arvorezinhas cortadas, botaram fogo, fizeram aquelas estruturas, cada ônibus ganhou uma lona, era pnhada aquela lona em cima, e entramos em baixo. Uma lona pra cada ônibus. A gente se enfiou tudo debaixo de uma lona, um sol quente, cinzas, terra, calor, embaixo da lona dá mais calor ainda, porque a lona é quente, parece estufa lá dentro. Criança chorando, não tinha nenhuma privada, meu Deus... aí começou uma cagação ao redor daquelas barracas lá. O rio era onde a gente lavava roupa, lavava louça, tomava banho, terminava de cagar dentro do rio (risos). Muita gente ia pra dentro do rio e soltava tudo...

O relato de D. Helena coloca em relevo como as famílias foram conduzidas até os lotes. A ideia de “despachar” estava atrelada ao processo de se direcionar aos lotes, pois outros comboios estavam por chegar. Também se apresentava como um processo de disciplina; afinal, muitos colonos juntos poderiam organizar uma revolta em virtude daquilo que haviam encontrado.

4.5 AS FAMÍLIAS DO RIO GRANDE DO SUL E A VIAGEM PARA O PARJ

Em campo, pude identificar que algumas famílias saíram do estado do Rio Grande do Sul, também de ônibus. Com um número bem menor, os ônibus saíram das cidades de Passo Fundo, Rondinha, Nonoai e Ronda Alta, região noroeste do Rio Grande do Sul.

Essa região era ocupada por índios Kaingang e, no início do século XX, recebeu a frente de imigrantes alemães. Morando em colônias, em torno de 25 hectares, trabalhavam com pecuária e agricultura. A partir de 1968, a produção de soja teve um crescimento significativo, intensificando a modernização e a capitalização na agricultura. Com isso, os produtores considerados pequenos não conseguiram se modernizar e, conseqüentemente, concorrer, o que inviabilizou suas unidades produtivas na região. Desse modo, nas décadas de 1970 e 1980, o Estado do Rio Grande do Sul incentivou a migração dos pequenos colonos para o Estado do Mato Grosso (SILVA, 2005).

Diante desse cenário, as bases camponesas, no Rio Grande do Sul, começaram com as mobilizações, por meio dos movimentos pela terra. Os camponeses sem terra e camponeses expropriados pela construção de barragens hidrelétricas eram os protagonistas desse movimento. Alguns fatos históricos constroem o papel dessa luta: os camponeses de Nonoai que invadiram a Fazenda Sarandi em 1978; a mobilização dos camponeses da Encruzilhada Natalino e Ronda Alta, entre 1980 e 1981; e o Movimento das barragens do Alto Uruguai, em 1981 (SANTOS, 1985).

Dona Aparecida, nascida em Rondinha, recordou que seu esposo havia passado na Cooperativa de Agricultores da Cidade de Sarandi e que, na ocasião, estava inscrevendo famílias que tivessem interesse em migrar para Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Como trabalhavam na forma de arrendamento, aspiravam adquirir uma terra. Com isso, logo se inscreveu. Em um dia, ouviram na rádio da cidade o nome do seu esposo, para se apresentar na cooperativa. Chegando, avisaram que não era mais para o Mato Grosso, e sim para o Projeto Rio Juma, no Amazonas. Decidiram aproveitar a oportunidade; afinal, era a possibilidade de ter a terra. Sendo assim, por meio do INCRA, viajaram em setembro de 1983 para o assentamento.

As famílias que vieram do Rio Grande do Sul puderam trazer seus móveis, suas ferramentas, seus mantimentos, ao contrário das famílias do Paraná.

Acompanhando os ônibus, vinham também caminhões com mudanças, que foram de fundamental importância para a adaptação das famílias na chegada, já que foram alocadas na beira da BR-230. A empresa Helios foi a responsável pela viagem das famílias.

Sr. Rubens Benites também viajou com a família, saindo do Rio Grande do Sul. Ele era o mais velho de nove irmãos. A possibilidade inicial de ser assentado também era para Mato Grosso, que era a notícia veiculada na rádio. Quando seu pai realizou a inscrição, informaram que era para o Amazonas, mostrando terra preta, pés de feijão, arroz, banana, qualificando a produtividade da terra. Além disso, teriam casa, assistência técnica e salário mínimo por um ano. As propostas eram atrativas para quem tinha nove filhos. Mas quando chegaram, perceberam que a realidade era muito distante da propaganda.

Figura 09: Família Benites



Fonte: Sr. Rubens Benites

Sr. Rubens recordou que 33 famílias se deslocaram juntas, mas que, daquele comboio, só a dele permaneceu em Apuí nos dias atuais. Percebe-se que a saída do Rio Grande do Sul estava atrelada com a ocupação do estado do Mato Grosso, mas

que, nesse período, 1983, o Rio Juma passou a ser outra opção para as famílias gaúchas.

À medida que eu escutava as narrativas, percebia que o tempo não conduziu essas famílias ao esquecimento. Mas ao recordar a forma como foram deslocados, despertava um sentimento de indignação. A floresta densa era um lugar hostil para eles, cheia de desafios. Mas 33 anos depois, a ferida parecia estar cicatrizada.

Diante desses aspectos, de criação e da vinda de quase duas mil pessoas em um mês, PA Rio Juma se assemelhava ao (empréstimo) título do capítulo de Edward Said: “Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas” de seu livro *Cultura e Imperialismo* (2009). Pensar em uma colonização trazendo pessoas “distantes” implicou outra forma de cultura para a localidade, com a ideia de que alguns territórios precisam ser explorados com outro formato. Desse modo, deu-se o início de um espaço territorial no Amazonas que é entendido como “diferente” das demais localidades deste estado.

5. UM ASSENTAMENTO CRIADO PARA ABRIR FAZENDA: FORMAÇÃO SOCIAL DE APUÍ E PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DAS TERRAS DO PARJ

Depois de buscar compreender a saga da viagem, a partir das narrativas das famílias que vieram do Sul, elas explicaram o difícil processo de adequação a uma nova realidade, representado por estabelecer-se em uma nova região. As situações eram diversas: dificuldade em produzir alimento, ter moradia, o perigo de animais como onça e cobra.

Todo projeto de colonização tem como elemento fundamental a vinda de pessoas. E isso foi concretizado. O INCRA cumpriu a função que lhe foi atribuída de “colonização e reforma agrária”, dando mais um passo no ordenamento e na regularização fundiária da região. No entanto, as famílias vindas do Paraná não somavam número suficiente para ocupar o assentamento na sua totalidade. Muitas voltaram aos seus locais de origem. Contudo, a configuração espacial estava ancorada na valorização e no uso produtivo da terra em detrimento da manutenção da floresta.

E o Estado, como uma “instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens” (BOURDIEU, 2014, p. 228), constituía a base para uma nova realidade social. Neste capítulo, busco tratar das ações engendradas pelo Estado e seus agentes nesse território, descrever o modelo imposto e as relações estabelecidas com os colonos. Busco compreender como os recursos para a reforma agrária foram destinados para uma nova economia pautada na mercantilização da terra, bem como seus financiamentos para o fomento da pecuária bovina, marginalizando qualquer outro tipo de atividade produtiva. Além disso, procuro identificar como as forças sociais locais se articularam para obter o processo de emancipação do município e como o fluxo migratório, principalmente proveniente de Rondônia, permitiu a crescente valorização da terra.

Nesta etapa da pesquisa, além de encontrar as famílias migrantes, contatei membros da esfera pública pertencentes a instituições como SINTRAFSA, EMATER, INCRA, Igrejas, entre outros. Busquei, a partir deste “espaço de pontos de vista”, me situar no universo pesquisado e acompanhar práticas que influenciaram na configuração particular do município.

5.1 DE COLONOS A PARCELEIROS

“Só foi um barracão feito de lona azul, onde colocaram nós”.

Um novo grupo social se constituía ao se apropriar das áreas do PARJ. Eram os parceleiros, já apresentados no capítulo anterior. À medida que ocupavam as parcelas, era-lhes atribuída uma nova identidade. Não eram mais colonos em suas colônias, mas sim parceleiros em lotes. O lugar era outro, mas a relação com a terra era semelhante, ancorada na busca da reprodução social das famílias. Assim, era preciso compreender como as famílias encontraram suas estratégias de sobrevivência. À medida que eu coletava os dados, reconstruía as trajetórias das famílias que vieram nos ônibus, a partir de suas narrativas. Na grande maioria, essas famílias se recordavam das pessoas que estavam ali quando chegaram à localidade, principalmente dos servidores do INCRA.

O INCRA, até então, era a plena representação do Estado no processo de recepção das famílias que ali chegavam de ônibus, oriundas do Sul do país. A recepção em “barracões”, a entrega da lona azul como teto e algumas tábuas de madeira como paredes foi o que restou das “promessas” da nova vida e dos benefícios que ganhariam, assim que chegassem à localidade. Buscar um espaço de terra cultivável dentro da floresta densa era a missão das famílias para encontrarem seus lotes.

E assim era feito. As famílias precisavam desocupar os barracões para dar lugar às outras que chegavam; afinal, toda semana, entre julho e setembro de 1983, chegavam comboios de cinco, seis ônibus. As dificuldades maiores foram encontradas naquilo que seria a razão da vinda: a tão sonhada terra, ou o lote, no caso.

Os homens eram os responsáveis por escolherem os lotes, dentre aqueles que o INCRA indicava. Os funcionários do INCRA, no início, assentaram as famílias ao longo da BR-230, sentido distrito de Sucunduri. No entanto, as terras não eram boas para produção; ainda assim, as famílias foram se estabelecendo até a abertura de outras estradas e vicinais. O exército e o 8.º BEC eram responsáveis pela abertura de estradas, como as vicinais Coruja, Morena, Sulino, sendo estas as mais próximas da Vila Juma. Com isso, as primeiras famílias que chegaram conseguiram

ocupar lotes em estradas que já estavam abertas; por outro lado, as famílias que chegaram por último tinham que entrar em áreas de florestas densas, sem nenhuma abertura, de modo que elas mesmas tornaram-se responsáveis pela abertura de picadas. Devido a esta situação, algumas famílias se recusavam a se deslocar para os lotes.

No ato da localização do parceleiro, o responsável assinava o Contrato de Assentamento com o INCRA (LEAL, 2009). A quarta cláusula chamava atenção:

Cláusula Quarta: Será motivo de rescisão deste CONTRATO, perdendo o PARCELEIRO o direito à aquisição da parcela, o não cumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento e especialmente:

- a) Não demonstrar capacidade profissional durante o período de dois anos, a contar da data de sua localização na parcela;
- b) Deixar de cultivar direta e pessoalmente a parcela durante o período de 3 (três) meses, salvo motivo de força maior da Administração do Projeto;
- c) Deixar de residir no local de trabalho ou em área pertencente ao Projeto, salvo justa causa reconhecida pela Administração do Projeto;
- d) Desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo ou deixar de obedecer aos dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal);
- e) Tornar-se elemento de perturbação para o desenvolvimento dos trabalhos por má conduta ou inadaptação à vida comunitária.

Na época, o código florestal permitia derrubar até 50% da área dos lotes, o que era condição de permanência no lote, passível de perda se não respeitada. As condições das famílias para serem assentadas implicavam, principalmente, a permanência no lote e o processo de derrubada das árvores. Eram atividades a serem realizadas que as famílias imaginavam que já estivessem prontas ao chegarem, assim como as casas construídas e as sementes à disposição. Mas essas condições não foram encontradas. O abrigo se reduzia às lonas azuis, distribuídas para cobrir os barracos.

O processo de derrubada de árvores foi recordado como algo penoso pelas famílias. Sem maquinário apropriado, árvores centenárias eram derrubadas no machado. Além disso, a tarefa era muito perigosa. Várias pessoas morreram devido à queda de árvores ou a pedaços de paus e galhos que caíam. A família Vilela, que

já tinha perdido um filho na viagem, perdeu outro filho na derrubada de árvores. O Sr. Vitor recordou sobre a morte do irmão. *“Foi o Antônio. Com pedaço de pau. Morreu aqui derrubando mato porque o INCRA queria. Se não fizesse o serviço, perdia o sítio. Tinha que roçar e derrubar.”*

Essa obrigatoriedade impunha aos parceiros uma condição, além de colonizar, de promover a transição agrícola das terras do PARJ. A derrubada consistia em uma nova valorização de mercado: a da terra limpa, preparada para dar espaço a um novo processo produtivo.

A lona azul é um elemento que compõe a memória das famílias que iam para o lote. Eram tábuas de madeiras e lonas que elas recebiam a fim de estabelecer o teto para se proteger. A foto abaixo retrata as condições frequentes que as famílias tiveram que enfrentar quando chegaram ao assentamento. A situação era de total precariedade, com total ausência de serviços, como fornecimento de água potável ou energia.

Figura 10: Barracos cobertos com lona azul



Fonte: João Raimundo Martins

Sr. Levi e D. Helena também fazem referências às lonas. As lonas foram a proteção quando as famílias ainda estavam agrupadas em barracões, antes de irem para o lote.

a gente ficou acampado 19 dias debaixo de uma lona. Na saúde tinha o INCRA, o pessoal do 5º BEC e tinha enfermeiro... era bem sofrido teve muita gente com malária, nossa...O que mais dava problema.

A lona azul foi um elemento marcado para as famílias, pois representava a precariedade da condição de moradia em meio à mata fechada. Por ser de plástico, o calor era potencializado nos períodos de seca, o que fazia com que as famílias tentassem o mais rápido possível erguer um barraco de palha. A lona preta, para o MST, é o símbolo da ocupação e de resistência quando organizam seus acampamentos. Ali, a lona representava o símbolo do abandono, uma etapa crucial da sobrevivência. Quem passava essa etapa tinha vencido um grande obstáculo.

Após as escolhas do lote, era comum que os homens construíssem as casas com tábuas e palha de babaçu, e depois o restante da família se deslocava até o término da construção. Enquanto isso, ficavam nos alojamentos ou em casas de famílias dispostas a recebê-los.

E foi nesse processo de adaptação que os novos parceiros começaram a identificar as dificuldades de permanência. No início, as famílias que vieram do Sul passaram a plantar roçado, pois tinham experiência com arroz, feijão, milho. Era preciso um tempo para que, de fato, começasse a produção em escala para além da subsistência. Enquanto isso, parte da alimentação era feita com aquilo que era encontrado na floresta: buriti, mandioca, palmito, arroz e carne de caça. Essa também era uma dificuldade, pois o que a floresta oferecia era diferente da culinária do Sul. D. Idalina relembrou esse período:

Tinha um homem que chamava Seu Sulino, ele morava pra cá, da última serrona vindo do Apuí pra cá, ele morava ali. Ele que dava pra nós mandioca, arroz, essas coisas, trabalhava pra ele a troco de comida (...)"Tinha dia de você sentar assim e pensar: amanhã o que eu vou dar pros filhos comer? Arroz não tinha, só tinha mandioca... e carne que nós comia, era carne de caça.

Quando as famílias começaram a entrar nos lotes, a malária começou a aparecer. “A malária matou muita gente...” era uma frase comum em diversas entrevistas. A dificuldade em sair do lote e buscar recursos na vila Juma se tornou cada vez mais difícil quando a malária proliferou. Se era pai de família, não tinha forças para trabalhar. D. Helena recordou esse período das dificuldades com a epidemia da malária.

Foi no ano de 86. Deu uma epidemia de malária, meu Deus do céu... Morreu... morria criança, adultos, (...) eu pegava merenda escolar e levava naquelas famílias que estavam todo mundo caído. Era pai, mãe, criança... (...) e daí então, a gente fazia, daí já tinha alguns comércios aqui, daí a gente fazia... pedia doação, e ia pra vicinal levar, porque alguém tinha que fazer alguma coisa, meu Deus, foi uma época difícil... Já pensou, tá lá o pai de malária caído na cama, a mãe de malária, os irmãos maiores tudo malária, os pequeninos, as crianças morrendo, coitadinhos cagados, mijados, ficava tudo de fralda, não tinha ninguém que zelava deles. Ficava todo mundo com fome... Não tinha ninguém pra ir buscar um palmito, não tinha ninguém pra ir buscar um peixe né, um período olha... menina... foi um período muito triste.

Esse período é lembrado como de superação das dificuldades. No entanto, a nova realidade era muito diferente da prometida. As propagandas que foram veiculadas no Sul não eram compatíveis com o que encontraram. A terra não produzia de acordo com o esperado, a alimentação era difícil. Com isso, muitas famílias tiveram a resistência vencida e optaram por retornar para seus locais de origem, destino de cerca de 60% dos que vieram (LEAL, 2009).

Esses depoimentos estão situados em uma memória coletiva, considerando “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4). Dito isso, as dificuldades encontradas também permitiram a construção de uma narrativa mítica e legitimadora da superação, na qual os primeiros migrantes que chegaram batalharam, trabalharam e conquistaram seus lotes. Cumpre a função do “mito de origem”, ou seja, quem ficou foi merecedor por ter lutado e vencido uma terra indomável.

5.2 “MUITA GENTE VOLTOU” E AS ÁREAS ABERTAS PARA TRANSFORMAR FLORESTA EM TERRA.

Entre os funcionários do INCRA, e até mesmo entre os paranaenses, há um consenso de que muitas famílias que vieram nos ônibus regressaram ao Paraná. “Estima-se que nos primeiros anos do Projeto, cerca de 2.600 famílias tinham sido assentadas, das quais apenas 40% permaneceram” (LEAL, 2009, p.119). À medida que o INCRA não cumpria o contrato com os parceiros, como a entrega de casas, ferramentas, sementes, acesso a serviços, famílias desistiam e buscavam o retorno aos seus lugares de origem. Elas ficavam em torno de um ano e retornavam quando terminavam os subsídios de um salário mínimo, que nem todos chegaram a receber. Além disso, fazendeiros de Rondônia, que sabiam da abertura do assentamento Rio Juma, vinham buscar famílias para formarem mão de obra nas suas fazendas de pecuária e agricultura.

Eventos como o II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, organizado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e o encontro dos agentes missionários católicos na Amazônia para a organização da Comissão Pastoral da Terra já criticavam as más condições dos assentamentos, já na década de 1970. A precariedade da assistência técnica, falta de escolas e de habitação eram as denúncias divulgadas, considerando que a colonização era um pretexto para a não realização da reforma agrária (SANTOS, 1985).

Em uma sessão da Câmara dos Deputados, em setembro de 1983, o deputado Euclides Scalco acusava a forma da organização territorial do PARJ: “*Os lotes são retângulos homogêneos e não obedece a qualquer critério em relação ao tipo de solo, topografia, aguadas, aptidão agrícola. Apenas são pré-determinados em mapas a nível de escritório e posteriormente demarcados*” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1983, p. 9178).

Aos poucos, as informações sobre as condições reais do assentamento circulavam na região sudoeste do Paraná. Alguns folhetins elaborados pelos movimentos dos trabalhadores rurais no Paraná denunciavam, na época, as condições encontradas pelas famílias que vinham para o Norte do país, inclusive para o PAD Rio Juma. Em uma edição histórica do folheto *Sem Terra*, divulgado em novembro de 1983, a matéria “*Colonos abandonados no meio da Amazônia*” trazia informações sobre as condições do PAD Rio Juma. A denúncia relatava o que as famílias que saíram da cidade de Ronda Alta no RS encontraram. A desilusão era

sentida por pessoas que ali estavam. “*Falta água potável, as condições de moradia são sub-humanas e é impossível cultivar a terra*”, relatou um dos colonos.

Essa situação foi denunciada à comissão de Direitos Humanos da Assembleia Gaúcha por outro colono que retornou, entendendo que o assentamento foi uma tentativa de enganar os colonos sem-terra do Sul do país, abandonando-os na imensidão da floresta amazônica, sem estrutura alguma. Conforme descrito no documento, o objetivo da colonização do Rio Juma era absorver o fluxo migratório que se destinava ao Acre e a Rondônia, como tentativa de ordenação de ocupação das terras da Amazônia, para evitar invasões e posses desordenadas.

No folheto *Alerta – Homem da Terra*, divulgado pela Comissão Regional dos Sem-Terra, de 1983, do Sudoeste do Paraná, relata-se a visita do secretário de Agricultura da época, Sr. Claus Germer. Em seu depoimento, afirma: “*São autênticos campos de massacre para os colonos que para lá estão sendo levados, pela inexistência das mínimas condições de sobrevivência*”. Em uma visita ao assentamento Pedro Peixoto, no Acre, destacou: “*patético, com os colonos sem infraestrutura para produzir, passando fome, adoentados e morrendo de malária, jogados em glebas que mais parecem uma grande lata de lixo*”. Esse pronunciamento no Jornal “O Estado de São Paulo”, em agosto de 1983, rendeu sua saída do cargo comissionado no estado do Paraná.

Ainda nesse mesmo folheto, um colono que retornou denunciou que os motoristas dos ônibus que levavam as famílias eram proibidos de trazê-las de volta, quando se deparavam com a realidade local. O gerente do Banco do Brasil em Humaitá deu o seguinte depoimento:

o pessoal do sul vem pra cá pensando em encontrar aqui um paraíso. Na verdade, quem não vem com recursos do sul, vai ficar pior do que se encontrava no sul. Não devem trazer pobre pra cá, o banco não tem dinheiro pra emprestar. E o dinheiro que empresta tem os juros tão altos como no sul.” Outra observação no folheto chama atenção: “o número de fazendas na região é muito grande. Seus donos são de diferentes regiões do Brasil. A maioria delas ainda não está produzindo. O que se supõe é que o INCRA os está ajudando, quando procura os mais pobres aqui do Sul e os leva para lá. Lá os pequenos servirão para trabalhar nas fazendas dos grandes e não para terem sua área de terra o suficiente para bem desenvolver suas famílias.

Figura 11: Folhetim Alerta – Homem da Terra



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro²⁰

Esses folhetins circulavam entre os trabalhadores rurais dos estados do sul do país, que cobravam do INCRA iniciativas para a reforma agrária. Da mesma forma que informavam sobre o processo de abertura de assentamento no Norte do país, também denunciavam as condições que as famílias encontravam.

Em uma sessão da Câmara dos Deputados, datada de 16 de setembro de 1983, o discurso do deputado do estado do Paraná Euclides Scalco contextualizava o problema da concentração de terra no Brasil. Na ocasião, denunciou as condições dos projetos de colonização:

²⁰ <http://www.cpvsp.org.br/index.php>

Não será por uma ação, como a que o INCRA está atualmente efetuando, que resolveremos os problemas dos sem-terra. Levá-los para a Amazônia não será o caminho para resolver o problema social existente. Estes planos do Governo Federal são simplistas. Procura-se a saída mais fácil. Será que, jogando o sulista na Amazônia, resolveremos a situação? Evidentemente que não. (...) Levam agricultores habituados a um clima temperado, para lá enfrentar um clima tropical úmido, onde as culturas e processos agrícolas são diferentes e deles desconhecidos. Muda-se o habitat desses migrantes e corta-se a história de sua vida. (...) Que farão estes brasileiros sem habitação, sem lavoura, sem infra-estrutura social, sem hospital, sem escola? Sem infra-estrutura econômica – mercado, estradas, assistência técnica? Repetirão eles as desastrosas experiências das agrovilas? Serão eles mão-de-obra futura para explorações de grandes projetos? (...) Esses assentamentos servirão somente para usar estas populações como desbravadores, para futuros habitantes com condições financeiras, num flagrante processo desumano. (CD <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16SET1983.pdf>)

A falta de infraestrutura e as diferenças produtivas, ou seja, um conjunto de problemas, foram determinantes para que muitas famílias retornassem. Essas famílias que retornaram eram, em sua maioria, aquelas que não tiveram condições de se deslocar levando um mínimo de capital, que não tinham terras ou casas para vender em Francisco Beltrão para se manterem por mais tempo ou, até mesmo, se estabelecer no PARJ. O Informativo *Alerta 2 – Homem da Terra* (1983) publicado em novembro de 1983, colheu alguns depoimentos de famílias que retornaram. Essa publicação foi assinada pelo movimento já organizado, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste – MASTES.

“Porque meu marido morreu de malária, fiquei com 4 crianças pequenas. Levaram ele no hospital a 450 KM de distância, quando eu soube que ele estava mal, fui pra lá, e já fazia dois dias que ele estava enterrado”.

“No sítio que o INCRA me deu, não tinha água, nós bebia e lavava roupa tudo numa lagoa de água choca. Pedi várias vezes pro Dr. do INCRA me dar outra terra, porque a que eu tinha era pura areia, chegava doer as vistas de branca.”

“Passei três semanas comendo só mandioca cozida com sal. Tendo o dinheiro no bolso, e no mercado da Cobal não se achava nem uma gota de azeite, nem uma xícara de açúcar prá comprar”.

“Depois que minha filhinha morreu sem eu poder socorrer ela, sem poder procurar recursos, eu me desesperei e só pensava em voltar”.

“Não aconselho ninguém a ir, porque a malária mata muita gente. O médico que tratou minha filha disse que já muita gente morreu da malária e aconselhou nós a voltar, porque agora ainda é início da morte, o pior vai chegar na época das chuvas (novembro e dezembro) aí é que vai morrer muita gente”.

A realidade dos assentamentos provocou revolta e crítica aos processos de colonização. Com isso, formava-se, no Sul do país, o movimento social pela terra e contra a colonização, a partir das experiências desses colonos. Era o início de uma resistência política e ideológica contra o deslocamento dirigido para a Amazônia, reivindicando a reforma agrária em suas regiões locais. Para Santos (1985, p. 138), nascia um novo personagem social e político no meio rural como

os colonos que retornaram dos programas de colonização da Amazônia. Seus relatos alimentam a tomada de posições críticas em relação à colonização na medida em que eles mostram a diferença que existe entre as promessas difundidas pelas agências de colonização e a nua e dura realidade que eles viveram com suas famílias.

No entanto, essas vozes se fizeram ouvidos moucos para os projetos de colonização. Por alguns anos, as estruturas do assentamento eram péssimas. Eu não tive condições de encontrar famílias que se deslocaram para Apuí e retornaram, foi preciso buscar fontes secundárias. Marcos Mondardo, em seu livro *Territórios Migrantes*, entrevistou pessoas que se deslocaram para o Rio Juma e retornaram para Francisco Beltrão, no PR. Uma das pessoas é o Sr. Pedrinho Santos, o qual Mondardo caracteriza como *migrante retornado*. Em parte da entrevista concedida para Marcos, Sr. Pedrinho retratou o cenário dos motivos que o fizeram retornar:

“(...) Daí comecei a plantar milho, arroz, mas não deu nada; lá só mandioca dava bem, as outras planta morreu tudo que eu plantei. Aí tinha terminado o dinheiro, os 13 mil, aí vim embora; eu a mulher e as crianças, tudo pequeno. (...) A maioria dos que foi ficou um ano lá. Aquelas terras pra lá com 40 e 50 alqueires é colônia pequena; sem recurso não dá pra tocar! Sabe, lá a terra não vale nada. Se aqui vale dez, lá vale um. Eu não troco um alqueire aqui por 50 lá! Lá só dá pra

latifundiário, quem tem recurso! (...) Sabe, o prefeito tinha fazenda lá, levô nós pra limpa as terras pra ele! Tinha um monte de gente daqui que trabalhava lá nas terras dele. Diz que a fazenda dele táva com 5 mil vacas. O prefeito queria fazer uma cidade lá, mas não deu certo. (...) Fiquei doente lá, peguei malária, quase morri! Não tinha hospital, tinha um galpão no povoado lá que davam remédio pra cavalo pra mim [risos] se não fosse um médico do quartel lá que tinha, eu tinha morrido. Eu ajudei a levar 15 pessoas que morreu no cemitério num dia no povoado. Água ruim, crime, disputa de terra, tinha jagunço... Teve muita gente daqui que morreu lá. (...) [daqueles que voltaram] tem gente assentado na reforma agrária. A Fazenda Vitória em Cascavel, tem bastante gente assentado daqueles que foram aquela vez junto pra Amazônia. Outros voltaram e ficaram na cidade, tão por aí trabalhando. Eu voltei, fui trabalhá numa fazenda aqui de agregado, senão, tinha passado fome, não tinha dinheiro, dos treze mil que levei não sobrou nada. (MONDARDO, 2012, p. 360)

Vale destacar que o retorno de algumas famílias coincidiu com a organização do MST, que foi constituído oficialmente em 1984, no município de Cascavel. E o histórico desses assentamentos revelava o período marcado pelas enchentes de Itaipu e a demora no processo de indenização das famílias. Posteriormente à criação do MST, o INCRA passou a viabilizar alguns PA na região sudoeste do Paraná. Algumas famílias que retornaram foram assentadas no Projeto Vitória e na antiga Fazenda Brilhante (SCHREINER, 2002).

O depoimento do Sr. Pedrinho Santos, num primeiro momento, descreve a intenção da migração para a busca da autonomia a partir do acesso à terra e para se reproduzir socialmente. No entanto, a partir da leitura da condição de subordinação na fronteira, Sr. Pedrinho busca romper novamente, retornando ao seu local de origem. A sua visão da condição de mão de obra em fazendas, referindo-se ao então prefeito de Francisco Beltrão, retrata a semiproletarização, o que nega a condição de camponês, que migrou justamente para se reproduzir autonomamente.

Na fronteira o “camponês” busca novas bases para a reprodução de uma condição social perdida ou alcançada pelos antepassados, mas não mais vislumbrada como factível, devido ao processo de mercantilização da terra e de proletarização no campo. No entanto, este projeto não se realiza necessariamente, uma vez que depende do processo histórico concreto e das lutas sociais em curso (SYDENSTRICKER, TORRES, 1991, p. 45)

Mas não era só isso. Sr. Pedrinho deixou claro que trabalhou como peão na fazenda do prefeito de Francisco Beltrão, um dos grandes incentivadores para que as famílias pudessem se deslocar. Com dificuldades em alguns lotes, muitas famílias aceitaram trabalhar nas fazendas.

As fazendas existentes representavam uma força simbólica na demonstração de que era possível a realização da atividade agropecuária na região. A não incorporação dessas áreas no processo de demarcação configurava o papel do Estado “na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social” (BOURDIEU, 2007, p. 116). O novo ordenamento territorial era o exemplo a ser seguido. Se não era seguido, a mão de obra em oferta contribuía para a sua manutenção.

Esse é o caso da Sr.^a Cleuza, já apresentada no capítulo anterior. Segundo ela, o seu comboio foi o último a chegar entre julho e setembro de 1983. Para ela, “entrar no mato” com suas crianças era impossível: sem casa, sem estrada, sem nenhum tipo de serviço. Com isso, ergueram o barraco próximo à vila. E aos poucos, começou a lavar roupas para as pessoas, para conseguir sobreviver, até conseguir um trabalho no açougue da vila, pertencente à família Marmellini. Enquanto isso, o marido plantava arroz e outras culturas para terem alimento, sem ela saber onde ele estava ao certo. Mas para isso, precisavam deixar os filhos trancados em casa, pela parte da manhã, quando ela permanecia fora da residência. Depois de um tempo, seu marido foi convidado para trabalhar na fazenda do dono do açougue. Segundo ela, *“Aqui era tudo fazenda, aqui tudo, tudo, tudo, era fazenda”. Era desmatado, era cheio de gado e pasto.*

A fazenda Marmellini era referência de fazendas já existentes na região com criação de gado, assim como a fazenda do Sr. Zé Branco, Otaviano, Pernambuquinho, dono de áreas que foram abertas logo após a abertura da BR (JÉZUZ, 2017). Essas fazendas eram um “dever ser”, uma vitrine da possibilidade de sucesso para as outras famílias que ali chegavam. Além disso, empregavam as famílias que estavam dispostas a trabalhar como assalariadas.

Essa foi a saída encontrada por algumas famílias que permaneceram. Nem todos os lotes estavam demarcados. O exército trabalhava na abertura de estradas e picadas. As famílias que chegavam primeiro adquiriram os lotes mais próximos ao núcleo da vila Juma e já erguiam seus barracos. Porém, nem todas tiveram essa

mesma “sorte”. As famílias que chegavam nos últimos comboios não conseguiam lotes mais próximos à vila, tendo sobrado aqueles que ainda não estavam demarcados, sem acesso à estrada. E, com isso, algumas decidiram erguer o barraco perto do povoado.

5.2.1 As áreas abertas e a valorização da terra

Com a saída das famílias dos lotes, conseqüentemente, estes permaneceram vazios. A partir dessa condição, as benfeitorias realizadas, como a derrubada das árvores no lote, a construção de uma casa, alguns plantios, não podiam ser abandonadas sem retorno para as famílias que realizaram o trabalho. Para serem compensadas, as benfeitorias, as novas mercadorias em questão, eram vendidas, às vezes, para os vizinhos ou para outros que tinham condições de comprá-las. Na maioria das vezes, para fazendeiros ou para alguns comerciantes que já estavam na região.

Essa prática foi entendida como forma de “ajudar” as famílias que estavam vendendo seus lotes, pois estas precisavam de recursos, na maioria das vezes, para retornar ao estado de origem, que ficava a muitos quilômetros de distância. Sr. Bento, que veio nos ônibus, realizou tal prática: *“as pessoas foram indo embora e eu fui comprando lote porque elas não conseguiam ir embora, eu comprava o direito dos outros”* .

Essa prática, aos poucos, configurava o início da concentração dos lotes. Sr. Jorge, que auxiliou na constituição do SINTRAFSA, responsabilizava o INCRA por essa situação.

*a primeira concentração foi a seguinte: o Incra teve que cumprir o contrato com os parceleiros. Quando ele não cumpriu, o que aconteceu? O parceleiro... apareceu muita gente querendo ir embora para outro canto, ir buscar serviço, mão de obra. Levaram para Cacoal e levaram para outros cantos de Rondônia, seringais em Humaitá, pessoal para trabalhar. E as famílias, numa vila, foram juntas e outros não. Aí foram no Incra: Olha, eu tenho um servicinho lá e tal, eu não tenho mais nada para fazer. Aí o representante do INCRA que disse: **você pode vender esse seu serviço, não o terreno**. E quando ele fez isso, o Incra autorizou. De certa forma*

autorizou para vender as benfeitorias. Mas o que é a benfeitoria? Quem comprava não queria a benfeitoria, queria anexar.

Anexar o lote foi uma condição “tolerada” pelos funcionários do INCRA (BOURDIEU, 2014), no caso, representantes dos agentes do Estado. Funcionava como uma compensação diante do não cumprimento do contrato, que previa casas, ferramentas, sementes, saúde, educação, entre outras coisas. Por outro lado, gestava a valorização da terra em detrimento da manutenção da floresta. E a benfeitoria se transformava em mercadoria.

Quando é expulso da terra e resiste, o posseiro consegue às vezes receber uma indenização pelas benfeitorias. Como geralmente não conhece o princípio da propriedade em que se baseia essa expulsão, exige ou aceita que o pagamento se faça pelos seus serviços contidos na terra, pelo seu trabalho, pelas benfeitorias – a derrubada da mata, a casa, as plantações. Operando com uma lógica distinta da do seu inimigo, aquele que o expulsa, o posseiro não tem condições de entender a amplitude das relações e do processo em que está envolvido. É o que torna mais facilmente vítima do fazendeiro, do grileiro, da empresa e do próprio governo (MARTINS, 1995, p. 117).

A comercialização de “benfeitoria” foi o primeiro passo para transformar a terra em mercadoria, considerando a área de assentamento. Manuela Cordeiro, em sua pesquisa sobre migração para assentamentos em Rondônia, entende que a política de colonização possibilitou a transformação da “frente extrativista” para uma “frente pioneira”, com base na formulação de Barbira-Scazzochio (1980 *apud* CORDEIRO, 2015). A análise permeia a ideia de transição da “floresta” em “terra”, que se transforma em mercadoria e, conseqüentemente, torna-se propriedade. Sendo assim, a propriedade cercada torna-se passível de transferência, tanto pela produção agropecuária como pela retirada da cobertura vegetal.

Essa situação expandia-se no PARJ. Com a exigência da derrubada do lote, era o início da transformação da floresta em terra. E quando possibilitava a venda do “serviço”, ou a benfeitoria, estava embutida a ideia de propriedade, de posse, de mercadoria que agregava valor. Uma nova lógica de acumulação se introduzia. Não mais da floresta densa para retirar a riqueza, mas da derrubada da floresta para valorizar a terra. Iniciava ali a passagem da terra como bem de produção para objeto

de especulação. As grandes áreas de floresta que permitiam o extrativismo eram fatiadas em áreas como valor de uso.

Mas é evidente que o serviço realizado no lote não era o desejo final de quem comprava. A posse do lote era o interesse principal, afinal, as condições de produção não eram satisfatórias e, quanto maior, melhores as condições. Essa prática resultou num processo de rotatividade e na facilidade de entrada e saída do lote, sem atender as exigências burocráticas da reforma agrária. Enquanto isso, outros concentravam mais terras. O pequeno quadro de funcionários e a falta de fiscalização abriam brechas para a multiplicação dessa prática.

Quem já tinha estrutura se beneficiava dessa situação, como os donos das fazendas existentes na região, aquelas não demarcadas junto com o assentamento. Aquelas famílias que permaneceram no assentamento, vindas como “parceleiros”, também exerciam tal prática. Ainda assim, comerciantes que sabiam da abertura da área, a partir de várias formas de sociabilidade, também vinham de fora, com capital para investir.

5.3 AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DO RIO JUMA – O PRIMEIRO PASSO PARA A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE APUÍ

As duas primeiras agências estatais primárias a se estabelecerem na localidade do PARJ foram o exército e o INCRA. Foram responsáveis pelo ordenamento territorial e pela gestão da população, principalmente na abertura de estrada e na orientação da ocupação dos lotes. A partir dessa gênese, outras instituições foram se instalando.

Em 1985, foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo de José Sarney, que previa uma aplicação do Estatuto da Terra e, assim, assentar 1,4 milhões de famílias. O discurso em seu lançamento colocava-o como prioridade absoluta da política de desenvolvimento do Brasil, visando atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social (MELLO, SULZBACHER, 2013).

O Plano propôs a política de criação de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, atribuindo a essa modalidade os recursos que eram destinados para os projetos de colonização. Com isso, o Rio Juma, que antes era um Projeto de Assentamento Dirigido, o PAD, tornar-se-ia um PA, na expectativa de uma nova política de distribuição de recursos e de serviços governamentais. Sendo assim, os PADs que foram criados e titulados pela União, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, como a colonização, tornaram-se PAs, com a finalidade de promover a reforma agrária, priorizando o desenvolvimento territorial e regional dos trabalhadores rurais.

5.3.1 As instituições estatais e a formação do núcleo urbano: EMATER, SUCAM, CEAM e COBAL

A partir dos dados coletados, eu identificava algumas instituições que prestavam serviço junto ao INCRA para atender as famílias. A chamada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (EMATER/AM) passou a ter um escritório local no PARJ a partir de 1985, coincidindo com o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. O funcionário Marcio, que foi um dos primeiros a ser contratado pela empresa, lembrou que o trabalho mais frequente era dar assistência nas estruturas em vez de apoio na parte da produção, como a assistência técnica. Trabalhavam em forma de mutirão e se deslocavam para as vicinais para conserto de pontes, ajuda na construção de casas e escolas para as comunidades. Marcio recordou que o trabalho para os parceiros era difícil, principalmente a derrubada das árvores. Disse que cansou de buscar pessoas mortas devido a acidentes decorrentes de derrubada, picada de cobra e malária.

A assistência técnica para a produção era uma lacuna nas atividades acompanhadas pela Empresa. E nas condições em que se encontravam as famílias, a necessidade inicial era a assistência. As famílias vinham de uma região agrária diferente, na qual predominava a “lavoura branca”, ou seja, aquela que não é perene, que precisa ser cultivada todos os anos, como arroz, milho, trigo, feijão, entre outras. No entanto, as terras no PARJ não tinham as mesmas condições

produtivas e limitavam a atividade das famílias. Estas particularidades exigiam um esforço considerável de assistência técnica para o apoio das atividades da cultura local, como o guaraná, a banana, a mandioca, entre outras.

Existiam grandes plantações de café, arroz, mandioca em alguns pontos onde se encontrava a chamada terra preta, produtiva, mas eram áreas que tinham sido ocupadas por famílias antes da demarcação do assentamento. Com isso, algumas famílias tiveram muita dificuldade de se engajarem no processo produtivo e, quando conseguiam produzir, não conseguiam escoar sua produção.

Em 1993, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas, que assumiu a estrutura da EMATER, continuando com a mesma sigla. E, em 1996, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), que incorporou a atividade de extensão rural, permanecendo em Apuí até os dias atuais.

A CEAM foi responsável pela geração de energia no assentamento, a partir da implantação de uma usina termelétrica, com gerador a óleo diesel. Esse tipo de energia é apropriado em regiões interioranas, com a ligação mais rápida e baixos custos de implantação, não exigindo grandes obras (TEIXEIRA; CAVALIERO, 2004).

A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) também estava presente no PARJ. Ligada à Fundação Nacional de Saúde, o órgão resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV). No assentamento, a SUCAM possuía, junto ao escritório do INCRA, um laboratorista para exame e um técnico para combater a malária.

Com a chegada dos colonos em áreas de floresta densa, os riscos à saúde começaram a aparecer. O maior problema encontrado pelos colonos, como mencionado, foi a malária, além da anemia, devido ao baixo consumo de ferro, e da amebíase, pela falta de condições sanitárias. “Para o diagnóstico da doença, os profissionais da SUCAM coletavam sangue dos moradores que apresentavam os sintomas e o material era levado para Humaitá” (IDESAM, 2012, p.21). No entanto, o retorno sobre o quadro clínico era demorado, mas os moradores já recebiam os remédios para o tratamento, principalmente para a malária.

O processo de colonização e ocupação em território sem pontos de comercialização tornou o abastecimento de alimentos uma questão crucial. Para suprir as necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, existia, no PARJ, um posto da Companhia Brasileira de Alimentação, a COBAL, para a venda de alimentos a preços baixos. Criada no bojo da estruturação de um sistema de abastecimento, no governo de João Goulart em 1962, tinha como objetivo atuar no varejo e na estruturação de entrepostos de comercialização atacadista de hortigranjeiros (MENEZES, PORTO, GRISA, 2015).

Na localidade, a Cobal representava o acesso aos produtos de consumo, como alimentação. Era vista como o comércio do governo, responsável pela venda de alimentos básicos. Lá se encontrava arroz, açúcar, óleo, feijão, produtos que eram difíceis de produzir de forma rápida, para suprir a necessidade imediata das famílias. No entanto, a venda dos produtos era racionalizada, as famílias não podiam comprar a quantidade que julgassem necessária. Além disso, nem sempre a qualidade dos alimentos era cuidada. D. Helena lembrou as condições dos alimentos que eram vendidos.

“E tinha a COBAL, que era um comércio do governo, aonde a gente tinha que comprar. Só que: sardinha vencida, arroz vencido, o feijão... não precisava catar o feijão, era só ferver e subia tudo pra cima aquela bicharada assim (...). Mas não tinha outro mercado. Só tinha aquele. E o governo trouxe tudo vencido, toda alimentação era vencida”.

D. Cleuza também recordou que, depois de dois ou três anos, começaram a surgir pequenos comércios. E, com isso, esses comércios começaram a articular com a gerência da COBAL e conseguiam comprar toda a mercadoria que vinha. Dessa forma, as famílias tinham que comprar suas mercadorias no comércio com o preço bem mais caro. O que ficava na COBAL eram produtos supérfluos, enlatados vencidos, tipo de alimento que os colonos não eram acostumados a comer, segundo ela.

5.3.2 As primeiras organizações dos parceleiros

Entre 1984 e 1985, as obras de Rurópolis estavam em fase de término, a 30 quilômetros da Vila Juma, em direção a Sucunduri. Vale destacar que as obras deveriam ter sido concluídas antes mesmo da chegada das famílias do Sul. Foram construídas casas, a sede do INCRA, com a proposta de o núcleo urbano do assentamento se consolidar nessa localidade, conforme os objetivos de colonização na Transamazônica, propostos pelos governos militares.

Quando as obras de Rurópolis terminaram, a sede do INCRA foi transferida. Alguns funcionários, como D. Otília, chegaram a ter suas residências em Rurópolis, mas, no caso, as dificuldades eram intensas devido à distância da vila. Segundo ela, foi um sofrimento o período de três anos em que permaneceu em Rurópolis, pois não tinha energia e o pequeno comércio, como o comercial Galvan, já havia se formado na Vila Juma.

Alguns trabalhadores da construção de Rurópolis, como o Sr. Jorge, receberam a informação de que o médico que viria para atender as famílias do PARJ seria acomodado em Rurópolis. O que existia até então era um postinho de saúde construído pelo município de Novo Aripuanã, que fazia algumas análises para detectar malária. E, nesse processo de construção civil, tanto a Rurópolis como a CEAM, alguns trabalhadores começaram a se organizar coletivamente e buscar melhorias para o assentamento.

Uma das primeiras ações coletivas, segundo Sr. Jorge, foi a construção de uma casa para que o médico ficasse na localidade da Vila Juma. A comunidade ajudou com mão de obra e também com alimentos para aqueles que estavam na construção. Com essa condição de proximidade entre os trabalhadores, foi articulada a constituição de um sindicato.

Naquela época, a área do PARJ pertencia ao município de Novo Aripuanã e era preciso obedecer às regras para a constituição de sindicato, uma vez que já existia um no município. Com isso, em 1986, os trabalhadores do Rio Juma receberam a visita de Wilson Paixão, na época, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (FETAGRI), para a criação da delegacia sindical, orientando os trâmites para consolidar a entidade. Sendo assim, em agosto de 1986, conseguiram reunir 86 produtores para a realização da assembleia e a aprovação do estatuto. Com esse processo organizado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apuí (SINTRA) foi registrado pela federação, na

tentativa de buscar melhorias para as famílias assentadas. Posteriormente, esse sindicato passou a se chamar SINTRAFA.

Com a criação do sindicato, as estratégias coletivas ganhavam forma e fôlego. O primeiro passo foi a organização da Associação Comunitária de Apuí, a ASCOA, e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Apuí, a ASSOPRA. Com a organização em movimento e novas demandas, era o momento de a população reivindicar a criação de um município. As associações reivindicaram a realização de um plebiscito para a localidade se desmembrar de Novo Aripuanã e angariar recursos diretamente. O plebiscito mostrou a vontade da população pela criação do município. Sendo assim, no dia 30 de dezembro de 1987, emancipava-se o novo município de Apuí.

O primeiro prefeito de Apuí eleito pela população foi Vitor Marmentini, sendo o prefeito mais jovem do Brasil, na época. Ele era filho de Arlindo Marmentini, que chegou à região em 1974 e conseguiu adquirir uma fazenda que não foi inserida na demarcação do assentamento. No seu primeiro mandato, Vitor conseguiu embarcar uma quantidade expressiva de grãos, como milho, feijão e arroz, para Manaus, mostrando para as autoridades as possibilidades de Apuí se constituir como um celeiro. Há quem diga que esses grãos foram produzidos em Apuí. Outros afirmam que o prefeito havia comprado grãos em Rondônia e simulou a situação de abundância produtiva.

Diante dessa divulgação na capital, os recursos para plantio foram ampliados, possibilitando o financiamento para atividades como banana, café, mandioca, cacau, entre outras. Isso foi possível com a instalação do BASA no município de Apuí, facilitando o acesso a esses recursos.

5.3.3 Os vínculos sociais e as redes de sociabilidade entre as famílias

Após tantos momentos de superação das dificuldades, tornaram-se socialmente relevantes as pessoas que tiveram importância na ajuda e na assistência das famílias que chegaram. A Igreja, nas diversas religiões, cumpria um papel de sociabilidade entre as famílias. A Assembleia de Deus foi uma das primeiras comunidades religiosas a organizar culto com as primeiras famílias que

vinham de outros estados. O pastor Eber, que era responsável pela comunidade em Humaitá, se deslocava periodicamente para a Vila Juma. Os cultos aconteciam nas residências, o que proporcionava momentos de encontro entre as famílias e o fortalecimento dos vínculos. Com o aumento da densidade populacional e a necessidade de a igreja ter um espaço físico, foi construído um templo em um espaço doado por Celso Messias. Posteriormente, o pastor Juvenal chegou para ocupar o templo, sucedido pelo pastor Eber.

A igreja católica também assistia as primeiras famílias que ocupavam a BR. No início, as famílias se reuniam nas casas para a celebração de cultos e orações. Esses encontros davam suporte para as relações sociais e a constituição de vínculos quanto ao aspecto religioso entre as famílias. A partir de 1978, a comunidade de Humaitá passou a atender a pequena comunidade, com o deslocamento de padres, como o sacerdote Mario, que percorria comunidades até o rio Tapajós.

Em 1983, o padre Faliero Bonci, pertencente à congregação dos Missionários Claretianos e de origem italiana, chegou ao PARJ para a realização de trabalho missionário. Ainda sem uma igreja, o padre celebrava missas nas casas das famílias nas vicinais, o que possibilitava, também, momentos de encontro e o trabalho com a espiritualidade. Dessa forma, em 1985, foi construída em madeira a primeira Igreja Matriz com a ajuda da comunidade. São Sebastião foi escolhido como Santo Padroeiro da comunidade.

O padre Faliero e o pastor Eber buscaram reunir forças na busca de melhores condições para as famílias, principalmente quanto à alimentação e à saúde. As famílias se recordam muito do empenho dessas duas pessoas juntas no auxílio das enfermidades e na assistência de moradia, do esforço de ambos para proporcionar o bem-estar das pessoas que chegavam ali.

Irmã Inês foi outra pessoa muito mencionada nas entrevistas. De origem alemã, chegou ao assentamento em 1986 e conseguia recursos para medicação e alimentação. Além disso, a irmã Inês ensinava as mulheres na preparação de alimentos alternativos, com produtos produzidos na região. Uma das fontes de recursos era a organização *Misereor*, fundada em 1959, constituída pela Igreja Católica Alemã. Tinha como objetivo o financiamento de “projetos de cooperação transnacional para o desenvolvimento socioeconômico e promoção dos direitos

humanos em regiões vulneráveis da América Latina, Ásia e África” (FRANZEN, 2015, p. 252).

Com o apoio dessa organização, foi possível a construção de um posto de saúde e um aparelho para teste de malária, assim como visitas nas vicinais. Além disso, a irmã Inês organizou a Pastoral da Criança na localidade, contribuindo para melhores condições de alimentação e diminuição da subnutrição. A Cáritas Brasileira²¹ também encaminhou recursos para a construção de Centros Sociais para a geração de rendas para famílias, com aulas de artesanato e de corte e costura.

A religiosidade é um elemento central quanto à moralidade do camponês, ou do colono, no caso em questão. Os encontros eram o momento em que as famílias estreitavam os vínculos, organizando rituais como casamento, batizado, primeira comunhão. Nas condições de desamparo em que se encontravam, o apego à fé era uma escolta na esperança de melhoras. D. Aparecida, que veio do Rio Grande do Sul, até hoje participa das atividades da igreja católica e recorda sua importância no processo de formação de vínculos e de resistência na terra.

Lá na estrada, nos barracos lá, a gente sempre se reunia para rezar o terço e lá no Sucunduri tinha igreja. Quando eu cheguei lá, as crianças começaram a ir para a catequese. Nós participamos da igreja, a nossa espiritualidade sempre foi mantida (...) eu acho que foi por isso que a gente não sentia tanto abalo. Porque quando a gente tem uma espiritualidade, por mais difícil que o sofrimento chegue, a gente supera tudo.”

E assim, as famílias fortaleciam seus laços, além da ajuda mútua em situações de dificuldades. Mesmo os lotes sendo dispersos no território do assentamento, os encontros religiosos eram aguardados para encontros e confraternização, independente da distância.

As escolas também foi um canal de sociabilidade. Com a vinda de famílias numerosas e filhos com pouca idade, foi necessário encontrar meios para que os

²¹ A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que financia Projetos Alternativos Comunitários nos fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar, Fundos Solidários, entre outros. Faz parte da Rede Cáritas Internacional, com 164 organizações-membro. Disponível em < <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>> Acesso em outubro de 2018.

filhos pudessem estudar. As condições do assentamento não proporcionavam acesso à educação. O modelo de escola semelhante aos lugares de origem era uma realidade muito distante, pois não existia sequer estrutura física apropriada. Havia uma pequena escolinha, multisseriada, até a antiga quarta série, que atendia as crianças da vila. Por outro lado, esta era uma grande preocupação para os pais.

Em 1984, e com o número crescente de alunos, o INCRA passou a procurar dentro do assentamento pessoas que tinham alguma formação acadêmica e pudessem colaborar com a educação das crianças. Foi quando a Sr.^a Helena aceitou esse desafio e iniciou a organização escolar dentro do assentamento (IDESAM, 2012). Sr.^a Helena era formada em Ciências Sociais e professora no colégio Marista em Cascavel. Foi surpreendente encontrar uma colega de formação atuante em Apuí, no meu caso.

Naquele mesmo ano, 1984, foi organizado um desfile de 07 de setembro. D. Helena percebeu que as crianças estavam muito desanimadas devido à grande mudança territorial, cultural e econômica. A ideia era a de que as crianças desfilassem com roupas típicas de suas localidades de origem e relembassem sua história. Com isso, as famílias das crianças vieram assistir, fazendo do desfile um grande evento na época. Com isso, o desfile de 07 de setembro se tornou um evento muito importante para o município até os dias atuais.

Com essas instalações, era preciso recursos humanos para ocupar os cargos que eram necessários. Com isso, algumas pessoas que vieram nos ônibus, ou que já estavam antes de 1982, foram contratadas para assumir alguns postos de trabalho, como professores.

Sr.^a Helena foi encaminhada a Manaus para a Coordenadoria Pedagógica do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM), que, na ocasião, orientou-a para cadastrar os possíveis alunos do assentamento. Em 1985, foi implantada a antiga quinta série e o Projeto Logos, do Governo Federal, que tinha um caráter emergencial de capacitar professores considerados leigos. Dessa forma, o docente cursista, ao concluir seus estudos, estava habilitado para dar aulas até a quarta série (GOUVEIA, 2016).

Figura 12: Escola do PAD Rio Juma, 1984.



Fonte: João Raimundo Martins

Com os recursos oriundos da Educação Rural, O INCRA foi parceiro na construção de escolas rurais. A cada seis quilômetros era construída uma escola, para facilitar o deslocamento das crianças dentro do assentamento e, assim, proporcionar um espaço de encontro para as famílias. Além disso, o recurso foi utilizado na merenda escolar, na compra de material didático, uniforme e bandeiras (IDESAM, 2012). Sr.^a Helena recordou que a merenda vinha em grande quantidade e era de boa qualidade e que, muitas vezes, era responsável pelo preparo do alimento com o auxílio de algumas mães.

Em 1986, houve um surto de malária que atacou muitas pessoas. Sr.^a Helena recorda que a merenda que vinha por meio das escolas foi direcionada para ajudar as famílias em que todos se encontravam febris. As crianças chegavam sem condições de comer devido à fraqueza. Além disso, muitas pessoas morreram nessa época, como já relatado.

A região sudoeste do Paraná, em boa parte, foi colonizada pelos gaúchos. Com o passar do tempo, foi instalado o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) na

localidade. No início das atividades, foi possível manter uma tradição que correspondesse com as de origem das famílias. A cada 15 dias era organizado um baile no qual o churrasco era servido e as pessoas participavam com seus trajes de roupas típicas, como a bombacha e o vestido de prenda. Além disso, eram organizados desfiles e a semana farroupilha, comemorada no dia 20 de setembro. Era realizado, também, o desfile das “prendas”, como eram chamadas as moças no Rio Grande do Sul. O CTG durou mais de 30 anos. Atualmente, o espaço está alugado para uma igreja evangélica.

Ainda hoje, é bem comum as famílias tomarem chimarrão em suas residências. Inclusive, tem a “hora do chimarrão”, sempre aos finais de tarde. Inclusive, na busca por entrevistas, era recomendado chegar na hora do chimarrão, pois os familiares estavam reunidos. Em algumas entrevistas me ofereciam a bebida, ora aceitava, ora recusava. Inclusive cheguei a escutar: “*Mas você, do Sul, não toma chimarrão?*” E eu recordava da minha localidade, o Norte do Paraná, colonizada por paulistas e que o café era a bebida mais apreciada.

5.4 OS INVESTIMENTOS DO ESTADO PARA FORMAÇÃO DE UM PERFIL EMPRESARIAL AGROPECUÁRIO

Com o passar dos anos, aos poucos, se consolidava o núcleo com características urbanas, em Apuí. Com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, foi criado o Programa de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA). Foi instituído pelo voto n.º 46/86 do Conselho Monetário Nacional (CMN), aprovado em 31/01/1986, sendo seu administrador do BNDES. Duas reivindicações estavam na pauta: de um lado, o acesso a crédito aos projetos de assentamentos rurais, como “produção de alimentos, criação de novos empregos, diminuição do êxodo rural, aumento dos benefícios sociais e paz no meio rural” (BNDES, 1987 *apud* PEREIRA, 2005, p. 38); de outro, as pressões dos movimentos sociais em ascensão na década de 1980.

O INCRA exercia a presidência das Comissões Nacional e Estadual do Programa, responsável por direcionar recursos orçamentários e financeiros, repassando-os ao Fundo Contábil do PROCERA. Além disso, indicava os

beneficiários que acessavam o crédito e elaborava a lista de projetos de assentamento emancipados e escolhidos para o programa (PEREIRA, 2005).

A partir de janeiro de 1991, o Banco do Brasil passou a ser o responsável pelo programa, que outrora estava a cargo do BNDES, firmando convênio com o INCRA. A partir de 1993, com a constituição dos Fundos Constitucionais, outros agentes financeiros passaram a instrumentalizar o programa, como o Banco da Amazônia (BASA).

O período compreendido entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 é lembrado como uma fase em que circulava muito dinheiro no projeto de assentamento. Os primeiros financiamentos pelo PROCERA destinados ao PARJ foram conquistados por meio dos esforços do sindicato, a partir de 1987. No entanto, na ocasião, quem gerenciava e realizava o cadastro era a EMATER, além de orientar quem podia acessar. A EMATER era responsável pela elaboração dos projetos que eram encaminhados para Humaitá, à agência do BASA.

Sr. Leonardo, que foi responsável pela unidade do INCRA até 2016, recordou que, em 1982, trabalhava no departamento de contabilidade do INCRA e emitia empenho com valores “monstruosos”. Mas a relação com esses recursos era inapropriada. “*Imagina dar ao seu filho de 16 anos uma quantia de R\$ 10.000?*” Era muito dinheiro e não se sabia o que fazer com esses recursos.

Diante da possibilidade de financiamento, alguns parceiros buscaram créditos para trabalhar com lavoura. Mesmo porque era com essa atividade que trabalhavam em seus locais de origem, principalmente a chamada lavoura branca. O crédito estava à disposição, mas a assistência não. Isso provocou uma grande onda de endividados que estariam submetidos aos bancos por um longo período. Essa situação foi recordada pela Sr.^a Diva, que chegou a financiar a produção, mas teve grandes perdas.

Na época, meus irmãos plantavam muito arroz, tirava caminhões de arroz aqui, a gente colhia arroz, e era o único meio, porque não tinha gado né. Daí outros plantavam café, guaraná, cacau... eu ajudei a sacolar muito guaraná... mandioca, entendeu... banana, tinha muita fatura, feijão, milho. O povo foi perdendo a vontade de trabalhar porque perdia, via as coisas estragarem na roça. Não tinha como vender... não tinha escoamento e não tinha e não tem hoje ainda. Aí o que acontece, muita gente tacou fogo... meus irmãos tacaram fogo

no plantio de café, guaraná, banana. Eles fizeram empréstimo e depois tiveram que pagar aquele empréstimo sem ter condições pra plantar o pasto em cima, pra poder... entendeu... olha eu lembro, eu fiz um plantio de banana, eu vendia um cacho de banana por R\$1,00. Um cachinho pequeno por R\$0,50, nós tiramos foi... um caminhão aqui pra Novo Aripuanã e eu perdi tudinho em Novo Aripuanã, tive que pagar o frete, R\$300,00 na época, pra cooperativa, porque eu não tive como... quando chegou em Novo Aripuanã, a estrada ruim, a banana já estava estragada. Aí mandei tocar fogo no bananal.

O problema de escoamento era um problema geral, não era possível acessar um mercado consumidor para além da vila urbana de Apuí. Mas a vila não era suficiente para absorver a demanda da produção. Também não era possível, diante das más condições da estrada, escoar a produção para Manaus, considerando um produto perecível.

O financiamento vinha por meio de recursos da reforma agrária. Além disso, associações e cooperativas foram constituídas para facilitar o acesso aos financiamentos. Em algumas vicinais, foram erguidos barracões e maquinário recebido pelo Governo Federal. Sr. Josimar, funcionário do INCRA, recordou algumas situações de dificuldade quanto ao trabalho na lavoura.

Quantas pessoas eu cansei de ver o cara... trazia 5, 10 sacos de arroz. Ou tinha que te levar de volta, trocar por alguma coisa, ou dar para alguém porque não tinha para quem vender e precisava de dinheiro. Era uma coisa fora de série, dava dó mesmo das pessoas. Então por isso que muitos foram embora, até concordo por causa disso né, porque não tinha como a pessoa se manter aí. Você vai ficar dentro de uma mata trabalhando sem ter como progredir, fica difícil.

Com base nessas condições, uma situação ficava clara: a dificuldade e os empecilhos do processo produtivo na lavoura. Segundo Pereira (2017), a relação dos assentados com o INCRA, ao longo das duas primeiras décadas, resultou em um grande número de famílias endividadas devido a projetos de financiamentos agropecuários, provocando a venda de “benfeitorias” dos seus lotes para pecuaristas e comerciantes. Por ser área de assentamento e boa parte ainda não estar regularizada, contribuiu para a ocupação de terra ilegal, a partir das negociações por meio da benfeitoria da terra. A palavra “benfeitoria” foi utilizada para omitir a existência de compra e venda da terra, uma vez que a área em questão é projeto de assentamento, ou seja, é ilegal a compra e venda da terra com menos

de 10 anos de titulação. No caso, muitos não tinham o título. Sendo assim, a benfeitoria representa o investimento que os donos realizaram em seus lotes desde a sua chegada e, quando “vendidos”, recebem pelos trabalhos de melhoria da terra.

Essa situação se assemelha com a análise que José de Souza Martins (1978) apresentou no livro *Colonos do Vinho*, de José Vicente Tavares dos Santos:

Hoje, o trabalho do colono está submetido indiretamente ao capital”. Embora preserve a sua autonomia formal e aparentemente trabalhe para si mesmo, na verdade, foi subjugado pelo capital financeiro dos bancos que lhe fazem empréstimos, de que não pode abrir mão se quiser manter o nível e a qualidade da sua produção; foi submetido, final e decisivamente, pelo capital das indústrias vinícolas, que o dominam por meio do seu produto comercial.

Os pecuaristas, na época, não eram muitos. Mas eram aqueles que possuíam fazendas antes da demarcação do assentamento. E com a criação de gado, ficavam evidentes a possibilidade e as condições viáveis da criação. Isso porque o rebanho tem condições de se alimentar sozinho, consegue “sair” para escoamento e também apenas uma pessoa se responsabiliza pelo manejo, sem a necessidade de muita mão de obra.

Por outro lado, a Emater também foi uma das responsáveis pela introdução tímida do rebanho. Os funcionários passavam um casal de gado para os produtores e estes tinham o dever de tirar uma cria e repassar o casal para o lote vizinho e assim por diante. Essa prática se reproduziu em parte dos lotes, uma vez que se apresentava como uma atividade mais fácil do que a agricultura, tanto quanto aos aspectos produtivos como de escoamento. De acordo com Sr. Tobias, vereador do município, esse procedimento contribuiu para o início da criação de gado em Apuí. O fato de as famílias retirarem um bezerro e a existência de algumas fazendas com rebanho contribuiu no exemplo possível da pecuária, uma vez que existiam muitas porções de terras no PARJ que não eram próprias para lavouras.

Essa atividade produtiva foi possível com os financiamentos oriundos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), que buscou aumentar a produção nos assentamentos, a fim de conquistar a emancipação econômica e produtiva. A vinda dos recursos foi fomentada pelo INCRA e o crédito

ficou disponível para a compra de gado e a colocação de cercas de arame. Dessa forma, ampliaram-se áreas de pastagens, implicando a devastação da floresta, bem como a expansão de fazendas.

Esses programas convergiam com as propostas do governo brasileiro na década de 1970, de promover o desenvolvimento de pastagens para gado em vastas áreas da Bacia Amazônica, com programas de incentivos fiscais e tributários. A EMBRAPA e a SUDAM, na época, atribuíam “capacidade de suporte” da criação de gado em terras firmes na Amazônia, a partir da quantidade de animal por tamanho da área, porém com observações realizadas em curto prazo (FEARNSIDE, 1979).

5.5 A MIGRAÇÃO E A EXPANSÃO VIA RONDONIA

As notícias corriam, e muito. O acesso a crédito, financiamento e os recursos oriundos da reforma agrária caracterizavam uma condição de ter acesso fácil ao dinheiro. E essas informações circulavam em alguns municípios de Rondônia. Os 600 quilômetros de distância que separavam o PARJ e Rondônia, em meio a estradas precárias, faziam a duração da viagem se prolongar por oito dias, abriam também um caminho para a tão sonhada possibilidade de “comprar terra”. Em todas as famílias que entrevistei que vieram para o PARJ e antes passaram por Rondônia, esse era o objetivo.

Nas minhas atividades de campo em Apuí, saltava aos olhos a quantidade de carros com placas de municípios de Rondônia, principalmente Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena. Chega muita gente de Rondônia, sempre chegou e ainda vai chegar. São pessoas de várias partes do país, paranaenses, mineiros, capixabas, mas que antes de chegarem a Apuí, construíram partes de suas vidas no Estado vizinho. Jaru, Alvorada do Oeste, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Presidente Medici eram as principais cidades de parada das famílias. A trajetória da família do Sr. Juventino retrata a história de muitas famílias:

Na época eu era bebê, tinha seis meses de idade, em Minas, e meu pai era agricultor, trabalhava de meia na terra dos outros. Os donos

de terra davam um pedaço para as pessoas roçarem, derrubarem e plantar o café (...) Depois nós fomos para o Paraná, em Santa Helena, sul do Paraná também, na beira do rio Paraná. A gente foi para o Paraná justamente em busca dessas parcelas de terra, meu pai né, na época eu era pequeno, nós éramos em cinco irmãos (...) aí no Paraná a gente não conseguiu essa parcela também, que já estava tomada por fazendeiros. O Paraná já estava mais desenvolvido, o pessoal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, invadiu o Paraná, as terras muito boas que nem as terras de Rondônia. Aí a gente também não conseguiu pegar uma parcela. (...) Aí começamos a trabalhar de boia fria até 1977 e aí meu pai foi para o Mato Grosso na cidade chamada Brasnorte, que na época não tinha, era um projeto, mas não tinha assentamento. (...) na época eu tinha 11 anos (...) o cara que estava coordenando explicou: só vai quem tem coragem, vai ter que abrir, derrubar Floresta. Ficamos seis meses(...) aí meu pai viu que não era para a gente, porque estava muito perigoso, tinha dia de morrer vinte, trinta pessoas, de enterrar de esteira, aí meu pai falou: vamos sair daqui que a gente não veio para morrer, veio para sobreviver (...) e depois nós viemos para Rondônia. Rondônia não era assentamento, mas era lote cortado.

A trajetória da família de Sr. Juventino pode ser a trajetória de muitas famílias brasileiras que buscavam se reproduzir socialmente na condição camponesa. A saída do Sudeste, passando pelo Sul, se deslocando para o Centro-Oeste e chegar ao Norte revela a trajetória em busca da possibilidade de possuir terra.

A paisagem do Estado de Rondônia no século XX se relaciona com o período intenso da atividade extrativista. A borracha tinha um grande peso econômico, com grandes colocações à beira dos rios do estado. Grandes colocações representavam a essência da paisagem e a forma predominante de trabalho: os seringueiros. Além disso, seringalistas, garimpeiros, populações indígenas e outros sujeitos sociais ocupavam as terras do Estado (CORDEIRO, 2015). A capital do estado foi grande exportadora de borracha, com construções e arquiteturas estrangeiras caracterizando a presença de grandes empresas ligadas ao setor.

Com o declínio do ciclo da borracha, a atividade extrativista também ruía. Por outro lado, estava em pauta a inserção da Amazônia para fins de acumulação do capital. As terras férteis, a famosa “terra roxa”, a ecologia e a paisagem formavam atributos interessantes para intensificar projetos de colonização idealizados pelos governos militares. Terras para pecuária, café, cacau e outras culturas perenes atraíam os fluxos migratórios. O Estado de Rondônia é o retrato mais exemplar da política empreendida pelos militares no processo de colonização da Amazônia e voltada para a acumulação do capital, como explicado no primeiro capítulo.

O Estado agiu diretamente no espaço de Rondônia, “que manifestou sua intervenção num processo dirigido e controlado de apropriação e utilização, representando o cenário mais expressivo de colonização no âmbito nacional” (MIRANDA, 1990, p. 66). Com a descoberta da cassiterita e a abertura da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, na década de 1960, Rondônia passa a receber um intenso fluxo migratório do Centro-Sul do país, como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e, principalmente, o Estado do Paraná. (MIRANDA, 1990).

O traço da estrada também foi abrindo a “fronteira” do território nacional de Rondônia. Era chave para facilitar o deslocamento de famílias que vinham do Centro-Sul do país. Com a Transamazônica, formava-se um elo que se direcionava ao Norte do país, direcionando os rumos dos vazios demográficos.

A primeira etapa do processo de colonização foi realizada com a participação de empresas particulares, tais como: o Grupo Vitrelli, na região de Ji-Paraná em 1963, e o Grupo Itaporanga na região de Espigão D´Oeste. Este último se apropriou de uma área com mais de um milhão de hectares, que nela viviam povos Suruí, Zoró e Cinta-Larga. Durante esse processo, os indígenas “pagaram um preço altíssimo por conta da política de retalhamento do solo” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 15), no qual suas áreas foram sobrepostas e suas riquezas exploradas para fins mercadológicos. Os seringueiros que permaneceram com a atividade, mesmo com a decadência da borracha na segunda metade do século XX, também foram vítimas desse processo, com conflitos que levaram alguns à morte. A floresta em pé já não cumpria mais com sua função mercantil. Era preciso abrir espaço para mercantilizar a terra.

Na metade da década de 1960, o Governo Federal iniciou uma intensa propaganda, divulgando disponibilidade de terras no então Território Federal de Rondônia. O traçado da BR-364 já aberto facilitava o acesso dos migrantes do Centro-Sul do país, que ocupavam as margens da estrada. Por outro lado, o traçado avançava pelas terras indígenas presentes no estado. “O crescimento demográfico em Rondônia, a partir de 1970, atingiu uma taxa quase inacreditável: 15,8% ao ano, mais de seis vezes superior à média do País” (CASTRO, 1996).

A medida que as terras próximas à estrada eram ocupadas o movimento se interiorizou, causando conflito imediato com os indígenas que estavam ora no seu habitat natural ora nas reservas. As empresas privadas, autodenominando-se de companhias de colonização, começaram a demarcar as terras vendendo-as ilegalmente, iludindo os migrantes mais ingênuos. Vários conflitos sobre a terra iniciaram-se na área e já nos anos 70 a situação tinha-se tornado caótica. Nessa hora, o INCRA começa a desempenhar um papel decisivo na área, coordenando a distribuição de terras e estabelecendo um esquema de colonização dirigida (HENRIQUES, 1984, p.403).

Como responsável pela demarcação dos lotes, o INCRA executava as atividades do Projeto Fundiário de Rondônia, a partir do Projeto Integrado de Colonização (PIC). A finalidade era legitimar, disciplinar e organizar a situação fundiária na região por meio da metodologia operacional do INCRA, muitas vezes de forma precária. As atividades também eram executadas pelo Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), que buscava assentar trabalhadores mais capitalizados nos projetos de colonização criados ao longo de 1970 (CORDEIRO, 2015). Em Rondônia, os projetos implicaram um crescimento explosivo em áreas amazônicas, com sede de sete projetos num total de dez, na década de 1970 (HENRIQUES, 1984). Seguem os sete projetos e suas cidades originárias:

- PIC Ouro Preto, criado em 1970, deu origem a cidade de Ouro Preto do Oeste;
- PIC Sidney Girão, criado em 1971, foi instalado próximo a região de Guajará-Mirim, deu origem ao município de Nova Mamoré;
- PIC Gy-Paraná, criado em 1972, demarcado próximo ao município de Cacoal, que deu origem a cidade;
- PIC Padre Adolpho Rohl, criado em 1975, que deu origem ao município de Jaru;
- PIC Paulo de Assis Ribeiro, criado em 1973, que deu origem a cidade de Colorado do Oeste;
- PAD Burareiro, criado em 1974; em Ariquemes;
- PAD Marechal Dutra, criado 1978, em Ariquemes.

Vale destacar que o PAD Barureiro selecionava famílias por meio da comprovação de aptidão agrícola e financeira, principalmente para o plantio de cacau, distribuindo lotes com 250 hectares. Já o PAD Marechal Dutra não exigia comprovação financeira, distribuindo lotes de 100 hectares (CORDEIRO, 2015). Os dois PADs abrigaram em torno de 4.400 famílias (PAULA, 2017).

O ano de 1976 foi o ápice do processo migratório em Rondônia. Para se ter uma ideia, na segunda metade de 1978, o município de Vilhena registrou a entrada de 5.587 migrantes. E de janeiro a outubro de 1979, esse número aumentou para 36.164. Os migrantes paranaenses representam 50% do total nesse período (HENRIQUES, 1984). De 1977 a 1986, foram cadastrados 703.337 migrantes no Estado de Rondônia (LISBOA, 1990).

Um aspecto interessante dessa história é a relação da empresa União Cascavel, hoje Eucatur, com a história de Rondônia. A empresa foi responsável pela vinda de famílias paranaenses e uma das primeiras empresas a circular no território de Rondônia. Uma reportagem da revista *Veja* revelou uma situação da época:

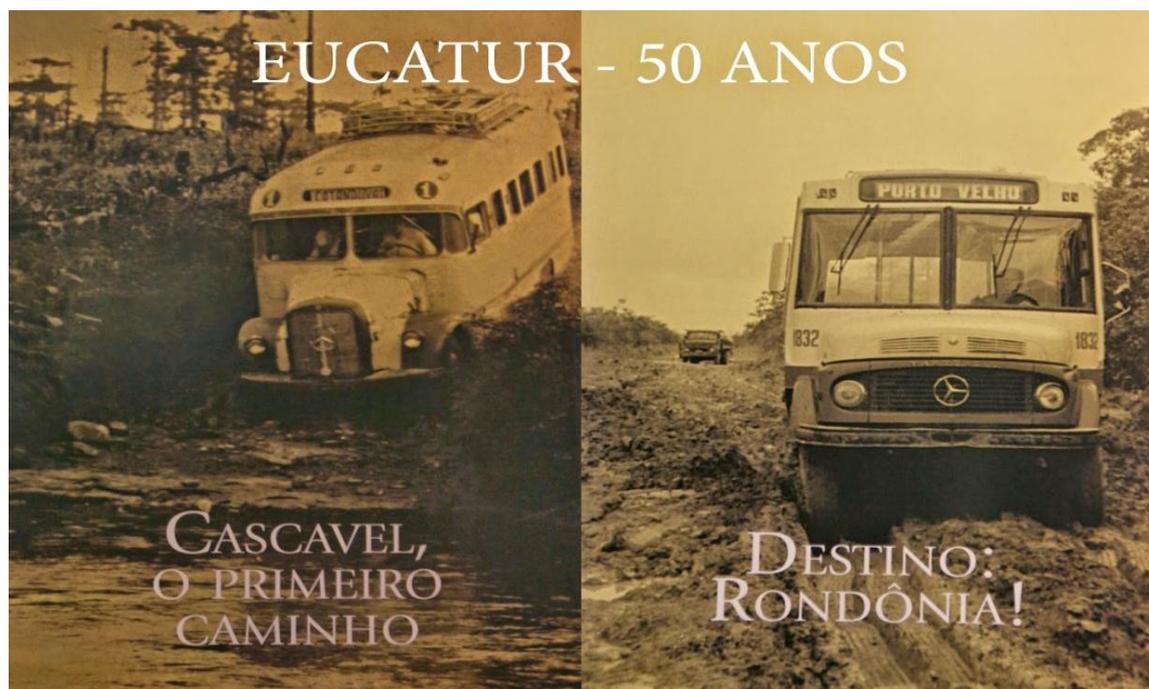
Em 1972 o dono da empresa [Eucatur], Assis Gurgacz, detectou entre os agricultores uma crescente vontade de buscar novas terras. Arriscou, então, uma viagem mensal pelo trajeto Cascavel-Porto Velho, mais de 3000 quilômetros vencidos com viagens que duravam cerca de um mês. [...] Um ano mais tarde, 1973, a linha passou a ser quinzenal e, no ano seguinte, semanal. A partir de 1975, acompanhando o ritmo da marcha para o oeste, a Eucatur começou a fazer viagens diárias” (VEJA, 19/09/84, P. 92 *apud* OLIVEIRA NETO, NOGUEIRA, 2017, p. 51)

A própria empresa se reconhece como responsável pela história do Estado. Em uma imagem comemorativa, é possível visualizar esse aspecto (figura 12). O deslocamento para o estado é traduzido no crescimento econômico da empresa, como também em conquistas políticas no estado recém-criado.

Em 1981, o governo criou um programa específico para a região: o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o Polonoroeste, abrangendo os estados de Rondônia e Mato Grosso. Entre 1981 e 1985, o Banco Mundial destinou ao programa 1,1 bilhões de dólares, com o objetivo de auxiliar na organização do fluxo migratório e fomentar a produtividade.

Com os projetos criados, a partir de 1980, o INCRA tentou ordenar o fluxo da migração espontânea, fruto das propagandas de colonização e de informações que parentes e conhecidos repassavam aos que permaneciam em suas terras de origem.

Figura 13: Imagem comemorativa Eucatur – 50 anos



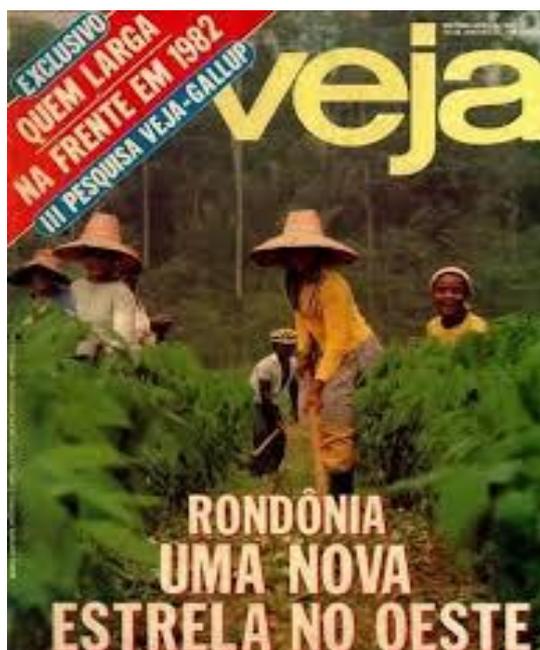
Fonte: Blog do Acir²²

Vale destacar que, na década de 1980, considerando as estatísticas demográficas, o recém-criado Estado de Rondônia é o que recebe maior entrada de fluxo migratório, enquanto o estado do Paraná é o que apresenta a maior saída de fluxo migratório. A capa da revista *Veja*, de janeiro de 1982, retratou como era entendido o novo estado na época (figura 13).

E as pessoas chegavam. O desequilíbrio entre a demanda e a oferta de terras públicas se intensificava e os projetos criados não eram suficientes para acolher as famílias. Com isso, foi necessário criar Projetos de Assentamento com áreas reduzidas para 50 hectares, como Urupá, Machadinho, Bom Princípio, Cujubim, São Felipe e Buritis, que juntos tinham capacidade de assentar, aproximadamente, 8.500 famílias. Além disso, foram criados os Projetos de Assentamento Rápido (PARs), com lotes de 50 hectares, mas sem qualquer investimento em estrutura para o acesso, somente picadas, como o PAR Gleba G e Gleba Jacundá (PAULA, 2017).

²² <http://acirgurgacz.blogspot.com/2014/03/parabens-eucatur-pelos-50-anos.html>

Figura 14: Capa Revista Veja, 1982



Fonte: Blog Orgulho de ser Portovelhense²³

Dessa forma, as condições oferecidas para essas famílias exigiam melhorias e investimentos em todos os segmentos. “Há de se construir uma casa, ter acesso a um curso d’água, garantir abrigo para os animais e guarda de produtos agrícolas, além do desmate para os plantios” (SYDENSTRICKER, TORRES, 1991, p.38). Para solucionar em parte a baixa capitalização dos parceleiros, a saída foi a procura de atividades fora do lote, como em fazendas das cidades próximas. Para grande parte desse contingente, a condição de proletário ainda permanecia.

Ao longo desse processo de crescimento populacional entre a década de 1970 e 1980, expandia-se também o rebanho bovino em Rondônia. Este se tornou uma das atividades principais pela qual se constituiu o avanço da nova área de fronteira. “Em 1970, era de ordem de 23.125 cabeças. Em 1980, como fruto da pecuarização, já atingia o patamar de 251.419 cabeças, o que representou um crescimento de 35,33% ao ano.” (SANTOS *et. al.*), 1999, p.9). Em 1996, o efetivo do rebanho chegou a 3.937.291 cabeças. Por outro lado, o aumento da pecuária implicou o aumento do desmatamento no estado, causando grande impacto no meio ambiente.

²³ <http://orgulhodeserportovelhense.blogspot.com/p/rondonia-nova-estrela-no-oeste-na.html>

O aumento do rebanho exigia novas áreas. A forma extensiva de produção e o baixo nível tecnológico acarretaram baixos índices de produtividade, principalmente quanto à taxa média de lotação dos pastos. Essa característica demandava a formação de novos pastos, e, assim, novas áreas foram abertas, impactando o valor da terra.

Com esse fluxo populacional intenso dirigindo-se a Rondônia, o estado sofreu transformações de várias naturezas: na paisagem, na produção, na valorização da terra em detrimento da floresta e, conseqüentemente, na alta do preço da terra, na expansão da propriedade privada. Como a fronteira agropecuária de Rondônia estava se esgotando, era necessário buscar outras áreas. Sr. Onofre, nascido em Coxim, no Mato Grosso, foi um dos trabalhadores que chegou na década de 1980 a Rondônia e, posteriormente, migrou para Apuí. Começou a trabalhar com gado no Mato Grosso, dando continuidade à atividade em Rondônia. Porém, nos dois estados, a sua condição era de meeiro e buscava ter a própria terra.

comecei a entrar em Rondônia em 1985, roçando. Porque lá no Mato Grosso eu não tinha condições de comprar um pedaço de terra, trabalhava de empregado, para os outros, aguentei muita bucha. Aí em 1990 eu vim em Rondônia e comprei 75 alqueires de terra, com dinheiro que trabalhava lá.

Para muitas famílias, Rondônia era percebida como o estado onde existia a oportunidade de possuir terra. A trajetória de famílias até chegar a este estado é de uma grande saga. Como retirantes em busca de oportunidades, saíam de regiões de conflitos fundiários, visando regiões de menores tensões. Este é o caso da família do Sr. Oséias, filho de nordestinos, que nasceu no Paraná e migrou para Rondônia na década de 1970. Ji-Paraná foi o destino de muitas famílias que moravam no Paraná e se deslocaram para Rondônia. A empresa colonizadora particular da cidade atraía famílias, oferecendo a possibilidade de comprar terra.

A narrativa de D. Vânia de encaixa com esse enredo. Ela nasceu em Campo Mourão, Paraná, e sua família trabalhava em uma chácara dessa cidade. Veio com a família em 1972 para Ji-Paraná, pois o pai queria terra e, no Paraná, circulava a informação de que, em Rondônia, havia terras baratas. Assim, seguiram para Rondônia, onde ficaram acampados num assentamento em Ji-Paraná. Lá chegando,

lembrou que pegou a primeira malária. Mantinham-se com o pai trabalhando de diária no lugar que ficava a 6 quilômetros da cidade. O pai trabalhava e ficava 15 dias fora. O assentamento era o núcleo a partir do qual se gerou a cidade. A família ficou por ali seis meses. Depois, conseguiram um lote, a 42 quilômetros de Ouro Preto do Oeste, no qual o pai foi assentado pelo INCRA. O seu marido é da Bahia e com ele morou 12 anos na cidade de Mirante da Serra – RO, de 1982 a 1994. Neste último ano, migraram para Apuí.

O relato de D. Vânia retrata o difícil acesso de alguns trabalhadores à terra e a permanência das mesmas condições de trabalho anteriores, principalmente na continuidade do “trabalhar na terra dos outros”, algo muito distante do motivo que provocou a partida da terra de origem.

Rondônia é um estado cuja área de fronteira se fechou em pouco tempo. A intensa migração e a ocupação das áreas consideradas vazias cederam lugar para um território caracterizado pelo domínio da propriedade privada. De acordo com Hébette (*apud* Martins, 2018), as áreas consideradas fronteiras no Paraná e no Mato Grosso, nos anos de 1950 e 1960, respectivamente, levaram 15 anos para o seu processo de esgotamento. No estado de Rondônia, o fechamento se deu em cinco anos. No entanto, esse processo de ocupação não atendeu de forma igual às famílias:

A situação desigual dos parceleiros, expressa no contraste entre colonos bem-sucedidos e um grande número em precárias condições de sobrevivência, a presença de parceiros, agregados e assalariados, caracterizaram o processo de diferenciação sócio-econômica presente em Rondônia (MIRANDA, 1990, p. 68).

Para quem já era migrante, buscar melhores condições não era uma barreira. Era frequente o ato de “partir novamente”. Os 600 quilômetros que separavam Apuí do estado de Rondônia eram insignificantes para quem já tinha percorrido mais de 3.000 quilômetros. A notícia de que existiam terras desocupadas atraía aqueles que ainda não haviam conseguido conquistar seu pedaço de terra. O corredor aberto da Transamazônica, mesmo com todos os obstáculos de locomoção, não apresentava dificuldades para o deslocamento.

Além da existência de terras desocupadas, as terras eram consideradas mais baratas. A compra e venda das benfeitorias tornavam possível o acesso real à terra, no entanto sob a dura condição de não possuir título ou escritura. Cabe ressaltar que as políticas de fomento ao desenvolvimento da reforma agrária através de facilidades de crédito e financiamentos também estimulavam a procura de terra no PARJ.

Em termos oficiais elaborados pelo INCRA, a criação do PARJ tinha como objetivo o fluxo de migrantes que se estabeleciam em Rondônia, com uma demanda de 28 mil pessoas que aguardavam para serem assentadas. Esse era o dado que a Coordenação Regional do INCRA encaminhou, por meio do ofício INCRA/CR (15) n.º 113/82, como justificativa para a abertura do assentamento. Mas, no início, não foram famílias de Rondônia que os ônibus buscaram, e sim do Paraná. O fluxo proveniente de Rondônia expressou-se com maior ênfase na década de 1990, com o início do Terceiro Ciclo. Este contexto estimulou, em 1992, a criação do projeto de Assentamento Acari com 1.700 lotes previstos. E com ele, mais recursos da reforma agrária foram empenhados para a localidade, atraindo mais pessoas para a região.

5.6 APUÍ: O TERCEIRO CICLO E A CONQUISTA DA TERRA

Em 1993, uma frente no Amazonas buscou fomentar o processo de migração, atuando principalmente na região sul do Amazonas. O ator global Lima Duarte foi o garoto propaganda desse processo. Gilberto Mestrinho era o governador na época e buscava impulsionar um território que pudesse ser caracterizado como um celeiro. “O governo oferecia a terra e o dinheiro para desmatar cinco hectares da área além de verbas diferenciadas para construir a casa, comprar gado, fazer a plantação” (IDESAM, 2012, p. 19).

A ideia do Terceiro Ciclo surgiu como proposta de campanha eleitoral do candidato Amazonino Mendes, em 1994. Com a vitória do candidato, que assumiu em 1995, a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA) elaborou um plano estratégico direcionado ao Programa Agroalimentar, que ficou conhecido como Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento do Amazonas (PTCD). Esse programa era dividido em subprogramas, de acordo com algumas

regiões do estado, como Juruá, Purus, Careiro e Itacoatiara. A sub-região do Madeira previa a subsistência familiar, viveiro de mudas, aquicultura, armazenagem e beneficiamento e transporte (PONTES FILHO, 1997).

A grande meta desse terceiro ciclo foi atribuir um caráter produtivista ligado aos complexos agroindustriais, na tentativa de promover a transformação dos produtos agropecuários em manufaturas. Era necessário, naquela época, atribuir um caráter produtivista para o estado, na busca pela produção de alimentos que pudessem suprir a demanda de sua população. E nesse conjunto de ações, a região sul do Amazonas, ou a sub-região do Rio Madeira, era vista como uma dessas regiões em potencial.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, criado pela constituição de 1988, é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco da Amazônia que garantiu recursos para financiamento de equipamentos, na década de 1990. Além disso, o FAO concedeu créditos a vários projetos ligados a pecuária (CASTRO, MONTEIRO, CASTRO; 2002).

Com isso, na década de 1990, devido às condições do entendimento de terras sem ocupação no PARJ e à oferta de incentivos, Apuí se tornou um espaço marcado pelo fluxo de pessoas na busca dessas oportunidades, como é o caso do Sr. Raul, minha primeira entrevista desta pesquisa. Nascido no Espírito Santo, se deslocou para Rondônia com o desejo de conhecer a Amazônia, onde se estabeleceu e ficou cinco anos em Tarilândia, distrito de Jarú e, em 1996, chegou a Apuí.

A gente tava com a notícia do assentamento do INCRA, que aqui era um lugar que prometia uma boa agricultura, comentário pelo INCRA, das pessoas que vinham aqui. Tinha muita gente, rolava muito dinheiro, então foi enchendo de muita gente, sem ter uma estrutura pra esse povo (...) E depois eu vim pra aqui, e lá em Tarilândia tinha um comentário daqui, veio muita gente de lá pra aqui (...). E rolava dinheiro mesmo, quando eu cheguei aqui parecia uma brincadeira, fazia o assentamento, e com trinta, sessenta, noventa dias e passava até seis meses, quando ia desmatar lá, e ia ter que pagar os assentados, aí vinha um avião com dinheiro, trazia o dinheiro, e o povo ia pra vicinal com carro, pro povo poder receber esse dinheiro.

A fala do Sr. Raul remete às características que vigoravam em Apuí. Como existia o incentivo para ocupar os lotes, era necessário que acontecesse a derrubada da floresta, ou a chamada “limpeza da área”, condição para conseguir os recursos prometidos. A narrativa do avião com dinheiro é frequente em outras narrativas. Como a estrutura bancária ainda não estava consolidada, eram necessários meios alternativos para fazer a entrega dos recursos.

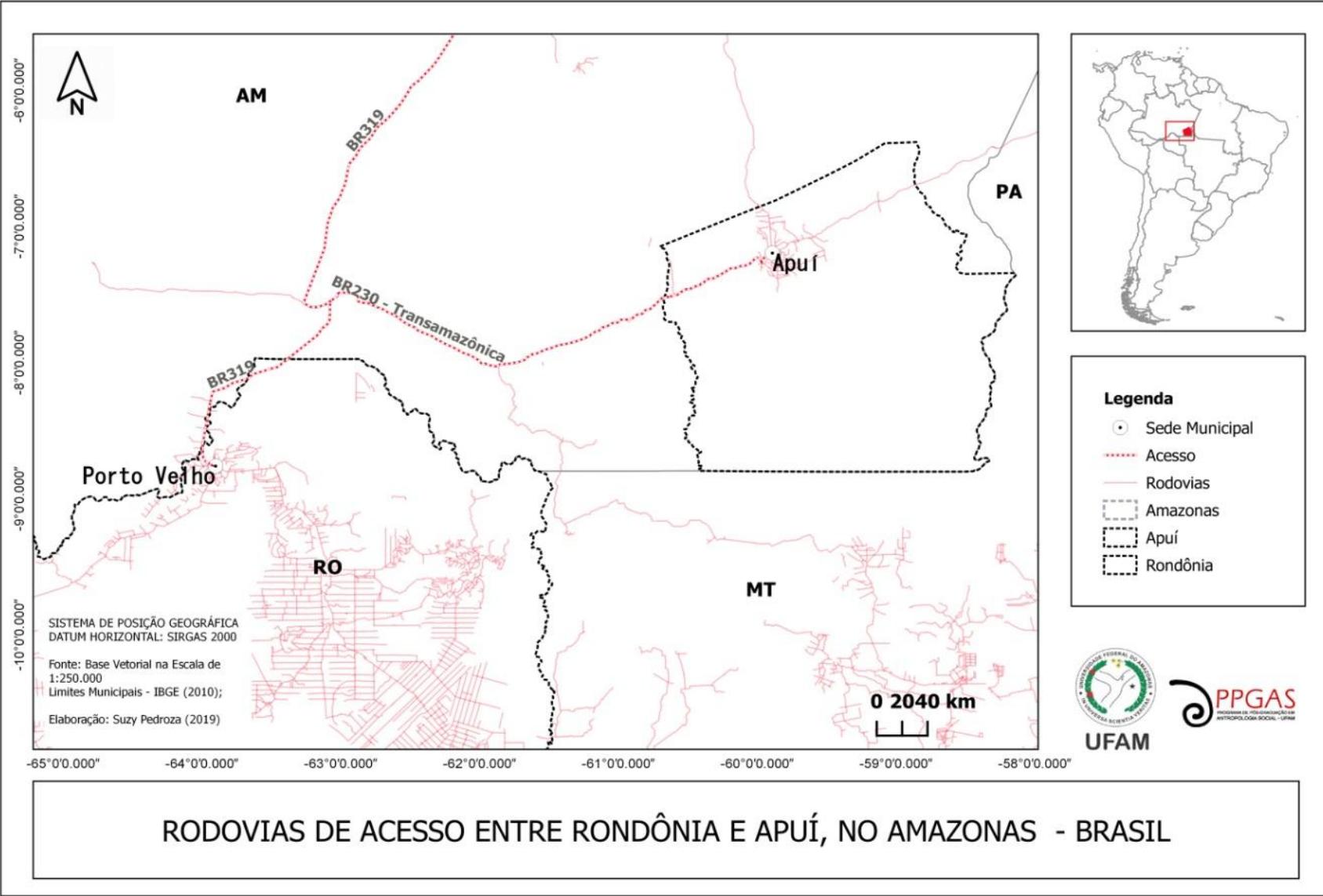
No entanto, alguns que receberam benefícios ligados à reforma agrária não se estabeleceram em Apuí. A oferta de recursos financeiros atraía as pessoas, impulsionando a abertura de área e o trabalho por alguns meses, o que resultava em lotes abertos e o futuro repassar da “benfeitoria”, convertendo a terra em mercadoria com valor agregado.

Esse período foi recordado pelo então Secretário de Meio Ambiente, relatando que o financiamento nesse período foi entendido como dinheiro fácil, com liberação de créditos por parte do INCRA, o chamado crédito de implantação, obtido sem muitas dificuldades burocráticas. Além disso, houve financiamento por meio do BASA, facilitando ainda mais o investimento na terra.

acontecia de as pessoas formarem associação, houve casos e a gente ouve relatos, a gente via o movimento de ônibus e até taxi fretados de Rondônia para cá, para vir e receber esse dinheiro. Então se formalizava uma associação, se criava essa personalidade jurídica que era a condição, aí a pessoa arrebanhava um determinado número de sócios. A gente ouviu relatos de pessoas que se localizavam até ficticiamente em algumas picadas do INCRA ou dava uma localização que na verdade não existia, e esse recurso era liberado e as pessoas vinham no ônibus e voltava no mesmo ônibus (...) Então assim, foi uma desordem nesse sentido, mas ainda assim vieram pessoas para ficar e ficaram. Alguns receberam esse dinheiro e aplicaram e principalmente no gado porque era o que vinha se apresentando como uma atividade viável.

Este relato revela como Apuí atraiu um fluxo de Rondônia devido ao entendimento da disponibilidade de recursos “fáceis”. Além disso, a proximidade da localidade favorecia o acesso, pelas BR – 319 e BR – 230 (Mapa 07). Esse deslocamento apenas para angariar recursos de pessoas vindas de Rondônia se relaciona com o conceito de mobilidade (SYDENSTRICKER, TORRES, 1991). Esse

Mapa 07: Rodovias de acesso entre Rondônia e Apuí, Amazonas.



conceito revela, considerando as migrações para a fronteira, os deslocamentos individuais em um curto prazo sem a alteração de domicílio. A população de Rondônia que se moveu também recebeu lotes rurais do INCRA, onde passou a residir e a exercer atividades produtivas. É a partir desse contexto que ela se desloca, como mais uma estratégia.

Nesse conjunto de empreitadas na ocupação de cada grupo, o PARJ foi resultando num território reconfigurado a partir de seus usos e, para além, pelos seus “não” usos. As contribuições para a permanência no PARJ eram atraentes, mas não o suficiente para se estabelecer. Configurava-se um emaranhado de fluxos de pessoas que circulavam no território na busca de recursos econômicos, uma área de passagem. Assim como a “fofoca” circula pelo garimpo, circulava por Rondônia a “fofoca” do dinheiro fácil da reforma agrária. Sr. Saulo, capixaba, também passou por Rondônia e recordou como encontrou Apuí na época.

Quando eu comprei do cara que tinha plantado, já não cuidou mais. Daquele lado ali, na outra parte do sítio ali, era lavoura de cacau, um bananal. Estava abandonado também. Isso é assim né, porque houve financiamento, houve muitas coisas, e o pessoal depois não conseguiu pagar esses financiamentos. Ficaram inadimplentes e aí o recurso foi acabando, não tinha como fazer outro né, porque estava inadimplente, e na verdade foi assim, a pecuária expandindo. E aí começou vindo o pessoal de fora né, que a gente fala de fora assim, veio de Rondônia, que já era de outros estados e veio pra cá, e começou a fazer fazenda.

Por outro lado, aqueles que permaneceram conquistaram a possibilidade de comprar a terra. Mas essa compra colocava uma condição: não existia o título. Possibilitava, porém, a autonomia, a saída da condição de subordinação, ou mesmo permitia aumentar a área, uma vez que a especulação imobiliária em Rondônia aumentava, encarecendo o preço dos lotes. Por outro lado, Apuí representava o local da possibilidade da compra. Além disso, a região era semelhante a Rondônia no que diz respeito à paisagem e ao solo.

Sr. Onofre, já mencionado, chegou a Apuí em 2004 e conseguiu comprar 100 hectares. Com isso, conseguiu dar continuidade à criação de gado, já que o município estava em expansão nessa atividade. Posteriormente, Sr. Onofre comprou mais terras, aumentando a área para a criação de gado.

O fato é que as famílias que tinham a última parada em Rondônia, antes de chegarem a Apuí, nunca cessaram. Há constantes fluxos, tanto na perspectiva de comprar a terra como na condição de trabalhadores no formato diária. O PNRA e o terceiro ciclo contribuíram para acelerar o fluxo migratório para Apuí, uma vez que o assentamento ainda tinha lotes para serem ocupados.

Diante desse cenário, a região do PARJ, já com a constituição do município de Apuí, transformava-se na dubiedade entre continuidade e passagem, a partir de seus fluxos (HANNERZ, 1997). Esse território em constante movimento determinava a característica da sua territorialidade, a partir da intensificação do trabalho com a terra e a aposta na nova economia, no caso, o rebanho bovino. É a imagem da formiga saúva, que está sempre carregando algo para o ninho. Nesse aspecto, entendendo o território como fluxo, que, a partir de quem sai, possibilita a acomodação de que se aproxima.

O PARJ contribuiu para a formação de uma área de fronteira agrícola no Amazonas, como produto de um ato jurídico de delimitação, produzindo uma diferença cultural e econômica (BOURDIEU, 2010). As pessoas que migravam para Apuí vindas de Rondônia não eram originárias da região norte, mas sim aquelas que haviam colonizado o estado a partir da década de 1970. Eram oriundas, principalmente, dos Estados do Paraná, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo. Eram oriundos desses estados, também, aqueles que chegavam a Apuí.

A fronteira agrícola está intimamente relacionada com a dimensão capitalista, consolidada por intensos fluxos migratórios (FOWERAKER, 1982). O uso da terra pela agricultura e a concentração fundiária estavam em curso com as famílias que vinham de Rondônia. Por outro lado, o estabelecimento do modelo fundiário fundado na propriedade privada, efetuado através da venda da benfeitoria, já era uma prática prévia. A presença de recursos disponíveis incorporava valor à terra e permitia a consolidação de seu mercado por meio do crescente rebanho bovino, possibilitado pelos subsídios e créditos concedidos pelo poder público.

5.7 A SAGA DE UMA COMUNIDADE VINDA DO NORDESTE

Não que seja uma migração expressiva, mas não podia deixar de relatar esse movimento migratório de famílias que saíram do Piauí e chegaram ao PARJ na década de 1980. Quase todos os dias eu circulava pelo bairro Vila Rica, onde se localiza o sindicato. Era o meu ponto de apoio quando não tinha entrevista agendada e ali circulavam pessoas que moravam no assentamento. Mas até o meu terceiro campo eu desconhecia a história do bairro. Eu sempre buscava nas entrevistas a comparação com outras histórias de que eu tinha conhecimento e, assim, conseguir maiores subsídios conceituais. Não aparecia, entre meus entrevistados, um grupo de pessoas que viera em conjunto do Nordeste e se estabelecera ali.

A história do bairro Vila Rica, que anteriormente se chamava Vila da “Paia”, está relacionada com os primeiros moradores do bairro, ou seja, o grupo de nordestinos que chegou na década de 1980, mais precisamente no ano de 1984. O nome Vila da Paia é devido ao fato de o telhado das casas ser feito de palhas de babaçu. Em uma conversa com o Sr. Cláudio, que fez parte desse grupo, ele sugeriu que eu investigasse essa história, pois essas pessoas também participaram da constituição do município de Apuí. Ele indicou que eu conversasse com o Sr. Pedro e disse que me colocaria em contato com ele. Até que certo dia, o encontrei perto do sindicato, na residência do irmão.

Naquele momento, Sr. Pedro aceitou conversar comigo, mas antes de iniciar, foi até a sua casa buscar uma pasta. Essa pasta continha detalhes de sua trajetória. Ouvei a sua história. Ele era filho da Sr.^a Alice, de 94 anos, a liderança religiosa responsável pela trajetória das famílias. Natural de Landri Sales, interior do Piauí, explicou que a mãe, com o seu carisma, se tornou uma liderança de caráter religioso, ainda que, segundo informado, não soubesse ler nem escrever. As condições de vida no Piauí não eram as desejadas, a agricultura tradicional e a seca não permitiam a sobrevivência da família e, assim, decidiram buscar outras terras próximas à cidade de Araguaína, que, na época, pertencia ao Estado de Goiás.

Conseguiram se estabelecer na beira do Rio Araguaia por volta de 1963, onde encontraram terras produtivas e, com isso, a mãe passou a buscar os familiares no Piauí para residirem nessas terras. Ela buscava aqueles que estavam mais carentes e todo ano ela voltava para Piauí para buscar mais famílias. Com isso, o grupo foi crescendo, chegando a ter 152 famílias, e ganhou o nome de

Comunidade Padre Cícero, em homenagem aos romeiros e por aqueles que saíram de suas terras em busca de melhores condições de vida.

Ao longo dos anos, dificuldades foram aparecendo, como os conflitos com grileiros. Fazendeiros demarcavam terras com famílias residindo há anos e solicitavam para o INCRA a retirada dessas famílias. Ele me dissera que o juiz da comarca de Araguaína na época, Sr. João Batista de Castro Neto, elaborava despachos para ordem de despejo e a comunidade foi expulsa. Este mesmo juiz é citado no livro *Josimo, a terra, a vida*, de Mario Aldighieri:

O Juiz que mais revela a ligação com os interesses da classe dos fazendeiros e que mais se envolveu em questões claramente ilegais é João Batista de Castro Neto, de Araguaína. (...). É verdade: O fazendeiro conta com toda a máquina a seu favor. Ele é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades políticas e judiciárias do Estado, vai à casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem conivência dos executores do projeto fundiário. Consegue fazer com que todo o esquema, todo o processo fique a seu favor (ALDIGHERI, 1993, p. 114).

E assim, Sr. Pedro narrava sua história, que se entrelaçava com a história da região do bico do Papagaio na década de 1970, ainda Goiás. A região se tornou Tocantins em 1988. Essa região foi, por muito tempo, ponto de chegada de grandes romarias e de peregrinos vindos do Nordeste, e, com elas, carregavam o nome de Padre Cícero nas andanças, o homenageado. Mas ao mesmo tempo, no final da década de 1970, era a região de intenso conflito no campo, área de atuação do Padre Josimo da CPT, que morreu assassinado por fazendeiros (ALDIGHERI, 1993).

Além disso, essa comunidade se viu diante da Guerrilha do Araguaia, que teve início na década de 1970 entre os estados do Pará e atual Tocantins, e devido aos sérios confrontos, a fuga era a única opção. Sr. Pedro chegou a comentar que a mãe, D. Alice, sofreu represália durante a ditadura por ser uma liderança camponesa religiosa. E com as articulações e o auxílio do Padre Aldo Franco Sagreste, que já tinha trabalhado em Rondônia, a comunidade começou a deixar a localidade.

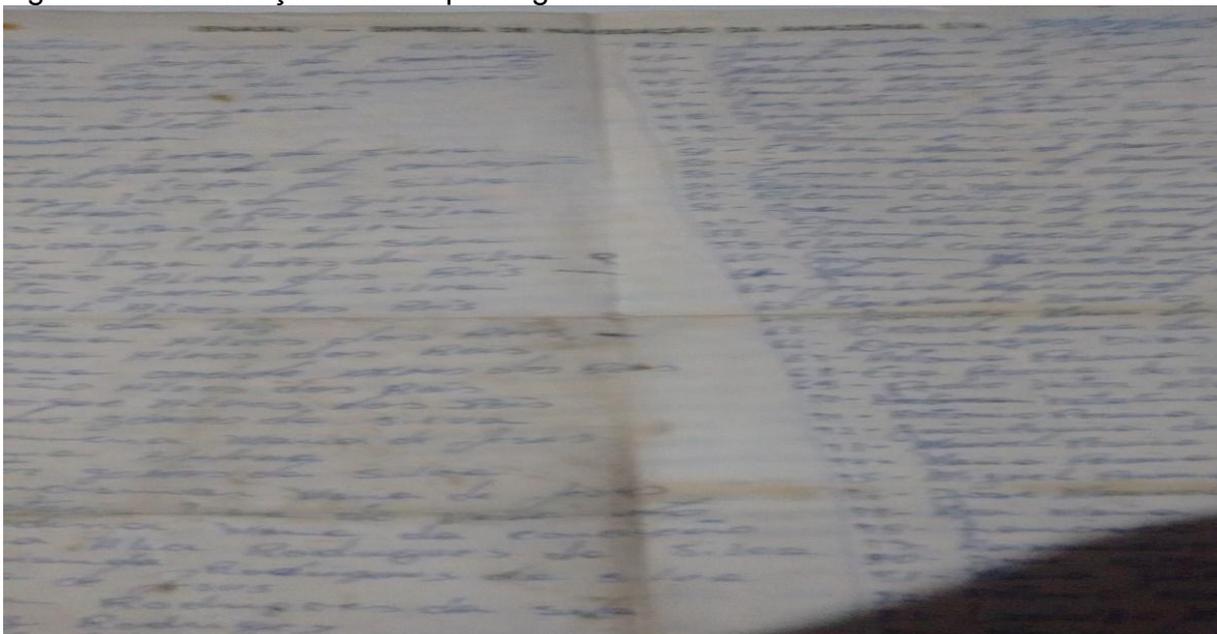
Em 1983, Sr. Pedro, já uma liderança que atribui ter herdado de sua mãe a capacidade de liderar, recebeu a proposta feita pelo padre Aldo para conhecer alguns assentamentos no Estado do Amazonas.

Vale pontuar que, entre 1983 e 1989, no governo de Gilberto Mestrinho, o Instituto de Terras e Colonização do Amazonas (ITERAM) priorizou ações de colonização, criando Projetos Especiais de Assentamento, como o Projeto Esperança, no Rio Acari, pertencente ao município de Novo Aripuanã; o Projeto Especial de Assentamento Dirigido no Posto de Fronteira Cucuí, em São Gabriel da Cachoeira; e o Projeto Especial de Assentamento Dirigido Vila Bittencourt, no município de Japurá (ONETI, 2010). Com a existência desses projetos e o intuito de expandir a produção agrícola, Sr. Pedro foi convidado a conhecer essas localidades. Visitou primeiramente Cocuí, mas devido a distância e às dificuldades de acesso, decidiram migrar para o assentamento Esperança, em Novo Aripuanã.

Eu arrisquei com 42 famílias. Saímos de lá, embarcamos lá no dia 30 de agosto de 1984 com essa quantidade de pessoas aí, com 152 pessoas. Está o nome de cada um. Essa lista de nome foi feita na portaria do navio da INASA, e na hora de embarcar, porque eles não tinham condições de dar para cada um carnê de alimentação, que era o talão de passagem. Então eles preferiram fazer essa lista aí. Eu tive que fazer essa lista com o nome de cada um das pessoas que vieram. Nós pegamos cinco ônibus da Transbrasiliana. Fretamos cinco ônibus da Transbrasiliana. Descemos em Belém e saímos de lá cinco horas da tarde do dia 28 de agosto.

Sr. Pedro mostrou-me a lista, como se estivesse revivendo um momento de sua história. A recordação trazia a lembrança da fuga de uma situação tensa e conflituosa na região de Araguaína e a aposta em encontrar um lugar onde pudessem continuar com suas condições de existência, reencontrar uma terra onde pudesse plantar e continuar com a comunidade previamente formada, ao lado das pessoas que já estavam com eles há um longo tempo. Ele permitiu que eu tirasse a foto do manuscrito para que essa história pudesse ser contada adiante, de alguma forma.

Figura 15: Relação dos passageiros embarcados no navio da INASA



Fonte: Sr. Pedro

Sr. Pedro e mais 152 pessoas chegaram ao município de Novo Aripuanã no dia 07 de setembro de 1984. Logo, foram assentados no projeto de Assentamento Esperança, demarcado pelo ITERAM. No primeiro momento, o sindicato da cidade de Novo Aripuanã não havia permitido que o barco atracasse no município, devido à grande leva de migrantes paranaenses que a localidade estava recebendo. Dessa forma, subindo o rio Acari, dirigiram-se ao projeto de assentamento Esperança.

Já assentados no Projeto, começaram a trabalhar com agricultura; no entanto, nem todas as famílias se adaptaram e algumas retornaram. Conquistaram o título definitivo das terras durante o governo de Amazonino Mendes, após alguns anos de permanência. Porém, circulavam, no assentamento, notícias de um assentamento federal constituído na Vila Juma, e por ser do INCRA, do Governo Federal, se organizaram em torno do grupo que veio junto com eles e seguiram, em 1990, para o PARJ.

Conseguiram uma área coletiva na vicinal Dom Pedro II, a dois quilômetros da vila Juma, mas devido à carência quase total de prestação de serviço, se deslocaram para a beira do rio Aripuanã, próximo à localidade da Prainha. Nessa localidade, constituíram a Comunidade Padre Cícero, que todo dia 20 de junho realiza uma festa em homenagem a D. Alice. Posteriormente, ocuparam as terras onde hoje se situa o bairro Vila Rica, em Apuí.

Neste recorte histórico, busquei destacar esta corrente migratória minoritária que veio do Nordeste e que, atualmente, reside no bairro Vila Rica. A trajetória é semelhante à do grupo de camponeses que saiu do Nordeste e migrou para a Amazônia, sendo esse movimento chamado de bandeiras verdes. Em uma tríade de campesinato, fronteira e religiosidade, sustentam a narrativa da busca pela terra, conduzida por uma liderança orientada pela devoção ao Padre Cícero.

As histórias sobre *Bandeiras Verdes* fazem parte do imaginário popular, são fragmentadas e esparsas e se encontram espalhadas no interior do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará. A profecia atribuída ao Padre Cícero foi o alento de muitas famílias que migraram para a região nas décadas de 1950, 1960, elemento reforçador da esperança, atribuidor de sentido ao deslocamento (VIEIRA, 2012, p.68).

As bandeiras verdes eram as matas, a floresta. Vieira (2001) detalhou como as comunidades se organizaram como movimentos sociais, influenciadas pelas profecias Bandeiras Verdes, atribuídas ao Padre Cícero, de Juazeiro. Por mais de vinte anos, essas comunidades se deslocaram para a Amazônia Oriental em busca da terra prometida (VIEIRA, 2001).

Em nenhum momento da entrevista com Sr. Pedro, a expressão “bandeiras verdes” foi citada; no entanto, a narrativa da saída do Nordeste em direção à região do Bico do Papagaio e, posteriormente, à Amazônia, a presença da liderança religiosa, a devoção ao Padre Cícero e a permanência na atividade agricultura familiar caracterizam esse movimento. Evidencia-se “como o território se constrói como espaço sagrado e projeto coletivo para um campesinato que tem na sua história a marca forte da migração e que busca encontrar seu lugar” (VIEIRA, 2012, p. 64).

Essa migração, vinda do Nordeste, se diferencia da migração vinda do Sul. Há uma contradição entre a busca pela propriedade, em ser dono, e a busca pelo lugar da comunidade, para o coletivo. “A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações”. (MARTINS, 1995, p. 17).

6. A MIGRAÇÃO DOS BRASIGUAIOS E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO PARJ

O que é o Brasiguai? Eu perguntei. Brasiguai é o brasileiro em terras Paraguaias. Aqui, eu não sou brasiguai, eu sou brasileiro!

Mais de 30 anos passados, ser ou não sulista em Apuí não faz tanta diferença. Em uma pesquisa com fichas de sindicalizados no SINTRAF, atualmente moram famílias originadas de vários estados brasileiros. Depois do Sul, a região sudeste é de onde provêm mais famílias, ainda que antes tenham morado por algum tempo em Rondônia. Anos depois da chegada dos paranaenses em Apuí, trabalhadores de Rondônia também tentaram obter terra no assentamento em questão. No entanto, atualmente, a presença marcante de um grupo chama atenção: os brasiguaiois.

Brasiguai é uma expressão muito comum no Paraná; afinal, era conhecida a história de famílias que cruzaram a fronteira oeste do Sul do país com destino ao Paraguai, na busca de melhores terras. Na década de 1980, já se revelava um Paraná reorganizado para a modernização, com terras mais caras que em períodos anteriores. O Paraguai foi um destino escolhido por muitas famílias, inclusive, por aquelas que sofreram com a inundação de suas terras pela hidrelétrica de Itaipu.

Antes mesmo da minha ida para Apuí, já tinha conhecimento de que existia um número considerável de famílias brasiguaiois. Esse fluxo migratório me chamou a atenção pelo fato de existir, nessa região, uma migração que ultrapassa fronteiras nacionais. Afinal, o Paraguai é um país que faz fronteira com estados do Sul e do Centro-Oeste do Brasil e acolheu muitos brasileiros sulistas em suas terras.

Foi circulando pela cidade de Apuí que, aos poucos, a presença brasiguai se fazia notar. Era uma placa de carro paraguaia, era um “portunhol” escutado em mercados ou no sindicato, era o tererê sendo consumido nas varandas das casas e até mesmo oferecido em entrevistas que realizei. E entre essas percepções e olhares, Apuí revelava traços de uma migração internacional de pessoas que regressavam para seu país, mas não para seus lugares de origem.

Mas por que investigar esse fluxo migratório? Com base em algumas entrevistas, a partir do momento em que os brasiguaios começaram a se deslocar para Apuí, as terras começaram a passar por um processo de forte especulação, aumentando o valor da terra, a partir dos anos 2000. Isso porque a narrativa era de que essas famílias vieram com capital, resultado das vendas de seus patrimônios em terras paraguaias e estariam investindo-o em Apuí, particularmente em área de assentamento, sem a obtenção, portanto, da titulação dessas terras.

Conversei com nove famílias brasiguaias, das quais seis convergiram a respeito dos motivos da vinda para Apuí; outras duas vieram carregando mudanças; e uma outra devido a uma relação de parentesco. Além disso, todas as famílias ou eram do Rio Grande do Sul ou do Paraná. Mas por que os brasiguaios se colocaram como relevantes para a pesquisa? Existe uma narrativa local que enfatiza que os brasiguaios fizeram “diferença” quando chegaram a Apuí.

6.1 BRASILEIROS EM TERRAS PARAGUAIAS

Na segunda metade do século XX, o Paraguai recebeu um intenso fluxo migratório brasileiro em sua faixa leste. Na década de 1960, o governo paraguaio, representado na pessoa de Alfredo Stroessner, permitiu a venda de terras paraguaias fronteiriças a estrangeiros, atraindo brasileiros dos estados do Sul do Brasil para a região. É evidente a migração paranaense em função dos impactos da construção da hidrelétrica de Itaipu, principalmente para as famílias camponesas. Além disso, a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e a escassez de área para a reprodução social dos camponeses também impulsionaram esse processo (SILVA, 2010). De acordo com Albuquerque (2009, p. 141),

O governo paraguaio reformulou o estatuto agrário em 1963 e permitiu a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Até o período, essa região tinha uma floresta tropical e era ocupada por grupos indígenas, traficantes de madeira e por empresas de extração da erva-mate, como a Mate Laranjeira. Com a mesma intenção de ocupar os “espaços vazios” e diminuir as tensões sociais da região central, o governo implementou o plano de colonização e facilitou a entrada de brasileiros tanto na derrubada da mata como no plantio agrícola.

O discurso de um suposto vazio demográfico também era forte. Os dados oficiais do governo apontavam que a região era desabitada e pouco explorada até 1960. Por outro lado, omitia a presença das comunidades indígenas e dos camponeses. Com isso, era legitimada a ação da colonização (SZEKUTI, OLIVEIRA, 2016).

Essa política foi viabilizada a partir da criação do *Instituto Bienestar Rural* (IBR), órgão semelhante ao INCRA no Brasil, que estimulava a “*Marcha al Este*” no Paraguai, com o objetivo de reassentar os camponeses que viviam na área central e mais povoada do país. Por outro lado, esse foi, sem dúvida, um grande plano de colonização efetivado pela ditadura de Strossner em uma área considerada de fronteira, com a entrada de empresas e de colonos estrangeiros. Nessa conjuntura, o Paraguai também teve apoio dos Estados Unidos. Foi elaborado o “*Programa Alianza para el Progreso 18*”, com o objetivo de ampliar a estrutura fundiária nacional. “Desde então, o Estado impulsionou a fixação de paraguaios e brasileiros na região, com vistas à expansão das fronteiras agrícolas e, por conseguinte, do agronegócio” (SZEKUTI; OLIVEIRA, 2016, p. 307).

Com isso, a terra no Paraguai agregava valor. As propagandas veiculadas no Sul do Brasil atraindo famílias para a região norte apresentava esta concorrência: era o chamado dos camponeses da região sul para o Paraguai: “*Com a venda de um hectare no Brasil é possível comprar mais de cinco lá no Paraguai*”. (WAGNER, 1995, p. 16).

Com isso, o Paraguai se preparou para receber os migrantes brasileiros. Na segunda metade do século XX, várias ações foram implementadas, fortalecendo as relações com o Brasil: a construção da Ponte Internacional da Amizade (1962); a fundação da Cidade de Leste (1957); O Tratado de Itaipu (1973); a *Ruta Nacional 7*, que tem ligação com a BR-277 no Paraná e liga Assunção. Isso porque se configurava o que Hervé Thery chamou de “*Tsunami de la soja*”, para atender as demandas do mercado internacional para a produção de soja (SZEKUTI; OLIVEIRA, 2016).

As colonizadoras tiveram cautela na leva de camponeses para o Paraguai. Segundo os religiosos que trabalhavam com os agricultores, os responsáveis tomaram dois cuidados especiais: “1) dar prioridade aos descendentes germânicos, e depois, através de longas conversas 2) convencê-los de que iriam ensinar aqueles

preguiçosos paraguaios e a negrada brasileira, que estava lá, a trabalhar”. (WAGNER, 1995, p. 17). Com isso, reforçava-se o mito da força de trabalho dos alemães.

Com esse novo grupo de colonos que chegavam, foi introduzido o cultivo moderno de soja e de algodão. Em Alto Paraná, no Paraguai, foi constituída uma comunidade chamada Esquina Gaúcha e começaram a plantar soja para vender aos europeus, como faziam no Brasil. Com a derrubada da mata, a limpeza das terras e a mecanização da lavoura, agregaram valor às terras, triplicando o preço. De fato, esse movimento entre a fronteira brasileira e paraguaia parecia ter logrado êxito. As estimativas apontavam que, entre 1970 e 1980, mais de 350.000 pessoas migraram para o Paraguai. A facilidade promovida pelo governo paraguaio, o fechamento da fronteira agrícola no Sul do país e os impactos da construção da hidrelétrica de Itaipu provocaram esse movimento (WAGNER, 1995).

Porém, esse cenário sofreu alterações. As plantações de soja e de algodão, sem cobertura de seguro agrícola por parte do governo, tinham seus preços baixados, sendo a venda realizada por preços irrisórios. Além disso, os camponeses paraguaios, que haviam sido expulsos na década de 1960, passaram a reivindicar as suas terras. E a exigência da documentação emigratória para os brasileiros passou a ser um problema, pois muitos não a possuíam. Ainda assim, a concentração fundiária provocada pelo agronegócio dificultava a permanência na terra. Com isso, na década de 1980, o retorno passa a ser uma saída para essas famílias.

Foi a partir de 1985 que houve o aumento do número de colonos que retornaram para o Brasil. Nesse mesmo ano, o governo federal brasileiro lançou o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, mesmo ano em que 950 famílias ocuparam a cidade de Mundo Novo, no Oeste do Mato Grosso do Sul. Essas famílias permaneceram acampadas até conseguirem o assentamento.

É nesse momento que surge o novo gentílico: brasiguai. O diálogo abaixo possibilita compreender um pouco quem é esse cidadão, se é que essa denominação pode ser incorporada. O diálogo foi retirado do livro *Brasiguaios: homens sem pátria*, de Carlos Wagner (WAGNER, 1990, p. 11).

-Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?

-Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátrias.

Foi no diálogo entre um camponês e o então deputado federal pelo Mato Grosso do Sul, Sérgio Cruz (PT), em 1985, que nasceu a expressão *brasiguaios*. A conversa aconteceu no encontro na cidade de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, para articular a volta de 950 famílias de camponeses para o Brasil. Sendo assim, o termo *brasiguai* surgiu na década de 1980, quando os primeiros grupos de brasileiros retornaram ao Brasil. Segundo Sprandel (2000, *apud* VANESKI FILHO, 2016, p. 71),

Tal expresión, entretanto, no apareció em ningún documento o noticia anterior a 14 de junio de 1985, cuando – frente a lá divulgación de un Plan Nacional de reforma agrária en Brasil – más de mil familias así auto-identificadas volvieron masivamente del Paraguay y armaron um inmenso campamento el la plaza principal de la ciudad fronteriza de Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando tierras.²⁴

De acordo com Wagner (1995), os *brasiguaios* eram indesejáveis no Paraná. As famílias não conseguiram se organizar no seu estado de origem. A repressão no estado era bem mais organizada do que em Mato Grosso do Sul, pois, na época, o Paraná já havia conquistado um maior grau de desenvolvimento econômico. “O governo paranaense nunca deixou de falar isto às claras: - os *brasiguaios* são indesejáveis no nosso pedaço de Brasil” (WAGNER, 1995, p. 25).

Mas com o passar dos anos, *brasiguai* possui um significado polissêmico. Há um consenso sobre o seu surgimento, como “os pobres” que retornaram ao Brasil, mas ainda assim, pode caracterizar os brasileiros que estão no Paraguai; brasileiros que voltaram do Paraguai; descendentes de brasileiros e paraguaios,

²⁴ Tal expressão, entretanto, não apareceu em nenhum documento a noticiar anterior a 14 de junho de 1985, quando frente a divulgação de um Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, mais de mil famílias assim auto-identificadas retornaram massivamente do Paraguai e armaram um imenso acampamento na Praça principal da cidade fronteiriça do Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando terras.

entre outros. E isso depende das disputas simbólicas pela definição em diversas situações (SZEKUTI, OLIVEIRA, 2016).

Em 2000, a pesquisadora Marcia Sprandel (2000 *apud* ALBUQUERQUE, 2005, p. 88), buscando elaborar uma possível estratificação social, definiu seis grupos de brasileiros no Paraguai, que também podem ser chamados de brasiguaios:

1) Proprietários de terras, comerciantes e madeireiros, com documentos regularizados e estratégias de integração plena na vida política e econômica local;

2) Pequenos proprietários de terra com algumas outras atividades (arrendamentos, assalariado rural, motorista de caminhão e de máquinas agrícolas), espalhadas por toda a faixa de fronteira;

3) Empregados nos setores agrícola, comercial e madeireiro;

4) Ex-arrendatários em Alto Paraná que hoje são peões que trabalham em outros departamentos de forte presença brasileira;

5) Os que estão em situação marginal (prostitutas, prisioneiros, meninos e meninas em situação de risco etc.);

6) Aqueles ligados ao crime organizado (quadrilhas de roubo de carros, tráfico de drogas, recrutamento de prostitutas e jogos de azar).

Esse panorama revela a inserção dos brasiguaios ao longo de 40 anos no Paraguai e como se relacionam com as questões locais. O choque entre essas culturas foi palco de vários conflitos e mistura cultural.

A fronteira “brasiguaia” pode ser vista como um campo de conflitos de classes, disputas étnicas, tensões nacionalistas e choque entre a civilização capitalista ocidental e as culturas camponesas e indígenas. As fronteiras podem ser entendidas aqui como marcos de diferenças sociais. (ALBUQUERQUE, 2009, p.147).

E chamar o outro de brasiguai também era uma realidade em Apuí, nos anos 2000. Isso porque um número expressivo de famílias se deslocou para o Amazonas, na perspectiva de compra de terras e continuar as atividades agropecuárias. E também era realidade identificar alguém como brasiguaios em 2017, ano do meu

último campo. Com isso, busco entender as razões do deslocamento dessas famílias para Apuí.

6.1.1 Trajetória dos brasileiros no Paraguai a partir dos entrevistados

Para encontrar as famílias brasiguaias, ou para que eu conseguisse conversar com elas e entrevistá-las, me orientei pela pesquisa bola de neve, ou seja, a partir da semente, um informante indicado, peço indicação de outras famílias que fazem parte desse processo histórico, que também são consideradas brasiguaias. A semente do meu trabalho foi o Sr. Nelson, que passou a ser a referência principal para que eu chegasse a outras famílias, na condição de que eu já havia conversado com ele e ele havia feito a indicação. Na época, ele era o presidente do SINDISUL, o que favoreceu a possibilidade de novas entrevistas.

Não foi uma tarefa trivial. Afinal, a condição que eu tinha era de chegar até a residência e perguntar se poderia contribuir com a minha pesquisa. Eu chegava sem hora marcada, sem eles me conhecerem. Sem companhia de alguém que eles conhecessem, mas a indicação da rede favorecia; afinal, eu já conversara com alguém de confiança deles. Nesse caso, era mais do que necessário reafirmar a minha identidade paranaense. Explicava que eu era uma paranaense que estava no Amazonas, realizando uma pesquisa sobre migração. Afinal, era necessário encontrar formas de dirimir a desconfiança sobre quem, de fato, eu era. E fui além. Recorria à história da minha família de origem polonesa, para demonstrar algum tipo de afinidade.

Sobre os brasiguaios, um detalhe chamava atenção: os brasiguaios eram famílias que vieram com dinheiro. A visão que os moradores de Apuí tinham sobre eles divergia do significado do gentílico. Não era o pobre que não conseguiu retornar, mas aquele que investiu em terras, que melhorou a economia da cidade. Em Apuí, brasiguaiio tinha esse significado.

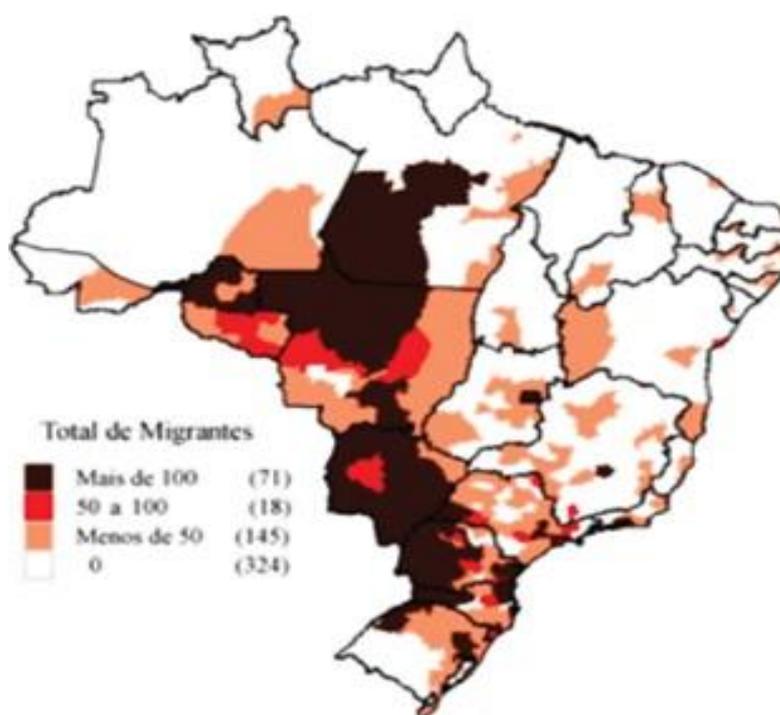
No período de vinda das famílias, ser brasiguaiio em Apuí era como ser estrangeiro no próprio país. Uma saída de antiga área de fronteira no país vizinho que, a partir de seus desdobramentos, desencadeou a migração para uma área de fronteira no país de origem. São migrantes pela segunda vez. Carregavam em suas

trajetórias o cruzamento de fronteiras internacionais, para a ocupação de uma área de fronteira agrícola. Cruzam novamente a fronteira de retorno, porém mais distante do que o Paraguai, tratando-se do seu local de origem.

Fui buscar entender a ida de brasileiros para o Paraguai por meio dos meus interlocutores de Apuí. A partir de suas histórias e narrativas, fui construindo elementos para entender as razões das famílias e como se articulavam com as teorias elaboradas sobre a temática. Mas uma das razões era clara: a possibilidade de conquistar o pedaço de terra. E as famílias que eu entrevistei, ou eram do Rio Grande do Sul, ou do Paraná, uma vez que “os sulistas se constituíram majoritariamente como colonos, pequenos e médios proprietários, especialmente em território paraguaio.” (ALBUQUERQUE, 2009, p.139).

O quadro abaixo apresenta dados de microrregiões que receberam famílias brasiguaias migrantes do Paraguai, em 2000. O que se percebe é um contingente dessas famílias em áreas da Amazônia Legal, nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, consideradas, ainda, áreas de fronteira agrícola. No Estado do Amazonas, o município de Apuí é a área em destaque. (BRAGA; FAZITO, 2014).

Figura 16: Distribuição de Brasiguaios no Brasil, 2000.



Fonte: (BRAGA; FAZITO, 2014).

A partir das informações das famílias brasiguaias em Apuí, eu elaborava minha rede. A localização correta das residências era uma condição para ter êxito. Eu sempre buscava saber um pouco da família, se eram conhecidas. Inclusive, em uma das situações, ao conversar com uma senhora pensando ser brasiguai, ao longo da entrevista, percebi que não se tratava da pessoa indicada.

Senhor Lineu era uma das pessoas indicadas. Ele era dono do Hotel Guarani e, assim, me dirigi até o seu estabelecimento. Descendente de alemão, tem a história da sua família entrelaçada com esse marco histórico. Nascido em Santa Rosa, na região de fronteira com o Rio Uruguai no Rio Grande do Sul, a família de dez irmãos preocupava os pais quanto à herança da terra, uma relação muito próxima do campesinato sobre a relação da família.

e as terras eram muito pobres, muito fraca, não tinha recuperação de solo, essa era a razão de vir para o Paraguai, que as terras eram muito boas (...)a preocupação do pai era dar para cada um uma colônia de terra e dar um começo, dar uma casa, dar uma vaca, um gado leiteiro, um porco, dar galinha e colocar essas pessoas e lá no Rio Grande do Sul não tinha mais como. Aí lá no Paraguai as terras eram baratas e boas, não precisava nem adubar, aí ele conseguiu cumprir. Conseguiu fazer com que os primeiros que casaram. Aí no Paraguai ele conseguiu dar para cada filho um começo. Quando casava, quando saía de casa e já saía com casa com começo né, e todo mundo na agricultura.

Sr. Lineu foi com a família em 1973, quando tinha três anos e morou trinta anos no país vizinho, na cidade de Santa Rita. A atividade principal era grãos, como milho e soja, além de fumo e menta. O gado, a galinha eram para consumo próprio, para o sustento da família. Além disso, na idade adulta, constituiu família no Paraguai, onde seus filhos nasceram.

Essa história também se aproxima com a da família do Sr. Charles e Verônica, também indicados por outras famílias brasiguaias. Residentes na região sudoeste do Paraná, no município de Toledo, não tinham condições de ter acesso à terra. “Porque no Paraná os pais não podiam mais ajudar a gente né, a terra era cara, o pai vendeu ali e fomos para o Paraguai e deu para comprar um pedaço de terra para cada um”.

A cada conversa que eu estabelecia com os brasiguaios, a história se entrelaçava com as histórias das famílias que migraram para Apuí na década de 1980, que era a possibilidade de ter terra, mas pensando na herança para os filhos, para que pudessem dar continuidade aos trabalhos. E aqueles que moravam no Paraná já haviam migrado do Rio Grande do Sul, como é o caso da família do Sr. Eduardo.

Sr. Eduardo era vizinho do Sr. Lineu. Um Sr. viúvo que ficava a maior parte do tempo em casa, enquanto seus filhos tocavam a propriedade que tinham na vicinal Três Estados. No alto de seus 83 anos, a sua trajetória explica alguns dos acontecimentos históricos. Nascido em Rio Grande do Sul, migrou ainda criança com os pais para Santa Catarina, para conseguir mais terra para trabalhar. Quando se casou, Sr. Eduardo vendeu as terras que recebera do pai em Santa Catarina para comprar em Salgado Filho, município da região sudoeste do Paraná, isso em 1962. Trabalhando com criação de porcos, em 1983, migrou para o Paraguai, devido à peste suína africana, que implicou a queda dos preços de suínos e, conseqüentemente, fracasso para os criadores. Além disso, Sr. Eduardo lembrou a enchente de 1983 do Rio Marrecas, que estragou suas lavouras e abriu uma erosão em sua área. Vale destacar que as enchentes do Rio Marrecas também foram argumento de algumas famílias para se deslocarem para Apuí com os ônibus que saíram de Francisco Beltrão. Com isso, conseguiu vender essas terras só depois de dois anos. Sr. Eduardo se recorda das famílias que vieram para o Amazonas naquela época, mas preferiu migrar para o Paraguai, pois já tinha filhos residindo no país vizinho e pela proximidade.

Ao conversar com essas famílias, principalmente no meu terceiro campo, eu tinha a sensação de que já havia escutado muito essas narrativas, só com a mudança das trajetórias. Entre as décadas de 1970 e 1980, no Sul do país, migrar para o Paraguai era uma alternativa, como migrar para o Norte do país.

As razões de deixar o Brasil e migrar para o Paraguai, por parte das famílias que residiam em Apuí, eram explicadas pela situação histórica descrita acima. Com isso, configuravam o Paraguai como uma extensão do Sul do país, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola. O grão de soja foi a principal atividade agrícola das famílias (ALBUQUERQUE, 2009).

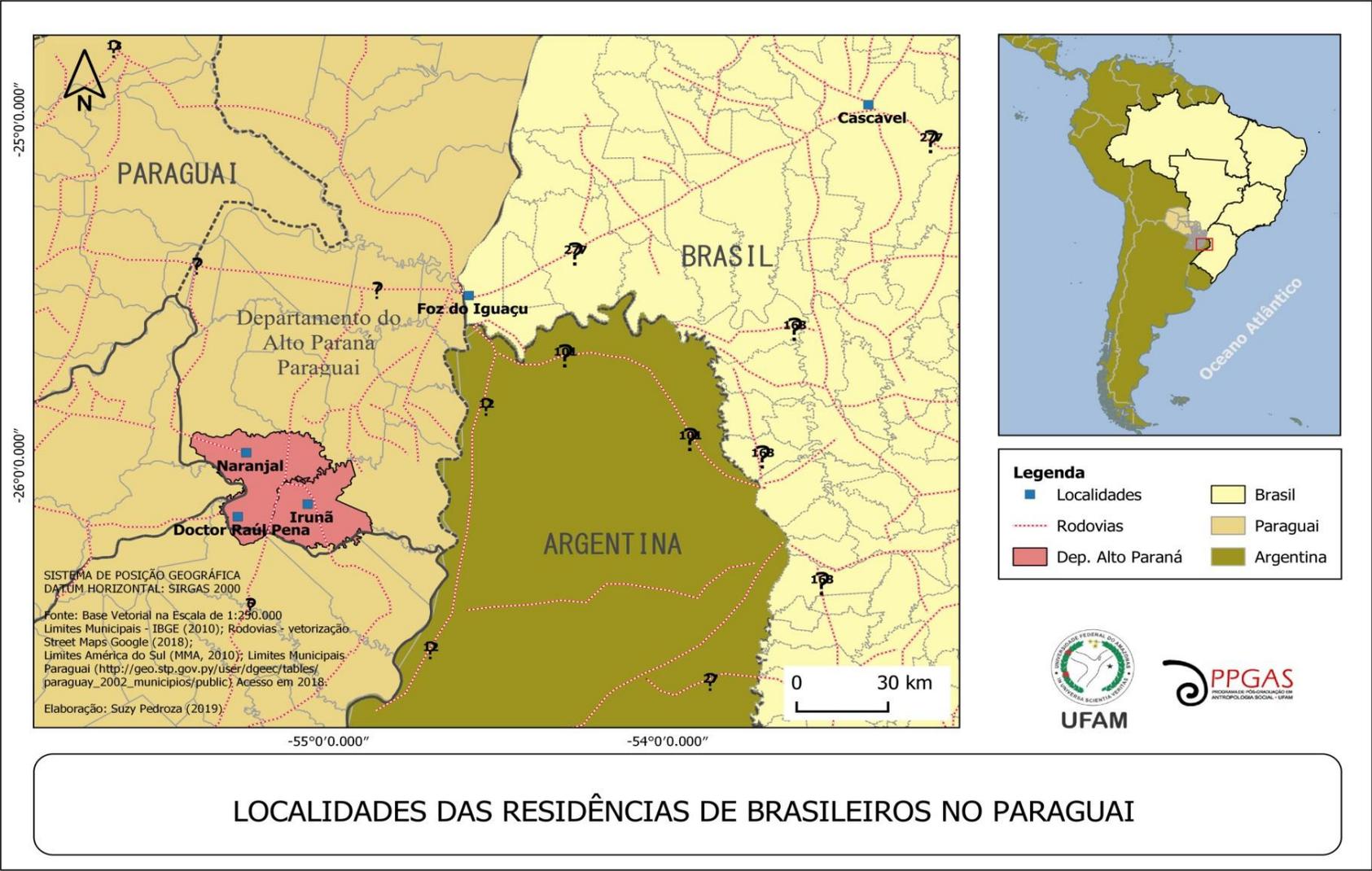
Entender como foi a vida dessas famílias no Paraguai não era uma investigação da minha pesquisa, mas sim como ficaram sabendo de Apuí e quais foram as razões do descolamento para a Amazônia. Pesquisadores brasileiros e paraguaios se debruçaram em entender a dinâmica das fronteiras políticas, sociais, administrativas e culturais entre a região leste do Paraguai e a região oeste do Sul do país (ALBUQUERQUE, 2005; SPRANDEL, 2006) Vale destacar que, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o Paraguai abriga o segundo maior contingente de brasileiros que vivem fora do país, perdendo apenas para os Estados Unidos. E considerando a porcentagem total de habitantes num país, os brasileiros têm uma representação significativa no Paraguai.

As famílias brasiguaias com as quais conversei residiram em cidades como Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, Iruña, localizadas no Departamento de Alto Paraná (Mapa 08). Algumas já se conheciam do Paraguai; outras se conheceram apenas em Apuí.

A partir da década de 1980, o fluxo é invertido, com o retorno de famílias para o Brasil. Isso porque o movimento camponês paraguaio se reorganizou e passou a reivindicar as terras ocupadas pelos brasileiros. Tensões ligadas ao meio ambiente, ao poder político nas mãos dos brasileiros geraram situações de conflitos. Dessa forma, muitas terras foram invadidas pelos paraguaios. Aqueles que não conquistaram o poder econômico foram forçados a vender suas terras e voltar para o Brasil (ALBUQUERQUE, 2005).

Busquei entender essas razões por meio dos meus interlocutores, antes mesmo de decidir vir para Apuí. Entre o final da década de 1990 e o início do ano 2000, revelou-se um período em que convergiram situações diferenciadas em relação às razões. D. Luzia, paranaense que migrou com os pais ainda solteira para o Paraguai, foi a primeira pessoa brasiguai com quem conversei em Apuí, na minha primeira ida a campo. Eu estava no SINTRAF, sentada na recepção, quando ela chegou para buscar ajuda no seu auxílio doença. Ao longo da conversa com ela, me disse que era paranaense e que havia morado no Paraguai. Ela aceitou em colaborar com minha pesquisa. Sendo assim, combinei um horário para ir até a sua residência e ela tratou um pouco da sua vinda para Apuí:

Mapa 08: Localidades das residências de brasileiros no Paraguai



Sáímos de lá porque no Paraguai tava ficando meio ruim né, você sabe né, brasileiro tava ficando meio sem saída, a gente ficou com medo, muita gente perdeu terra, perdeu gado, perdeu tudo né. Chegava e acabava com tudo. Depois eles chegavam acabavam com tudo, depois que aconteceu isso, no outro lugar, mais longincho da gente aconteceu, aí a gente começou a ficar com medo né, que não é lugar da gente.

Sr. Nelson também contou da sua vinda e suas razões:

Terra e um pouco a segurança, estava ficando muito difícil porque nós, brasileiros, lá no Paraguai produzíamos soja e a soja conseguiu ter um preço mais significado, elevado, a gente começou a ter mais privilégios. Tinha dinheiro pra comprar isso, aquilo, apesar que a gente era pequeno produtor, mas sempre sobrava. E muito roubo, assassinato, dos próprios paraguaios. E criou uma lei que eles queriam fazer uma faixa de fronteira, tirar os brasileiros, um bafafá do cão.

D. Rogéria, também explicou seus motivos com base na falta de segurança, uma vez que a casa de seu filho foi invadida. Ela explicou que o movimento camponês paraguaio entrava nas terras de brasileiros que não tinham suas terras documentadas. E, para isso, o movimento fazia uma investigação para saber em quais terras podiam ocupar e reivindicar.

Essas explicações estão relacionadas com a organização do movimento campesino paraguaio, que passou a se organizar com o objetivo de recuperar as terras *malhabidas* (ilegais) de imigrantes, não só de brasileiros, mas daqueles que ocuparam fazendas em regiões de fronteira. Essa situação pode estar relacionada, pois muitas terras não têm escritura, apenas contrato de compra e venda, o que facilita o processo de grilagem. “A forte corrupção do IBR possibilitava a distribuição da mesma propriedade para mais de um proprietário, ocasionando sérios problemas de documentação.” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 145). Além disso, quando caiu a ditadura de Strossner, em 1989, as terras que ele havia distribuído para seus colegas gerais foram invadidas pelos campesinos, que abriam e vendiam essas terras, em torno de dez hectares. No entanto, a lei não amparava essas terras, pois não tinham títulos. E depois da ditadura, para se fazer uma transferência, era necessário realizar um estudo inventarial de 20 anos, para saber quais as origens da terra.

Outras razões, como dificuldades na produção, também provocaram o desejo de sair do Paraguai, como foi o caso do Sr. Lineu:

Lá é puro agrotóxico, lá é um problema gravíssimo, lá é mais que o Brasil (...) isso também foi a razão de muita gente. Eu não me intoxiquei, mas sei que estava para acontecer isso. Hoje eu não posso mais com cheiro de veneno, logo tenho dor de cabeça. Muita gente tem dor de cabeça.

As razões do Sr. Lineu também foram semelhantes às do Sr. Eduardo:

como minha terra era no lugar baixo, perto do rio, plaino e quando o povo passava o veneno para secar o mato para plantar, passava o veneno para matar os lagartos, matar o fede-fede, passava alguns de avião, outros de trator com aquelas barras de 20 metros cada lado. Aquilo passava alguma água com veneno e quando parava o ar, que nem agora, assim daí aquele veneno ia lá na baixada e parava no ar e a gente ficava cheirando, dormindo a noite inteira. Eu tinha uma casa bem fechada, uma juntada por dentro e por fora, porque era frio né. Daí eu fechava as janelas, as portas, mas tinha que queimar os palitos de fósforo dentro para combater o cheiro do veneno, que era forte. (...) daí dava muito veneno. Daí eu pensei: antes de me intoxicar vou fugir né.

Com a consolidação do agronegócio e a *commoditie* da soja, houve o aumento do uso de pesticidas e de defensivos agrícolas, principalmente nas lavouras comerciais. Essa prática prejudicou os pequenos e médios também, pois não existe uma técnica que limite a pulverização por meio de aviões a apenas um estabelecimento agrícola. Com isso, provocou-se uma progressiva contaminação dos mananciais, o que gerou várias matérias publicadas na imprensa paraguaia e na internacional (SILVA, 2010).

A permanência também passou a ser um empecilho para os brasileiros. Após 1989, com a queda de Strossner, o Paraguai buscava o processo de redemocratização. Em 1996, foi editada a Lei n.º 978, que regulamentava as migrações, o que provocou barreiras e restrições político-administrativas do Estado em relação à presença brasileira. Com isso, aumentaram a ilegalidade e a instabilidade de permanência entre os brasileiros, intensificando a prática de

extorsões para regularizar a documentação (SZEKUTI; OLIVEIRA, 2016). Apuí foi uma localidade escolhida para deslocamento.

6.2 APUÍ: UM LUGAR A SER CONHECIDO

Conforme eu conversava com as famílias, eu ficava mais curiosa em entender como ficaram sabendo de Apuí. Nos primeiros momentos das entrevistas, não deixavam claro a relação com o Amazonas. Era preciso ir direto com a pergunta de como conheceram Apuí. E assim, eu identificava três formas de relação para conhecer Apuí: rede de parentesco, a propaganda feita no Paraguai de Apuí e pessoas que trouxeram as mudanças dessas famílias.

D. Luzia veio para Apuí por meio da sua rede de parentesco. Mas antes de chegar ao Amazonas, passou pelo estado de Rondônia. *“Foi um cunhado meu que morava aqui, ele mora ainda. Aí ele falou que Apuí era muito bom, que produzia banana, produzia tudo.”*

Sr. Nelson tinha outras razões para de deslocar para Apuí. Foi por meio de um de seus trabalhos que conheceu a localidade.

mudança, frete. O vizinho comprou um sitio aqui né e ele pediu pra trazer as coisas dele. Aí, a primeira vez que eu vim eu disse: meu Deus, nunca mais vou lá naquele fim de mundo. Cheguei de volta, dez dias depois um vizinho: Nelson, eu vendi aqui e comprei no Amazonas, tu levas minhas coisas pra lá? Levo, caminhoneiro é assim. Quando eu vim já tava um pouco diferente a cara, estavam mexendo, aí e vim de lá meio ano depois. Já tinham mexido mais na estrada. E no fim, nós tivemos três anos de seca né (no Paraguai), deu problema na soja, aí nossa economia foi lá embaixo, teve que vender coisa pra pagar a conta. Eu disse pra minha esposa: faz antes de ter que vender tudo pra pagar conta né e pra não ficar com nada, vamos vender um pouco de terra. E viemos pra cá né, e aqui a gente conseguiu uma área mais significativa pra trabalhar.

Para além do motivo do Sr. Nelson, de trazer mudanças, se escureciam os motivos dos responsáveis pela mudança. Algum motivo impulsionava aqueles a quem Sr. Nelson pedia para trazer suas mudanças. Essa era uma das minhas

perguntas iniciais, para saber o motivo da vinda para Apuí. Conheci o Sr. Nelson no meu primeiro campo.

Aos poucos, eu buscava com pessoas de minha confiança, da minha rede de interlocutores, onde famílias brasiguaias residiam no município de Apuí. Com as explicações e orientações de endereço, eu seguia buscando encontrar os reais motivos da vinda dos brasiguaios. A possibilidade de conversar com esse grupo não era tão simples, existia um receio por parte das pessoas em se abrirem para conversar, em contar os reais motivos da vinda para Apuí.

Com o endereço de uma família brasiguaiá, fui até a residência na tentativa de uma conversa. Estava nos últimos dias do meu segundo campo. Era a casa da Sr.^a Rogéria, que morava em Apuí com os filhos. Como seu esposo estava no sítio, Sr.^a Rogéria, por ficar muito tempo sozinha, aceitou me receber. Era a primeira família brasiguaiá com quem eu conversava depois do Sr. Nelson.

“Mas como ficou sabendo de Apuí?” Era a minha pergunta insistente. No caso do Sr. Nelson, trazer mudança não era o suficiente para eu compreender essa situação, pois antes das mudanças, existiam as razões. Mas com a Sr.^a Rogéria, aos poucos, eu encontrava pistas mais concretas. Em um momento de nossa conversa, quando perguntei como ficaram sabendo de Apuí, D. Rogéria comentou:

Apareceu umas pessoas assim, que vieram fazer propaganda de Apuí, tinha gente até de... um alemão da Alemanha envolvido, que nem sei o nome, umas pessoas, ele... e aqui tinha um pastor da Igreja Congregacional, que ele era o comunicador lá, ele que falou assim, era amigo nosso, não era da nossa igreja, mas era amigo assim, daí ele começou esparramar... disse que aqui... mas a propaganda era tão diferente, tão diferente, aqui era um sonho, aqui era o paraíso.

Com essa informação, foi possível começar a entender possíveis razões para a vinda das famílias brasiguaias a partir do ano 2000. Tinha alguém que conhecia Apuí e que fazia propagandas das terras. Essa pessoa era o pastor da Igreja Congregacional de Apuí, Fritz Wolf.

Ouvi de mais cinco famílias a história de vida por meio do pastor Fritz. Esse pastor fazia propaganda de Apuí na cidade de Naranjal, no Paraguai, cidade em que ele era pastor, no ano de 2000. Como relatou o Sr. Lineu

- Na época, tinha lá no Paraguai, um cara que estava trazendo ... tinha uma colonizadora no Mato Grosso e estavam vendendo as terras aqui. Aí a gente veio olhar e ao mesmo tempo surgiu esse pastor Fritz (...) e aí começou aquela fofoca lá, do pessoal vender lá e vir para cá e comprar áreas extensas (...).Aí muita gente veio para cá. Ao mesmo tempo foi para a região de Santarém e a gente veio para cá olhar.

-E o Sr. Fritz estava junto?

- Sim. Aí já veio um ônibus lotado de gente para cá.

- Então o senhor ficou sabendo de Apuí lá no Paraguai?

- Lá no Paraguai, pelo pastor Fritz.

- Ele morava lá na época?

- Morava, ele era pastor da Igreja Congregacional e essa era a razão dele.

O jornal on-line “Diário de Cuiabá”²⁵ publicou uma reportagem intitulada “Brasiguaios fazem o caminho de volta”, divulgada em sete de janeiro de 2001, sobre famílias brasiguaias que chegavam à cidade de Marcelândia, a 730 quilômetros de Cuiabá, na região norte do Mato Grosso, perto de Sinop. A reportagem era narrada por meio de uma família gaúcha que atravessou a fronteira para o Paraguai e, depois de 18 anos, retornou para o Brasil, mas para outro estado. Em um trecho da reportagem, dizia-se o seguinte:

Empresas de Mato Grosso e Rondônia, que operam no ramo da colonização, sentindo a abertura de um novo mercado para a venda de terra – tão em baixa no Brasil - ,foram ao Paraguai e instalaram escritórios em Santa Rita, Cidade de Leste, Concepcion, Tuparandá, Pedro Juan Caballero e Cantina Cué. Lá, descobriram um verdadeiro nicho constituído por brasileiros dispostos a investir suas economias na agropecuária amazônica.

O jornal deixa claro que existiam colonizadoras brasileiras, de Mato Grosso, por exemplo, que tinham instalações para a venda de terras em áreas da Amazônia.

²⁵ <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=35994>

No entanto, essa propaganda favoreceu a visita em terras mais ao norte, no estado do Amazonas. É o que “parece” ter acontecido, não por meio de uma colonizadora, mas por meio de pessoas físicas. Sr. Eduardo também contou sobre esse episódio, participando do processo de vinda para conhecer as terras:

- *Surgiu a conversa de ir para Apuí né. Daí no ano de 2000, eu vim olhar né. Daí o meu filho, o outro genro e a filha mais velha, daí nós viemos no fim de agosto. Eles só voltaram, carregaram a mudança e vieram.*
- *Então o senhor ficou sabendo de Apuí lá no Paraguai?*
- *Lá no Paraguai.*
- *E quem falava?*
- *Lá tinha um pastor Fritz e o Adam Fraida. Eles pegaram uma terra da União para colonizar. Daí eles vendiam terra (...) eles foram lá (...) Nós fizemos uma lotação de lá. Viemos com ônibus onde veio meu filho, meu genro mais velho. Daí vieram olhar. Eles também se agradaram e daí eles vieram logo. Vieram e compraram um sítio de segunda mão, não compraram do INCRA.*

A partir da explicação do Sr. Eduardo, constata-se que existiu um interesse de transformar terras de assentamento em um novo processo de colonização, mas por meio de pessoas físicas ou da constituição de uma cooperativa. O casal Sr. Charles e Sr.^a Verônica também explicou como vieram, mas de uma forma mais denunciativa.

- *Veio um picareta lá que estava falando de Amazonas e começou a buzinar no ouvido. Ele veio e gostou e não teve mais jeito.*
- *Então vocês ficaram sabendo de Apuí lá no Paraguai?*
- *Sim.*
- *E quem era a pessoa?*
- *Era um pastor, que era da igreja congregacional, Fritz.*
- *Vocês conheciam ele lá do Paraguai?*
- *Sim, do Paraguai (...) ele que começou. Ele estava vendendo Terra lá, 1000 hectares por \$2000 dólares lá no Paraguai. Ele já vendia terra para entregar aqui no Amazonas (...).*
- *Então ele falava que quando chegasse aqui ia ter as escrituras?*
- *la ter terra, cada um ganhava suas terras, tudo. Casa, coisa, tudo. Ele falava que quem quisesse plantar soja vai plantar soja. Que tinha gado, silo, trator, seiva, tudo com chave na mão, ele falava. Para 25 anos pagar depois.*

Essa mesma história também foi relatada pelo Sr. Breno e por D. Ilza, que, quando conversamos, descreveu a história.

- Surgiu esse negócio aqui. Daí em vim junto para cá com uma excursão e fomos até novo Aripuanã. (...) Por que esse pastor e o outro formaram uma cooperativa. (...) Na excursão eu vim sozinho.

- Essa excursão saiu de onde?

- De Raul Peña.

Com base nas entrevistas com essas famílias, observa-se que a vinda para o Amazonas teve início na figura do pastor Fritz, que divulgava a possibilidade de aquisição de terras no Amazonas, na cidade de Naranjal, no Paraguai. Por ser uma liderança religiosa, tinha uma rede de sociabilidade estabelecida pelo seu trabalho de pastorado. Dizia que Apuí era um lugar muito bom e que existia a possibilidade de ir com a família, já que existia terra em abundância.

Percebe-se que existiu um trabalho de divulgação, uma propaganda que estimulava a compra, para além do acesso às terras e da posse das escrituras, assim que chegassem a Apuí. A propaganda apresentava a existência de uma cooperativa ou associação habitacional que oferecia casa, ferramentas, sementes, maquinários, silos, vendendo a possível continuação das atividades de lavoura exercidas por essas famílias no Paraguai.

Para iniciar essa empreitada, foi organizada uma excursão em agosto de 2000, depois de algumas reuniões. Com, aproximadamente, 32 pessoas, uma lotação partiu da cidade de Raul Peña, com pessoas dos municípios de Laranjal e Iruña. O objetivo era conhecer as terras *in loco*, na estrada que liga Apuí e Novo Aripuanã, uma área, na época, de floresta densa.

6.3 APUÍ: MAIS UMA PROMESSA NÃO CUMPRIDA NA REGIÃO

Durante a explicação das famílias sobre o porquê de terem vindo para Apuí, aparecia uma narrativa que eu desconhecia nessa história. Eu desconhecia, inclusive, pelos outros; pelos meus colegas que já haviam realizado trabalho de campo em Apuí e haviam se reportado aos brasiguaios.

Ao longo das conversas, eu percebia que algo de errado havia acontecido com as famílias que eu entrevistava. Com uma postura comedida, sinalizavam que haviam sofrido um infortúnio: a expectativa das compras das terras. A propaganda que havia sido divulgada não era exatamente o que encontraram. D. Rogéria foi a primeira pessoa que sinalizou essa situação.

Propaganda assim (...) Mas lá no Paraguai a história que fez nós vir pra cá, que daí a história era que tinha uma organização que faziam tipo uma cooperativa e eles davam aqui pronto, tudo medidinho, arrumado, a casa nova, mobiliada, entregava a chave da casa e tudo era assim... olha... eu também faço questão de esquecer essa história que contaram.

A fala de Sr.^a Rogéria revelava essa situação, quando essa era uma história que ela fazia questão de esquecer, e não de contar. Existia a promessa de uma cooperativa que, além da terra, entregava casa e ferramentas para produzir. No entanto, essa realidade não foi encontrada; pelo contrário, assemelhava-se mais com a realidade do Paraguai, quando chegaram por lá na década de 1980. O caso remetia a uma lembrança indizível pelo fato de terem malogrado uma decisão e de, aparentemente, terem sido enganados. “As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLAK, 1989, p. 8).

Sr. Eduardo também engrossou essa história com um pouco mais de detalhes. Existia a possibilidade de essa rede conseguir recursos para financiamento com dinheiro alemão, o que não foi possível por ser algo particular. Parecia ter uma exigência da participação do governo no Brasil, o que não aconteceu.

Também fizeram macacada... Compraram e depois não conseguiram colonizar e deu atrapalho para eles. E a União não queria vender para eles porque a União não ia financiar. Mas aí eles iam financiar por conta e daí tinha um sócio deles. Era alemão da Alemanha e daí

esse alemão, ele foi na Alemanha pegar financiamento. Daí esse alemão falou lá com o governo tal e coisa. O governo falou com o Lula aqui, como é que funcionava isso. O governo de lá não queria fazer particular, queria negociar com o governo. Daí o governo dizia como é. Porque daí os colonos não podia vender soja para Alemanha para pagar a terra, vender madeira para pagar a terra lá para Alemanha. Daí o governo de lá aceitou, mas é que o governo do Brasil não aceitou. Daí então eles caíram fora. Não caíram fora, mas ficaram em cima do muro. Daí ficaram sem recurso. Daí a União não financiava e de lá, de onde eles contavam, de lá também não. Daí sem dinheiro não faz nada.

D. Verônica e Sr. Charles também mencionaram esses detalhes referentes à participação de um alemão, que estava envolvido na parte da venda das terras no município de Apuí, mas que também atuava na cidade de Naranjal, junto às reuniões. Em uma roda de conversa, na varanda de suas casas, entre um passar de tererê, eles me contaram como ficaram sabendo de Apuí.

- *Ele era dono das terras? (perguntei).*
- *Não, ele tinha outro picareta, que vinha e arrumava as terras para nós comprar.*
- *Então vocês pagaram para o pastor Fritz?*
- *Isso, para o pastor Fritz e ele pagava para um outro de novo.*
- *E quem era essa outra pessoa? Está aqui?*
- *Não, esse outro era da Alemanha, tal de Jurgen, não sei de que lado era ele... que estava vendendo terra na Amazonas (...) era picaretagem. Ele estava lá também, ele fazia reunião lá. Ele vendia lá sem nós saber. E nós comprou sem saber. Vendeu lá e não tinha nada aqui. Depois quando nós vimos, nem terra não tinha. Tivemos que comprar de novo nossa terra. E nosso Dinheiro?? Óóó... (...) 18.000 dólares, naquele tempo, nós perdemos (...).*

A família encontrou muitas dificuldades com essa situação. As terras que supostamente haviam comprado se localizavam mais próximas ao município de Novo Aripuanã. Seguiram com sua mudança até Porto Velho e, após 28 dias de espera no porto da cidade, conseguiram embarcar em uma balsa que seguia para Belém, pelo Rio Madeira. Desembarcaram em Novo Aripuanã apenas com uma parte da mudança. E, quando chegaram, perceberam que os 10.000 ha que haviam comprado não existiam.

Não encontrando as terras, conseguiram um espaço em uma quadra da cidade, onde puderam organizar um acampamento, permanecendo ali por quatro meses. A cidade de Novo Aripuanã e suas características não agradavam a família, consideradas muito diferentes da região sul e por serem mais “amazonenses”, segundo eles. Em uma viagem de trator, percorrendo 300 quilômetros de terra, foram conhecer Apuí e lá “já tinha gente tomando chimarrão”.

Eles venderam tudo o que tinham no Paraguai. Grande parte do dinheiro foi destinado a essas terras que nunca conseguiram. Com outra parte, conseguiram comprar lotes de segunda mão, o que eles chamam de benfeitoria, por meio de contrato de compra e venda.

Sr. Breno e Sr.^a Ilza, depois de se sentirem mais à vontade em conversar comigo, apresentaram mais detalhes sobre essa excursão, reforçando o fato de que foram enganados no Paraguai.

Como se diz, nós lá, nós fomos enganados, nós compramos gato ensacado lá. Nós já viemos com a terra comprada de lá e não existe depois. Que nós viemos para cá com a excursão. Depois, aí procurei um tal de Incra aqui no Apuí. Achei o Incra aí eu fui me informar e eu vi que não era isso, que fomos... esse pastor passou para nós, porque aqui naquela época, não se comprava nem se vendia.

O que se percebe, com as entrevistas, é que as terras compradas no Paraguai não existiam em Apuí. E só foram descobrir quando chegaram à região. Os lotes, as casas, as ferramentas, os silos e, ainda, a terra para produzir o que quisessem só existiam na propaganda. Para eles, haviam caído num golpe, da promessa não cumprida. Como haviam investido suas economias nessas áreas, o que sobrou foi destinado para comprar outras áreas, pois não conseguiriam voltar e investir em terras no Sul do país.

Por outro lado, Fritz não agia de forma individual, outras pessoas também participavam da mobilização, como parte dos membros diretórios dessa cooperativa, e algumas pessoas já estavam em Apuí. Entre elas, estaria um alemão e um advogado, que também faziam parte dessa rede. No entanto, o pastor Fritz foi a pessoa citada em todas as entrevistas, referindo-se ao momento em que ele fazia a propaganda das terras.

Essa propaganda veio a calhar com a intenção de algumas famílias deixarem o Paraguai e voltarem para o Brasil, cada um apresentando seus motivos, como a insegurança, problemas com seca e agrotóxicos. E as condições apresentadas favoreciam aquilo que os produtores mais almejam: o aumento de suas áreas. Com propriedades em média de 100 hectares, comprar 1.000 hectares por U\$ 2.500 parecia ser um negócio e tanto.

Essa proposta era muito diferente das condições que seus estados de origem podiam oferecer. Paraná e Rio Grande do Sul já tinham se modernizado, do ponto de vista da agricultura, há muito tempo, principalmente nas áreas fronteiriças com o país vizinho. Esse era um dos motivos da saída. Depois de trinta anos, não encontrariam mais espaço para adquirir terras ou dar para os filhos. Para eles, no Amazonas, existia essa possibilidade, a mesma que encontraram no Paraguai trinta anos atrás.

Essa propaganda atraiu, principalmente, as famílias brasileiras que não conseguiram capital suficiente para a modernização tecnológica em suas terras, como maquinário para colheita e armazenamento de grãos, e áreas extensas. Com isso, muitas famílias de baixa renda começaram a vender tudo o que tinham: as terras, casa, móveis, rebanho, para levantar U\$ 2.000 necessários para a aquisição das terras. Essas famílias foram o alvo das propagandas. E quando as famílias que caíram no golpe chegaram a Apuí, começaram a avisar aqueles que já tinham comprado as terras lá, para que não viessem, pois alguns não teriam condições de voltar ou de comprar novamente as terras.

As famílias buscaram explicações na época, mas sem êxito. O pastor sempre encontrava uma desculpa. Sr. Breno, o brasiguaiio com quem conversei por último, tentou me explicar o que havia acontecido, segundo ele. Para Sr. Breno, o alemão que estava junto na rede de venda das terras, havia encontrado pedras preciosas na região de Apuí. Com isso, tentou viajar com essas pedras para Alemanha e, na hora do embarque, foi preso em Brasília. Segundo Sr. Breno, o dinheiro que eles haviam conseguido das famílias, por meio do golpe, serviu para pagar a fiança desse alemão, que tendo sido liberado pela polícia, nunca mais voltou para Apuí. As famílias tentaram denunciar, mas quando o advogado Lauro, que era considerado presidente, ficou sabendo dessa história, desapareceu de Apuí. De acordo com Sr.

Breno, o pastor também havia levado esse golpe, pois não foi possível usufruir do dinheiro que havia recebido em função das terras.

Aos poucos, eu percebia que essa era uma história um pouco marginalizada. As fontes que eu tinha eram as entrevistas. No máximo, sabiam que o pastor Fritz havia constituído uma cooperativa, mas que não havia dado certo. Conversando com o Sr. Reginaldo, vizinho do SINTRAFSA e que sempre me avistava por ali, confirmou que o pastor Fritz tentou organizar uma cooperativa. Na época, Sr. Reginaldo era porteiro do INCRA e as mulheres vindas do Paraguai recorriam, com frequência, para fazer reclamações sobre o acontecido.

De acordo com um funcionário do INCRA, a vinda dos brasiguaios foi por conta própria; o INCRA não havia destinado investimentos para isso. Para ele, alguém dessa rede do pastor Fritz conhecia Apuí e sabia que as terras eram muito baratas e, com isso, houve um incentivo para a compra. No entanto, algumas áreas foram compradas com valores altíssimos, considerando as benfeitorias na região, o que implicou um processo de inflação das terras. Segundo ele, o pastor deu uma de “esperto”.

Sr. Jorge, filiado ao SINTRAFSA, explicou que o pastor Fritz estava atrelado a um pecuarista da cidade, que agia como um corretor de imóveis com as terras do assentamento. Eles arrumavam compradores para aquelas pessoas que tinham interesse em ir embora, mas, na realidade, o que se vendia era a benfeitoria. E era nessa hora que o golpe era dado, eles pagavam um valor baixo e recebiam dos brasiguaios um valor superfaturado por essas terras.

O Jornal Diário do Grande ABC publicou a matéria “PF indícia 3 homens acusados de vender terras do INCRA”²⁶, em 22 de junho de 2000. Parte da matéria dizia o seguinte:

A Polícia Federal (PF) indiciou três homens²⁷ acusados de estelionato por vender terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) no Sul do Amazonas a agricultores brasileiros e estrangeiros que vivem no Paraguai. Onze "brasiguaios" e outros imigrantes que moram em Naranjal, a 110 quilômetros da

²⁶ <https://www.dgabc.com.br/Noticia/117998/pf-indicia-3-homens-acusados-de-vender-terras-do-incra>

²⁷ Em Janeiro de 2019 recorri até à Justiça Federal de Maringá, no Paraná, para obter mais informações sobre o caso. No entanto, não havia nos registros da Justiça processos com os nomes citados na reportagem.

fronteira com Foz do Iguaçu (PR), pagaram cerca de US\$ 57.204,00 (R\$ 105 mil) aos três, que se apresentavam como integrantes de uma organização não-governamental de defesa ambiental. Um deles também possuía uma carteira falsa de delegado da PF. Os estelionatários eram tão convincentes que induziram os agricultores a formar uma cooperativa, que reunia 50 pessoas, para financiar a compra da terra e custear parte das despesas com a futura viagem para o Amazonas. Onze desses sócios já haviam quitado a primeira parcela, que incluía o traslado e a legalização de documentos de migração. Dos R\$ 105 mil pagos, apenas R\$ 12 mil foram recuperados”.

A história sobre o pastor Fritz, atrelada à história da vinda dos brasiguaios, só foi aparecer nas minhas pesquisas no final do meu segundo campo. Eu sabia que, quando eu retornasse para Apuí, essa seria uma investigação para entender como aconteceu esse processo da vinda das famílias. O pastor Fritz morou em Apuí em torno de 15 anos, depois se mudou para Rio Grande do Sul, onde exerce seu trabalho de pastor na Igreja Congregacional. Em 2016, quando tive conhecimento dessa situação, o pastor já havia deixado o município.

Quando retornei do meu segundo campo, fiz uma varredura na internet para investigar se eu encontrava alguma informação a respeito da comercialização das terras realizada pelo pastor. Sobre esse episódio eu não encontrei, mas sobre outros, sim. Pastor Fritz apareceu relacionado com a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB), com o histórico da paróquia que estava sendo inaugurada na cidade paraguaia de Naranjal. A paróquia foi inaugurada em fevereiro de 1992 e Fritz foi escolhido como o primeiro pastor, atendendo também as comunidades de Iruña, San Roque, Naranjito e Santo Domingo, todas localidades paraguaias. Ele teve seu ministério nessa paróquia de 1992 até 2001, ano em que se transferiu para Apuí²⁸.

O pastor também participou de pleitos eleitorais para vereador em 2004 pelo PTB e, em 2012, pelo PTD, sem êxito nos dois pleitos. Isso era tudo que havia conseguido saber sobre ele. Porém, outro fato que chamou a atenção foi a narrativa no livro *O Olho da Rua*, de Eliane Brum, quando retratou a sua passagem pelo Eldorado do Juma:

²⁸ <http://www.iecb.org.br/paroquias/naranjal/>

Caminhonetes, ônibus, motos e barcos vomitam dezenas de brasileiros por dia, vindos de todas as dobras do mapa. Alinham-se num estacionamento de lama. Nele, o porteiro do inferno é um pastor de Deus. Com tonitruante sotaque alemão e voz de pregador, o pastor (...) da Igreja Evangélica Congregacional, cobra 20 reais por carro e dez reais por moto. É um criador de igrejas, como ele se apresenta, dedicado agora a “privatizar” o acesso ao garimpo enquanto investiga novas grotas de ouro. “Deus escreve reto por linhas tortas”, garante. (BRUM, 2017, p. 214)

No meu último campo, fui até a Igreja Congregacional de Apuí para entender um pouco a história. Fritz já não era mais pastor há três anos e havia se mudado. Conversei com o pastor que estava na época, em 2017. Ele me explicou que a igreja Congregacional chegou a Apuí junto com a chegada do pastor Fritz, que era o responsável pela estruturação da paróquia. Na ocasião, o pastor comentou que Fritz também participou da migração dos brasiguaios para Apuí. Como no Paraguai as condições estavam limitadas, a ida para Apuí teve como objetivo ampliar novos horizontes e possibilitar que as famílias pudessem ampliar o capital. Fritz, por ser pastor e exercer atividade religiosa, foi poupado de ataques, mesmo porque, depois desse episódio, permaneceu em Apuí por mais 14 anos.

6.4 OS BRASIGUAIOS E SUAS RELAÇÕES EM APUÍ

Uma característica comum das famílias entrevistadas é a descendência alemã. Com a vinda das famílias brasiguaias para Apuí, duas igrejas foram constituídas: a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Essas igrejas têm orientação luterana, seguindo a tradição religiosa alemã. Com o contato com a cultura paraguaia, também passaram a tomar a bebida chamada tererê que, nos dias mais quentes, substitui o chimarrão na parte da tarde.

Ao contrário do primeiro significado atribuído ao termo brasiguaião, referente a famílias de agricultores pobres que retornaram ao país, em Apuí, os brasiguaios são vistos como um grupo de investidores, detentores de capital para investimento na cidade. Essa conotação se deu porque eles pagaram pelas terras um preço muito

maior do que o de mercado, imprimindo, perante a população de Apuí, tal representação.

Sr. Lineu segue o mesmo pensamento de Sr. Nelson, quando entende que os brasiguaios fizeram diferença no município, independente das razões pelas quais vieram e os acontecimentos

A gente veio com dinheiro né, a gente investiu dinheiro, a gente não veio como assentado, a gente veio e fez acontecer. Por isso que a cidade mudou (...) a gente era algo bom para o povo daqui. Quando a gente mandava fazer um serviço, a gente pagava com dinheiro porque a gente veio com dinheiro e a gente pagava adiantado e eles ficaram felizes. Porque esse povo que veio de lá veio com dinheiro e mandava fazer tudo (...) derramava dinheiro, circulava muito dinheiro no comércio.

Essa leitura também é feita pela D. Verônica e pelo Sr. Charles

Porque quando os brasiguaios vieram mesmo para o Apuí, o Apuí estava falido, já estava todo mundo querendo ir embora. Mas nem dinheiro para ir embora não tinha. Era só poucos que mantinham o Apuí aqui vivo e manipulavam tudo os outros. Daí quando os brasiguaios vieram para cá, começaram a comprar terra. Trouxeram o dólar, que valia muito. Então, Apuí começou a crescer de novo. Tu chegavas aí, até com espingarda velha, comprava lote. Outro por R\$ 1.000,00 vendia o lote. O outro por R\$\$ 500,00 vende a casa, que na rua tinha casa abandonada para tudo quanto é lado e todo mundo querendo ir embora e não tinha nem dinheiro para passagem. Então os brasiguaios que vieram, na realidade, eles levantaram Apuí de novo.

As narrativas das famílias brasiguaias convergiam com as de algumas pessoas com as quais eu já havia conversado. Essa compra em valores superfaturados contribuiu para aumentar o preço da terra em Apuí. Diferentemente do trabalho com lavouras, como milho, soja, trigo, passaram a investir em pecuária, formando suas pastagens e rebanhos (CARRERO, 2009).

A afirmativa de que vieram com capital e fizeram a diferença busca, também, estabelecer outras relações e outros significados, atribuindo aos brasiguaios outra estratégia, ou mesmo, relações de poder (FOUCAULT, 2017). Diferente do

brasiguaios que retorna ao Paraná, visto como fracassados, em Apuí, são vistos como prósperos.

Esse processo implicou aumento significativo do desmatamento na região. Os brasiguaios pareciam ter encontrado, em Apuí, o Paraguai da década de 1970, com áreas de florestas densas, prontas para serem derrubadas. Mas em Apuí, no ano de 2000, as regras e as leis ambientais eram outras. Inclusive, um entrevistado afirmou que o helicóptero do IBAMA já havia pousado em sua área devido ao intenso desmatamento.

O Projeto de Assentamento Rio Juma, em função da tardia demarcação das terras, foi entendido como área de ocupação possível por aqueles que buscavam terra na região. No final da década de 1990 e no início dos anos 2000, a região começou a receber famílias brasiguaias. Os primeiros chegaram ao Sul do Amazonas a partir de suas relações com amigos e parentes que já estavam instalados na localidade. Boa parte das famílias que se deslocaram para a região vendeu suas terras e chegou com capital, fazendo disparar o preço das terras do assentamento, sobretudo dos lotes mais próximos às áreas urbanas.

Por ser área de assentamento e boa parte ainda não se apresentar regularizada, verificou-se a ocupação de terra ilegal efetuada a partir das negociações das benfeitorias da terra. A palavra “benfeitoria” é um eufemismo, utilizado para omitir a natureza das negociações de compra e venda da terra, uma vez que a área em questão é projeto de assentamento, ou seja, são vedadas e consideradas ilegais a compra e a venda da terra com menos de 10 anos de permanência. Sendo assim, formalmente, a benfeitoria representa o investimento que os donos realizaram em seus lotes desde a sua chegada e, quando “vendidos”, receberiam pelo investimento na melhoria da terra.

Dessa forma, o contingente populacional de Apuí foi crescendo durante a década de 2000. Estima-se que, atualmente, 15% da população de Apuí seja de origem brasiguaias. A pecuária desponta como atividade na qual boa parte das famílias investe e produz. Algumas delas se destacaram pelo crescente protagonismo e engajamento político, integrando, por exemplo, o Sindicato Patronal do Sul do Amazonas (SINDISUL). Esse sindicato tem se posicionado de forma relevante para a descaracterização do assentamento a partir do esforço em enfatizar argumentos referentes à dificuldade de regularização, reforçando a necessidade de

segurança aos produtores na forma de políticas para a legalização das terras. Com isso, conflitos territoriais têm surgido, ainda que assumam uma forma velada.

O fato é que os brasiguaios começaram a chegar a Apuí no final da década de 1990, movimento que se estende até 2005. As atividades econômicas das famílias no Paraguai eram baseadas no cultivo do milho, da soja, do arroz, do trigo, entre outros, principalmente de lavouras. A maior motivação da vinda para Apuí, como salientado anteriormente, teria sido a dificuldade da permanência legal no país vizinho e a reorganização do movimento camponês paraguaio. Este, por sua vez, passou a reivindicar terras que outrora foram cedidas para brasileiros, ocupando e devastando as benfeitorias de famílias brasileiras. Dessa forma, essas famílias começaram a vender suas propriedades, com receio de invasões, e chegaram com capital a Apuí, visualizando, no município, a possibilidade de adquirir terras de forma barata, terras estas que foram majoritariamente convertidas em pastagens (CARRERO, 2009).

Mais do que entender as ações dos Brasiguaios em Apuí na atualidade, busquei investigar as razões de suas vindas, no entendimento de suas trajetórias. Pela ótica dos “jogos de verdade” de Foucault (2004), percebi que seus discursos reforçavam a condição de fazer a diferença, da vinda com capital, negligenciando a história do infortúnio. Mas foi preciso entrar em uma seara desconhecida, omitida, não dita para compreender esse processo social.

7. DO ASSENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO – A TERRA DA PECUÁRIA

Eu não vim como parceleiro

Decorridos 30 anos da primeira leva de migrantes ocorrida em 1983, Apuí e a região sul do Amazonas tiveram sua paisagem transformada. A floresta densa, as matas, os rios, outrora preservados, e a pequena produção de alimentos que abastecia o reduzido número de habitantes da região deram lugar, nas últimas três décadas, a uma paisagem caracterizada por pastagens e criações de gado. Percorri a BR-230, a Transamazônica, e a AM-174, que liga Apuí a Novo Aripuanã, algumas vezes. A paisagem é formada, sem muitas alterações, por áreas desmatadas e áreas de pasto. A partir do momento em que o solo “enfraquece”, abrem-se novas áreas de pastagem. Eu me deparei com áreas queimadas, que, mais tarde, receberiam nova pastagem e gado, tal como na figura abaixo.

Figura 17: Rebanho em pastagem, Apuí



Fonte: Mariana Galuch, 2017.

Percorrendo vários quilômetros pela BR-230, a Transamazônica, ou pela AM-174 (que liga Apuí à Novo Aripuanã), esta imagem, sem grandes alterações, é o retrato mais comum do assentamento. A floresta densa, que outrora era base do extrativismo, deu visibilidade à terra e, em cima dela, ao boi. A “floresta de patas” caracteriza bem a economia da cidade e revela também a intensidade do desmatamento. Não eram raros os focos de fumaça; afinal, para se fazer pasto, é preciso queimar a floresta. E “ainda tem floresta”, conforme a expressão que ficou famosa em Apuí, no período do garimpo “ainda tem”. A expressão remete ao pressuposto de que “se tem floresta, tem que derrubar”.

E como essas transformações estão relacionadas ao galopante agronegócio na Amazônia? Apuí figura substancialmente como parte deste movimento de expansão da fronteira agropecuária amazônica? Este capítulo busca responder a essas questões. Para isso, busco refletir sobre o conceito de agronegócio, além de mapear as condições de produtividade da região e como funcionam as especificidades da cadeia produtiva da carne no âmbito local, estadual e nacional. Além disso, busquei traçar um perfil do empresariado rural de Apuí, a partir de suas redes de sociabilidade, que envolvem desde os rodeios; formas de ação coletiva aglutinadas a partir do SINDISUL; e as relações entre questões ambientais e produtividade agropecuária.

Este capítulo é um pouco diferente dos demais. Os dados apresentados foram coletados ao longo dos períodos em que estive em campo em Apuí e baseiam-se especialmente em observações, participação em festas, reuniões institucionais. Circulando pela cidade, durante as visitas ao SINTRAFA, busquei compreender o município de Apuí e suas transformações ao longo dos 34 anos de constituição do assentamento em torno do qual se constituiu o município.

7.1 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O ENTRAVE QUE PERSISTE

Desde a década de 1970, quando as terras públicas da Amazônia foram colocadas à venda pelos órgãos fundiários ou por empresas particulares, existe o chamado “entrave” da regularização fundiária, que remete ao chamado “caos

fundiário amazônico”²⁹. Depois de 35 anos de criação do assentamento, a situação de desordem territorial expressava-se também no interior do PARJ. Criado em 1983 como projeto de reforma agrária com lotes de até 100 hectares, atualmente, apenas 20% estão regularizados, permitindo a insólita situação da prática de grilagem dentro de uma área destinada à reforma agrária.

A comercialização das terras por meio da benfeitoria realizada mediante contrato de compra e venda, somada à ausência de fiscalização, possibilitou a incorporação de lotes por parte de produtores, especialmente criadores de gado. Essa situação implica a multiplicação de posses irregulares, facilitando a grilagem de terras, que acontece de diversas modalidades: a revenda de títulos de terras públicas a terceiros; a falsificação e a demarcação de terra comprada por alguém em uma extensão maior; a revenda de terra pública a terceiros a partir do processo de limpeza da área, transformando em pastagens, entre outros (LOUREIRO, PINTO, 2005).

Mas o Estado tolera a grilagem desde a década de 1970. As medidas provisórias 005 e 006, de 6/6/1976 da Casa Militar da Presidência da República atribuiu à Justiça instrumentos legais necessários para legalizar as terras griladas. O texto da Medida Provisória define: “permite-se a regularização de propriedades de até 60 mil ha que tenham sido adquiridas irregularmente mas com boa fé” (LOUREIRO, PINTO, 2005, p. 81). O desenvolvimento da região foi a justificativa para a grilagem.

Em Apuí, encontrei pessoas que passaram por essa situação. Sr.^a Justina, de 74 anos, relatou que suas terras já haviam sido griladas três vezes, ou seja, sua terra já havia sido vendida com ela, morando nela. Sua área fica na beira do Rio Acari, levando seis horas para chegar, de voadeira. Ribeirinha, nordestina e negra, sua voz nunca se calou e realizou várias denúncias à polícia e no SINTRAF. De acordo com ela, são paraenses que chegam pela BR e conhecem a fragilidade de algumas famílias que habitam áreas distantes, mas com potencial econômico para criação de gado ou exploração de minérios.

²⁹ Termo frequentemente usado para designar os quatro séculos de ocupação territorial “desordenada” da Amazônia, caracterizada pelo predomínio de posses. Segundo dados do Imazon de 2008, aproximadamente 32% do território Amazônico não teria propriedade definida. Ver: [https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/10/o-bprograma-terra-legalb-e-o-caos-fundiario-na-a\(VIEIRA, 2001\).mazonia.html](https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/10/o-bprograma-terra-legalb-e-o-caos-fundiario-na-a(VIEIRA, 2001).mazonia.html)

Em seu livro *Desmatamentos, Grilagens e Conflitos Agrários no Amazonas*, José Barbosa de Carvalho aponta que alguns problemas começaram a se agravar nas áreas de assentamento a partir de 2005. O fato é que grileiros do Sul do Pará começaram a chegar com peões via BR-230, além de maquinários e equipamentos, como GPS, motosserras, tratores, caminhões. Dessa forma, intensificou-se ainda mais o desmatamento com a exploração florestal e mineral, como o calcário abundante na região.

No PARJ, a grilagem também foi tolerada, por conta da morosidade no processo de titulação das terras. Título “*quase ninguém tem*”, é o que a maioria dos entrevistados afirmou. A grande dificuldade é o acesso a recursos, como financiamento, crédito, pelo fato de as áreas não estarem regularizadas.

7.2 AGRONEGÓCIO E A PECUÁRIA EM APUÍ

A partir de 1980, a economia brasileira alinhou-se às exigências da economia mundial. É a partir desse incentivo e de estratégias do Estado brasileiro que, atualmente, o agronegócio se estabeleceu como o conceito que abarca o conjunto de políticas públicas que marcaram, e continuam a definir, a forma de intervenção do Estado na agropecuária, como também o *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos recentes, como as *commodities* (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010).

Em 2007, uma equipe multidisciplinar de pesquisadores do CPDA/UFRRJ, do PPGSA/UFRJ e do PPGAS/UFRJ iniciou a pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, que buscou mapear as relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual. A região sojicultura em torno da BR-163, no Mato Grosso, foi um recorte de pesquisa explorado por uma equipe, que destacou a forte presença de sulistas e a modernização “conservadora” da região, com maquinário e silagens (DESCONSI, 2009).

O Amazonas, diferente do Mato Grosso, não é um estado conhecido pelo agronegócio, mas sim pelas áreas de florestas (ainda) preservadas. Mas este não é o cenário no Sul e no Sudeste do Amazonas. Nessa região, o índice de desmatamento não acompanha os dados do Estado, particularmente nas áreas

fronteiriças ao Mato Grosso, Rondônia e Acre. Em setembro de 2017, Apuí entrou para a lista do MMA, no que diz respeito aos municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento (MMA, 2017).

Em uma tarde em que permaneci no SINTRAFSA, um carro de som circulava pela rua anunciando “compra-se boi à vista”, informando quem era o comprador e o número do contato. São comuns, no município de Apuí, propagandas e anúncios sobre compra e venda de gado. Existe uma rede de comerciantes conhecidos que são responsáveis pelo fortalecimento da economia da pecuária bovina. Além disso, são comuns caminhonetes circulando pela cidade que fazem fretes de gado entre as propriedades.

Em 2002 foi publicado o relatório “Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia”, encomendado pelo Banco Mundial. A publicação apresentou a dinâmica da ocupação das chamadas áreas de fronteiras e como a pecuária estava associada ao desmatamento e pelo avanço em novas áreas. O território ainda não privatizado, o baixo preço da terra e as variadas formas de grilagem favoreciam para a vinda crescente de pessoas capitalizadas. Muitas vezes, a grilagem era realizada por pistoleiros que “barram a entrada nas áreas griladas e asseguram o trabalho do desmatamento e constituição montagem de pasto. Esses processos não são novos, bem sabemos, mas são reatualizados em cada nova fronteira aberta à pecuária na Amazônia” (CASTRO, MONTEIRO, CASTRO, 2002, p. 9).

Com o estreitamento das exigências da economia mundial, em 2003, o Brasil tornou-se o maior exportador de carne do mundo. De acordo com Arima, Barreto e Brito (2005, p. 13), “Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino da Amazônia Legal cresceu 140% e passou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças. Nesse período, a taxa média de crescimento anual do rebanho na região (6,9%) foi dez vezes maior que o restante do país (0,67%)”. Esses dados sinalizam as razões para a produção da pecuária na Amazônia: lucratividade, preço baixo da terra e produtividade (ARIMA, BARRETO, BRITO, 2005).

A mesorregião Sul do Estado do Amazonas é constituída por 10 municípios e, dentre eles, estão Apuí, Lábrea e Boca do Acre, com rebanho de 310.000, 201.050 e 136.675 cabeças, respectivamente (IBGE, 2017). Esses três municípios detêm 50% de todo o rebanho do Amazonas e o gado pode ser comercializado com

os estados fronteiriços, impactando o preço, o lucro e a introdução de tecnologia. A região é considerada a fronteira agropecuária do estado.

O rebanho bovino do estado do Amazonas conta com aproximadamente 1,29 milhão de animais (ADAF, 2014a). Ainda é pequeno se comparado ao rebanho total de outros estados da Amazônia Legal. Embora represente atualmente apenas 3% do total, o aumento do rebanho no Amazonas supera as taxas do resto do país. No período de 2000 a 2012 o crescimento do rebanho na região foi de 71%, cerca de três vezes maior do que a média do restante do Brasil, que foi de 24% (IBGE, 2014). A mesorregião Sul do Amazonas é responsável por esse aumento, passando de 100 mil cabeças em 1990 para mais de 700 mil cabeças em 2012. (CARRERO, *et al*, 2015, p. 9).

Por outro lado, a região integra a denominada área do Arco do Desmatamento. Em 2017, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré entraram na lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2017). Lábrea e Boca do Acre já entraram para essa lista em 2008 e 2011, respectivamente. Isso porque “a expansão agropecuária é a principal causa da expansão do desmatamento na Amazônia, onde cerca de 80% das áreas desmatadas são ocupadas por pastagens”. (CARRERO, *et al*, 2015, p. 8).

Para compreender melhor como a cadeia produtiva se estrutura em Apuí, fui até a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (ADAF). O responsável pela agência em Apuí, Sr. Felipe, explicou quais as características do rebanho no município. Em Apuí, o gado de corte é predominante, aproximadamente 90%. Cerca de 10% têm aptidão leiteira. Apenas três propriedades trabalham, exclusivamente, com gado leiteiro.

A ADAF tem um papel importante na cadeia produtiva bovina. Ela é responsável por fiscalizar e garantir a qualidade higiênico-sanitária de produtos de origem animal no estado. No caso do boi, o principal risco está relacionado à febre aftosa. Além disso, é encarregada pela fiscalização do trânsito de animais em barreiras fixas ou móveis. Todo animal tem o documento de sua movimentação, que é a Guia de Trânsito Animal, a GTA (CARREIRO, *et al*, 2015).

A ADAF trabalha com unidades cadastradas que têm gado. Em julho de 2017³⁰, o rebanho era de 139.711, alocados em 1.231 unidades cadastradas; assim, pode ocorrer de produtores compartilharem o mesmo espaço para deixar o rebanho, como o arrendamento, por exemplo.

Em Apuí, há seis intermediários que exercem a função de “*office boy*” do mercado de Manaus, conhecidos como “marchantes”, cuja função é realizar uma estimativa das peças do boi, como costela, picanha, contrafilé, coxão mole, patinho, lagarto. Eles são responsáveis por avaliar³¹ o animal, realizar a compra e repassar o dinheiro para o produtor. Além disso, contratam o caminhão para buscar na propriedade, levar até a balsa que leva ao frigorífico em Manaus e distribuir para os compradores de carne bovina na capital.

Em Apuí, eu não consegui conversar com essas pessoas. Mas há uma que é bem conhecida no ramo. O produtor que está interessado em vender o gado busca encontrá-la para realizar a transação de compra e venda. Esse procedimento é muito comum no comércio de Apuí, que também faz parte da rede de compra e venda de gado.

Retomo agora uma das primeiras conversas que tive em Apuí com o coordenador do IDESAM no município, Sr. Fernando, quando explicou que, no PARJ, existiam dois formatos de ocupação: dos assentados e dos “grandes”. Mas como esses “grandes” organizaram sua ocupação territorial?

A demarcação do assentamento, a vinda e o retorno de famílias para colonizar, a incorporação de terras, a ausência do Estado e o aumento do preço das terras tornaram-se um solo fértil para a entrada da pecuária na região. Afinal, 86% do território do PARJ é destinado à pecuária, tornando Apuí o segundo maior rebanho do estado. Nem todos se tornaram grandes pecuaristas, mas de acordo com Leal (2009), no município, há um processo crescente de pecuarização.

Esse cenário revela que a pecuária depende da floresta derrubada. A mata é um obstáculo para a expansão dessa atividade. Mas na mata há pessoas, há comunidades, há famílias que dependem dela para sobreviver e que travam um

³⁰ A entrevista foi realizada em setembro de 2017. O dado era referente à última campanha realizada pela agência.

³¹ A avaliação consiste em pesar o animal e identificar o quanto o gado fornece, em quilos, para as diferentes peças do gado, por exemplo, picanha, costela etc.

embate com os chamados “grandes”, como ocorreu no caso da criação do PAE Guariba.

Mas a pecuária existente na região ainda parece estar em condições rudimentares. Eu mesma presenciei uma boiada sendo “amansada” num pasto para que o gado pudesse distinguir os sinais do berrante. O rebanho caminharia 300 quilômetros para alcançar a balsa, que o conduziria até Manaus. A região parece estar no caminho do processo da “modernização conservadora”. Diferentemente da atividade de grãos, que depende de colheitadeiras, silagem, maquinário para transporte, a pecuária possibilita mais versatilidade, com rusticidade. Mas no período do rodeio, esse cenário parecia estar se modificando, buscando outro rumo nesse processo produtivo. Nas próximas páginas, busco descrever a festa do rodeio na cidade de Apuí.

7.2.1 A vitrine do agronegócio - o rodeio

O rodeio é um ritual que cumpre a função de identificação do município com a pecuária. É a festa mais aguardada pela população, com shows de cantores conhecidos nacionalmente e o próprio evento do rodeio. É a Exposição Agropecuária de Apuí - EXPOAP, com quatro dias de duração. Nesses dias, aparecem os políticos, deputados, governadores e os donos de fazendas que não moram no município.

Robustas caminhonetes circulam pela cidade. É o elemento mais simbólico que delimita o *status*. No entanto, muitas famílias possuem o veículo, necessário para acessar a zona rural, uma vez que as condições das entradas nem sempre possibilitam um fácil deslocamento. O que marca o *status* é o modelo e o ano do veículo.

Os maiores pecuaristas são conhecidos na cidade. As pessoas sabem quem são aqueles que têm os maiores rebanhos. Além disso, eles ocupam cargos políticos e possuem comércio na cidade. O comércio na cidade conta com uma grande diversidade de produtos agropecuários. São eles os patrocinadores do rodeio de Apuí, que começa sempre no primeiro final de semana de setembro.

Estive em Apuí na realização da XXX EXPOAP, em setembro de 2017. A movimentação da cidade se transforma nesses dias. As pessoas que moram em outras cidades dos estados do Amazonas, de Rondônia e do Pará se deslocam para participar. Além disso, os parentes ou os jovens da cidade, que saíram para estudar, também visitam a cidade nesses dias. É a festa dos encontros e dos negócios.

Existe uma preparação intensa nas semanas que antecedem o rodeio. O rodeio foi o fio que conduziu a uma compreensão mais clara do cenário, para eu visualizar a diversidade de pessoas que circulavam pelo espaço pesquisado. Além da festa esperada pela população, era também um aguardado momento para realização de negócios. Além disso, denotava os espaços hierárquicos e a segregação social. A área VIP ao redor da arena demarca a fronteira social das famílias. Da arquibancada da arena, percebiam-se essas movimentações. E, no rodeio, os “grandes” estavam ali, não só como participantes, mas também presentes nos anúncios em volta da arena como patrocinadores do evento.

Peguei a bicicleta e fui conferir de perto a abertura. A festa tem início com a cavalgada, na quinta à tarde. As pessoas com seus carros, caminhões, caminhonetes, cavalos, motos se concentram no famoso “Peladão”, uma área ampla e descoberta no bairro Vila Rica, em Apuí. A comissão de frente é composta pela rainha do rodeio e as princesas eleitas em um concurso realizado dias antes da festa. Elas Carregam a imagem de Nossa Senhora da Aparecida, padroeira dos peões.

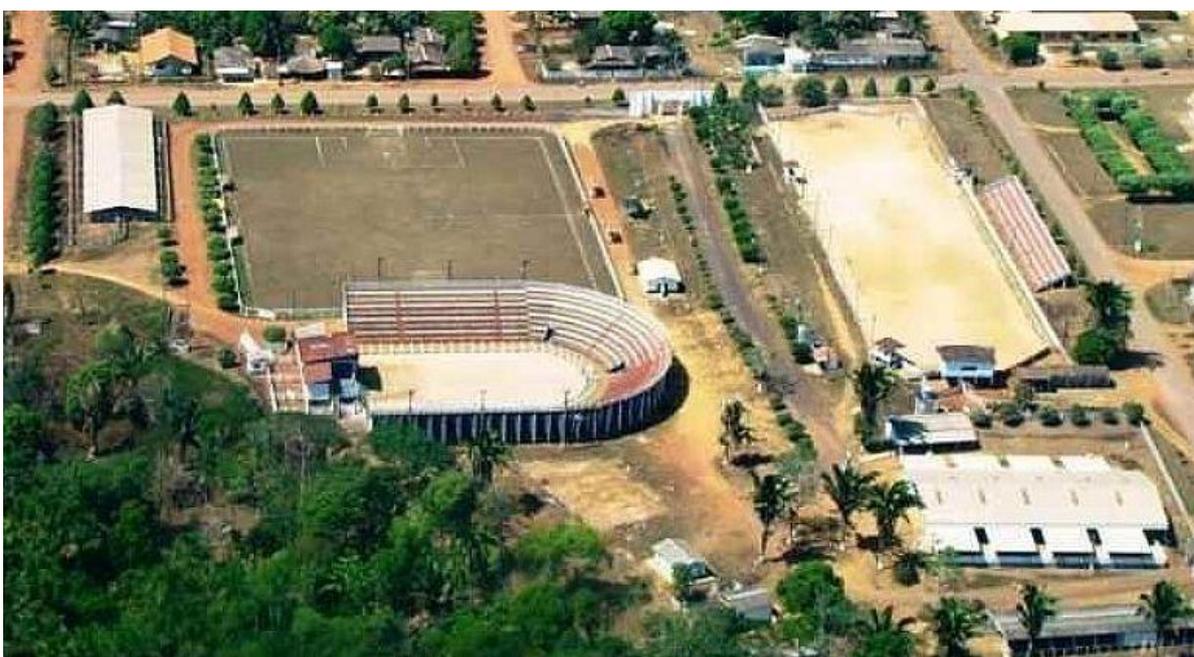
A comissão de frente é seguida pelos carros, caminhões, caminhonetes, tratores. Colocados em forma de adesivos, ali também se exibem os nomes das fazendas. É o momento para mostrar para o município quem está inserido nesse universo; afinal, é um desfile, e todo desfile está ancorado nos olhares.

E os olhares também se voltam para as comitivas. Há várias em Apuí que participam da festa: Dick Vigarista, Penélope Chamosa, Sem Nós Sem Festa, Três Irmãos, Caipira Completo, Apaixonados pela Vida, Mina Linda, entre outras. Elas são identificadas por meio de camisetas, que são vendidas dias antes da festa, e formadas, em sua maioria, por jovens. Durante o desfile, são servidas cerveja e pinga para os participantes das comitivas.

O traje é tradicional: chapéu, camisa xadrez, calça jeans e bota. O estilo *country* também é escolhido pelas crianças, que apresentam habilidades em cima de cavalos e, desde a mais tenra idade, se identificam com essa cultura. O comércio reproduz o padrão através de vitrines dominadas por tais modelos, ainda que o evento ocorra na época mais quente do ano.

E a cavalgada segue em direção ao centro, logo no início da BR-230, que atravessa o município, como sua avenida principal. Próximos à área do comércio, os funcionários ficam na calçada aguardando. É o anúncio da chegada da festa mais esperada de Apuí, a EXPOAP. O ponto final do desfile era a arena do rodeio, onde os carros com sons potentes entravam num outro ritmo: do funk e da cerveja.

Figura 18: Arena de rodeio, Apuí.



Fonte: Portal Férias³²

Assim como fui assistir à cavalgada, fui ao rodeio. Sexta-feira à noite era a festa de abertura e a minha oportunidade de visitar essa festa, considerada a maior do Amazonas, no estilo sertanejo. Lembrei de quando eu morava em uma cidade no interior do Paraná, pequena, mas que tinha uma arena de rodeio. Era um momento

³² <https://www.ferias.tur.br/fotogr/158657/apui-am-vistadaarenaderodeio-fotorafagamadao/apui/>

de encontro das pessoas, assim como estava acontecendo em Apuí. Donos de comércio e políticos participaram do ritual de abertura.

O berrante tocado pela rainha do rodeio dá início à atração principal: o rodeio. E o boi entra na arena com o peão montado. As torcidas se dividiam ora torcendo pelo peão, ora torcendo pelo boi. Os oito segundos de permanência em cima do animal eram o grande desafio. E, para ver de perto, nos camarotes juntos à cerca da arena, estavam as famílias com maior prestígio financeiro do município, além dos patrocinadores.

No período da tarde, eram realizadas as provas de baliza com cavalos, com a participação de mulheres e crianças. Inclusive, uma frase do locutor da prova me chamou a atenção: “*cavalo e mulher se educa em casa*”. O ambiente hostil era neutralizado.

Naquele ano, o show era com o cantor Lobex. Eu nunca tinha escutado esse nome, mas as músicas estavam na ponta da língua das pessoas da cidade. Todo ano, no dia da abertura da festa, um grupo conhecido nacionalmente realiza um show, como ouvi de uma pessoa: “*aqui é tudo 0800*”, ou seja, sem custo para os cidadãos. Até eu participei do show e já cantava alguns refrãos, depois de uma semana escutando as músicas no comércio da cidade.

E parecia ser mesmo. “*Já andei Rondônia, Acre, Roraima, Amazonas, mas nunca vi churrasco de graça desse jeito*”, me disse um representante de produtos agropecuários, que vinha de fora participar da festa. Em um galpão próximo à arena, era realizado o concurso leiteiro. E, num espaço direcionado, era também realizado um churrasco oferecido pelos pecuaristas. Quem se aproximava podia experimentar ou até mesmo “fazer um prato”. Por ser um espaço predominantemente masculino, hesitei em circular por ali diversas vezes. Mas, ao mesmo tempo, circulava para visitar os animais que estavam em exposição.

Durante a festa, também havia um espaço reservado para os produtos da agricultura familiar. Eram pequenos produtores que vendiam embutidos, frutas, verduras, leite, doces, mudas de plantas, que estavam ali para configurar que, em Apuí, também se valoriza esse tipo de produção.

A festa do rodeio tem um forte apelo popular. Afinal, é uma realização anual, na qual jovens, crianças, famílias de diferentes classes sociais acompanham a

produção agroindustrial e celebram “o campo”, a base da economia da cidade. As pessoas se espalham entre a arena, o parque de diversões, as barracas de jogos e as lanchonetes itinerantes instaladas (LEAL, 2008).

Os estandes da festa também indicavam o potencial dos negócios: continham tudo o que envolvia a cadeia da pecuária bovina. Empresas como Matsuda, Grupo Facholi e Koppet, que atuam no ramo de maquinário, de sementes e de controle biológico participavam da festa, bem como empresas do Estado de São Paulo que buscavam nichos de mercado entre os pecuaristas da região. Mas os produtos dessas empresas eram vendidos no comércio da cidade, com as representações nas casas agropecuárias.

A agropecuária Galvan é um desses lugares que vendem os produtos para a pecuária bovina. Talvez, a casa mais completa da cidade nesse ramo. Assim, também fui buscar informações sobre o modo como esse tipo de comércio é visto pelos seus donos. Como a grande maioria das pessoas com mais de 30 anos não é de Apuí, me aproximei do comércio com o intuito de investigar a temática da migração.

A responsabilidade pelo estabelecimento cabe a um casal paranaense da cidade de Francisco Beltrão. Chegaram à Vila Juma em 1986, por meio de parentes que vieram nos ônibus em 1983. Estavam decididos a trabalhar com comércio e, seguindo a orientação do pai, “lugar novo, com gente nova, para crescer juntos”. Chegaram a Apuí com um caminhão com mercadorias, conseguindo vender o que trouxeram, mesmo com uma estrutura mínima. Além disso, trouxeram mercadoria para o irmão, que já havia instalado o comércio Galvan, existente no município há 31 anos. O primeiro comércio foi farmácia, pois era representante autônomo de laboratório e conhecia muitos medicamentos.

Nem sempre a característica do comércio esteve voltada para a pecuária, mesmo porque, quando a família chegou, não havia nem 100 cabeças de gado. A evolução da economia teve início a partir da década de 1990, quando o BASA começou a fazer financiamento para gado. Com essa facilidade para ampliar o rebanho de gado, o estabelecimento passou a considerar essa nova perspectiva, atendendo às demandas da pecuária.

De acordo com o comerciante, Apuí possuiria em torno de 200.000 cabeças de gado. Sal mineral e semente são os produtos de maior saída do estabelecimento. O sal é o que segura a boiada em pé, segundo ele, e as sementes para plantio de novas áreas. Além disso, o comércio também trabalha com gado, com a oferta de touros registrados, com o intuito de melhorar a genética. No caso, onde se vendem produtos para o rebanho, a comercialização do gado também está presente.

Circulando pelo curral montado especificamente para a festa, a robustez dos gados em exposição me chamou atenção. Eram gados nelores, vistosos, criados em fazendas da região. Eles pertenciam ao Sr. Melo, que apresentava seus animais com certo orgulho. Além disso, estava buscando fechar negócios, mesmo porque o seu gado seria um bom animal para reprodução. Estavam à venda Touros PO, que significa puros de origem. Sr. Melo aceitou contribuir com a minha pesquisa sobre o processo de migração. Entender como ele chegou a Apuí poderia auxiliar ainda mais sobre a questão do mercado de terras.

Figura 19: Gado Nelore em exposição na EXPOAP, Apuí.



Fonte: Mariana Galuch, 2017.

Sr. Melo chegou a Apuí em 2011. Baiano que passou pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Estados Unidos e Rondônia, sempre com trabalho de serviço braçal. O dinheiro que ganhou nos EUA investiu em terras em Rondônia, pois tinham amigos que já estavam por lá há muito tempo e as terras eram baratas. Em 2002, Sr. Melo regressou ao Brasil para morar em Jarú, pois era nesse município que havia conseguido construir o patrimônio em que havia investido. Seu foco era o gado de corte, mas sempre buscando investir em inseminação e na genética. Nelore era a raça de gado com a qual ele trabalhava, o que o ajudou com o boom em 2004 do Nelore, mas, posteriormente, entrou em queda.

Com o patrimônio constituído e o investimento na genética, indaguei ao Sr. Melo o que o fez vir para Apuí.

Eu tinha uma propriedade grande, boa. Mas eu queria mais. Sabendo que as terras de Rondônia eram mais caras, aí me apareceu a ideia de comprar terra em outro estado. Aí a minha ideia era Acre. Aí um amigo meu estava vindo aqui para o Amazonas. Eu falei: eu vou contigo! Eu peguei o carro e vim para o Amazonas. Até ali no Humaitá, passamos em Humaitá, no 180, eu não vi muita coisa que me agradasse. Aí depois do 180, começou a mudar as terras, as terras aqui não são tão boas quanto de Rondônia, mas você tem como criar. E outra, o preço que me chamou atenção. Foi o preço da terra aqui. Eu tinha em Rondônia... eu poderia pagar todas as minhas contas de banco e ainda sobrava dinheiro para o triplicar a terra que eu tinha.

Sr. Melo deixou claro que o preço da terra em Apuí era bem mais barato que em Rondônia. Na época, em 2011, ele conseguiu comprar duas fazendas que, ao todo, tinham 2.000 hectares de extensão. Para ele, ainda compensava ter problemas com regularização do que ter menores extensões, pois as terras que tinha em Rondônia eram regularizadas. Para ele, esse era um problema de todos em Apuí.

Mas não era só isso. A expectativa de que o governo possa regularizar as áreas ilegais é constante para esses pecuaristas. Esse é um fato recorrente na história do Brasil. Começou com a Lei de Terras em 1850. Legalizou-se o ilegal. Essas pessoas estão esperando a vez delas nessa história. Mesmo porque qual é o funcionário do INCRA que irá retirar as pessoas que ocupam os lotes? Quem fará a retomada das terras? Essas eram perguntas do funcionário do INCRA, que

difícilmente atuaria para a retirada das famílias. É mais provável que as terras sejam legalizadas.

No último dia do rodeio, no domingo, o governador do Estado do Amazonas, Davi Almeida, estava presente. A comitiva, com mais de vinte pessoas, tinha se deslocado de Manaus para prestigiar a festa. Eu estava hospedada no mesmo hotel que o governador e também com o Átila Lins, deputado federal pelo PSD. Com isso, pude presenciar várias conversas que aconteceram nos bastidores, como na hora do café da manhã de domingo, no hotel.

Realmente, o rodeio é a festa que agrega a todos, sejam eles “grandes” ou “pequenos”. Nos quatro dias de festa, que começa em uma quinta e termina no domingo, a circulação de pessoas e carros no município era bem maior que o habitual. Era a festa mais aguardada do ano e, em todos os anos, os prefeitos em exercício se responsabilizam pela realização da festa.

7.2.2 A representação do Agronegócio: O SINDISUL

Nas últimas décadas, paralelamente às ações engendradas pelo Estado perante o chamado agronegócio, verificou-se uma transformação na representação de interesses dos grandes proprietários de terra e de empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Nesse conjunto, encontra-se a “organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados” (BRUNO, 2017, p. 155). É o caso da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ou a bancada ruralista no Congresso Nacional, que vêm se fortalecendo e elaboram seus pontos de pautas para defender seus interesses corporativistas. Assim sendo, a Amazônia Legal, como um todo, com sua considerável área de terras protegidas, tornou-se alvo dessa bancada, com interesses no desenvolvimento da agropecuária, mineração e hidrelétrica.

O Estado do Amazonas também tem a sua representação, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), e conta com sindicatos rurais em 14 municípios, como Autazes, Boca do Acre, Parintins, Fonte Boa, Borba, Tefé, Apuí, entre outros. Em Apuí, a entidade de representação dos pecuaristas é o

Sindicato Rural do Sul do Amazonas (SINDISUL). Fui buscar informações para entender as razões da criação desse sindicato.

Em 2005, mais de 1.000 pecuaristas receberam uma notificação do INCRA para desocuparem lotes no interior do PARJ, pois estavam ocupando áreas irregularmente, ou seja, o perfil não era de assentado, devido ao tamanho de suas áreas. Isso significa que uma pessoa possuía uma área correspondente a mais de 1.000 hectares, sendo que vários deles possuíam áreas superiores a 500 hectares. O INCRA havia estipulado um prazo de 30 dias para se retirarem das áreas. Além disso, algumas áreas já haviam sido multadas e embargadas pelos IBAMA (PEREIRA, 2017).

Entender a criação do SINDISUL poderia me ajudar a compreender um pouco mais sobre esse empresariado; afinal, o sindicato representava os grandes pecuaristas do município. Sendo assim, fui tentar conversar com o primeiro presidente da entidade e ele, gentilmente, me recebeu para uma conversa. Ele era considerado um dos produtores com maiores rebanhos no município, muito conhecido pelas pessoas da cidade.

A sua história em Apuí está relacionada com a chegada de seus pais à localidade, antes mesmo da demarcação do assentamento. Os irmãos Marmentini, paranaenses, chegaram a Humaitá em 1977 e, percorrendo a BR-230, recém-aberta, conheceram Celso Messias, que já estava na Vila Juma, conforme descrito no terceiro capítulo.

A família Marmentini abriu uma das primeiras fazendas na vila, demarcando áreas em terras consideradas boas em relação às demais. Em 1983, abriram o primeiro comércio que vendia de tudo que conseguiam trazer de Porto Velho, inclusive combustível em garrafas PET. Com isso, os vizinhos também faziam pedidos e passaram a trazer combustível em tambores. No entanto, a comercialização acontecia por meio de troca, como saco de feijão, pois o dinheiro era escasso entre as famílias. Dessa forma, o comércio foi crescendo além de suas áreas. No final da década de 1980, chegaram a plantar milho, feijão, arroz, constituindo o cenário de celeiro do Amazonas.

A fazenda da família Marmentini é lembrada pelas famílias que chegaram no ônibus, em 1983. Era um lugar onde era possível trabalhar diante das dificuldades

de se deslocarem para os lotes, quando eram distantes. O mapa de demarcação do assentamento detalha os limites da fazenda.

O motivo da criação do SINDISUL está relacionado com um documento de desapropriação que várias famílias receberam, por estarem irregulares em áreas maiores do que a lei permite, no interior do assentamento. Ele explicou que havia agregado lotes de famílias que estavam abandonando as terras recebidas pelo INCRA. A família entrava, não conseguia se estabelecer e ia embora. Mas havia a compra da “benfeitoria” que havia sido realizada no lote, o que era registrado por meio de compra e venda. E argumentou que, com esse dinheiro recebido, a família que tinha dificuldades em permanecer no lote seguia para a cidade. No caso, os lotes agregados eram em áreas de assentamentos, áreas já abertas pelas famílias que vieram em busca das terras anunciadas.

O atual prefeito também é considerado um dos grandes pecuaristas da cidade. Seu rebanho é conhecido pelo município. É uma pessoa ríspida, de difícil diálogo, mas que integrou várias vezes a administração pública. Para uma conversa, ele aceitou conversar comigo às sete horas da manhã. Quando chegou a Apuí, abriu uma serraria com o objetivo de vender madeira e começar a derrubar mata. Além disso, ele começou a abrir suas áreas, porque, segundo ele, na época, não havia ninguém. No livro *A Diáspora do povo Gaúcho*, reproduz-se essa mesma versão.

Atualmente concluindo seu segundo mandato (...) chegou a Apuí pela primeira vez em 1980. Veio por sua livre iniciativa. Tivera informações da região por outros paranaenses que ali já se haviam instalado. Queria comprar terras baratas para iniciar-se na produção de gado. Achava que a cidade, pelo fato de estar à margem da Transamazônica, logo entraria num surto de progresso acelerado. Instalou-se na cidade em 1981 com uma serraria e, com dinheiro amealhado, conseguiu começar sua fazenda de gado (SIMON, 2009, p. 123).

Com isso, esses pecuaristas tiveram a iniciativa de se organizarem de forma coletiva na busca de meios para solucionar essa situação, criando o SINDISUL. A primeira ação foi buscar conversar com os produtores e sensibilizar sobre a questão da forma como o assentamento rio Juma foi criado.

A esposa de um dos maiores pecuaristas da cidade, que também havia sido notificado, foi a advogada responsável por elaborar o processo de defesa desses pecuaristas, na tentativa de impedir a saída das “famílias” do lote. Para tal, ela realizou um trabalho de levantamento, com várias famílias buscando coletar informações. *“Tem áreas grandes dentro do assentamento, tem pessoas que tem dez, quinze lotes. Mas tem gente que é assentada que veio no ônibus e que tem mais de um lote, por quê? Porque ele foi guerreiro e sobreviveu”*.

O terceiro capítulo reconstrói a vinda das famílias que chegaram nos ônibus, em 1983. Aquele período histórico foi elaborado como narrativa de defesa de todas as famílias notificadas, independentemente se vieram nos ônibus ou não. Mas os “grandes” pecuaristas da cidade, que tinham as maiores áreas no interior do assentamento, não vieram nesse contexto. Além disso, em torno de 60% das famílias que chegaram em 1983 retornaram para o Paraná. A defesa dos pecuaristas do SINDISUL se ancorou no “mito de origem” da saga de sofrimento dos primeiros sulistas fundadores de Apuí, ainda que a vinda dos “grandes” tenha ocorrido por outras razões e em momentos diversos: vieram antes da demarcação do assentamento, com a abertura de fazendas; vieram com pequeno capital para a abertura de comércio, logo depois da criação do assentamento; compraram grandes áreas por meio de benfeitoria em contratos de compra e venda.

Dessa forma, organizaram uma audiência pública³³ em 21 de novembro de 2006 com a participação de várias agências governamentais, como a Câmara Municipal, a Prefeitura de Apuí, a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, o INCRA, o Ministério Público Federal, o SINDISUL, a Associação dos Pecuaristas de Apuí e a Assembleia Legislativa do Amazonas (PEREIRA, 2017). Inclusive, os representantes do INCRA de Brasília participaram e, na ocasião, aproveitaram para enfatizar essa história. O presidente da Associação dos Pecuaristas de Apuí destacou: *“essas pessoas sofreram muito, porém ficaram, venceram, trabalharam e aqui estão até hoje com suas propriedades, porque lutaram e trabalharam seriamente”*. Sendo assim

³³ O pesquisador Cloves Pereira (2017), em sua tese “Estado e Agronegócio: etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas”, aprofundou esse assunto e esse processo demonstrando como o Estado e as articulações dessas formas coletivas possibilitou a regularização de grandes áreas no interior do assentamento.

A retórica dos pecuaristas que tinham conseguido concentrar lotes devido a sua ascensão econômica de produtor familiar a pecuaristas, não se sustentava diante da ilegalidade na ocupação das terras do assentamento, uma vez que o próprio INCRA alegava que a maioria dos pecuaristas tinha chegado na década de 1990-2000, atraídos pelas terras baratas do PA Rio Juma (PEREIRA, 2017, p. 166).

Os grandes pecuaristas reproduziram a narrativa dos paranaenses que vieram nos ônibus para um assentamento completamente desestruturado. Mas boa parte deles chegou em um momento no qual já se tinha alguma infraestrutura, eles não vieram nos ônibus. Mas a história serve para regularizar o que outrora foi incorporado de forma ilegal. O mito opera na luta para a regularização; ainda que procurem diferenciar-se no cotidiano, ao afirmarem com veemência: “*eu não vim como parceleiro*”.

A audiência deu início a uma série de empreitadas realizadas pelo SINDISUL, junto ao INCRA, nos anos seguintes. De início, os pecuaristas assinaram um acordo denominado Pacto de Desmatamento Zero no Apuí, para combater o desmatamento e, em troca, a possibilidade da legalização de áreas com até 500 hectares no interior do assentamento. No entanto, esse pacto não foi o suficiente para conter o desmatamento. Parece que o efeito foi inverso: o desmatamento e a pecuária aumentaram significativamente.

Porém, a boa nova estava por vir: o Programa Terra Legal. Em 2009, a Lei n.º 11.952/2009 foi promulgada pelo Governo Federal “com o objetivo de acelerar a regularização de ocupações informais em terras públicas federais na Amazônia Legal.” (MENEZES, 2015, p. 112). Aproveitando esse momento, a Câmara Municipal e a Prefeitura de Apuí encaminharam um ofício ao Ministro do Desenvolvimento Agrário com a proposta de legalizar as extensas áreas no PARJ, com base na Lei n.º 11.326/2006, a lei da Agricultura Familiar. “Os representantes do SINDUSUL e SINTRAFA sugeriram que a legalização do PA Rio Juma consistisse em áreas de até 04 módulos fiscais, equivalentes a 400 hectares” (PEREIRA, 2017, p. 161).

A Lei foi criada para caracterizar os produtores familiares, permitindo acessar o Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar - PRONAF e, dessa forma, adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf, exigida para se beneficiar

do programa, a DAP. Mas, para isso, é necessário se adequar a quatro condições fundamentais: não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirigir o estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006). Nesse caso, há uma incongruência: a questão da área foi a única pautada para fornecer a DAP aos pecuaristas; as demais foram ignoradas. O IDAM foi o órgão responsável por essa classificação, considerando os “grandes” como agricultores familiares (PEREIRA, 2017).

Para fazer valer esse critério, em 2009 e 2010, foram realizadas audiências públicas para discutir sobre a regularização fundiária em Apuí, que enfatizou a importância econômica da atividade pecuária para o município. Além disso, evidenciaram que a possível retomada das terras pelo INCRA causaria um declínio econômico para o município. Dois anos depois, o Programa Terra Legal inicia o processo de georreferenciamento das áreas.

Mas o “*Grand Finale*” relacionado ao entrave para os pecuaristas aconteceu em 2018. Três decretos foram publicados em março: 9.309, 9.310 e 9.311, que regulamentaram os dispositivos de várias leis relacionadas à regularização fundiária urbana e rural (SAUER, 2018). De acordo com Sauer (2018), o Decreto 9.309, especificamente, trata do aumento da abrangência da regularização fundiária do Programa Terra Legal, o que indica a real intenção de ampliar o mercado formal de terras no Brasil. Isso porque “De acordo com os termos da Lei e do decreto em tela, a regularização poderá ser feita para áreas ocupadas de até 2.500 hectares” (SAUER, 2018, p. 6).

Esse processo está em curso. No Sistema de Acesso a Informações do Programa Terra Legal³⁴, acessado em novembro de 2018, é possível identificar os que buscam regularizar as áreas e o tamanho das áreas. No município de Apuí, em consulta em dezembro de 2018, apenas um processo havia sido titulado, com área de 309 hectares e com 34 processos indeferidos. No período, 241 processos estavam em análise, nos quais os pedidos de titulação variavam entre 12 a 2.122 hectares, num total de 184.846 hectares de área a serem analisados. O que chama

³⁴ <http://terralegal.mda.gov.br/processo/index/page/3>

a atenção é o número de pedidos para regularização em áreas com até 100 hectares, correspondente ao tamanho dos lotes para reforma agrária: 0,7%. No geral, aproximadamente, 43% são áreas com mais de 1.000 hectares.

Essa busca pela regularização, com base nas condições colocadas, também representa uma depreciação do patrimônio público. Vale destacar que os cálculos dos valores das terras tituladas têm como base o valor mínimo da pauta de valores da terra nua, o que significa menos da metade do valor de mercado. Segundo Sauer (2018, p. 7), “Cálculos e valores muito baixos servem para estimular a especulação imobiliária, pois transformam a grilagem em um negócio ainda mais rentável”.

Com isso, grandes áreas do Sul do Amazonas, localizadas nos municípios de Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré, parte de Maués e Boca do Acre, vêm sendo analisadas pelo Programa Terra Legal. Os dados reforçam, cada vez mais, que essa região está se (des)caracterizando no Amazonas e tornando-se porta de entrada do agronegócio, que está avançando velozmente em direção ao Norte. E com isso, Fearnside (1989, p. 11) parecia sinalizar o processo de regularização: “A história repete a prática frequente das autoridades governamentais de acomodar direitos de terra dos posseiros, ou de outros, deixando as partes interessadas resolverem a disputa pela força, para depois regularizar os direitos de posse do vencedor”.

7.3 A FEBRE DO OURO: O GARIMPO DO JUMA

A migração relacionada ao garimpo não foi o foco desta pesquisa, pois a atividade requer um deslocamento sazonal, como destacou Martins (2012) mencionando “O garimpo, como lugar de se passar”. No entanto, me deparei com contingentes significativos de pessoas que migraram atraídos pelo garimpo de Apuí nas décadas de 1970 e 1980, particularmente devido ao garimpo do Juma, onde a localidade foi se consolidando não como lugar de passagem, mas como lugar para ficar. Não permaneceram devido a exploração do garimpo, mas pelo engajamento em outras atividades, como agricultura, pasto ou prestação de serviço, encontrando outras oportunidades de trabalho.

Conversei com sete senhores que foram para Apuí em função do garimpo. Quatro deles são nordestinos, que passaram por Maranhão e Pará, ou seja, regiões

também caracterizadas por possuírem grandes áreas de garimpo. Como o caso do Sr. Lino, que nasceu no Piauí e circulou em garimpos do maranhão e Pará, como na cidade de Jacareacanga. Nessa localidade, circulava os comentários que o garimpo de Juma era bom. Segundo ele, *“a fofoca do ouro não se esconde”*.

Não é só questão de fofoca. O garimpeiro não consegue guardar para si o produto que ele está buscando. De acordo com Sr. Tobias, que chegou em Sucunduri na década de 1970 atrás de ouro, *“quando o garimpeiro acha o ouro, ele quer se aparecer. Vai para um bar tomar cerveja, brincar, farrear, aí vai aparecendo”*. Quem encontrava ouro, gastava mais nas bodegas da vila.

O garimpo emprega pouca tecnologia, além de baixo capital e limitações no processo de extração se comparado a mineração industrial. (WANDERLEY, 2015). O ofício de garimpeiro esteve relacionado com o povoamento de regiões interioranas no Brasil, e ainda assim, vistos como desclassificados, aventureiros ou vadios, desde o Brasil Colônia até a segunda metade do Século XX (SOUZA, 2004 *apud* COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). Isso porque, a atividade tradicional, artesanal, dependia de novas áreas a serem descobertas, além do trabalho informal ou ilegal, sem um marco regulatório bem definido, considerando que a atividade de mineração no Brasil ainda é regida pelo Código de Mineração, de 1967 (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015).

A abertura das estradas, como a BR 230, também intensificou a corrida por garimpos no Sudeste do Estado do Amazonas, principalmente a partir de 1970. Essa região atraiu, assim como outras áreas de garimpo pela Amazônia, migrantes de zonas rurais castigadas pelas secas do Nordeste.

Na década de 1990, o Plano Real vigorava como política monetária do Governo Federal, e caracterizou-se pela desvalorização inflacionária e queda do preço do ouro no mercado internacional, levando vários garimpos da Amazônia ao declínio (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). Sr. Cícero recordou esse período *“porque o Collor mandou bombardear, acabar com os garimpos naquela época. Aí ele baixou o ouro, prendeu o dinheiro, aí o ouro foi lá embaixo, não tinha valor”*. É nesse período que emergem os discursos regulatórios, a questão ambiental e a mineração industrial.

A fofoca de garimpo circula muito em áreas em que o ouro foi recém descoberto. De acordo com Martins (2012), a fofoca tem o objetivo de indicar os boatos que circulam nos garimpos, sobre vantagens do lugar e o incentivo aos outros. Por outro lado, Rodrigues (1992) descreve a fofoca como a dificuldade em guardar o segredo do ouro recém-descoberto. No Garimpo do Juma, a fofoca alcançou dimensão tecnológica, considerada um dos primeiros casos de difusão da descoberta difundida por meio digital, ou melhor, via internet.

7.3.1 Relatos do garimpo do Juma

Eliane Brum se referiu ao “coração de ouro”, em seu livro *O Olho da Rua*, ao nomear o capítulo sobre o famoso garimpo encontrado em Apuí. A jornalista se deslocou do Sudeste do Brasil para ver de perto o Eldorado do Juma, onde “Caminhonetes, ônibus, motos e barcos vomitam dezenas de brasileiros por dia, vindos de todas as dobras do mapa. Alinham-se num estacionamento de lama” (BRUM, 2017, p. 214). Esse garimpo representou a maior corrida de ouro depois de Serra Pelada, no Pará e identificada como uma área de significativo potencial mineral (WANDERLEY, 2015).

Circulando pela cidade de Apuí, ainda é possível escutar conversas sobre o ouro. Eu buscava relatos nas ruas da Avenida Mario Andreazza, onde alguns feirantes têm suas barracas de farinha, peixe, frutas, verduras e churrasquinho. E sabiam quem, em Apuí, tinha trabalhado no garimpo do Juma. Foi uma febre. A “fofoca” do Juma começou a se espalhar em dezembro de 2006.

Foi uma correria sem tamanho para a localidade. Situado às margens do Rio Juma, em um grande terreno, o local foi tema de grandes reportagens em vários veículos de comunicação. Os Jornais O Estado de São Paulo, O Globo, entre outros, publicaram várias matérias sobre essa corrida pelo ouro. “Mas basta ouvir o chamado que, mesmo bem empregado, o cabra larga tudo e bota o pé no mundo com a roupa do corpo. Garimpeiro é bicho esperançoso” (BRUM, 2017, p. 215)

Em uma matéria do jornal A Folha de São Paulo, do dia 14 de janeiro de 2007³⁵, destacou que José Ferreira da Silva Filho, mais conhecido como Zé Capeta, dizia ser o dono das terras. Isso porque dizia ter escritura pública de declaração de direito de posse registrada no cartório de Apuí, pela área ser pertencente ao INCRA. O documento registrava que Sebastião Matias de Carvalho vendeu a José Ferreira da Silva Filho uma área medindo 6.200 de frente, na margem esquerda do rio Juma. O pagamento foi uma moto XR 200, ano 2001, de cor preta, no valor de dois mil reais (BRUM, 2017). Mas isso não lhe garantia o direito de ser dono das terras. Mesmo assim, o garimpeiro cobrava de 8% a 10% de comissão pela exploração do garimpo. Inclusive, chegou a fundar a Cooperativa de Desenvolvimento do Sul do Amazonas (Coodersam), reivindicando legitimidade da posse da área (SCHPREJER, 2012).

Sr. Darci, já apresentado no terceiro capítulo, me contou um pouco sobre o garimpo do Juma. Segundo ele, seu amigo Zé da Balsa encontrou a primeira grota rica. “*Mas quando a coisa não é pra ser da gente, não é né*”, disse Darci, pois Zé Capeta era mais forte. “Zé da Balsa e Mariano descobriram a grota rica, mas foram arrancados dela no cano da espingarda” (BRUM, 2017, p. 213).

Isso porque o garimpo do juma tinha uma característica peculiar: era fácil de encontrar o ouro. E este era um diferencial da região. Sr. Elias, que chegou a visitar o Juma, destacou

Ali, o cascalho era em cima do chão, não precisava tirar a terra. Os garimpeiros usam um nome que é croado, porque estava em cima (...) A cidade era um fervo, vinha gente de todo lugar do Brasil e muita gente deu com burro na água porque não tinha vaga, não tinha lugar para trabalhar. O espaço que deu ouro era um espaço muito pequeno. Uma coisa que eu nunca tinha visto, era ouro na terra. (...) Você enxergava o ouro e isso não existe no Brasil, a não ser ali. Porque mesmo que tem bastante, você não enxerga o ouro na terra.

A reportagem do Jornal O Globo “Esperança e destruição no garimpo da selva”³⁶, do dia 21 de janeiro de 2007, informou que o grau de pureza do ouro era elevadíssimo, chegando a 98, em uma escala de 0 a 100. Mas não era só isso, a

³⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200717.htm>

³⁶ <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=44250>

destruição estava relacionada com a área que foi aberta, bem como a quantidade de pessoas que se deslocaram para a localidade. Os relatos da época destacavam as problemáticas do lugar.

As autoridades se confundem quanto ao número de pessoas concentradas ali. A prefeitura estima em quatro mil; a PM, em oito mil. Mas um dado é incontestável: o garimpo se consolida, dia após dia, como um fator de risco sanitário, social e ambiental. Não há água potável. Não há banheiro. O lixo é jogado em qualquer parte. Buracos e picadas expõem raízes de árvores que escaparam da serra elétrica e ameaçam desabar sobre o garimpo. A área, abafada e chuvosa, é um grande atoleiro. O cenário é compartilhado pelo anofelino, velho conhecido das autoridades sanitárias: o mosquito transmissor da malária. (O globo)

À primeira vista, o garimpo parece uma descrição do martírio bíblico. Tem muita lama, vírus resistentes, água contaminada e o cheiro de fezes humanas se impondo sobre um pedaço brutalizado de selva. Menos de três meses atrás era floresta virgem. Agora é cratera. Dentro dela, cinco mil homens com febre nos olhos e pernas atoladas no barro arrancam o ouro das vísceras do chão. (BRUM, 2017, p. 214).

O garimpo virou um grande atrativo para a prestação de serviços, principalmente o comércio. Hotel, cantinas, mercados, padaria, farmácia, açougue, boteco se instalavam ali para atenderem aos trabalhadores que chegavam. Inclusive, pessoas que trabalharam em garimpos no Suriname e Guiana passaram por ali. O brega, o Andressa's Night Club, chamava a atenção. Instalado em frente à vila do garimpo, a música e o *striptease* animavam as madrugadas do outro lado do rio. E realmente parecia ser um bom negócio para a empreendedora, que era a dona do maior supermercado de Apuí. Quatro gramas de ouro era o preço a ser pago para que pudessem usufruir dos quartos do estabelecimento (BRUM, 2017).

À medida que as primeiras camadas de ouro nas grotas foram extraídas, as máquinas entraram no garimpo e os problemas ambientais aumentaram. Troncos de tauaris, angelins e ipês eram derrubados pela motosserra e a lama da garimpagem era vazada para o rio, juntamente com o mercúrio, apesar da proibição de sua utilização (SCHPREJER, 2012). Com isso, as formas de apropriação do ouro, da terra, o comércio, a circulação de dinheiro projetaram uma região de conflitos e tensões violentas (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017)

Em meio a esse cenário, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre 2007 e 2008, começaram a investigar as atividades de garimpo na região e a mapear o espaço para regularização e monitoramento. Com isso, foi instalado postos de vigilâncias e fiscalização. E na busca de um trabalho regularizado, foi criada a Cooperativa Extrativista Mineral Familiar do Juma (Cooperjuma) por garimpeiros em 2007, que receberam a autorização para funcionar de forma legal (SCHPERJER, 2012).

Assim como o trabalho com o ouro é fugaz, a existência do garimpo também. Ao longo de 2008, grande parte dos trabalhadores começou a deixar o Juma, pois com o trabalho artesanal, encontrar o minério ficava cada vez mais difícil. Mas ainda havia os persistentes, afinal, essa é a grande característica do garimpeiro. Nos anos de 2011 e 2013, o IBAMA e o DNPM enviaram técnicos para cessar o desmatamento na região, pois a Cooperjuma não estava cumprindo com o acordo de responsabilidade sobre esse quesito. Os impactos ambientais eram imensos naquele momento. Desmatamento, destruição de igarapés, assoreamento do rio Juma, poluição do solo, utilização de mercúrio, acumulação de latas, plásticos, graxas, óleos eram visíveis. Com isso, no início de 2013 o DNPM fechou o garimpo do Juma.

Mas ao longo do ano de 2013, na esperança de reacender as atividades do garimpo, a Cooperjuma firmou contrato com a Minorte Extração de Minério Ltda., a qual passaria a ser responsável pelo passivo ambiental. O acordo garantiria à cooperativa 25% do capital (COELHO, WANDERLEY, COSTA, 2017). O caso chamou atenção. Naquele mesmo ano, a BBX Minerals³⁷ adquiriu a Minorte e o Projeto Juma Leste. A matéria “Sondagem da BBX em projeto no Amazonas tem ouro visível no testemunho”³⁸, de 16 de outubro de 2015, do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), destacou que o primeiro furo de sondagem do Projeto Juma Leste identificou, na profundidade de 180 metros, mineralização de cobre e ouro. Segundo Jeff McKenzie, diretor executivo da mineradora australiana, “A presença de ouro visível no primeiro furo de sondagem da BBX e dessa região inexplorada foi extremamente empolgante e

³⁷ A BBX Minerals é uma companhia australiana que visa a exploração de ouro no Brasil e no Peru. No Brasil, ela opera por meio da subsidiária Mineração BBX do Brasil.

³⁸ <http://sinferbase.com.br/noticias/sondagem-da-bbx-em-projeto-no-amazonas-tem-ouro-visivel-no-testemunho/>

gratificante, e sustentou a crença de que a região poderia representar uma grande província mineralizada”.

O Garimpo do Juma parecia estar passando por um processo de transição. O garimpo artesanal, de conhecimento tradicional, com pequeno aporte de capital, de baixa tecnologia, estava abrindo espaço para o moderno, com ferramentas de alta tecnologia empregada, com conhecimento científico aplicado. A clareira que se abriu em meio à floresta pelos garimpeiros cederia espaço às grandes empresas estrangeiras, semelhante ao camponês que abre as áreas para o latifúndio. Era o esperado, afinal a produção mineral no país cresceu 873%, de 2002 a 2013, atingindo lucros na casa de bilhões (SAUER, ALBUQUERQUE; 2015).

Essa modificação de exploração tem alicerce no Projeto de Lei nº 5.807 de 2013, do Executivo Federal, que “dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração (ANM)”. Um dos objetivos desse projeto é ampliar e intensificar a exploração mineral no Brasil, considerando o aumento dos preços dos minérios em escala global (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015). Por esse prisma, os minerais estão atrelados as *commodities* não agrícolas, impactando a dinâmica dos mercados de terra no Brasil (FLEXOR, LEITE, 2017).

Vale destacar que desde meados de 2000 as *commodities*³⁹, principalmente as agrícolas, se intensificaram com o rápido aumento de seus preços. Este cenário influenciou o Brasil, considerando seu potencial em recursos naturais como a terra e água, expandindo a produção de milho, soja e cana-de-açúcar, principalmente. Por conseguinte, impulsionou a apropriação de grandes parcelas de terra pelo capital estrangeiro, o chamado *land grabbing*, ou “estrangeirização” das terras (FLEXOR, LEITE, 2017).

E nesse contexto, a exploração dos recursos naturais na atualidade está pautada pelo conceito de neoextrativismo como

práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande

³⁹ “Extração de enormes recursos naturais direcionados à exportação, como matéria-prima, sem grandes processamentos, e subordinados aos mercados globais, por meio de corporações multinacionais” (GUDYNAS, 2012, p. 306).

impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais (GUDYNAS, 2012, p. 303).

O Estado tem uma atuação evidente nos investimentos em infraestrutura como rodovias, portos, ferrovias, hidroelétricas, hidrovias. Além disso, concede créditos e incentivos fiscais com recursos públicos, atraindo os interesses de empresas estrangeiras. Nesse caso, até as alterações no código de mineração se torna uma prática de atuação do Estado. Por outro lado, esses incentivos levam não só a produção para exportação, mas “uma séria de sobreposições de interesses em territórios, social e politicamente constituídos” (SAUER; ALBUQUERQUE, 2015, p. 265).

A BBX apareceu na minha terceira atividade de campo quando me deparei com uma casa construída pelo Sr. Celso Messias com uma grande placa com o nome da empresa, em 2017. Em 2015 e 2016 a presença da empresa não recebeu atenção na minha pesquisa. Aquilo me chamou atenção, pois naquele momento era um lugar de grande visibilidade. Apesar de não ser meu foco de interesse, busquei conhecer o lugar. Certo dia, adentrei ao estabelecimento e estava ali o geólogo responsável. Ele me explicou que a empresa estava com toda a documentação regularizada e os trabalhadores estavam devidamente registrados. Perguntei se já estavam explorando o minério. Ele me respondeu que naquele momento não, estavam só investigando a viabilidade de exploração⁴⁰. Eu questionei se era viável. Ele respondeu “nós não vamos até onde não é viável”.

No entanto, em 2017, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública⁴¹ tendo por objetivo a recuperação do passivo ambiental e das barragens de rejeitos de mineração deixados nas vastas áreas degradadas do Garimpo Juma. Os réus estavam classificados em Donos do Garimpo, Núcleo Armado, Núcleo Político Estadual de Mineração, Núcleo Político Federal de Mineração, Núcleo Mineradoras escolhidas – Nacional, Núcleo Mineradoras escolhidas – estrangeira e Núcleo Político Ambiental. Cabe ainda destacar que a área em questão estava sobreposta à

⁴⁰ Para dar início às autorizações e concessões de mineração é preciso começar com o Requerimento de Pesquisa e, assim, seguir uma série de etapas. O DNPM é o órgão responsável pela análise, que emite o Alvará de Pesquisa, que deve ser publicado no Diário Oficial da União, e assim autoriza a área requerida (SAUER, ALBUQUERQUE, 2015).

⁴¹ <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/acp-garimpo-do-juma>

Unidade de Conservação Federal FLORA ARIPUANÃ, incorrendo em violação de direitos humanos fundamentais. O intuito da ação é adotar medidas compensatórias, considerando o descaso do Poder Público que autorizou a exploração no local.

São vários os casos de atividades de mineração em projetos de assentamento, como no Pará, em terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação, que penaliza as populações locais e o meio ambiente. Nesta economia globalizada em que o Brasil exerce o papel de fornecedor de matérias-primas, os problemas agrários e agrícolas também cedem espaço para uma questão territorial, no favorecimento da reprodução e acumulação do capital.

7.4 O LUGAR DA LUTA

Mas existem pessoas que lutam em Apuí. Travam uma batalha para garantir que a floresta permaneça em pé, na mobilização de iniciativas, como a criação de UCs. Nas áreas de abrangência do município, está localizado o Mosaico Apuí, que compõe nove unidades de conservação que têm como objetivo “o desafio de barrar o avanço desordenado da ocupação da terra, principalmente a apropriação indevida de terras (grilagem), atividade que geralmente precede o desmatamento ilegal e a pecuária extensiva” (AMAZONAS, 2010, p. 34).

Sr. Lázaro, que foi integrante da CPT no Amazonas, é uma dessas pessoas que luta pela floresta e seus povos. Ele fez parte da mobilização de forças na criação da FLONA Jatuarana, em 2002. Mais tarde, em 2005, a população local, junto ao governo do Estado do Amazonas, criou o Mosaico Apuí.

Sr. Bento também é uma pessoa de luta e de denúncia. Seu nome havia sido sugerido pela minha colega Auriedia, para que eu conversasse com ele. No entanto, nas minhas atividades de *survey*, nos dois primeiros campos, não consegui encontrá-lo, pois sua residência não era na cidade, e sim no lote, no assentamento. Ele era bem conhecido em Apuí, identificado pelo seu baixo tamanho e pela barba comprida.

Quando estava de carona, me direcionando ao distrito de Sucunduri, alguns quilômetros depois de deixarmos a área urbana de Apuí, uma pessoa atravessou

com tudo a parte da frente do carro, forçando a parada. Era o Sr. Bento. Na hora, o reconheci e ali mesmo, me apresentei e disse que gostaria de conversar com ele. Ele marcou comigo, quatro dias depois, no canteiro central da avenida Mario Andreazza.

Na terça-feira, no dia e horário combinados, encontrei o Sr. Bento. Ele preferiu adentrar a Paróquia São Sebastião, que se localiza bem em frente à feira e é também um dos pontos centrais de Apuí. Sendo assim, entramos e, devido ao calor que fazia, a secretária autorizou que conversássemos diante do Santíssimo Sacrário, local com ar condicionado.

Conversei com Sr. Bento num lugar que parecia ter sido escolhido a dedo para ele, pois era um homem de muita fé. E isso fazia dele uma pessoa sem medo algum diante das denúncias que ele faz no município, principalmente em relação aos casos de grilagem, desmatamento e pulverização de veneno.

Sr. Bento chegou ao PARJ em 1983 junto com os ônibus, vindo da cidade de Francisco Beltrão. Foi participando de cursos que compreendeu que a terra da sua área, que tinha muito cascalho, não servia para criar gado. Entendia o quão importante era a necessidade de preservar a floresta, realizando cursos sobre questões ambientais. Com certo apreço, me mostrou sua carteira de ambientalista. Perguntei a ele se existiam, além dele, outros ambientalistas em Apuí. Segundo ele, *“Não, ninguém quer ser. O pessoal tem medo (...) Mas a gente tem que se apegar com os santos, não uso armas. Eu carrego a imagem de Nossa Senhora de Fátima, que é a defesa”*.

Algumas vezes, recebeu ameaça de morte. Com isso, em 2013, Sr. Bento entrou para a lista da CPT na relação de pessoas ameaçadas. Periodicamente, a polícia federal busca informações sobre o Sr. Bento. Às vezes, ele escuta que alguém quer matá-lo. Ele sabe quem são as pessoas. Ele sabe quem pulveriza veneno, quem desmata, quem faz grilagem de terras. As pessoas o chamam de dedo-duro, porque ele realmente sabe quem comete irregularidades e faz as denúncias. E esse seu conhecimento “atrapalha” alguns produtores de Apuí, que se irritam com a postura do Sr. Bento.

Mas não é só o Sr. Bento, morador de Apuí, que entrou para a lista da CPT de pessoas ameaçadas. Sr. Pedro, que veio do Piauí com mais de 170 pessoas,

também já foi ameaçado. Com o seu papel de liderança, criou o Conselho do Ribeirinho em 2007, porque sempre aparecia grileiro em sua área. Mas, segundo ele, *“minha arma, toda a vida, foi o povo. A minha arma era o povo, eu não andava sozinho, sempre arrumava um amigo, um companheiro”*. Com isso, sempre busca defender os povos ribeirinhos, que são vítimas de grilagem, de forma constante.

Em mais uma tentativa de conter o desmatamento na região, a sociedade civil organizou audiências públicas sobre a interferência da BR-163, com o início das discussões sobre o asfaltamento. A ideia foi a criação do Zoneamento Ecológico-Econômico, para dirimir os impactos do desmatamento.

Aparentemente, o IBAMA busca conter o desmatamento, mas é um órgão hostilizado pelos pecuaristas. Ainda mais, quando Apuí entrou na lista dos municípios monitorados pelo MMA. Em setembro de 2017, quando a portaria foi publicada pelo ministério, eu estava em campo. Dias depois, foi realizada uma palestra sobre municípios sustentáveis na Amazônia, organizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria Municipal. Uma comitiva de Manaus foi deslocada para a realização do evento. No entanto, havia mais pessoas da comitiva do que a população de Apuí para receber as informações. Os “grandes” não se faziam presentes, como de praxe.

O IBAMA possui uma ferramenta de acesso à informação que se chama Consulta de Autuações Ambientais e Embargos, por meio da qual é possível acessar quem está com áreas embargadas ou foi autuado⁴². Com uma rápida consulta a essa ferramenta, foi possível identificar que todos os nomes que eu tinha coletado como sendo os “grandes” de Apuí estavam presentes na lista. Descobri que, em questão de área, havia outros mais. Além disso, vários eram reincidentes, ou seja, já conheciam as questões e tinham consciência das infrações ambientais em pauta.

Entre 2006 e 2018, Apuí recebeu mais de 500 notificações do IBAMA, distribuídas entre 370 produtores, o que resultou em 94.584,917 hectares de áreas embargadas. São situações de áreas com irregularidades ambientais, desmatamento, e acusadas de destruir e queimar parte da floresta amazônica, de acordo com o IBAMA. Além disso, existem produtores autuados porque avançaram

⁴² <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

em unidades de conservação, como a Resex Guariba e a Floresta Nacional Jatuarana. Inclusive, foi averiguado desmatamento em torno da floresta, mas sem identificar o responsável. Vale destacar que mais de 70 dessas notificações têm como autor “desconhecido”.

Quanto ao “desconhecido”, pode-se suspeitar que é muito conhecido em Apuí: os grileiros de terras. Sr. Reginaldo, baiano, também passou por Rondônia para chegar a Apuí, a partir da relação com parentes que já estavam na região. Com ele, aconteceu uma situação inusitada. Logo quando chegaram a Apuí, conseguiram um lote do INCRA como assentado. No entanto, quando os filhos iniciaram atividades escolares que eram ofertadas à noite, buscaram uma residência na zona urbana. Com isso, Sr. Reginaldo frequentava pouco a propriedade, pois havia conseguido um trabalho de segurança. No entanto, em uma das vezes em que retornou à sua propriedade, encontrou um grupo de pessoas roçando, limpando a área para vender para terceiros. Ainda assim, teve que pagar ao grupo pelo “trabalho” de limpeza em sua área.

O que chama atenção é que apenas seis produtores são responsáveis por, aproximadamente, 25% das áreas embargadas, revelando a concentração de terras no interior do assentamento. Apenas uma família é responsável por desmatar 14.097 hectares. Ela já ocupou cargos políticos no município de Apuí, além de ser conhecida por possuir negócios em outros estados, como casa de jogos.

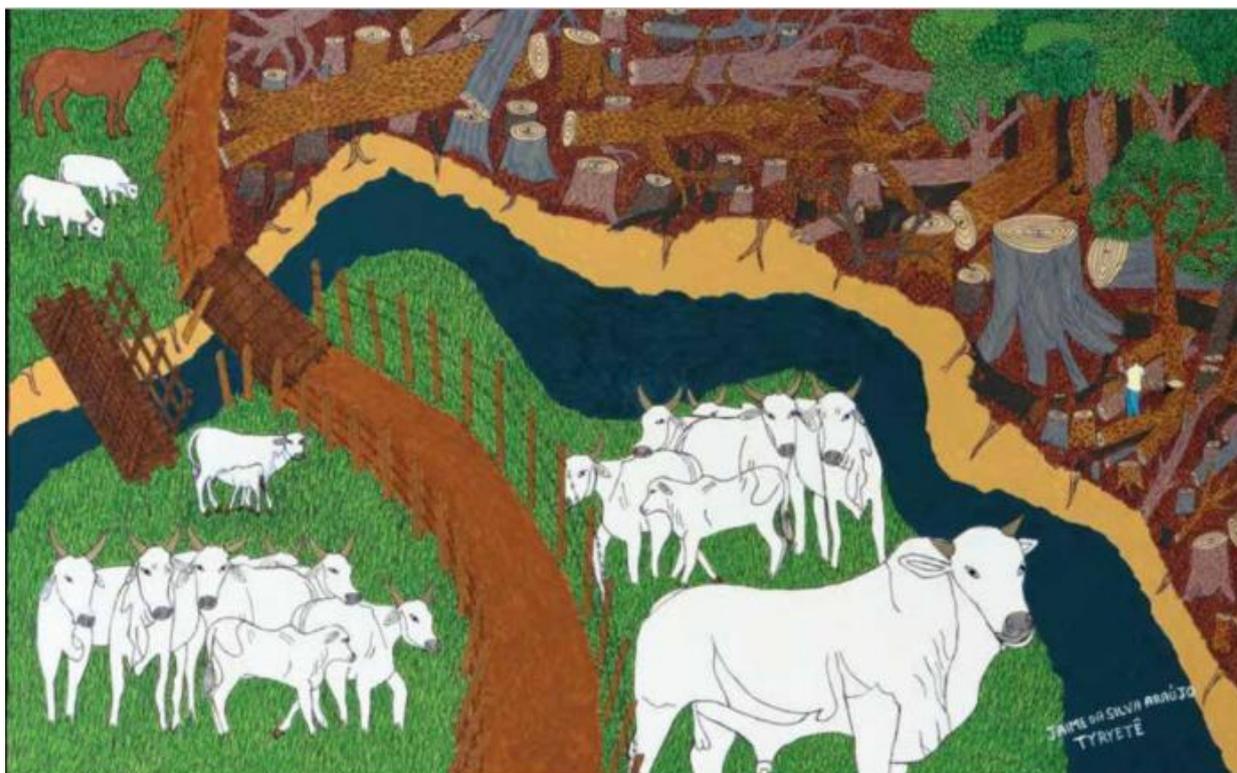
Talvez, antes de terminar esta tese, eu tivesse a resposta dos resultados desses projetos de assentamento, como a subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais, o crescimento da produção para o mercado externo, o incentivo à grande propriedade, a crise de produção da pequena propriedade (SANTOS, 1985). Mas era preciso compreender como esse processo teve início no Estado do Amazonas, que se revela como uma fronteira agrícola, e que depende da manutenção da sua floresta para conservar a verdadeira riqueza da região, por meio da preservação ambiental.

Sobre o ideal de Amazônia Agrícola, Oliveira (1979) retoma alguns autores, como Bates e Agassiz, e sua crítica em relação ao homem e a seu domínio sobre a natureza.

O surgimento da agricultura é tomado como um sinal da chegada da civilização e indicador do estabelecimento de uma qualidade nova na relação do homem com o meio. Nos limites da utopia falam de um momento em que, fixada a população ao solo pela atividade agrícola, o Amazonas de um imenso deserto se transformaria no celeiro do mundo. (OLIVEIRA, 1979, p. 115)

Diante do cenário que se coloca, talvez seja necessário voltar às bases de produção econômica. Já é comprovado cientificamente que, se a Amazônia atingir 25% de desmatamento de sua área, inicia-se um processo de savanização, ou seja, a ideia de maior celeiro do mundo poderá se transformar em deserto. As mudanças climáticas globais já estão em curso e apenas o aumento da temperatura já implicará na biodiversidade dos ecossistemas da Amazônia de maneira abrupta.

Figura 20: Ilustração: criação de gado na Amazônia



Fonte: MAE, 2013.

Termino com essa ilustração do Jaime, Tyryetê Kaxinawá, que além de ter pintado as cores vivas da floresta, também ilustrou a sua preocupação, a sua angústia em visualizar a rápida transformação da sua Amazônia. As árvores centenárias, cortadas e derrubadas, cedem lugar à pecuária, recém chegada nas

áreas de pastagem, que para ele, era o fim de uma cultura. A semelhança da ilustração não é mera coincidência com a paisagem de Apuí nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha chegada a campo buscava entender o processo que vinha tornado possível que áreas, previamente destinadas para a reforma agrária, estivessem sendo incorporadas ao mercado de terras na Amazônia. Os fluxos migratórios e trajetórias permitiram investigar esse processo etnograficamente. Ao longo da pesquisa, pude perceber que as áreas de assentamento para reforma agrária passam por um processo galopante de descaracterização, bem como as densas florestas do Sudoeste do Amazonas.

O Estado do Amazonas, precisamente a parte Sul, sofreu severas transformações a partir das políticas propostas pelos governos militares, desde a década de 1970. Notadamente, no que concerne à tensão e mudanças ao longo do tempo no estatuto das políticas, percebi uma sucessão de ações como colonização, reforma agrária e regularização fundiária.

A abertura da BR 230 trouxe mudanças significativas, facilitando o acesso às entranhas da floresta a segmentos sociais de fora do estado em um território de uso e ocupação de indígenas, extrativistas, ribeirinhos. A estrada permitiu, inicialmente, a entrada de migrantes expropriados de suas terras de outras regiões do Brasil. As grandes obras do governo militar e as propagandas atraíram famílias em busca de oportunidades, reduzindo tensões no campo em outras regiões do país.

Antes mesmo das ações de colonização empreitadas pelo INCRA, chegaram as primeiras famílias migrantes de outras regiões. Pela BR 230, sentido Jacareacangá (PA) – Sucunduri (AM), identifiquei uma tímida migração nordestina motivada pelo garimpo. Mas foi no sentido Rondônia – KM 640 (atualmente município de Apuí) destacou-se a vinda de famílias, principalmente do Sul do País, com o intuito de abrir novas áreas e demarcar fazendas. Em diversos casos, encontrei famílias que residiram temporariamente em Rondônia e outras provenientes de suas cidades de origem. Elas foram motivadas pela informação da existência de oportunidades oferecidas pela abertura da Rodovia Transamazônica.

A chegada dos funcionários do exército e do INCRA foi o primeiro passo na transformação territorial da região. A área foi demarcada em lotes de 60 a 100 hectares. Introduzia-se ali uma lógica de propriedade para disciplinar o território,

considerando as leituras de Foucault (2008). Além disso, as fazendas não incorporadas ao projeto de assentamento indicavam o potencial produtivo da região para futuros investimentos agropecuários.

Os servidores do INCRA que projetaram o assentamento foram mediadores centrais no processo de migração. Vale destacar que esses servidores não estavam na Amazônia, mas no sudeste do Brasil e tinham como função atender aos objetivos dos governos militares da época: racionalizar a utilização da terra, independente das condições impostas pela floresta. A lógica geopolítica que imperava era a de explorar o grande potencial agropecuário e desenvolver a região.

Com o processo de colonização dirigida pautada pelo INCRA, a demarcação do assentamento produziu uma nova paisagem. O processo de migração e as ocupações impuseram uma organização social, iniciaram um processo de loteamento e urbanização que aceleraram o desmatamento e o surgimento de conflitos sociais. As famílias que vieram nos ônibus, financiados por estados e prefeituras de origem, foram tratadas com descaso e reinava o sentimento de terem sido vítimas de uma falsa promessa de condições dignas de moradia e de trabalho. O desejo de possuir a própria terra e da autonomia camponesa motivou o deslocamento do Sul do País. As razões da escolha por acompanhar migrantes oriundos da região sudoeste do Paraná, principalmente Francisco Beltrão, devem-se ao conhecimento prévio das relações com áreas de terras pertencentes ao Prefeito do município na época, Sr. Guiomar Lopes, um dos incentivadores das viagens.

As dificuldades de transporte, as diferenças culturais e conhecimentos para lidar com a terra, floresta e clima foram motivando o progressivo abandono dos lotes. Em geral, as famílias retornaram para seu local de origem, continuavam a saga de migração para outras áreas rurais ou buscavam oportunidades de trabalho na pequena sede municipal de Apuí que se formou em torno do assentamento. Com a saída das famílias, os lotes previamente abertos foram incorporados pelos vizinhos, ou por famílias que já possuíam fazenda na região. Além disso, o mercado alicerçado no valor das benfeitorias atraiu fazendeiros, principalmente do estado de Rondônia. Vale destacar que o processo avançou, apesar das proibições legais da venda da terra ou do lote em áreas de assentamento não titulados.

E nesse caso, a ausência de controle ou a negligência proposital do INCRA foi elemento fundamental para a configuração territorial que se constituiu na região.

A falta de recursos humanos, de funcionários capacitados, a morosidade no processo de titulação dos lotes foi naturalizando práticas de negociação realizadas a revelia da legislação existente. Este processo revela o círculo vicioso da constituição do latifúndio no Brasil: o camponês ou trabalhador avança sobre a fronteira agropecuária após a expropriação de seu local de origem, busca manter-se no campo em terras pouco valorizadas, “limpa” o território e, conseqüentemente, é novamente expulso pelo latifúndio. Este é o circuito que possibilita a abertura de novas áreas. O latifúndio não enfrentou a floresta, o trabalho pesado de abertura de matas densas no sul do país e da mesma forma no Sul do Amazonas.

Com áreas previamente abertas, registrou-se a tolerância e incentivo institucional como as transações financeiras de terra e os financiamentos via BASA viabilizando a pecuária na região pesquisada. As famílias que migraram no âmbito das ações do INCRA não tinham trajetória prévia na prática da pecuária. A chamada lavoura de subsistência era a principal atividade de trabalho das famílias que praticavam culturas como milho, arroz, feijão, trigo, entre outros. Os grandes entraves como a dificuldade de produção, escoamento e acesso ao mercado consumidor influenciaram a tomada de decisão das famílias por mudança de atividade. Enxergavam na pecuária a saída para as dificuldades, visto que o manejo e a comercialização eram mais fáceis.

Com o avanço da pecuária, conseqüentemente, as áreas desmatadas aumentaram. A prática de formar pasto na Amazônia se reproduzia: o fogo na floresta, o corte das árvores, a limpeza da área e a plantação de pastagem. Com o passar dos anos, o solo se enfraquecia e novas áreas foram abertas. Essa prática se naturalizou, consolidando o gado de corte na região. Em 2003 o Brasil se tornou o maior exportador de gado do mundo e o rebanho da Amazônia contribuiu fortemente para este posicionamento e deslocamento produtivo.

Por outro lado, “aventureiros” surgiram com o interesse em lucrar com lotes abandonados no interior do assentamento. Neste contexto os chamados “brasiguaios” chegaram com capital para investimento, ainda que o deslocamento para Apuí tenha sido acompanhado de armadilhas. Muitas famílias compraram lotes ainda no Paraguai com preços muito elevados, bastante acima dos valores da terra baseados nas benfeitorias, então praticados na região. A formação de cooperativas, tal qual divulgada no Paraguai, não existia. Quando chegaram, os “brasiguaios”

precisaram realizar novos investimentos pagando pelas benfeitorias da terra. Com isso, as terras se valorizaram, inflacionando o preço dos lotes na região.

O Paraguai, que na década de 1970 foi considerado área de fronteira agrária, estabelece uma nova relação com o norte do País. O retorno dos “brasiguaios” para seus locais de origem, como a região Sul, era impossível devido escassez de terras disponíveis e o alto preço da terra existente no mercado. Por outro lado, em Apuí, a situação era diversa. A existência de grandes áreas disponíveis e a reserva de capital para investir na pecuária concretizava aquilo que não foi possível realizar no Paraguai.

Com o mapa 3 da minha pesquisa: Fluxos migratórios para o município de Apuí, percebi que estavam na localidade pessoas nascidas em outras regiões do País, Apuí revelava um encontro de “Brasis”. Um Brasil do Sul do País que se relaciona com uma fronteira internacional e que se expande para áreas de terras “livres”; um Brasil do Nordeste que busca na Amazônia o garimpo e áreas para o campesinato de subsistência; e a passagem por Rondônia, que entrelaça o sudeste e o centro-oeste do Brasil. Ao longo do tempo, se encontram no Sul do Estado do Amazonas e vem se apropriando de suas áreas para alavancar a pecuária e o neoextrativismo.

Após 30 anos da constituição do PA Rio Juma, o processo migratório para a região ainda não cessou, ou seja, a procura por grupos ligados à pecuária bovina por mais terras para reprodução de suas atividades continua. Grandes esforços são feitos por parte dos grupos ligados ao setor agropecuário e seus representantes nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para descaracterizar o assentamento, ou seja, criar mecanismos para obterem maiores extensões desta área rural. O que se percebeu ao longo da pesquisa foi a reorientação das políticas territoriais direcionadas para a região, inicialmente voltadas para a colonização e atualmente favorecendo grupos econômicos empenhados na promoção do agronegócio na região amazônica.

O processo de transferência apresentado como uma ação voluntária em busca de melhores condições de vida ou expansão de terra, configura-se como apontou Abramovay (1983) como uma reedição “do Paraná nos anos de 1950”. O Sudoeste do Paraná foi também uma área de fronteira. Podemos ir além: Será que a

Amazônia Legal reedita o Paraná da década de 1980, seus conflitos territoriais motivados por grandes obras e apropriação privada das terras públicas?

E diante desse processo, torna-se evidente a plena a consolidação e crescimento acelerado da pecuária bovina. A atividade econômica tem impulsionado a vinda grupos econômicos para a região, potencializando ainda mais as situações de conflitos no campo, algo frequentemente silenciado na área cidade. Vale pontuar que em 2016, a Presidenta Dilma assinou o decreto de 11 de Maio de 2016 criando o Parque Nacional do Acari, localizado nos Municípios de Apuí, Borba e Novo Aripuanã, com área de 896 mil hectares de Floresta Amazônica. No entanto, o atual governo não vem medindo esforços para reduzir esse território, buscando atender aos interesses do empresariado rural no sul do Amazonas, que vem se apropriando veloz e ilegalmente do território.

O avanço do agronegócio no Estado do Amazonas, considerando as várias ações empreitadas do Estado, demanda investigações sobre as vias legais pelas quais vem se concretizando, tanto pelo Programa Terra Legal como o Cadastro Ambiental Rural. A reconfiguração fundiária do PARJ é resultado dessas articulações entre as instâncias legislativas e judiciárias. A bancada ruralista no congresso nacional vem se fortalecendo e a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) elencam seus pontos de pautas para defender seus interesses corporativistas. Portanto, a Amazônia Legal, como amplo território de terras protegidas do país, vem sendo alvo dessa bancada, que com interesses na agropecuária, mineração e projetos hidrelétricos, percebem estes espaços como futuras áreas disponíveis, mediante alterações legislativas.

Não podemos prever a total descaracterização do assentamento em termos de estatuto burocrático. Mas o processo acelerado de titulações em curso aponta a possibilidade de assegurar a segurança territorial ou, como vem ocorrendo frequentemente em outras áreas do país, na facilitação para a entrada destas terras de forma legal no mercado. As consequências deste processo são evidentes. Enormes áreas devastadas, a pecuária avançando em áreas de unidades de conservação, a eclosão de conflitos sociais e esforços para invisibilizá-los. As ameaças são veladas, os pedidos de ajuda não rompem as barreiras locais. Áreas são vendidas com seus moradores ou as famílias são pressionadas de forma violenta, a se retirarem.

A criação do Mosaico Apuí revelou a mobilização de pessoas da sociedade civil que se sensibilizaram com os riscos do avanço da pecuária. Percebiam a relação direta entre o avanço do desmatamento e dos conflitos sociais. A necessidade de manter a floresta preservada é o que indiretamente vem permitindo a permanência das pessoas, sem isto as expropriações seriam ainda mais aceleradas e as áreas protegidas, possivelmente, estivessem mais devastadas.

Busquei conexões de tempo e de lugares que possibilitassem compreender a diversidade de processos de transformações e funções sociais de um território. Seria prematuro falar em uma conclusão final em um momento marcado pela provisoriedade e incertezas sobre as políticas territoriais na Amazônia no momento que finalizo esta tese. Neste momento, a fronteira agropecuária e mineral avança freneticamente. Latifundiários e empresas mineradoras chegam e buscam se instalar para dar início à exploração.

Em janeiro de 2019 foi detectado 108 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 54 % em relação a janeiro de 2018, bem como 11 quilômetros quadrados de florestas degradadas. E esses números, aparentemente, tendem a aumentar. Enquanto estava finalizando esta tese, no início de agosto de 2019, o Governo do Estado do Amazonas decretou por 180 dias situação de emergência no Sul do Estado. O impacto negativo do desmatamento ilegal e queimadas não autorizadas colocaram Apuí em primeiro lugar no ranking nos índices de queimadas na Amazônia, concentradas, principalmente, no PARJ. O alerta e o monitoramento são constantes no município. A dinâmica territorial da região demanda intenso acompanhamento e mais estudos empíricos, novos olhares, e, sobretudo, o engajamento na luta contra a expulsão de comunidades tradicionais e pequenos agricultores e devastação da floresta, pautada pelo avanço do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa**: o Sudoeste Paranaense. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1982.

ALBUQUERQUE, José L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais**: a imigração brasileira no Paraguai. Fortaleza, 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC. 265f.

ALBUQUERQUE, José L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamentos e circulação dos “Brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan/jun. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a06v1531.pdf>> Acesso em março de 2016.

ALDIGHERI, Mario. **Josimo, a terra, a vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ALMEIDA, Alfredo W. B. “A turma do Brasil Central” e a “Antropologia da Amazônia”. Apresentação. In: VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária** – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. 3ª Edição. Manaus: UEA Edições, 2013.

AMAZONAS. **Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí**. Apuí: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2010.

AQUINO, Sílvia L. O retorno dos agricultores brasiguaios e as percepções sobre a trajetória migratória. In: **40º Encontro Anual da ANPOCS**, 2016, Caxambú. Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st18-7/10331-o-retorno-dos-agricultores-brasiguaios-e-as-percepcoes-sobre-a-trajetoria-migratoria/file>> Acesso em novembro de 2018.

ARIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO Marky. **Pecuária na Amazônia**: tendências e implicações para a conservação ambiental. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005. Disponível em < <http://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/livros/ecuaria-na-amazonia-tendencias-e-implicacoes-para.pdf>> Acesso em março de 2018.

BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. da UNB/ Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990.

BONETI, Lindomar W. Organização e Luta Camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.) **Formas de Resistência Camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: MDA, NEAD, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. São Paulo: FGV Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, UFPR, Nº 26, jun 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a05n26.pdf>> Acesso em fevereiro de 2018.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 8ª Ed. Campinas: Papyrus, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A Miséria do mundo**. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989/92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, F.G.; FAZITO, D. Migrações complementares: sobreposições escalares entre movimentos internos e internacionais nas conexões entre Brasil e Paraguai. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, Nº 3, 2014. Disponível em < http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/90068/pdf_47> acesso em outubro de 2018.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 25 de Julho de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em 30 de Julho de 2018.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. 2ª Edição. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Orgs.). **Questões Agrárias, agrícolas e rurais**: Conjunturas e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

CAMPUZANO, Joaquín Molano. As multinacionais na Amazônia: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Nº 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CARRERO, Gabriel C. **Dinâmica do desmatamento e consolidação de propriedades rurais na fronteira de expansão agropecuária no sudeste do Amazonas**. Manaus, 2009. Dissertação de Mestrado, 78 fs. INPA.

CARRERO, Gabriel C. (et al). **A Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Amazonas**. Manaus: IDESAM, 2015.

CARVALHO, José B. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2010.

CASTRO, Antonio T. **A política pública no setor agrícola em Rondônia**: proposta de reformulação face ao fenômeno migratório. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública, FGV. 92f.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimundo; CASTRO Carlos P. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia**: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. Relatório. Belém: Banco Mundial, 2002.

CAVALCANTE, Katia V. **Vulnerabilidade socioambiental como reverso da sustentabilidade nos municípios das microrregiões madeira e Parintins, no Estado do Amazonas**. Brasília, 2013. Tese do Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Sustentável.

CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico. **Polamazônia** – Programa de Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia. Disponível em <https://issuu.com/bibliovirtualec/docs/polamaz_nia> Acesso em março de 2018.

CEDI -CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO –. **Aconteceu: Povos Indígenas no Brasil/1982**. Especial 12. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora. Abril de 1983. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=-1AtDgAAQBAJ&pg=PA1&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>> Acesso em março de 2018.

COELHO, Maria C.; WANDERLEY, Luiz J.; COSTA, Reinaldo. Garimpeiros de Ouro e Cooperativismo no Século XXI – Exemplos nos Rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira. In: **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Número 33, 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/12445#quotation>> Acesso em dezembro de 2018.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e Poder**. Curitiba, 1984. Dissertação, UFPR.

COMISSÃO REGIONAL DOS SEM TERRA. **Alerta – Homem da Terra**. Nº 1. Sudoeste do Paraná, setembro de 1983.

CORDEIRO, Manuela S. S. **A casa a rodar**: projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. 2015. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 236 fs.

CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido**: Ensaios Amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais**: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

ELDEN, Stuart. Terra, Terreno, Território. **Geografares**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Nº 21,

Janeiro-Junho, 2016. Disponível em <
<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/677/showToc>> Acesso em
 novembro de 2017.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEARNSIDE, Philip M. Previsão da produção bovina na rodovia Transamazônica do Brasil. In: **Acta Amazonica**. 9 (4). Manaus: INPA, 1979.

FEARNSIDE, Philip M. Projetos de Colonização na Amazônia Brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano. **Caderno de Geociências**, Nº 2, 1989. Disponível em <

[https://www.academia.edu/1191191/Projetos de coloniza%C3%A7%C3%A3o na A
 maz%C3%B4nia brasileira objetivos conflitantes e capacidade de suporte huma
 no](https://www.academia.edu/1191191/Projetos_de_coloniza%C3%A7%C3%A3o_na_Amaz%C3%B4nia_brasileira_objetivos_conflitantes_e_capacidade_de_suporte_humano)> acesso em outubro de 2018.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Orgs.). **Questões Agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

FLORES, Sara M. L. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ángel Porrúa, 2010. Disponível em <
[http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LXI/migrac trabj.pdf](http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LXI/migrac_trabj.pdf)> Acesso
 em agosto de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fonte, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FLOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRANZEN, Douglas O. Os católicos alemães e a política de cooperação transnacional: gênese da fundação e expansão da instituição Misereor. In: **Revista Latino-Americana de História** – Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Vol. 4, Nº 14. São Leopoldo: UNISINOS, 2015. Disponível em <
<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/649>> acesso em
 outubro de 2018.

GARCIA JR, Afrânio R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOLDMAN, Marcio. Resenhas: HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York/London: Routledge.226p. In: **Mana**: 4(2):143-167, 1998. Disponível em <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200010> Acesso em abril de 2018.

GOUVEIA, Cristiane T. G. **O Projeto Logos II em Rondônia**: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica. Rio Claro, 2016. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Biociências, UNESP. 157f.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.) **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**. 3 (1): 7-39, 1997.

HÉNAULT A. **Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**: Estados do Norte, 3º Volume. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1926. Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=95052&url=http://memoria.bn.br/docreader#>> Acesso em fevereiro de 2018.

HÉBETTE, Jean (org.). **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. A. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean (org.). **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HENRIQUES, Isabel C. Colônia, colonização, colonial, colonialismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Claudio A. (Orgs.) **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. Disponível em <
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-repositorio.pdf>> Acesso em dezembro de 2018.

HENRIQUES, Maria Helena F. T. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 46, Nº 3/4, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201984%20v46_n3_4.pdf> acesso em setembro de 2018.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo/ANPOCS, Vol. 25, N. 74, 2010.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2ª edição. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em março de 2018.

IBRAHIM, Elza; VILHENA, Junia. Jogos de linguagem/jogos de verdade: de Wittgenstein a Foucault. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 66 (2), 2014. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v66n2/09.pdf>> acesso em janeiro de 2019.

IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Semeando Sustentabilidade em Apuí**: fortalecendo a educação socioambiental em sala de aula. Manaus: IDESAM, 2012.

JÉZUS, Drance. **Braços Fortes**: A História – Parte I [Documentário]. Direção: Domingos Bonfim. Manaus: UEA; Apuí: Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Educação, 2017. 1 DVD (90 min.), colorido.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização Agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá: EDUEM, 2014.

LAGE, Mônica M. L. **Mulher e Seringal**: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920). Dissertação (Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas). Manaus: UFAM, 2010, 166f.

LEAL, Natacha S. “**É de agronegócio!**”: Circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras de pecuária. São Paulo: 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP.

LEAL, Pedro. F. **Colonização Dirigida nas Terras do Sem Fim**: formas contraditórias de gestão estatal e parceiros em descompasso legal. Rio de Janeiro: 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFF.

LEAL, Davi A. **Direitos e processos diferenciados de territorialização**: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). Manaus, 2013. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia), UFAM.

LIMA, Frederico A. O. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas). Manaus: UFAM, 2013, 158f.

LISBOA, Pedro L. B. **Rondônia**: colonização e Floresta. Brasília: CNPq, 1990.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: Estado, Homem, Natureza. Belém: Cejup, 1992.

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax, N.A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**. 19 (54), 2005.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

MAE - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Amazônia Viva**: Tyryetê Kaxinawá. Curitiba: Editora UFPR, 2013. Disponível em <https://issuu.com/museudearqueologiaeetnologiadaufpr/docs/catalogo_tyryete_2013_-_mae> Acesso em março de 2018.

MARTINS, José de S. Prefácio. In: SANTOS, José V. T. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis/RJ: 1995.

MARTINS, José de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Cynthia C. **Os deslocamentos como categoria de análise**: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste. **Alerta – Homem da Terra**. Nº 2. Sudoeste do Paraná, novembro de 1983. Disponível em <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PALERPR111983002.pdf>> Acesso em maio de 2016.

MBEMBÉ, Achille. **On the postcolony**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 2001.

MELLO, Lucio Pereira; SULZBACHER, Aline Weber. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária no Brasil: a letargia de um desenvolvimento alternativo para o campo. In: 14º Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima, Peru. **Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos**. Lima, Peru: UGI, 2013. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria>> Acesso em setembro de 2018.

MENÉNDEZ, Miguel. **Os Kawahiwa**: uma contribuição para os estudos dos tupi centrais. São Paulo, 1989 (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo).

_____. Contribuição para uma etno-história da área Tapajós-Madeira In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MENEZES, Francisco; PORTO, Sílvio; GRISA, Kátia. **Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico**. WFP: Centro de Excelência contra a Fome. 2015. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estudo1_Historico_lowres.pdf> acesso em agosto de 2018.

MENEZES, Marilda. Trajetórias migratórias e representações dos camponeses. In: **Anais do XVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 1993. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1545849488_5c33fed97b005298ffc5fc9fec2459fc.pdf> acesso em maio de 2017.

MENEZES, Marilda A. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio M. C.; BAENINGER Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em:<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf> Acesso em agosto de 2017.

MENEZES, Thereza C. C. A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 23, n.1, 2015. Disponível em <[file:///D:/Documentos/Downloads/583-1603-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Documentos/Downloads/583-1603-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em março de 2016.

MIGUEZ, Sâmia F. **Razão ambiental do direito à terra na Amazônia**: dilemas da ordenação fundiária na ALAP BR-319. 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 295 f.

MIRANDA, Mariana. Colonização e reforma agrária. In: BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. da UNB/ Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990.

MITCHELL, J. C. A questão da quantificação na Antropologia Social. in FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**, S.Paulo, Global, 1987, pp. 77-126.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Nº 360, de 8 de setembro de 2017, do Gabinete do Ministro. **Diário Oficial da União**. Disponível em www.impresanacional.gov.br Acesso em fevereiro de 2018.

MONDARDO, Marco L. Os caboclos no sudoeste do Paraná: de uma “sociedade autárquica” a um grupo social excluído. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Vol. 2, Nº 3. Dourados: UFGD, 2008. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/277/239>> Acesso em julho de 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios Migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

NMSPP - NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO. **Apresentação da Série Memória Incra**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2015. Disponível em <<http://www.nmspp.net.br/acervo/entrevistas/Serie%20MI%202015.pdf>> Acesso em março de 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, João P. O caboclo e o brabo. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Nº 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, João P. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. In: **INDIANA 27**. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2010.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo J. B. A geopolítica rodoviária no Noroeste: a vertebração da BR-364. In: **Revista de Geopolítica**. Edição especial, V. 8, Nº 2. UFRN, 2017. Disponível em <[file:///D:/Documentos/Downloads/175-754-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Documentos/Downloads/175-754-1-PB%20(1).pdf)> acesso em setembro de 2018.

ONETI, Maglúcia I. A. **Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas**. Manaus, 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFAM. 213 f.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>> Acesso em maio de 2017.

PAULA, Jânia Maria de. **Nossa terra em outras terras: Os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense**. Manaus, 2017. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM. 378f.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos Posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista Ideias; Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Volume 2, N.1, Junho de 2008, CPDA, Rio de Janeiro.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos – Rondônia: a trajetória de uma ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PEREIRA, Cloves Farias. **Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas. 295 f.

PEREIRA, Cloviomar C. “**Devo não nego, pago quando puder**”: entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica (RJ). Seropédica, 2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ. 163f.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989.

PONTES FILHO, Raimundo P. **Terceiro Ciclo**: promessa ou projeto para o Amazonas? Manaus: EDUA, 1997.

PRANCUTTI, Antonio. 35 anos em vida com os pés na terra. In: MARQUES, Alberto; MATTZA, Antônio F.; PRANCUTTI, Antonio [et. Al.]. **Memória Incra – 35 anos**. Brasília: MDA: Incra, 2006. Disponível em <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/memoria_incra_35_anos.pdf> Acesso em agosto de 2018.

REGO, Renato. Utopia e urbanismo funcionalista na Transamazônica. In: **Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e revisões do Século XX**, 2016. Disponível em <<https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/10.pdf>> Acesso em novembro de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**. Capital Federal, Ano XXXVIII – Nº 113. 1983. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16SET1983.pdf>> Acesso em outubro de 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, Rafael W. A construção da seca como problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877/1879 no Ceará. In: LIMA, Antonio C. de S. (Org.). **Gestar e Gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

RODRIGUES, Rita Maria. **Mulheres do Ouro**: o Trabalho feminino nos garimpos do Tapajós. Belém: SEICOM, 1992.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa Social interpretativa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

SAID, Edward W. A representação do colonizado: os interlocutores da Antropologia. In: _____ **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg – 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, José Vicente T. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. In: **Ensaíes FEE**. 6 (2). Porto Alegre, 1985. Disponível em <[file:///D:/Documentos/Downloads/938-3976-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Documentos/Downloads/938-3976-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em julho de 2017.

SANTOS, Marcos A. (et. al.). **A cadeia produtiva da pecuária de corte no estado de Rondônia**. Belém: BASA - Estudos Setoriais, 12. 1999.

SAUER, Sergio; ALBUQUERQUE, Ralph M. Neoextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro. In: MIDITIERO JUNIOR, Marco A.; GARCIA, Maria F.; VIANA, Pedro C. G. **A questão agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoria**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAUER, Sérgio. Medida provisória ou de exceção? Decreto regulamentando a grilagem. In: **Boletim DATALUTA**. São Paulo: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, UNESP. Abril de 2018.

SAYAD, A. **A Imigração** - ou Os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Camponesa e Identidade Étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SCHREINER, Davi F. **Entre a exclusão e a utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais**. 2002. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, USP. 461 fs.

SCHREINER, Davi F. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. **Espaço Plural**. Cascavel, N. 20, Ano 10, 1º semestre de 2009. Disponível em <[file:///D:/Documentos/Downloads/2456-9146-1-PB%20\(3\).pdf](file:///D:/Documentos/Downloads/2456-9146-1-PB%20(3).pdf)> Acesso em março de 2016.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém, PA: UFPA, 2012.

SCHPREJER, Pedro. Garimpagem de ouro em Novo Aripuanã (AM) deixa passivo ambiental no sul amazonense. In: **Verbetes**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT. 2012. Disponível em <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=51>> acesso em novembro de 2018.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena S. C. **Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia** - os encontros e desencontros entre política de reforma agrária e a política ambiental no estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado. Manaus, UFAM, 2001.

SILVA, Henrique M. **Fronteiras**: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: EDUEM, 2010.

SILVA, Larissa K. R. **A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985)**. 2005. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de História. São Paulo: USP. Disponível em <<http://www.klepsidra.net/klepsidra25/rs-mt.htm>> Acesso em março de 2018.

SILVA, Maria A. M.; MENEZES, Marilda A. **Migrações Rurais no Brasil**: velhas e novas questões. 2007.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SPRANDEL, Marcia A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: **Estudos Avançados**. V. 20, Nº 57. São Paulo: USP, 2006.

SZEKUT, Andressa; OLIVEIRA, Jorge E. A presença de Brasileiros na recente Colonização do Paraguai. In: **Mediações** – Revista de Ciências Sociais. V. 21, Nº 2. Londrina: UEL, 2016. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22703/pdf>> acesso em outubro de 2018.

SYDENSTRICKER, John M.; TORRES, Haroldo G. Mobilidade de migrantes: Autonomia ou subordinação na Amazônia Legal? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas 8(1/2), 1991. Disponível em <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/522/pdf_496> Acesso em maio de 2016.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

TEIXEIRA, André F; CAVALIERO, Carla K. N. O impacto sócio-ambiental da geração de energia elétrica nas vilas e municípios do interior do estado do Amazonas. In: **Encontro de Energia no Meio Rural**. Nº 5, 2004, Campinas. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022004000200026&lng=en&nrm=iso> Acesso em agosto de 2018.

VANESKI FILHO, Ener. **Territórios em movimento**: os Brasiguaios sem-terra na reforma agrária. São Paulo, 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. UNESP, 120f.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1976.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária** – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. 3ª Edição. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIEIRA, Maria Antonieta C. **À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria** – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Campinas, 2001.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNICAMP. 623f.

_____. Território em movimento – comunidades camponesas da Amazônia Oriental (missão de Maria da Praia e Romaria de Padre Cícero). In: **Revista Pós Ciências Sociais**. V.9, Nº 18. UFMA: 2012. Disponível em < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1333/1050>> Acesso em outubro de 2019.

VILLARROEL, Larissa C. L.; TONI, Fabiano. Política e meio ambiente: a inclusão das unidades de conservação na agenda de governo do estado do Amazonas. In: **Raízes** – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. V. 32, Nº 1. Campina Grande, 2012. Disponível em < http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_285.pdf> Acesso em fevereiro de 2018.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 10ª Edição. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica** – Estudo do Homem nos Trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: Homens Sem Pátria. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

WALKER, R. T (*et al*). **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola da Transamazônica**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.

WANDERLEY, Luiz J. **Geografia do ouro na Amazônia brasileira**: uma análise a partir da porção meridional. Rio de Janeiro, 2015. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. 300f.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo, SP: Hucitec; Brasília: Ed. da UNB, 1995.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: CLIFFORD, A. W. [ET. AI.] (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. V.1